



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

MARCELO DOS SANTOS DURANTE

**As Relações entre a Escravidão e o Capitalismo: leitura da
trajetória intelectual de Eric Williams de 1932 a 1944**

**Campinas
2021**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

MARCELO DOS SANTOS DURANTE

**As Relações entre a Escravidão e o Capitalismo: leitura da
trajetória intelectual de Eric Williams de 1932 a 1944**

Prof. Dr. Carlos Alberto Cordovano Vieira – orientador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, área de História Econômica.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO
MARCELO DOS SANTOS DURANTE, ORIENTADA
PELO PROF. DR. CARLOS ALBERTO CORDOVANO
VIEIRA.**

**Campinas
2021**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

D932r Durante, Marcelo dos Santos, 1987-
As relações entre a escravidão e o capitalismo : leitura da trajetória intelectual de Eric Williams de 1932 a 1944 / Marcelo dos Santos Durante. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Carlos Alberto Cordovano Vieira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Williams, Eric Eustace, 1911-1981. 2. Capitalismo. 3. Escravidão. 4. Historiografia. I. Vieira, Carlos Alberto Cordovano, 1976-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The relations between slavery and capitalism : reading Eric Williams' intelectual trajectory from 1932 to 1944

Palavras-chave em inglês:

Williams, Eric Eustace, 1911-1981

Capitalism

Slavery

Historiography

Área de concentração: História Econômica

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Carlos Alberto Cordovano Vieira [Orientador]

Eduardo Barros Mariutti

Rodrigo Pereira Chagas

Data de defesa: 29-01-2021

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-0080-0601>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/9785601229045796>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

MARCELO DOS SANTOS DURANTE

**As Relações entre a Escravidão e o Capitalismo: leitura da
trajetória intelectual de Eric Williams de 1932 a 1944**

Prof. Dr. Carlos Alberto Cordovano Vieira – orientador

Defendida em 29/01/2021

COMISSÃO JULGADORA

**Prof. Dr. Carlos Alberto Cordovano Vieira - PRESIDENTE
Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP)**

**Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti
Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP)**

**Prof. Dr. Rodrigo Pereira Chagas
Universidade Federal de Roraima (UFRR)**

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da
Comissão Examinadora, consta no processo de
vida acadêmica do aluno

*Aos meus pais, Sandra e José Francisco,
completamente responsáveis pelos meus sucessos,
totalmente isentos pelos meus fracassos*

Agradecimentos

Este presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, que forneceu as condições materiais necessárias à pesquisa e escrita. Esse tipo de apoio, cada vez mais escasso, é fundamental para a conclusão de qualquer trabalho dessa natureza e, principalmente, à continuidade da pesquisa autônoma e crítica realizada nas universidades públicas do nosso país.

Quero registrar o meu agradecimento ao Prof. Dr. Carlos Cordovano pela orientação que, com rigor e paciência, conduziu os rumos da investigação até o resultado aqui presente. Aproveito também para agradecer os professores Dr. Eduardo Mariutti e o Dr. Rodrigo Pereira Chagas por aceitarem prontamente o convite para comporem a banca. As sugestões e correções propostas contribuíram, e muito, para diminuir os erros teóricos e equívocos presentes ao longo das páginas que estão redigidas a seguir. Busquei contemplá-las da melhor forma que consegui. Também devo agradecimentos aos funcionários e funcionárias da secretaria de pós-graduação e da biblioteca, pois foram essenciais para que eu vencesse os trâmites burocráticos e conseguisse os materiais utilizados na minha pesquisa.

Ao desgastante – e longo – processo de redação e apresentação do texto, tive a sorte e o prazer de contar com a ajuda e a companhia de muitas pessoas. Este trabalho não seria possível sem a ajuda e o apoio incondicional dos meus pais, Sandra e José Francisco, e do meu irmão, Felipe. Não apenas abriram os caminhos que tive o privilégio de seguir, como também me deram liberdade para aceitar ou negar qualquer um deles. Aqui também agradeço ao meu amigo desde os tempos de infância, Henrique “Bochecha”, que nunca me deixou esquecer de onde vim. Gabriel “Vermelho” também merece ser mencionado, pois o seu entusiasmo em aprender me fez lembrar o porquê escolhi o caminho que segui. Ambos fazem o imenso favor de me lembrar que há vida fora dos muros da universidade.

Mas também não posso me esquecer para onde fui e passei. Devo aqui meus agradecimentos aos meus amigos e amigas dos tempos de graduação na UNESP que sempre levo e levarei comigo, sendo responsáveis por fazer daquela época uma das melhores da minha vida: Aimée Ramos, Analice Braga, Anneli Nobre, Cássio Carrijo, Juana Lorena, Leonardo “Chile” Sampaio, Thaísa Kochi, Vitor “Zaps” Zanoni e Vivian Kato. Cássio, “Chile” e “Zaps” merecem uma menção à parte pois, ao dividirem casa comigo, acabaram acolhendo meus sonhos, medos e defeitos. Espero ter retribuído à altura. Também devo mencionar o carinho que sinto por Sofia “Panda”, que, ao seu modo, sempre foi uma presença forte e constante.

Nessa época, também tive a sorte de cruzar o caminho de Juliana Galli e agradeço o privilégio de manter uma relação de amizade e admiração mútua que dura – e durará – por anos a fio. Fico tranquilo em saber que posso contar com ela em qualquer momento e para qualquer coisa.

Aos mestres dessa minha época, Dr. Héctor Luís Saint-Pierre, Dr. Samuel Alves, Dra. Regina Laisner e, claro, minha orientadora de iniciação científica, Dra. Paula Pavarina, agradeço a oportunidade que me deram quando apresentaram os meandros da carreira acadêmica, me incentivando a seguir o caminho que manifestasse a minha vocação. À época pode não ter parecido, mas eu ouvi e internalizei cada conselho que me deram.

Em Campinas, conheci pessoas igualmente incríveis e que me marcaram muito. Não poderia deixar de mencionar as amigas e amigos que fiz no Instituto de Economia da UNICAMP: Bárbara Vallejos, Bruno “Cabeça”, Carla Silva, Carlos Iramina, Euzébio Jorge, Francisco “Kiko” Carvalho, Guilherme Caldas, Gustavo Zullo, Marcelo Gherini, Mateus Santana, Pedro de Alcantara, Pietro Borsari, Ricardo Soldera, Stella Harumi e Tomás Rigoletto. Sempre me deram forças para que continuasse a caminhar, além de me ajudarem a reencontrar um lado meu que estava esquecido. Fora do Instituto, eu devo agradecimentos especiais a quatro mulheres: Adriana Pismel, que, com sua sensibilidade, me ensinou que as coisas podem até demorar, mas sempre chegam; Ana Flávia, pela amizade fraterna; Júlia Lopes, por mostrar Campinas para além de Barão Geraldo enquanto me ouvia atentamente; e Marcela Ferro Agulhão, que sempre me apoiou e me acolheu com um afeto incomensurável nos momentos mais importantes – e também naqueles em que mais precisei.

Dada trajetória que minha formação, eu dividi casa com muitas pessoas diferentes e aprendi muito com todas elas. Aqui quero focar com quem convivi em Barão Geraldo na reta final do mestrado: Lucas Magi, Luiz Eduardo “Loiro”, Gustavo Tejerina, Nathália Baptista e Tiago Ferreira. Só tenho a agradecer o quanto aprendi com vocês sobre senso de coletividade, diálogo e respeito mútuo. Amadureci convivendo com vocês e internalizei esses aprendizados que levarei comigo sempre. Muito obrigado pela oportunidade de dividir um espaço tão importante que era a nossa casa na Zuppi 302.

Tenho que deixar registrada a dívida que contraí com Francisco “Kiko”, Stella e Vítor “Zaps”. Os três gentilmente revisaram meu texto inúmeras vezes, propondo correções importantes e comentários pertinentes sobre os rumos da pesquisa e das palavras. A leitura atenta de vocês foi de grande valia à qualidade da redação final dessa dissertação. Os erros e omissões, que porventura ainda persistem, são de inteira responsabilidade minha.

Sou imensamente grato por todas e todos que fazem parte da minha trajetória. Sem vocês, esse desafio seria muito mais árduo e difícil. Me faltam palavras para continuar a

descrever o amor e carinho que sinto por todo mundo aqui citado. Há também aquelas pessoas que, pelos inconvenientes da vida ou pela passagem do tempo, eu me desconectei. Aproveito a oportunidade para deixar registrado o meu muito obrigado a todas elas.

Essa seção de “agradecimentos” não foi um “acerto de contas” com a minha própria caminhada. Se passou essa impressão talvez seja porque o tema “trajetórias” seja importante para quem a escreve. Espero que também importem para quem a acompanha, a revisita e, também, para quem eventualmente as lê.

Resumo

Esta dissertação tem por objetivo resgatar as contribuições da obra do intelectual e líder político caribenho Eric Williams (1911-1981) à historiografia sobre a escravidão negra nas Américas. A partir da crítica radical à interpretação humanitária, em particular ao *establishment* de Oxford, responsável por enraizar a narrativa baseada na autoproclamada superioridade dos valores morais e ideológicos que justificaram a liderança do Império Britânico em uma “missão civilizatória”, Williams edificou sua interpretação introduzindo no debate as questões econômicas responsáveis pelos processos de estabelecimento, expansão e extinção da escravidão nas colônias britânicas das Índias Ocidentais. Para atender ao objetivo proposto, reconstituiremos a concepção de Williams desde *The Economic Aspect of the Abolition of the West Indian Slave Trade and Slavery*, a tese de doutorado apresentada na Universidade de Oxford em 1938, até sua principal obra, *Capitalismo e Escravidão*, publicada em 1944. Revisitar o livro clássico tendo como referência o trabalho que o originou permitirá reavaliar as principais ideias sobre a interpretação econômica do fim da escravidão no Império Britânico. Com isso, espera-se construir uma reflexão em torno da importância e atualidade das “Teses de Williams” que possam subsidiar as futuras tentativas de reabilitar o debate sobre as relações entre a escravidão e a formação do capitalismo em novos termos, questões e perspectivas.

Palavras-chave: Williams, Eric Eustace, 1911-1981; Capitalismo; Escravidão; Historiografia

Abstract

This dissertation aims to retrieve the contributions of Caribbean scholar and political leader Eric Williams (1911-1981) to black slavery historiography in the Americas. Starting with radical criticism to humanitarian interpretation, particularly to the Oxford establishment, responsible for ingraining the narrative based on the self-proclaimed superiority of moral and ideological values that justified the leadership of the British Empire in a "Civilizing Mission", Williams build his interpretation introducing in the debate the economic questions responsible for slavery settlement, expansion and extinction processes in the British colonies of the West Indies. To reach the proposed goal, we will recuperate Williams framework from his doctoral thesis, *The Economic Aspect of the Abolition of the West Indian Slave Trade and Slavery*, presented at Oxford University in 1938 to his masterpiece, *Capitalism and Slavery*, published in 1944. Revisit the classic book having as reference the work that originated it will allow us to reevaluate the main ideas about the economic interpretation of the end of slavery in the British Empire. With that, we hope to build a reflection on the importance and topicality of "Williams Thesis" that may subsidize future attempts to rehabilitate the debate about the relationship between slavery and the formation of capitalism in new terms, questions and perspectives.

Keywords: Williams, Eric Eustace, 1911-1981; Capitalism; Slavery; Historiography

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1. Os Anos na Inglaterra (1932-1938)	25
1.1 A formação em Oxford.....	28
1.1.1 Reginald Coupland: porta-voz do <i>establishment</i> de Oxford.....	33
1.1.2 Materialismo histórico e “descolonização intelectual”.....	40
1.2 Contra o <i>establishment</i> de Oxford.....	50
1.2.1 Obstáculos à defesa da tese de doutorado.....	53
1.2.2 As causas econômicas da Abolição do Tráfico de Escravos.....	58
1.2.3 Os fundamentos econômicos da Emancipação do africano escravizado.....	65
Capítulo 2. A Transição do “Aspecto Econômico” para o “Capitalismo” (1939-1943)	73
2.1 Howard: a “Oxford Negra”.....	77
2.2 As obras publicadas entre 1940 e 1943.....	82
2.2.1 A “era de ouro” do tráfico e a riqueza do Império Britânico.....	83
2.2.2 O “comércio intercolonial” e o declínio das Índias Ocidentais.....	90
2.2.3 O Caribe contemporâneo e a crítica ao colonialismo.....	93
2.2.4 Do mercantilismo ao livre-comércio.....	105
2.3 As rupturas e continuidades.....	112
Capítulo 3. As Teses de Williams (1944)	116
3.1 As origens econômicas da escravidão negra e do racismo.....	127
3.2 O “doce comércio” e a acumulação do capital.....	131
3.3 O declínio das Índias Ocidentais.....	147
Considerações Finais	158
Referências	166

Introdução

Eric Williams (1911-1981) foi um proeminente historiador, intelectual e político nascido na então colônia britânica de Trinidad e Tobago. Sua destacada trajetória política começou em meados da década de 1940 como membro da Comissão Anglo-Americana para o Caribe [*Anglo-American Caribbean Commission*] em que, pela força do ofício, viajou constantemente pelas ilhas do mar do Caribe à época pertencentes à Grã-Bretanha, as Índias Ocidentais. O contato direto e constante com políticos, diplomatas e intelectuais da região ampliou sua visão sobre as questões mais urgentes que o povo caribenho enfrentava. No entanto, as diferenças ideológicas com os demais membros que compunham a Comissão, desinteressados em promover o desenvolvimento das ilhas caribenhas, fez com que essas questões não fossem adequadamente tratadas. Williams (1969), em sua autobiografia, atribuiu essa conduta ao racismo, especialmente dos funcionários britânicos e estadunidenses. Nesse período de peregrinação pelo Caribe, ele proferiu uma série de palestras públicas que ficaram famosas. A considerada mais importante delas foi *The British West Indies in World History* [*As Índias Ocidentais Britânicas na História Mundial*], ocorrida em 19 de abril de 1944 na Biblioteca Pública de Trinidad e que lhe rendeu a alcunha de “o pensador do nacionalismo das Índias Ocidentais” (WILLIAMS, 1969).

A passagem de Williams pelo escritório da Comissão Anglo-Americana para o Caribe em Washington D.C foi marcada por turbulências e desavenças, resultando, em 1948, na sua transferência para o escritório em Trinidad, onde assumiu o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Pesquisa do Caribe. Em sua terra natal, teve uma pujante e destacada vida pública. Foi um dos fundadores do *People's National Movement* (PNM, na sigla em inglês), partido que ficou conhecido pela luta anticolonial e antirracista que iniciou o processo de independência das ilhas de Trinidad e Tobago. Em agosto de 1962, foi proclamada a independência das ilhas da Grã-Bretanha e, em 31 de agosto desse mesmo ano, Eric Williams, na condição de líder do PNM, foi eleito o Primeiro-ministro. Em pouco menos de duas décadas, “o pensador do nacionalismo das Índias Ocidentais” foi alçado à condição de “Pai da Nação”, mantendo-se no poder até a sua morte, em 1981. Williams era, portanto, a principal figura política da região, sendo o responsável pela transformação da vida política e por desafiar o altruísmo dos britânicos durante o processo de independência de Trinidad e Tobago (BRANDON, 2017; OXAAL, 1968).

Antes de desafiar o próprio Império Britânico, Williams desafiou a historiografia britânica, dado que as origens dessa militância pela independência, autonomia e pleno desenvolvimento social e econômico do Caribe remetem à rigorosa formação em instituições de elite as quais teve acesso em Trinidad e na Inglaterra. Somada à dedicação e disciplina nos estudos, ele também se destacou como uma das principais figuras intelectuais do Caribe. O ponto marcante de sua trajetória intelectual foi a publicação do livro *Capitalismo e Escravidão*, em 1944. Considerada a obra *magna* e um dos trabalhos mais importantes para a historiografia moderna, as ideias desenvolvidas por Williams ao longo dos treze capítulos que compõe o livro contém a síntese de uma erudição histórica que buscou interpretar de maneira crítica a relação entre as Índias Ocidentais e as potências ocidentais, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Nesses termos, o livro de Williams antecipou alguns elementos das noções de “sistema-mundo”, “sistema-atlântico” e, até mesmo, da história global¹. Pelo menos desde a década de 1960, *Capitalismo e Escravidão* é o ponto de partida de uma quantidade considerável de obras que se propuseram a refletir sobre as relações entre a escravidão e o capitalismo.

Capitalismo e Escravidão é a obra que resume e sistematiza praticamente doze anos de críticas contra a tradição britânica, reproduzida por um discurso fundamentado nas premissas do “Império Benevolente” e na autodeclarada supremacia moral e religiosa. Para Williams, como veremos, essa narrativa autocongratulatória era uma manifestação de supremacia racial, mas os britânicos preferiam uma descrição mais elegante: denominaram de “humanitarismo” a filantropia oriunda dos valores cristãos e consideravam esse o caminho que a humanidade deveria seguir para alcançar os elevados padrões civilizacionais já usufruídos na Grã-Bretanha. Essa narrativa humanitária se incrustou no imaginário da sociedade britânica, sendo reproduzida em todos os níveis do sistema educacional, sobretudo nas universidades de Cambridge e Oxford. O humanitarismo foi tão forte e presente nos círculos acadêmicos que se constituiu na peça-chave da historiografia imperial até as primeiras décadas do século XX, em especial àquela feita pelo *establishment* de Oxford. Os historiadores que se identificavam com o humanitarismo atribuíam os ideais abolicionistas forjados no Reavivamento Evangélico como a força motriz que desmontou a escravidão nas Américas e o tráfico de escravos no Atlântico.

¹ “Anterior à formulação da Teoria do Sistema-Mundo em vinte e cinco anos e do surgimento da História Atlântica em quarenta anos, *Capitalismo e Escravidão* vinculou habilmente os eventos ocorridos nos países periféricos ao desenvolvimento econômico e político dos países centrais (Ryden, 2012, p. 117). Tradução livre. Da mesma maneira, Marquese e Pimenta (2015, p. 33-36) assinalam que C.L.R. James, com *Os Jacobinos Negros*, e Williams, com *Capitalismo e Escravidão*, podem ser considerados os precursores da “perspectiva global”, pois conectaram a formação do capitalismo na Europa com a escravização de negros africanos nas Américas.

O objetivo principal de *Capitalismo e Escravidão*, e da concepção de Williams em geral, era demonstrar que a benevolência do povo britânico não foi a responsável pelo fim da escravidão. Para o autor, as reais causas que motivaram o Império Britânico a iniciar uma campanha ativa contra a escravidão nas colônias das Américas era outro: a guinada abolicionista era produto do processo de transformação política e ideológica movido pelos interesses econômicos da classe dominante. Esse seria o argumento inicial para corrigir o que Williams (2012; 2014) descreveu como “visão distorcida” sobre as causas das reformas imperiais feitas na primeira metade do século XIX. O termo “reformas imperiais” é empregado para designar de forma sintética os marcos legais referentes à abolição do tráfico de escravos e à emancipação da mão de obra africana escravizada nos territórios pertencentes ao Império Britânico. O processo que culminou com a aprovação do *Slave Trade Act 1807* – sob o título oficial de *An Act for Abolition of the Slave Trade* – e o *Slavery Abolition Act 1833* é o objeto que Williams, em sua obra, analisou para criticar os postulados do humanitarismo, da historiografia imperial e do *establishment* de Oxford. Notemos também que o termo “abolição” é entendido estritamente como a proibição do tráfico de escravos, enquanto “emancipação” designa a libertação geral da população negra do regime de trabalho forçado.

A crítica à tradição britânica foi apenas um dos motivos pelos quais a primeira edição de *Capitalismo e Escravidão* fosse publicada nos Estados Unidos, por uma editora pertencente à Universidade da Carolina do Norte, que, mesmo sendo uma das trincheiras da liberdade intelectual e com um catálogo dedicado à “questão do negro”, precisou da mediação de Lowell Joseph Ragatz – um estudioso da história do Caribe que influenciou diretamente a obra de Williams – para se concretizar (WILLIAMS, 1969). Inicialmente, a repercussão do livro foi promissora, com boa receptividade pela crítica que reconheceu a importância das contribuições à historiografia presentes no livro como substantivas e inovadoras². A ideia de que a escravidão foi essencial à formação do capitalismo foi melhor aceita do que a crítica ao Movimento Abolicionista britânico. No geral, os comentaristas entenderam a relação causal mediada pela rota comercial do Atlântico em que o capital acumulado com a exploração das Índias Ocidentais financiou a industrialização na Grã-Bretanha, mas viram com reserva o argumento de que o gatilho à luta pelo fim da escravidão foi disparado pelos interesses da ascendente classe industrial. As críticas foram direcionadas à afirmação de Williams que o sentimento

² A lista com as resenhas de *Capitalismo e Escravidão* podem ser conferidas em Williams, Eric. *Inward hunger: the education of a prime minister*. London, UK: Andre Deutsch, 1969, p. 70-72. Há também uma apreciação sobre a repercussão do livro clássico de Williams em Drescher, Seymour. *Eric Williams: British Capitalism and British Slavery [A Review of Reviews]*. Middletown, CT: *History and Theory*, Vol. 26, No. 2, 1987, 184-186.

humanitário, baseado na motivação moral e no cristianismo evangélico, além de não estimular as ações filantrópicas, era forjado sob um discurso hipócrita, reservando ao abolicionismo um papel supérfluo no processo de supressão da escravidão no Império Britânico (DRESCHER, 1987; WILLIAMS, 1969).

A resenha de *Capitalismo e Escravidão* escrita por Frank Tannenbaum, historiador da Universidade de Columbia, para o *Political Science Quarterly* nos fornece o teor dos ataques às reflexões que privilegiam a dimensão econômica do escravismo. Em *A Note on the Economic Interpretation of History* [*Uma Nota sobre a Interpretação Econômica da História*] não há propriamente um questionamento sobre a importância dos elementos econômicos à pesquisa histórica, mas afirma que a interpretação proposta por Williams é frágil e inadequada que, por estar restrita ao “determinismo econômico”, ancora-se em argumentos imaturos e ingênuos³. Nesse sentido, o método empregado por Williams, que Tannenbaum (1946) chamou de “doutrina da luta de classes”, seria inadequado ao exame de uma sociedade escravista que indiscutivelmente é marcada pela manutenção do *status quo*. A perspectiva da luta de classes faz com que as conclusões apresentadas em *Capitalismo e Escravidão* estejam limitadas em descrever o ponto no qual a escravidão termina e a liberdade começa. De acordo Tannenbaum (1946), portanto, se Williams quisesse generalizar suas conclusões, precisaria ampliar a base de sua análise no sentido de introduzir as questões sobre o modo de vida pautado na relação senhor-escravo.

A dura crítica de Tannenbaum (1946) à “lei da interpretação econômica da história” presente em *Capitalismo e Escravidão* colocou em evidência não somente um suposto – e, como veremos, falso – argumento doutrinário restrito às causas econômicas da ascensão e queda da escravidão. Ele também construiu a imagem de Williams como um intelectual extremista a serviço de um projeto político nacionalista que não estava comprometido em produzir conhecimento objetivo porque excluiu de sua leitura sobre a escravidão a ética e a moral, elementos essenciais à formulação da “verdadeira história”. Com isso, talvez seja possível afirmar que *A Note on the Economic Interpretation of History* foi a resenha responsável por construir uma imagem negativa das ideias desenvolvidas em *Capitalismo e Escravidão*, contribuindo para que o livro fosse renegado pelos historiadores estadunidenses. Williams

³ “O Sr. Williams escreve sobre a escravidão com uma indignação própria de um filho das Revoluções Americana e Francesa e, ao mesmo tempo, com uma fé fortemente baseada na interpretação econômica da história, visivelmente entusiasmado com a abordagem restrita ao nacionalismo negro. Todas essas coisas podem ser boas em si mesmas, ou mesmo combinadas, mas fornecem uma estrutura inadequada para o estudo objetivo da história da escravidão. Há diversos registros na história da humanidade descrevendo como a escravidão realmente foi. Mas a escravidão não foi o que um jovem que crê em ‘igualdade, liberdade e fraternidade’ pensa que foi” (Tannenbaum, 1946, p. 247). Tradução livre.

(1969) nota em sua autobiografia que tentou responder às críticas de Tannenbaum, mas seu texto nunca foi aceito à publicação⁴:

Compus uma resposta e a enviei ao [*Political Science*] *Quarterly*, que se recusou a publicá-la. Quando o livro de Tannenbaum foi publicado [*Slave and Citizen: The Negro in the Americas*], escrevi uma resenha sobre ele, opondo-me a seu método histórico, repudiando muitos de seus fatos e suposições e desafiando a validade de suas conclusões. O *Quarterly* se recusou a publicá-lo. Portanto, minha resposta a Tannenbaum permaneceu sem ver a luz do dia, até que a publicação do meu [livro] *British Historians and the West Indies* me deu a oportunidade, muito tardiamente, sem culpa minha, de lidar com as suas [de Tannenbaum] deturpações e distorções (WILLIAMS, 1969, p. 72).

Nos anos seguintes, *Capitalismo e Escravidão* ficou relativamente esquecido. A edição britânica, por exemplo, só seria publicada em 1964, provavelmente motivada pela ascensão política de Williams em Trinidad e Tobago, que na condição de Primeiro-ministro de uma ex-colônia do Caribe e formado no prestigiado sistema universitário da Inglaterra, passou a chamar a atenção dos editores britânicos. A introdução feita pelo historiador Denis W. Brogan (1975) diz que a publicação oficial na Grã-Bretanha do livro escrito por um “ex-aluno brilhante” era oportuna dada a atualidade das ideias nele contidas. Brogan (1975, p. 3) reconhece a validade do argumento de Williams e destaca que “se o ‘interesse das Índias Ocidentais’ tivesse sido tão poderoso economicamente no começo do século XIX como fora em meados do XVIII, os filantropos, os evangelistas, teriam agitado e rogado em vão”. Na segunda metade do século XX, a população pauperizada das Índias Ocidentais passou a chamar a atenção da sociedade e dos políticos britânicos quando iniciou uma onda de imigração em direção aos centros industriais da Grã-Bretanha, colocando o inglês médio frente a frente com as consequências de três séculos da política de exploração colonial cujo resultado foi o recrudescimento das tensões sociais marcadas pelo racismo e pela xenofobia (BROGAN, 1975).

Foi nesse mesmo período, entre o final dos anos 1950 e a primeira metade dos anos 1960, que a “atualidade” de *Capitalismo e Escravidão* foi descoberta e explorada. No Brasil, as ideias de Williams encontraram terreno fértil, impactando de maneira determinante a historiografia brasileira. Antes da publicação do livro, intelectuais brasileiros já adotavam em

⁴ Tradução livre. No original, “I composed a reply and sent it to the [*Political Science*] *Quarterly* which declined to publish it. When Tannenbaum's book appeared [*Slave and Citizen: The Negro in the Americas*], I wrote a review of it, opposing his historical method, repudiating many of his facts and assumptions, and challenging the validity of his conclusions. The *Quarterly* declined to publish it. So my reply to Tannenbaum remained without seeing the light of day, until the publication of my *British Historians and the West Indies* provided me with the opportunity, very belatedly through no fault of mine, for dealing with his misrepresentations and distortions” (Williams, 1969, p. 72).

seus trabalhos um quadro analítico semelhante ao empregado por Williams. O exemplo por excelência é *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Júnior. Publicado em 1942, esse clássico da interpretação do Brasil apresenta pelo menos dois pontos de convergência com *Capitalismo e Escravidão*: a importância da economia colonial e da escravidão à construção da riqueza da metrópole – o “sentido da colonização” – e o peso do passado colonial nas sociedades em luta para formarem plenamente suas nações. *Formação do Brasil Contemporâneo* era o precursor da tradição crítica do pensamento brasileiro e, um livro proposto em moldes teóricos próximos, como era o caso de *Capitalismo e Escravidão*, foi bem visto pelos intelectuais brasileiros – servindo tanto como uma das fontes de inspiração para o economista Celso Furtado⁵, quanto uma referência basilar para o sociólogo Fernando Henrique Cardoso e o historiador Fernando Novais⁶.

A relação das obras de Cardoso (2009) e Novais (1989) com *Capitalismo e Escravidão* merece uma nota. Ambos apresentaram seus trabalhos para obter o título de doutorado na Universidade de São Paulo (USP), instituição onde também construíram suas respectivas carreiras como professor e pesquisador. Cardoso era aluno de Florestan Fernandes e, sob sua orientação, pesquisou sobre o papel do negro na sociedade gaúcha. O resultado foi sistematizado em *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, uma tese de doutorado defendida em 1959 cujo argumento central era desconstruir o mito da “democracia de estância” – uma vertente da “democracia racial” – reproduzido pela historiografia gaúcha ao enquadrar a produção pecuária com mão de obra escravizada na transição para o capitalismo e a formação do mercado interno brasileiro.

Fernando Novais, por sua vez, utilizou o quadro interpretativo de Williams para avançar na compreensão do passado colonial do Brasil, ou melhor, da América Portuguesa. Em *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial: 1777-1808*, Novais incorpora as principais contribuições apresentadas em *Capitalismo e Escravidão* ao argumentar que a economia da América Portuguesa, baseada na monocultura e na escravidão, foi organizada para atender aos interesses econômicos metropolitanos. O capital mercantil resultante da exploração da colônia era trágado de Portugal para ser acumulado pelo centro do sistema – com destino à Holanda e, em maior medida, à Grã-Bretanha – sendo que, para esse último, constituiu-se em uma

⁵ Nos referimos especificamente ao clássico da interpretação sobre a formação econômica do Brasil publicado pela primeira vez em 1959. Ver em Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁶ Uma boa apreciação sobre o impacto de *Capitalismo e Escravidão* na historiografia brasileira pode ser encontrado em Marques, Rafael de Bivar. *Capitalismo & Escravidão e a historiografia sobre a escravidão negra nas Américas*. São Paulo, SP: *Revista de Estudos Avançados*, Vol. 26, No.75 (maio/agosto), 2012, p. 347-353.

importante fonte de financiamento da atividade industrial. Nos quadros da consumação do processo de formação do capitalismo, instalou-se uma crise estrutural no sistema colonial que culminou na sua desarticulação ao longo do último quartel do século XVIII e início do século XIX. À exploração colonial com mão de obra escravizada como fonte de riqueza para a metrópole e a crise econômica e política irreversível da economia colonial, Novais (1989) introduziu a ideia, também defendida por Williams, de que o tráfico era o estímulo à reprodução da escravidão negra nas Américas – e não o contrário.

As ideias de Williams, no entanto, não tiveram a mesma adesão e receptividade pela historiografia anglo-saxã. A partir da década de 1970, o esforço quase consensual era de classificar *Capitalismo e Escravidão* como um trabalho superado e irrecuperável. Há três textos que caminharam nesse sentido: *Time on the Cross: the economics of american negro slavery* [Na Encruzilhada do Tempo: a escravidão negra norte-americana em perspectiva econômica], publicado em 1974, *The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823* [O Problema da Escravidão na Era das Revoluções, 1770-1823], publicado em 1975 e, por último, *Econocide: British slavery in the era of abolition* [Econocídio: a escravidão britânica na era da abolição], de 1977. Essas três obras contribuíram para que se forjasse uma estrutura argumentativa com objetivo de minar os fundamentos da interpretação de Williams⁷.

Time on the Cross (1974) é resultado da parceria entre os economistas estadunidenses Robert Fogel e Stanley L. Engerman cujo objetivo geral era empreender uma revisão da história da escravidão através da adoção de um método considerado estritamente “científico”. A partir do que ficou conhecido como “a medida da história”, isto é, da extração e análise exaustiva de uma grande quantidade de dados estatísticos, os autores chegaram em conclusões controversas, distantes do consenso estabelecido anteriormente pela historiografia. Na verdade, o método e a forma como *Time on the Cross* foi organizado, em dois volumes que apresentam separadamente a análise qualitativa e os modelos e dados estatísticos, mostra a intenção dos autores de deslocarem o objeto de estudo para excluírem do debate os historiadores tradicionais. O argumento central de Fogel e Engerman (1974) está em afirmar a escravidão como instituição economicamente eficiente e lucrativa, comprovando que a produtividade das fazendas do Sul dos Estados Unidos, cuja produção era feita em larga escala, realizada em latifúndios e com mão de obra negra escravizada, era maior em comparação às pequenas unidades de produção que empregavam grupos menores de escravizados ou mão de obra assalariada. Além disso, tem-

⁷ Para uma breve exposição sobre a historiografia anglo-saxã crítica à *Capitalismo e Escravidão* ver em Rocha, Antônio Penalves. *Apresentação à edição brasileira*. IN: Drescher, Seymour. *Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo*. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2010a, p. IX-XII.

se o entendimento de que a escravidão era uma instituição socialmente progressista e benéfica à população afro-americana.

Em *The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823*, o historiador norte-americano David Brion Davis argumenta que as reformas imperiais não foram o resultado de um processo revolucionário motivado ou mediado pela ideologia do *laissez-faire* e nem pela formação do capitalismo industrial; nem mesmo o sentimento antiescravista ou o Movimento Abolicionista britânico podem ser considerados revolucionários. Davis (1975) argumenta que a luta abolicionista foi conservadora, porque foi crucial para manter a ordem social vigente na Grã-Bretanha em um período de intensas transformações políticas e econômicas. Nesses termos, o Movimento Abolicionista formou um bloco ideológico hegemônico que conciliou a tradição cristã com a nascente e revolucionária doutrina liberal. Nessa junção entre natureza, representada pela liberdade do *laissez-faire*, e espírito, a fé cristã, construiu-se uma base comum que garantiu a estabilidade da sociedade britânica. A obra de Davis (1975), portanto, exorta a importância de incorporar uma abordagem sobre a relação entre infraestrutura e superestrutura distante e contra qualquer economicismo, o que significa considerar as forças materiais e as ideologias como uma unidade, aproximando o máximo possível a análise histórica da realidade concreta. Isso permitiu entender que o capitalismo não seria formado sem a ideologia do *laissez-faire* e do antiescravismo, ao mesmo tempo em que o abolicionismo não teria a aderência necessária sem a existência do comércio mundial e da indústria.

Mas o ataque direto, e bem-sucedido, a *Capitalismo e Escravidão* foi proferido pelo historiador britânico Seymour Drescher. Aliás, não é demais notar, que boa parte da sua distinta carreira acadêmica foi dedicada à tentativa de sepultar as ideias de Williams. Em 1976, publicou seu primeiro artigo sobre o tema no periódico francês *Annales, Histoire, Sciences Sociales*, intitulado *Le "Déclin" du Système Esclavagiste Britannique et l'Abolition de la Traite* [O "Declínio" do Sistema Escravista Britânico e a Abolição do Tráfico], em que faz uma crítica e questiona a validade do declínio econômico das Índias Ocidentais defendida por Williams. O artigo causou certa controvérsia e as conclusões principais foram desenvolvidas no livro *Econocide*. Nele, Drescher (2010b) argumenta que a "Tese do Declínio" de Williams está equivocada e defende, a partir das mesmas fontes e dados apresentados em *Capitalismo e Escravidão*, que, na primeira metade do século XIX, o tráfico de escravos e a produção de culturas tropicais nas colônias britânicas das Índias Ocidentais continuaram a ser atividades econômicas rentáveis para o Império Britânico. Ao contrário do que Williams (2012; 2014) afirmava, Drescher (1976; 2010b) propunha que, como a economia das colônias era estruturada

em torno da escravidão, a abolição do tráfico de escravos foi a causa inicial e principal do declínio das Índias Ocidentais.

A interpretação de Drescher chamou a atenção porque concluiu, tendo em vista a manutenção da rentabilidade dos negócios vinculados ao comércio com as colônias, que os líderes britânicos sobrepuseram seus valores morais aos ainda pertinentes interesses econômicos para iniciar um movimento inédito contra a desumanidade do tráfico de escravos. O “suicídio econômico”, portanto, seria a prova cabal de que o poder dos valores e das ideias são determinantes nos processos de transformação histórica que estão no cerne da formação do mundo moderno. Em dois pontos, porém, a perspectiva de Drescher (2010b) se aproxima com a desenvolvida por Williams: primeiro, a decisão metodológica de deslocar a análise do processo de abolição da proeminência dos “heróis” ou “Santos” abolicionistas para entendê-lo dentro de seu contexto mais amplo; e segundo, a chegada do século XIX, com suas substantivas transformações econômicas e políticas iniciada décadas antes, abriu o caminho para que os britânicos decidissem abandonar a produção de suas colônias nas Índias Ocidentais. Apesar desses pontos de proximidade, em parte motivados pela crítica à historiografia imperial, as diferenças metodológicas entre Drescher e Williams continuam abismais. Diferentemente de *The Economic Aspect e Capitalismo e Escravidão, Econocide* (2010b) avança e reforça a agenda de pesquisa humanitária⁸.

Já na década de 1980, poucos anos após a morte de Williams, houve um movimento de revisitação de *Capitalismo e Escravidão*. O contexto de rememoração dos 150 anos da promulgação do Ato de Emancipação foi a motivação para discutir o processo que culminou nas reformas imperiais a partir do legado da obra de Williams. Em 1984, os mais proeminentes estudiosos sobre a escravidão se reuniram em uma conferência na comuna italiana de Bellagio: juntaram-se a Brion Davis, Darity Jr., Drescher e Engerman, a economista Barbara Solow, o historiador Howard Temperley, o intelectual caribenho Hilary Beckles, o economista nigeriano Joseph Inikori, entre outros para discutir os temas que versavam sobre as principais contribuições e controvérsias presentes na obra de Williams. O resultado foi a publicação de *British Capitalism and Caribbean Slavery: the legacy of Eric Williams* [*Capitalismo Britânico e a Escravidão no Caribe: o legado de Eric Williams*], em 1987⁹. Como notou Drescher (1987),

⁸ “A expressão contemporânea mais sofisticada do ponto de vista humanitário – na verdade, a perspectiva que Harlow aparentemente pressionou Williams a aceitar – é encontrada no trabalho de Seymour Drescher. Seu primeiro grande estudo sobre o assunto foi intitulado corajosamente como *Econocide*, para tornar evidente a alegação de que a abolição britânica ocorreu apesar das potenciais consequências suicidas à economia britânica” (Darity Jr., 2014, p. 23). Tradução livre.

⁹ Ver em Solow, Barbara L.; Engerman, Stanley L. *British capitalism and Caribbean slavery: the legacy of Eric Williams*. New York; New Rochelle; Melbourne; Sidney: Cambridge University Press, 1987.

a motivação e os temas tratados na Conferência de Bellagio eram bem distintos dos registrados cinquenta anos antes, em 1933, durante as comemorações do centenário do fim da escravidão. O evento ainda era conhecido como “*Wilberforce Day*”, em alusão ao parlamentar abolicionista William Wilberforce, a quem se atribuiu o sucesso da luta antiescravista, e foi realizado em Hull, cidade natal do parlamentar alçado à condição de “Santo” canonizado pela historiografia imperial¹⁰. É sugestiva a influência de *Capitalismo e Escravidão* nessa substantiva mudança.

Foi na Conferência de Bellagio que ocorreu a primeira menção e análise da concepção de Williams a partir de *The Economic Aspect of the Abolition of the West Indian Slave Trade and Slavery* [*O Aspecto Econômico da Abolição do Tráfico de Escravos e da Escravidão nas Índias Ocidentais*], a tese de doutorado defendida na Universidade de Oxford em 1938. Em um curto artigo, Darity Jr. (2012) afirma que a menção foi feita por Temperley durante a Conferência era “enganosa” porque referia-se à tese de doutorado como um trabalho mais “equilibrado” e “razoável” do que seu sucessor, *Capitalismo e Escravidão*¹¹. O motivo para essa constatação, segundo Darity Jr. (2012), não poderia ser mais equivocado: Williams supostamente teria incorporado o argumento humanitário de que as reformas imperiais ocorreriam independentemente das motivações econômicas, dado que, dentro da sociedade britânica, o impulso moral do sentimento antiescravista era, e ainda é, consistente. Darity Jr. (2012) também afirma que Drescher repetiu o argumento de Temperley em sua palestra na Conferência, reforçando a dicotomia entre a “razoabilidade de *The Economic Aspect*” e o “extremismo de *Capitalismo e Escravidão*”.

Na tentativa de desconstruir uma suposta – e questionável – predominância no debate historiográfico da interpretação sobre as reformas imperiais sugerida por Williams, Temperley (1987) afirmou que *The Economic Aspect* era uma obra mais bem construída e pertinente porque apresentava argumentos mais próximos e que dialogavam com a vertente humanitária da

¹⁰ A descrição feita por Drescher ilustra bem o clima de promessa da celebração do centenário do “*Wilberforce Day*”: “Por mais de um século após a emancipação dos escravos britânicos em 1833-1838, o contexto histórico da escravidão britânica e de sua supressão permaneceram praticamente inalterados. O Centenário do Ato de Emancipação em 1933 foi descaradamente celebrado pela Grã-Bretanha como um triunfo imperial em nome da humanidade. O *London Times* apropriadamente intitulou seu relato das principais festividades como ‘O Centenário de Wilberforce’, o Libertador que morreu dramaticamente poucos dias antes do Projeto de Lei de Emancipação superar seu último obstáculo no Parlamento [Britânico]. Hull, a cidade natal de Wilberforce, foi o centro da comemoração. Uma grande procissão cívica, liderada por Lord Mayor e uma série dignitários e descendentes de Wilberforce, passou por sua casa, escola primária e sua estátua. Os procedimentos foram consagrados solenemente pelo Arcebispo de York, acompanhado de hinos e corais religiosos. No momento apropriado da celebração, as bandeiras de cinquenta nações foram desfraldadas diante de vinte mil participantes” (Drescher, 1987, p. 180). Tradução livre.

¹¹ O argumento está sistematizado em Temperley, Howard. *Eric Williams and Abolition: the birth of a new orthodoxy*. IN: Solow, Barbara L.; Engerman, Stanley L. *British capitalism and Caribbean slavery: the legacy of Eric Williams*. New York; New Rochelle; Melbourne; Sidney: Cambridge University Press, p. 229-258, 1987.

historiografia imperial. Foi no processo de reelaboração e reescrita da tese de doutorado que Williams supostamente abandonou a sutileza e complexidade dos argumentos para radicalizar suas ideias. Logo, há uma mudança no tom e no teor do conteúdo apresentado nas duas obras que Temperley (1987) associou ao abandono da perspectiva humanitária seguido da adesão quase total ao “determinismo econômico”. Essa leitura ficou inalterada por mais de duas décadas, em grande medida porque o acesso à versão completa de *The Economic Aspect* estava restrito. Isso começou a mudar a partir de 2012, quando o historiador estadunidense Dale Tomich, por intermédio do *Fernand Braudel Center*, organizou um periódico dedicado ao resgate e reinterpretação da concepção de Williams a partir da leitura de *The Economic Aspect* – que seria publicado posteriormente¹².

Seguindo o exposto nas páginas anteriores, a concepção de Williams, e principalmente *Capitalismo e Escravidão*, atualmente estão sendo revisitados tendo como ponto de partida a análise de *The Economic Aspect*. Esse contexto permite fazer a seguinte questão: é possível afirmar que a interpretação de Williams sobre o processo de supressão da escravidão nas colônias britânicas passou por uma profunda mudança ideológica, efetivamente transitando entre a abordagem humanitária e o “determinismo econômico”? Ou há uma continuidade entre as ideias apresentadas nas duas obras? A hipótese levantada é que em *The Economic Aspect* já estão presentes a interpretação econômica e a crítica à historiografia imperial que são centrais em *Capitalismo e Escravidão*. Assim, Williams dedicou a sua carreira acadêmica, pelo menos durante a primeira metade da década de 1940, para comprovar as conclusões apresentadas na tese de doutorado de 1938. O resultado foi o desdobramento e desenvolvimento delas, que foram ampliadas em três sentidos: 1) na análise do período analisado; 2) no número de teses e conclusões apresentadas; e 3) na circulação das ideias para além dos círculos acadêmicos.

Para responder essas questões e testar a hipótese estabelecida, revisitaremos a trajetória intelectual de Eric Williams desde o período de formação na Universidade de Oxford, iniciada em 1932, até a publicação do livro clássico, em 1944. Sendo assim, o objetivo desta presente dissertação está em apontar, descrever e analisar as continuidades e rupturas que estão presentes na concepção de Williams. Para atender ao objetivo proposto trataremos as obras do intelectual caribenho publicadas entre 1938 e 1944, sendo selecionadas as que orientam suas reflexões estritamente às relações entre a escravidão e o capitalismo. Sendo assim, a leitura da trajetória

¹² A tese original foi reeditada por Dale W. Tomich e publicada em 2014, contando com uma introdução feita por Darity Jr. Ver em Williams, Eric. *The Economic Aspect of the Abolition of the West Indian Slave Trade and Slavery*. Lanham; Boulder; New York; Toronto; Plymouth, UK: Rowman and Littlefield, 2014.

intelectual de Williams construída ao longo das páginas seguintes está dividida em três capítulos organizados em ordem cronológica.

O primeiro capítulo, intitulado “Os Anos na Inglaterra (1932-1938)”, trará uma descrição e análise da formação acadêmica de Williams. Retomaremos brevemente ao período imediatamente anterior ao delimitado para contextualizar a ida de Williams para a Inglaterra, onde obteve o título de doutor pela Universidade de Oxford. Foi nas experiências na metrópole que ele se deparou com a “narrativa oficial” produzida pela historiografia imperial, participou de movimentos anticoloniais e antirracistas e teve contato com os círculos intelectuais radicais. A combinação entre o ambiente elitista e racista e o contato com o pensamento crítico formou o pano de fundo para que Williams construísse sua crítica ao *establishment* de Oxford, em especial contra as ideias defendidas pelo seus professores Reginald Coupland e Vincent Harlow. O resultado foi uma tese de doutorado em que, ao estabelecer os fundamentos econômicos do fim da escravidão nas colônias britânicas das Índias Ocidentais, enfrentou reações de resistência dos defensores da tradição britânica humanitária.

O segundo capítulo, chamado “A Transição do ‘Aspecto Econômico’ para o ‘Capitalismo’ (1939-1943)” tem-se uma apreciação do ponto da trajetória de Williams que foi fundamental à reelaboração e desenvolvimento das conclusões apresentadas em *The Economic Aspect*. Veremos como o contexto político dos Estados Unidos, ainda sob as Leis de Segregação Racial e que já fervilhava com os protestos pelos *Civil Rights* [*Direitos Civis*], e o ambiente intelectual da Universidade de Howard, a “Oxford Negra”, foram cruciais à trajetória intelectual de Williams. Foi como docente na “Oxford Negra” que Williams teve a oportunidade de travar um contato próximo com intelectuais negros envolvidos em temas sobre a “questão do negro” que o estimularam a revisar e reelaborar suas ideias defendidas na tese de doutorado de 1938. Mostraremos quais contornos dessa reelaboração já estão presentes nos trabalhos escritos por Williams durante a primeira metade da década de 1940 para traçarmos, a partir de suas continuidades e rupturas, uma linha que conecta “A Tese da Abolição de Williams” apresentada em Oxford com “As Teses de Williams” sistematizadas em *Capitalismo e Escravidão*.

Por fim, no capítulo três, “As Teses de Williams (1944)”, será feita uma análise da contribuição mais conhecida do intelectual caribenho à historiografia colonial e da escravidão negra, presente em *Capitalismo e Escravidão*, em que estão estruturados e sistematizados os fundamentos econômicos que atravessam as questões sobre o abolicionismo britânico, as reformas imperiais, o desenvolvimento do capitalismo e as raízes do racismo. Para isso, nomeamos e definimos as “Teses de Williams” da seguinte maneira: a *Tese I* relaciona a exploração dos africanos escravizados nas colônias britânicas das Américas com a formação do

capitalismo industrial na Grã-Bretanha; a *Tese II*, também conhecida como “Tese do Declínio”, afirma que a importância das colônias britânicas no Caribe para o Império Britânico, as chamadas Índias Ocidentais, entraram em declínio econômico a partir do último quartel do século XVIII que, com o passar do tempo, provou-se irreversível; por fim, a *Tese III* reafirma as origens econômicas da escravidão para defender que o racismo é uma consequência direta da adoção sistemática do trabalho forçado. Como veremos ao longo do terceiro capítulo, essa não é uma classificação consensual e é apenas uma das diversas formas possíveis de categorização das principais contribuições de Williams.

Além dessa introdução e dos três capítulos acima descritos, a estrutura desta presente dissertação conta com considerações finais cujo propósito é reunir e organizar os pontos essenciais apresentados em cada capítulo, concluir sobre a validade ou não da hipótese sugerida e apontar as tendências que a discussão e apropriação das contribuições de Williams à historiografia recente sobre o papel da escravidão nas Américas à ascensão do capitalismo na Europa.

Capítulo 1

Os anos na Inglaterra (1932-1938)

A análise do período em que Eric Williams viveu na Inglaterra apresentada nesse capítulo buscará dimensionar como as experiências de sociabilidade na metrópole moldaram as ideias de um jovem de origem colonial aspirante a professor. A sociabilidade metropolitana a qual Williams foi submetida pode ser dividida em duas esferas que, mesmo sendo diametralmente opostas do ponto de vista ideológico, se combinam: o ambiente da Universidade de Oxford e as reuniões dos círculos políticos radicais. Demonstrar como essa combinação foi determinante à construção de uma interpretação própria sobre a História impõe uma reflexão sobre como ele lidou e organizou as diversas referências teóricas e ideológicas que obteve no decorrer de sua formação. No geral, as principais obras que influenciaram Williams não pertencem à produção historiográfica imperial, que em certa medida era pautada pelo *establishment* de Oxford, mas oriundas do contato com intelectuais e militantes pertencentes aos círculos de organizações políticas cuja militância era permeada pelo anticolonialismo e combate ao racismo. O interessante é perceber a maneira fluída como essas referências tão distintas entre si se relacionam, o que pode ser entendido como um dos fatores do processo que Palmer (2006) denominou de “descolonização intelectual”.

Isso significa que as referências fundamentais à formação da concepção de Williams tinham no seu horizonte a crítica e o rompimento com o *status quo*, colocando-os à margem do debate acadêmico convencional. E era o que importava para o jovem estudante de Oxford e aspirante a professor: referências comprometidas com a transformação social que permitiria construir o que ele acreditava ser uma interpretação não “distorcida” da história. Não por acaso, a figura que marcou definitivamente a sua trajetória e formação intelectual era também uma amizade de longa data e companheiro de militância, Cyril Lionel Robert James – conhecido como C.L.R. James. A interpretação de James sobre a Revolução Haitiana (1791-1804) narrada em *Os Jacobinos Negros* foi determinante para Williams definir os caminhos de sua pesquisa no doutorado. Cabe advertir que essa mescla entre as influências políticas e referências acadêmicas será explorada dentro dos parâmetros de uma dissertação e em conformidade com a delimitação do objeto proposta para este trabalho, não sendo, portanto, o objetivo deste capítulo apresentar uma biografia sobre Eric Williams. Porém, dada a impossibilidade de separar o autor de sua respectiva obra, os aspectos da vida pessoal que de alguma maneira

influenciaram a trajetória intelectual serão devidamente pontuados e comentados¹³ (WILLIAMS, 1969; 2012; 2014).

A marca na trajetória intelectual de Williams mais importante aos objetivos desta dissertação está relacionada à adoção do materialismo histórico. De maneira geral, o materialismo histórico pode ser descrito como um método de interpretação da história em que é estabelecida a conexão entre a base econômica, considerada o determinante último, e os elementos políticos, jurídicos, religiosos, entre outros. Tais elementos reagem uns sobre os outros de maneira interdependente e, ao serem contextualizados no movimento histórico real, conformam uma abordagem totalizante que torna possível identificar como as transformações nas relações de produção e na sociedade determinam-se entre si. É a partir dessa perspectiva, a ciência social histórica, que se pode apreender a ascensão e crise dos diferentes modos de produção, dado que a interação entre as diversas dimensões da sociedade dentro de seu movimento concreto permite compreender como ocorre o embate entre o “velho” e o “novo” e, também, identificar quais são as classes sociais formadas e como elas se digladiam entre si para dominar o sistema produtivo e impor sua concepção de mundo. Como sugere Fernandes (1989), o fenômeno histórico é construído, portanto, dentro de um complexo contexto de tempo e de espaço em que se manifestam inúmeras forças entrecruzadas¹⁴.

Em alguma medida o contato com os grupos anticoloniais e antirracistas na Inglaterra permitiu Williams ter acesso às “ideias materialistas” que aguçaram seu senso crítico contra a ideologia burguesa, amplamente escorada nos preceitos do idealismo. As críticas eram direcionadas ao humanitarismo, cujo propósito era forjar uma relação de causalidade direta entre a figura do “bom inglês” e o avanço civilizatório legado pelo Império Britânico às suas

¹³ Para um panorama geral sobre aspectos biográficos de Eric Williams ver Marquese, Rafael de Bivar. *Capitalismo & Escravidão e a historiografia sobre a escravidão negra nas Américas*. Revista de Estudos Avançados, São Paulo, Vol. 26, No.75 (maio/agosto), 2012; sobre a passagem de Williams pelos Estados Unidos e sua relação com os intelectuais da Universidade de Howard ver Gaspar, David B. *They 'could never have too much of my work': Eric Williams and The Journal of Negro History, 1940-1945*. Chicago, IL: The Journal of African American History; Washington, DC: Association for the Study of African American Life and History, Vol. 88, No. 3, p. 291-303, 2003; para biografias completas ver Williams, Eric. *Inward hunger: the education of a prime minister*. London: Andre Deutsch, 1969 e Oxaal, Ivar. *Black intellectuals come to power: the rise of creole nationalism in Trinidad and Tobago*. Cambridge, MA: Schenkman Publ. Co., 1968 e Palmer, Colin A. *Eric Williams and the making of the modern Caribbean*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.

¹⁴ Diante da complexidade do debate envolvendo o materialismo histórico e das diversas acepções sobre o conceito de modo de produção e como se dão as relações de produção, não teríamos como apresentar uma definição rigorosa ou uma reflexão profunda sobre o tema. Dessa forma, frente ao recorte proposto nesta presente dissertação, optamos por apresentar uma leitura do que consideramos ser os pontos centrais da apropriação feita por Williams sobre a concepção materialista da história e como ele a opera ao longo de suas obras. Assim, focaremos a análise em demonstrar como Williams, desde sua tese de doutorado apresentada em Oxford, se posicionou contra o empirismo abstrato e a interpretação idealista da história que eram próprias da vertente humanitária da historiografia imperial. Para uma discussão aprofundada sobre o materialismo histórico ver Fernandes, Florestan. *Marx e Engels: história*. São Paulo, SP: Editora Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1989.

colônias além-mar. Ainda como estudante de Oxford, Williams percebeu que os ideais humanitários difundidos pela maioria de seus professores eram inadequados à compreensão das reverberações do domínio colonial. Mas foi a partir da influência das ideias propagadas nos círculos radicais que ele pôde entender o porquê desta inadequação: os historiadores humanitários, ao abstraírem de suas análises as tensões geradas pelas transformações econômicas e políticas, não conseguiram apreender as condições objetivas que levaram à supressão da escravidão nas colônias britânicas no início do século XIX. Para captar tais condições objetivas do processo que culminou com as reformas imperiais, Williams propôs uma interpretação fundamentada na mudança no padrão de acumulação da Grã-Bretanha como fator determinante para que a escravidão e o tráfico de escravos perdessem o apoio das classes dominantes e, num período de cerca de cinquenta anos, fossem formalmente proibidos. Em resumo, tratou-se de transpor o centro da análise do campo das ideias para os condicionantes materiais.

Esse é o mote da tese de doutorado de Williams que também será analisada neste capítulo. Entendido como o produto da amálgama entre a formação acadêmica e a militância política na Inglaterra, *The Economic Aspect* era um ataque interno e direto ao *establishment* de Oxford. Williams, ao mesmo tempo, sofreu resistências e foi incentivado a seguir com uma agenda de pesquisa crítica cujo resultado poderia ser uma interpretação inovadora que desafiaria a narrativa humanitária sobre o processo de extinção do tráfico e da escravidão nas colônias do Império Britânico. Contudo, esse apoio esteve condicionado em alguma medida à adesão de Williams aos postulados da interpretação humanitária. De forma estratégica, ele incorporou alguns elementos do humanitarismo em *The Economic Aspect*, mas a centralidade da interpretação econômica foi mantida. Williams apresentou, portanto, uma interpretação sobre as causas e motivações econômicas das reformas imperiais ancorado em dois elementos, um central e outro lateral: o primeiro refere-se ao declínio das Índias Ocidentais, enquanto o segundo marca de forma não sistematizada a importância da economia colonial e do tráfico de escravos para a geração e acumulação de riqueza da Grã-Bretanha. Ambos também são os pontos de partida utilizados para a elaboração de *Capitalismo e Escravidão*.

O capítulo está estruturado da seguinte maneira: o primeiro tópico, “a formação em Oxford” versará sobre a experiência de Williams na Inglaterra em duas dimensões distintas: a primeira, seria o contato com a historiografia imperial reproduzida nas salas de aula de Oxford, sintetizado nas contribuições de Sir. Reginald Coupland – professor de História Colonial em Oxford e um dos baluartes do humanitarismo; a segunda, por sua vez, refere-se à influência que os círculos políticos e intelectuais predominantemente anticoloniais exerceram sobre Williams.

Entender esse processo exige fazer um breve compilado analítico das ideias que o influenciaram a adotar uma abordagem historiográfica materialista e anti-imperial. O ponto seguinte, “contra o *establishment* de Oxford”, busca fazer uma apreciação de *The Economic Aspect* a partir da contextualização das condições as quais Williams estava submetido quando elaborou sua interpretação sobre os fundamentos econômicos da Abolição e Emancipação no Império Britânico. Assim, veremos como a mobilização bem-sucedida das influências até então marginalizadas dos círculos acadêmicos convencionais possibilitaram Williams formular sua crítica ao humanitarismo – e a primeira crítica interna ao *establishment* de Oxford – fazendo com que *The Economic Aspect* fosse considerado o primeiro passo à constituição da interpretação econômica da abolição do tráfico e da escravidão que iria corrigir a visão “distorcida” propagada pela historiografia imperial.

1.1 A formação em Oxford

Em 1938, um jovem proveniente da colônia britânica de Trinidad e Tobago era candidato a doutor pela prestigiada Universidade de Oxford, no Reino Unido. Os *Colleges* de Oxford eram os redutos dos intelectuais humanitários e o *locus* dos principais bastiões da chamada “escola imperial”. Envolto pela liturgia carregada pelo tradição e orgulho autoproclamado de uma universidade tradicional, Eric Williams defendeu as suas ideias apresentadas em *The Economic Aspect of the Abolition of the British West Indian Slave Trade and Slavery*. Tratava-se de um estudo ancorado em extensa pesquisa documental que tinha por objetivo demonstrar, categoricamente, os fundamentos econômicos da abolição do tráfico de escravos e da emancipação geral da população negra escravizada no Império Britânico. A partir da análise do “aspecto econômico”, o trabalho se propôs a questionar a centralidade da moral e da ética cristã na campanha abolicionista, considerando-as forças marginais que atuavam em segundo plano. Mesmo criticando e subvertendo o cânone interpretativo humanitário, a tese foi aprovada na arguição oral e Williams obteve o título de doutor. Porém, a crítica aos pilares do humanitarismo, marcado pelo tom revisionista à historiografia imperialista, impediu que *The Economic Aspect* fosse publicado, o que dificultou a circulação de suas ideias e impossibilitou o jovem pesquisador desenvolver sua carreira acadêmica nas universidades britânicas (WILLIAMS, 1969).

À primeira vista pode parecer estranho ao leitor contemporâneo que um jovem nascido e educado na colônia pudesse ter acesso à elite do sistema universitário europeu na década de 1930. Uma possível resposta que diluiria esse estranhamento pode estar na política de educação

e cultura que o Império Britânico mantinha com as colônias. Das diversas formas de difundir os ideais do Império, talvez uma das mais eficientes fosse permitir que uma pequena fração da população nascida nas colônias tivesse acesso ao prestigiado sistema educacional da metrópole. Aos nativos do então caribe anglófono restava a opção de candidatar-se às bolsas de estudos oferecidas pelo governo britânico. No entanto, em uma sociedade marcada pelo passado de exploração colonial, a ascensão social dependia de três fatores “qualificadores”: cor, dinheiro e educação. Ser descendente de escravizados significava, portanto, lidar com a precariedade material, ter acesso restrito à educação formal e ser sumariamente marginalizado. A marginalização foi algo que Williams teve que lidar durante toda sua infância: o primogênito de uma família numerosa e de poucos recursos materiais, filho de um modesto funcionário dos correios locais, ele não atendia aos pré-requisitos “qualificadores” para a ascensão social em Trinidad e Tobago. Exceto em um deles: a educação formal recebida em Trinidad foi o caminho para que Williams pudesse romper, ao menos parcialmente, os laços com esse ambiente de exclusão social e privação econômica. Seu excelente desempenho na escola primária lhe rendeu uma bolsa de estudos no *Queen’s Royal College*, situado na capital *Port Spain*, um dos poucos meios institucionais que permitiam a ascensão social aos negros pobres nascidos na colônia (MARQUESE, 2012; PALMER, 2006; WILLIAMS, 1969).

A política de concessão de bolsas de estudos às universidades da Inglaterra destinada aos nativos das colônias britânicas tinha como objetivo final não declarado educá-los dentro dos princípios morais e ideológicos europeus. A intenção, também não declarada, fazia parte da estratégia de formar ideologicamente uma “elite colonial” à imagem e semelhança das elites metropolitanas. O mote da formação, portanto, era tornar seus alunos “britânicos”. Quando retornavam às suas respectivas terras natais, geralmente ocupavam os altos cargos da administração pública colonial ou tornavam-se lideranças políticas e intelectuais. A atuação de destaque estava balizada na premissa de que os valores aprendidos durante a formação no sistema educacional metropolitano fossem reproduzidos sem questionamentos ao longo de décadas. Era esse o ponto crucial para a manutenção e efetividade da “missão civilizatória”.

No entanto, a crise sistêmica pela qual passava o mundo ocidental capitalista na década de 1930 teve reverberações concretas que abalaram os pilares da hegemonia britânica no sistema internacional. Com a liderança mundial sendo questionada, o Império Britânico viu seus mecanismos de controle social tradicionalmente utilizados – sejam nas colônias ou nas regiões periféricas formalmente independentes – tornarem-se ineficazes. Assim, seria uma questão de tempo para que a política de formação das “elites coloniais” atingisse o seu esgotamento e perdesse sua função principal de garantir a dominação colonial pela imposição

cultural. Como tentaremos mostrar ao longo deste capítulo, a trajetória de Williams é ilustrativa desse movimento: ao invés de reproduzir o que era ensinado em Oxford, ele decidiu empreender uma crítica na raiz da tradição liberal e dos princípios do humanitarismo que desafiou o conhecimento consolidado ao ponto de transpor as principais questões historiográficas anteriormente centradas no império para a colônia e à escravidão negra.

A escola secundária que Williams frequentou, o *Queen's Royal College*, era uma instituição de ensino, com ares modernos e progressistas, projetada para formar a elite intelectual, cultural e econômica no Caribe aos moldes metropolitanos. Uma das poucas instituições, vale notar, que oferecia chances reais aos seus alunos de ingressarem na elite do sistema universitário britânico. Durante os estudos secundários em *Port Spain*, Williams teria conhecido C.L.R. James, com quem construiu uma amizade fraterna que só seria rompida por discordâncias políticas décadas depois. Sendo dez anos mais velho, James foi professor e tutor de Williams, condição que o fez ser uma importante influência intelectual e política. Essa influência reverberou ao ponto de estender-se à escolha do curso universitário. No final de 1931, após trajetória acadêmica destacada, reflexo de uma rotina de estudos disciplinada, Williams foi contemplado com a *Island Scholarship*. Essa bolsa de estudos, de acesso restrito e muito disputada, garantia o aceite e a permanência dos candidatos contemplados às prestigiadas universidades de Oxford e Cambridge. Contrariando os desejos de seu pai, que queria ver o filho formado em direito ou medicina, Williams, com sua predileção pelas humanidades clássicas, decidiu ir a Oxford para tornar-se professor¹⁵ (MARQUESE, 2012; PALMER, 2006; WILLIAMS, 1969).

Como estudante na Inglaterra, Williams se deparou com um padrão de sociabilidade distinto do experienciado por ele no mundo colonial. A percepção dele sobre essa diferença estava nas diversas formas como o racismo se manifestava. Enquanto em Trinidad e Tobago os efeitos deletérios do preconceito se manifestavam concretamente em exclusão econômica, na metrópole eram revelados a partir de episódios que despontavam em sofrimento social e psicológico. Os exemplos disso variavam entre o constante questionamento, por parte de seus colegas brancos, de sua capacidade intelectual ou de sentir-se prejudicado nos processos seletivos para atividades extracurriculares e de bolsas de estudo e pesquisa nos *Colleges* da universidade. O impacto negativo do racismo institucional foi registrado por Williams em sua autobiografia ao citar o episódio em que teve o pedido de bolsa de estudos para o tradicional

¹⁵ “Seu desejo [do pai] era que eu estudasse medicina ou direito, de preferência que eu me formasse em medicina. Ele queria que eu tivesse ‘independência’, como ele sempre dizia. Desde muito cedo, meu ponto de vista divergiu do dele. Eu estava determinado a ser professor” (Williams, 1969, p. 38). Tradução livre.

All Souls College negado. Reduto prestigiado dos mais destacados alunos de Oxford, o *All Souls College* indeferiu sem maiores explicações o ingresso de Williams, mesmo ele sendo comprovadamente o melhor aluno de sua turma. Ao mesmo tempo, era invariavelmente confrontado com os discursos reproduzidos pelos seus professores sob a premissa do “Império Benevolente”, que à época dominava os estudos em história colonial e imperial de forma absoluta (MARQUESE, 2012; PALMER, 2006; WILLIAMS, 1969).

Williams encontrou o respiro à hostilidade da sociabilidade metropolitana nos círculos radicais de militância antirracista, anticolonial e pan-africanista. Nas reuniões de grupos como *West African Students' Union* e *The League of Coloured Peoples*, Williams teve a oportunidade de participar de uma série de protestos e assistir aos discursos de Kwame Nkrumah, Jomo Kenyatta e Jawaharwal Nehru, à época figuras proeminentes da luta anticolonial¹⁶. Nesses espaços ele pôde dialogar com intelectuais, políticos, jornalistas e militantes de esquerda procedentes do mundo colonial. Aqui cabe destacar, além da já mencionada amizade com C.L.R. James, a aproximação política com outro ilustre compatriota: o líder comunista George Padmore. Juntos eles formavam a “trindade trinidadiana” – que foi fundamental à formação política e intelectual de Williams. Embora não possamos mensurar o grau de comprometimento e participação de Williams nesses grupos, é possível sugerir que o contato com as diversas vozes ecoando os sentimentos anticoloniais foi, além de duradouro, prolífico. Tão duradouro e prolífico que, mesmo após mudar-se para os Estados Unidos, continuou estreitando laços com diversas outras figuras proeminentes da política e intelectualidade, tais como Abram Harris, Alain Locke, Ralph Bunche, e também com estudiosos caribenhos, como o historiador cubano Fernando Ortiz. Eles foram os principais interlocutores que inspiraram os rumos da crítica ao

¹⁶ Nas décadas seguintes, esses destacados quadros dos círculos radicais tornaram-se os líderes de movimentos de libertação nacionais e independência política. Kwame Nkrumah, além de ser um dos fundadores do Pan-Africanismo, foi proclamado “Líder Vitorioso” do movimento que unificou os territórios da Costa do Ouro transformando-os, em 1957, na República do Gana; Jomo Kenyatta, por sua vez, foi um educador e político oriundo da África Oriental Britânica, líder do movimento de independência que fundou a atual República do Quênia em 1963; por fim, Jawaharwal Nehru, ou Pandita Nehru, na posição de líder da esquerda do Congresso Indiano e herdeiro político de Mahatma Gandhi, foi o defensor da saída total da Índia do Império Britânico, tornando-se o Primeiro-ministro imediatamente após a declaração de independência em 1947. Nota-se um padrão nessas trajetórias: da militância política na metrópole europeia, passando pela liderança do movimento de libertação nacional até ser alçado a Chefe de Estado após a independência política, cargo que ocupariam por décadas sob a escusa de realização e manutenção de seus respectivos projetos de modernização. Há, portanto, um fino paralelo entre a história dessas três proeminentes figuras e a trajetória de Williams: após anos de militância intelectual, ele fundou o *People's National Movement* (PNM), partido que encampou a luta política pela independência de Trinidad e Tobago. Como líder do PNM, Williams ocupou o cargo de Premier entre 1959-1961. Nesse período, o PNM conseguiu maioria no Parlamento para redigir e aprovar a Constituição de Independência. Após ser declarada independente do Império Britânico em 1962, Williams foi eleito Primeiro-ministro, permanecendo no cargo até a sua morte em 1981.

colonialismo tão presente na trajetória de Williams (BRANDON, 2017; GASPAR, 2003; MARQUESE, 2012; PALMER, 2006; WILLIAMS, 1969).

Dessa maneira, Williams desenvolveu e internalizou um agudo senso crítico permeado por um forte sentimento anticolonial e antirracista. Isso, junto às diferenças entre as experiências de sociabilidade em Trinidad e Tobago e na Inglaterra com o que era ensinado nas salas de aula em Oxford, resultou no contrapeso com o qual Williams ponderou e balizou sua trajetória como acadêmico e sua militância política. Esse contrapeso o fez entender, em consonância com seus colegas de militância, que a presença de negras e negros nativos das colônias no corpo discente das universidades metropolitanas era uma extensão e continuidade da exploração característica do sistema colonial (BECKLES, 1984). Foi a partir dessa compreensão do domínio imperial que pôde aflorar o interesse em determinadas relações históricas, particularmente aquelas que derivam da integração econômica do Caribe com a economia capitalista metropolitana em expansão (BECKLES, 1984; WILLIAMS, 1969). Influenciado, em certa medida, pelos escritos de Karl Marx e pela emergência dos grupos radicais anticoloniais, antirracistas e pan-africanistas, Williams, junto a uma série de outros intelectuais caribenhos, decidiu aderir ao movimento de reescrita da história da população negra e das colônias caribenhas (MARQUESE, 2012; PALMER, 2006).

A reescrita da história contou com a apropriação de novas abordagens e métodos de análise que questionavam o *status quo*. Como não tinham espaço nos currículos acadêmicos das universidades, estas ideias eram difundidas por intermédio desses grupos radicais. Dada a delimitação do objeto desta presente dissertação, não nos aprofundaremos sobre a influência da obra de Marx no posicionamento político e intelectual dos grupos radicais anticoloniais atuantes na Inglaterra. Porém, no caso específico de Williams, talvez seja pertinente notar que a incorporação do materialismo histórico foi fundamental na construção de seu pensamento sistêmico e crítico. Basicamente, veremos ao longo deste capítulo que Williams propôs uma crítica à interpretação humanitária demonstrando o que seriam as reais motivações da campanha britânica pela supressão do tráfico de escravos e da escravidão. Esse era o ataque ao humanitarismo, que era uma narrativa construída em torno do culto à força moral e à filantropia cristã capitaneada pelo Movimento Abolicionista, o que reduzia a historiografia imperial sobre o tema à mera descrição da aparência de um fenômeno que era, ao seu ver, complexo e controverso. Em síntese, o argumento apresentado em *The Economic Aspect* (2014) estava na importância dos interesses econômicos e estratégicos do Império Britânico à aprovação do Ato de Abolição do Tráfico de Escravos, em detrimento do Movimento Abolicionista – cujo papel nesse processo era superestimado pela vertente humanitária da historiografia imperial.

1.1.1 Reginald Coupland: porta-voz do establishment de Oxford

Quando Williams era um jovem estudante na Inglaterra deparou-se com uma visão sistematicamente reproduzida nas aulas sobre história colonial: o Império Britânico, incorporando os traços de “bondade e benevolência” característicos do povo britânico, deixou como legado ao mundo ocidental um substantivo avanço civilizacional. A campanha pelo fim da escravidão nas colônias do Novo Mundo marcaria o início da missão civilizadora comandada pelos britânicos. A prática do “negócio nojento”, como os abolicionistas chamavam o tráfico de escravos, teria sido proibida no Império Britânico graças a uma intensa jornada humanitária, com ares de “cruzada nacional”, liderada por homens livres que eram orientados por preceitos morais catalisados pelo “renascimento evangélico” e sentimentos altruístas. A junção do fervor cristão com a filantropia culminou em uma retórica antiescravista que conseguiu mobilizar amplamente a sociedade britânica no objetivo de libertar os africanos do trabalho forçado (COUPLAND, 1964; DARITY Jr., 2014; FOLARIN, 1975; WILLIAMS, 2012; 2014).

A Universidade de Oxford era um dos espaços de produção e disseminação do ideário humanitário. No geral, as narrativas reproduzidas pelos seus professores da então Faculdade de História Moderna estavam comprometidas na defesa da moral como balizadora das ações políticas e econômicas, considerando positiva a promoção do valores considerados “civilizados” nas diversas incursões dos britânicos pelas terras distantes da América e da Ásia. Especificamente seus estudos em história moderna e colonial foram os responsáveis por fornecer as bases historiográficas da interpretação humanitária sobre a campanha vitoriosa pela abolição do tráfico e da escravidão. Williams direcionava suas críticas à tradição britânica, em específico ao humanitarismo, porque ela estabeleceu as bases pretensamente científicas do abolicionismo no sentimento antiescravista cristão, filantrópico e moralmente orientado. O resultado desse movimento analítico foi a reprodução, em todos os níveis do sistema educacional britânico, da narrativa sobre o fim da escravidão que atendia aos interesses estratégicos e econômicos do Império e que se enraizou no inconsciente coletivo. Essas ideias foram propagadas, e propagandeados, durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX sem ter de enfrentar questionamentos ou sólidas análises críticas.

Apesar das críticas à historiografia imperial pela incorporação na análise da esfera econômica serem anteriores à publicação de *Capitalismo e Escravidão*, e até mesmo da defesa de *The Economic Aspect*, foi Williams o primeiro a evocar os aspectos econômicos para

questionar os pilares da interpretação humanitária¹⁷. A primeira crítica direta ao humanitarismo, e especificamente ao Professor Reginald Coupland, foi feita em um ensaio intitulado *The Golden Age of the Slave System in Britain* publicado em 1940¹⁸. As duras críticas que Williams direcionou a Coupland também indicam que o professor de Oxford era o principal representante de uma escola de pensamento dentro da universidade e, também, o formador de uma série de outros historiadores comprometidos em defender os valores do Império. Tendo isso em conta, vamos considerar a obra de Coupland a forma mais acabada e representativa da tradição humanitária da historiografia imperial de Oxford (FOLARIN, 1975; WILLIAMS, 1969; 2012).

Como burocrata e estudioso influente – exerceu o cargo de *Beit Professor of Colonial History* e foi funcionário a serviço do Império Britânico em diversas ocasiões – Reginald Coupland dedicou sua pesquisa aos temas em que podia explorar e lapidar a imagem humanitária do Império Britânico¹⁹. A publicação de *The British Anti-Slavery Movement* em 1933 é um bom exemplo da construção da imagem benevolente do Império. A princípio, pode-se incorrer no erro de considerar essa obra apenas como um conjunto de ensaios organizados com a escusa de comemorar o centenário do fim da escravidão no Império Britânico. Contudo, não se trata apenas disso: a importância desse livro está na apresentação da síntese mais acabada do pensamento de Coupland que serviria como alicerce para reforçar a narrativa oficial que já estava sendo construída há décadas. No mais, o pensamento de Coupland é o arquétipo da vertente humanitária da historiografia imperial que dominava a Universidade de Oxford durante a primeira metade do século XX.

The British Anti-Slavery Movement (1964) contém a narrativa humanitária sobre o fim da escravidão que Williams se propôs a desafiar e combater. Nesse livro está a apologia dos valores morais como o elemento central e presente em todas as fases do Império Britânico, restringindo os fatores econômicos à explicação da grandeza e da continuidade da escravidão e do tráfico de escravos. A narrativa parte da ideia que foi somente no período entre 1713 e 1783 que o enriquecimento de uma parcela da sociedade britânica, cujos negócios estavam vinculados à escravidão e ao comércio com as colônias, eclipsou os valores morais da política

¹⁷ Para uma apreciação sobre os aspectos econômicos do Império Britânico anterior à interpretação de Williams ver Pares, Richard. *The economic factors in the history of the Empire*. Glasgow: The Economic History Review, Vol. 7, No. 2, p. 119-144, 1938; já para uma breve análise de obras anteriores às de Williams que continham em seus argumentos sobre o processo de Abolição do Tráfico de Escravos Ver em Darity Jr., William. *The Williams abolition thesis before Williams*. London: Slavery and Abolition, Vol. 9, No. 1, p. 29-41, 1988.

¹⁸ Uma apreciação mais aprofundada de *The Golden Age of the Slave System in Britain* pode ser conferida no Capítulo 2 desta presente dissertação.

¹⁹ Para detalhes biográficos de Sir. Reginald Coupland ver Louis, Roger Wm. *Introduction*. IN: Winks, Robin W (org.). *The Oxford History of the British Empire: historiography*. Oxford, UK: The Oxford University Press, Vol. 5, 1999, p. 23-24.

oficial. Assim, o período de riqueza construída a partir da conquista do *Asiento* em 1713, um trunfo diplomático que conferiu à Grã-Bretanha o controle da rota comercial de escravizados no Atlântico, foi encerrado com a perda definitiva das Treze Colônias nas Américas, no processo iniciado em 1776 com a Revolução Americana. Para Coupland (1964), o ano de 1783 inicia uma nova fase do Império, em que a centralidade dos valores morais e cristãos seriam reestabelecidos a partir da incorporação do desejo de liberdade pela mobilização de grupos de indivíduos.

É nesse contexto, em parte romantizado por Coupland (1964), que o abolicionismo britânico floresceu. Contudo, as suas raízes remetem ao século XVII. O pioneirismo do repúdio, no discurso e na ação, da escravidão coube à *Religious Society of Friends* [Sociedade Religiosa dos Amigos], também conhecida como “Sociedade dos Amigos”, sendo seus membros denominados comumente por “*Quakers*” ou “Amigos”. Em 1671, o fundador da Sociedade, George Fox, exortou os Amigos da ilha de Barbados a “mitigar os males da escravidão, tratando-os bem e libertando-os depois de alguns anos de servidão”; em 1688, os *Quakers* residentes na Pensilvânia trouxeram a questão moral do comércio e da posse de escravos à tona ao indagar se havia realmente diferença entre quem rouba uma pessoa e quem compra uma pessoa²⁰ (COUPLAND, 1964, p. 42). Um século depois, a Sociedade dos Amigos incorporou à sua concepção de mundo a aversão a toda e qualquer conexão com a escravidão. A maioria dos *Quakers* residentes na Inglaterra ou nas colônias do Novo Mundo que eram proprietários de escravos ou tinham negócios relacionados ao tráfico foram gradativamente estimulados e induzidos a abandoná-los²¹.

Porém, a militância contra a escravidão iniciada pelos *Quakers* tinha suas limitações impostas pelo seu caráter pontual e difuso, revelando uma certa crueza do nascente sentimento antiescravista. Isso porque as petições que pediam a proibição da escravidão enviadas pelo grupo ao Parlamento não tiveram êxito. A primeira delas, por exemplo, enviada em 1783 foi negada. Parte considerável da opinião pública britânica apoiava ou via com indiferença e distanciamento o que ocorria nas colônias, acreditando que tais questões estavam restritas aos portos, aos navios, ao Atlântico e a outro continente. Mesmo assim, Coupland (1964) enquadrou o momento da ascensão de um movimento humanitário no período revolucionário que marcou

²⁰ Tradução livre. No original, “George Fox, their founder, had urged the ‘Friends’ in Barbados in 1671 to mitigate the evils of Slavery by treating their slaves well and by setting them free ‘after certain years of servitude (...) Those who steal or rob men and those who buy or purchase them, are they not all like?’” (Coupland, 1964, p. 42).

²¹ “Em 1774, foi promulgado um decreto de expulsão da Sociedade para qualquer ‘Amigo’ que persistisse em ter negócios no Comércio, e em 1776 a manumissão foi igualmente aplicada a qualquer ‘Amigo’ que ainda possuísse escravos” (Coupland, 1964, p. 42). Tradução livre.

a derrocada do Antigo Sistema Colonial. Foi também na década de 1780 que a escravidão começava ser vista pelos britânicos não apenas como um resquício indesejado do Antigo Regime, mas um problema incontornável dentro de um mundo que, sob a liderança do Império Britânico, começava a ecoar palavras de ordem como “direitos inalienáveis”, “democracia” e “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (COUPLAND, 1964).

Os responsáveis por essa inflexão na opinião pública foram os abolicionistas, que passaram a denunciar a perversidade da escravidão e as condições insalubres a que os escravizados eram submetidos nos navios durante as longas viagens às Américas. As evidências concretas do que a escravidão realmente significava trouxeram uma importante indagação que norteou a narrativa construída por Coupland (1964, p. 44): “as leis inglesas deveriam permitir que os princípios básicos de liberdade individual fossem completamente anulados em solo inglês?”²² Antes de mexer com a imaginação de Coupland, a resposta para essa pergunta mobilizou os tribunais da Grã-Bretanha. A despeito da jurisprudência determinar que no solo inglês imperavam as liberdades individuais, a residência fixa na metrópole e a submissão ao batismo cristão não garantiam aos negros os mesmos direitos que os brancos europeus usufruíam. Essa situação manteve-se até a eclosão do “Caso Strong”, em que Jonathan Strong entrou para a história como o primeiro escravizado a ser declarado oficialmente pelas leis inglesas um homem livre²³.

Coupland acreditava que um conjunto de leis virtuosas iria desmontar uma instituição secular, em um entendimento do processo histórico norteado pelo entrelaçamento do progresso da humanidade através do aperfeiçoamento da legislação. A partir do precedente jurídico aberto com a libertação de Strong, os pedidos de liberdade dos escravizados residentes na Inglaterra alcançaram os tribunais. O mais emblemático deles talvez tenha sido o “Caso Somerset” – também conhecido como “Somerset contra Stewart”. Ocorrido em 1772, o julgamento que decidiu sobre a liberdade do escravizado James Somerset marcou o que Coupland (1964) definiu como o começo do fim da escravidão no Império Britânico. A questão central do “Caso Somerset”, portanto, foi definir os limites dos direitos de propriedade a partir da legitimidade ou não da posse de escravizados em solo inglês. Os advogados de Stewart, o proprietário de Somerset, invocaram a propriedade privada como direito inalienável sob o argumento de que um valor tão basilar deveria ser preservado pois era a pedra angular que conferia estabilidade à

²² Tradução Livre. No original, “*Could English law permit the first principles of personal freedom to be set so utterly at naught on English soil?*” (Coupland, 1964, p. 44).

²³ Sobre o “Caso Strong” ver Coupland, Reginald. *The British anti-slavery movement*. London, UK: Frank Class & Co., 1964, p. 48-52.

sociedade britânica; já a defesa de Somerset argumentou que a escravidão, embora prevista pelas leis coloniais, não encontrava sustentação no direito consuetudinário da Inglaterra – o *common law* – dado que não estava prevista em nenhuma lei sancionada pelo Parlamento (COUPLAND, 1964).

O conservador Lorde Mansfield, o juiz responsável pelo caso, tentou diversas vezes contornar a situação: pediu para que as partes fizessem um acordo fora dos tribunais; aconselhou Stewart que encerrasse a disputa liberando Somerset; e sugeriu que apenas o Parlamento poderia legislar e decidir sobre o caso (COUPLAND, 1964). No dia 22 de junho de 1772, ele publicou a sentença do julgamento²⁴:

O poder reivindicado aqui nunca foi usado e nem reconhecido pela lei (...) O estado de escravidão (...) é tão odioso que nada pode ser tolerado para apoiá-lo, exceto a lei positiva. Quaisquer que sejam os inconvenientes resultantes da decisão, não posso dizer que este caso seja permitido ou aprovado pela lei da Inglaterra; sendo assim, as acusações contra o negro devem ser retiradas (COUPLAND, 1964, p. 55).

De acordo com a perspectiva adotada por Coupland (1964), o julgamento moral pregresso contra a escravidão foi o princípio e a base à efetivação dos julgamentos jurídicos. Estava arquitetada a interpretação de que a moral, cuja manifestação concreta eram os sentimentos humanitários e filantrópicos, guiou os legisladores em direção a uma nova era de liberdade. Caberia ao Império Britânico, portanto, guiar o restante do mundo em direção à civilização.

Ao construir narrativas como a brevemente descrita acima, Coupland tinha como objetivo não apenas registrar ou avaliar a política imperial, mas também influenciá-la. Ele estava convencido de que o imperialismo britânico do século XIX não se referia à exploração econômica das colônias, o extravasamento de capital ou a rivalidade exacerbada com as demais potências europeias em busca de novas fontes de matérias-primas e ampliação de seu respectivo mercado consumidor. A política imperial era entendida como a expressão concreta da oportunidade de criar um mundo melhor, expandindo as conquistas da civilização ao consolidar as noções de liberdade individual e de abrir caminho aos, ainda incipientes, “direitos do homem” (FAGE, 1964). O “Imperialismo Benevolente” exercido pela Grã-Bretanha era norteado pelo senso de “responsabilidade universal” na proteção e avanço civilizatório dos

²⁴ Tradução livre. No original, “*The power claimed never was in use here nor acknowledged by the law (...) The state of Slavery (...) is so odious that nothing can be suffered to support it but positive law. Whatever inconveniences therefore may follow from the decision, I cannot say this case is allowed or approved by the law of England; and therefore the black musbe discharged*” (Coupland, 1964, p. 55).

povos considerados mais vulneráveis – e “bárbaros” (*sic*)²⁵ (COUPLAND, 1964; WILLIAMS, 1969).

Esse senso de “responsabilidade universal” acompanhou a empreitada abolicionista desde o seu início no último quartel do século XVIII, quando a política externa da Grã-Bretanha passou a ser uma ferramenta para incentivar o espírito de liberdade civil nas regiões distantes do planeta (DRESCHER, 2010a). A responsabilidade autoatribuída ao Império Britânico era fruto da autocongratulação de um povo que se reafirmava como escolhido somente por habitar um império próspero, o que impunha o dever de guiar o restante da humanidade, sob os desígnios da liberdade, à civilização. O mundo pretensamente civilizado, representado pelos valores liberais burgueses, não poderia coexistir com o atraso e a barbárie personificadas e reproduzidas pelo Antigo Sistema Colonial. Essa idealização das motivações que geraram o antiescravismo e o abolicionismo era praticamente consenso dentro da sociedade britânica, sendo a razão pela qual pôde deixar de ser uma “visão geral britânica” para se consolidar como narrativa oficial (COUPLAND, 1964; FOLARIN, 1975).

A idealização feita pela vertente humanitária da historiografia imperial tinha objeto e método definidos: o primeiro, era a análise da relação entre a metrópole com suas colônias baseada na política dos três “Cs” do Império – cristianismo, comércio e colonização – enquanto o segundo, buscava na análise da documentação oficial parlamentar, legislativa e diplomática explicar como ocorria a evolução do Império Britânico (DARITY Jr., 1988). No caso da obra de Coupland, o objetivo era evidenciar que a oposição moral à escravidão somada ao avanço civilizatório do Império a partir do desenvolvimento e aprimoramento das leis foram as responsáveis pela abolição do tráfico de escravos e, posteriormente, da escravidão em geral (COUPLAND, 1964). A mudança na legislação, por sua vez, era a manifestação dos desejos e anseios da “opinião pública”, isto é, de uma parcela dos britânicos que se identificavam com as pautas do abolicionismo e se beneficiariam política e economicamente com a abolição do tráfico.

Nesse ponto está o argumento central de Coupland: a importância dos valores morais e filantrópicos contra a escravidão fica evidente dado que o lucrativo comércio estabelecido no Atlântico através da exploração das colônias nas Américas foi desarticulado

²⁵ A *Introdução à segunda edição*, escrita pelo historiador John Donnelly Fage, traz um retrato geral sobre a influência de Sir. Reginald Coupland na historiografia imperial sobre a abolição do tráfico de escravos e os principais elementos que permeiam a sua interpretação sobre o surgimento, expansão e consolidação do Movimento Abolicionista na Grã-Bretanha. É importante notar, entretanto, que do total de treze páginas que a *Introdução* possui, cinco delas são dedicadas à análise da crítica de Eric Williams à visão humanitária defendida por Coupland. Ver em Fage, John Donnelly. *Introduction. IN: Coupland, Reginald. The British anti-slavery movement*. London: Frank Class & Co., 1964, p. IX-XXI.

independentemente se feriam os interesses econômicos envolvidos. Em síntese, o tráfico de escravos estava sendo desarticulado em seu auge econômico simplesmente porque se tratava de uma atividade incompatível com o elevado padrão moral alcançado pela combinação entre o cristianismo, a filantropia e o respeito às liberdades individuais. No entanto, durante as negociações parlamentares para definir o futuro da escravidão nas colônias, foi aprovada uma lei de compensação somente aos proprietários de escravizados. Definiu-se que essa compensação seria o pagamento de uma indenização pelo cofres públicos da ordem de £ 20 milhões, que à época correspondia aproximadamente a metade do orçamento da Grã-Bretanha. A indenização foi aprovada pelo Parlamento sob a alegação de que a escravidão era algo “imoral” e que não condizia com os verdadeiros valores britânicos. Aparentemente tais valores morais impediam a reparação de qualquer tipo direcionada à população negra escravizada (COUPLAND, 1964; FOLARIN, 1975).

Os valores britânicos estavam personificados nas figuras públicas devotas da causa abolicionista. Anthony Benezet, Charles James Fox, Granville Sharp, Henry Thornton, Thomas Clarkson e William Wilberforce ficaram conhecidos popularmente como “Santos” porque eram homens públicos cujas biografias supostamente irretocáveis confundem-se com a nobreza do sentimento antiescravista e da luta pela Abolição. Ao concentrar a análise nas motivações morais individuais que conduziram suas ações, Coupland (1964) conseguiu abordar o Movimento Abolicionista britânico desde as suas origens e formas iniciais de mobilização antiescravista, passando pelos debates públicos, até a vitória no Parlamento com a aprovação dos Atos de Abolição e de Emancipação. Isso permitiu captar o que ele considerava ser o fator principal da campanha abolicionista, isto é, um grupo de indivíduos, cuja visão de mundo estava ancorada em valores morais, agindo em conjunto para corrigir o que consideravam ser uma injustiça cometida sistematicamente durante séculos pelo Império Britânico. Sob esse prisma, a interpretação humanitária não somente subestimou a importância do tráfico de escravos e da economia colonial para a constituição da riqueza da Grã-Bretanha como também defendeu que a crueldade e a perpetuação da escravidão eram resultados da busca constante por maiores taxas de lucro. A partir dessa observação, Coupland (1964) concluiu que os interesses econômicos de uma parcela da sociedade britânica que enxergava o tráfico como um negócio rentável sustentava a continuidade da escravidão, mas ignorou o fato de que a “cruzada nacional” liderada pelos “Santos” contra a escravidão e o tráfico só ganhou força quando as Índias Ocidentais entraram em crise sistêmica irreversível.

Na década de 1930, as ideias de Sir. Reginald Coupland e de seus discípulos estavam em decadência. A vertente humanitária da historiografia imperial enfrentava críticas por ser um

retrato unilateral da história, escrita majoritariamente por homens brancos descendentes de proprietários de escravizados, e ignorar que o Movimento Abolicionista era liderado por uma classe aristocrática e mercantil (FOLARIN, 1975). Os humanitários ficaram conhecidos por fazerem uma “interpretação *Whig* da História”²⁶, que é descrita, em termos gerais, como uma análise retrospectiva que abstraía as contradições para construir narrativas com desfechos gloriosos (BUTTERFIELD, 1965; FOLARIN, 1975). No contexto britânico, essa narrativa elogiosa do presente manifestava-se na ideia de que o Império marcharia inexoravelmente rumo ao progresso, sendo o auge a monarquia parlamentar constitucional garantidora da propriedade privada e das liberdades individuais (BUTTERFIELD, 1965). Como notou Folarin (1975), *The British Anti-Slavery Movement* tem os traços da interpretação *Whig*: uma história anacrônica, excessivamente simplificada e moralmente enviesada, cujo objetivo era consagrar as Revoluções bem-sucedidas.

O humanitarismo, a última trincheira da interpretação *Whig* da História, era o “(...) melhor exemplo da perversão do sentido moral e da arrogância congênita dos historiadores imperiais” (FOLARIN, 1975, p. 100). Coupland (1964) acreditava que havia muitos episódios obscuros na história do Império Britânico, mas que a campanha de opinião pública contra a escravidão liderada pelos abolicionistas era uma das páginas mais virtuosas do mundo ocidental e que, certamente, sintetizava a grandeza do espírito britânico. Williams (2012, p. 286) via na interpretação anacrônica e idealizada de Coupland uma “tendência deplorável” de colocar os “verdadeiros interesses numa névoa de confusão”. Para oferecer uma crítica à altura do prestígio de Sir. Reginald Coupland e do *establishment* de Oxford, o processo de descolonização intelectual foi fundamental. Como veremos, o contato de Williams com os círculos políticos radicais, de caráter anticolonial e antirracista, forneceu as bases teóricas e metodológicas que serviriam para atacar os pilares da historiografia imperial e compor uma interpretação alternativa sobre as causas da supressão da escravidão nos territórios pertencentes ao Império Britânico.

1.1.2 Materialismo histórico e “descolonização intelectual”

Williams (1969) escreveu em sua autobiografia que todo o percurso de sua formação educacional tinha sido permeado por um único objetivo: torná-lo britânico. Nesse caso, “ser

²⁶ O termo “*Whig*” faz alusão aos progressistas que baseavam suas ideias no protestantismo, não se referindo diretamente ao partido liberal inglês (*Whig Party*). Para uma definição e discussão sobre a historiografia “*Whig*” ver o ensaio de Butterfield, Herbert. *A Whig interpretation of History*. New York: W.W. Norton & Company, 1965.

britânico” significava, entre outras coisas, pensar como um britânico de origem metropolitana. Isso incluía compartilhar uma identidade a partir de uma história oficial comum. O problema era que a narrativa oficial sobre o Império Britânico não contemplava as múltiplas experiências e visões vindas dos rincões coloniais. Escrita por homens brancos metropolitanos, essas narrativas tinham como finalidade enaltecer, mesmo que em tom saudosista, um império que estava em crise e tinha sua hegemonia na arena internacional contestada. Esse interesse “patriótico” fazia com que as interpretações contidas na historiografia imperial fossem consideradas por Williams (1942a; 2012) “anti-intelectuais”, romanceadas e idílicas. Para escrever contra o *establishment* de Oxford, foi necessário munir-se não somente de referências críticas pregressas, mas também de influências intelectuais contemporâneas. Nos debruçaremos nessa seção à análise de algumas dessas obras que constituem a base formal, ideológica e argumentativa de *The Economic Aspect* e *Capitalismo e Escravidão*.

Nessas obras Williams demonstra um domínio sobre as fontes primárias, como documentos e dados estatísticos, e das fontes secundárias utilizadas que o auxiliaram na formulação de uma interpretação própria sobre o pioneirismo britânico no questionamento e supressão da escravidão. A maior parte das fontes primárias consultadas, sejam elas manuscritas ou publicadas, são relativas aos anos de 1783 a 1833, período que abarca o primeiro questionamento oficial contra o tráfico de escravos no Parlamento e a aprovação do Ato de Emancipação, delimitando, assim, o objeto analisado em *The Economic Aspect*. O exame desse material foi reaproveitado em *Capitalismo e Escravidão*, porém com a adição de novos arquivos de registros impressos para contemplar o período a partir de 1834 até meados da década de 1860. No caso do livro clássico de 1944, a delimitação do objeto abrangeu o período anterior a 1783 até meados da década de 1860, por causa da preocupação de Williams em demonstrar como os lucros obtidos a partir da exploração colonial com mão de obra negra escravizada foi responsável pelo financiamento da atividade industrial na Europa e as razões pelas quais o tráfico de escravizados se manteve ativo por algumas décadas após a promulgação do Ato de Emancipação (WILLIAMS, 2012; 2014).

A compilação de debates parlamentares, sobretudo os feitos na Câmara dos Comuns, documentos diplomáticos e as correspondências entre parlamentares abolicionistas e demais membros proeminentes do Movimento Abolicionista britânico era o padrão de fontes utilizadas pelos historiadores à época, inclusive pelos historiadores imperiais criticados por Williams. Nesse quesito, não houve ruptura. Provavelmente, manter a escolha e o tratamento das fontes em um terreno convencional foi uma maneira de fazer a crítica dentro de parâmetros metodológicos amplamente aceitos na tentativa de demonstrar que as premissas do

humanitarismo estavam equivocadas. Esse caminho escolhido por Williams, que já seria fecundo, foi complementado pela sólida análise das fontes secundárias. Como veremos a seguir, elas também continham importantes argumentos e dados para a fundamentação da interpretação econômica das chamadas “reformas imperiais” que definiram a extinção legal da escravidão.

Quando Williams apresentou sua tese de doutorado já tinham sido publicados alguns trabalhos que assinalavam a economia como causa importante ou principal à abolição do tráfico e da escravidão²⁷. Essas obras partiam do princípio de que o processo de supressão da escravidão era complexo e necessitaria de explicações mais profundas do que o argumento geral e simplificador da superioridade moral e da filantropia cristã que emanavam dos britânicos. Além disso, elas apresentavam alguns argumentos que seriam usados por Williams em *The Economic Aspect* (2014) e *Capitalismo e Escravidão* (2012), como, por exemplo, a transformação na dinâmica comercial no Atlântico ocasionada pela Revolução Americana de 1776, a franca e irreversível decadência das Índias Ocidentais e a crescente rivalidade comercial entre as colônias britânicas e as ilhas francesas engendrada pelo fim dos monopólios comerciais em ocasião da quebra dos pactos coloniais. Posto ser uma historiografia produzida por professores de Cambridge, Darity Jr. (1998) supôs que a omissão se devesse ao desconhecimento dessas obras por Williams ou às questões derivadas das rivalidades entre as duas universidades.

Talvez a influência mais marcante para Williams, após C.L.R. James, seja a obra do historiador estadunidense Lowell Joseph Ragatz, principalmente *The Fall of the Planter Class in the British Caribbean, 1763-1833* [*A Queda da Classe Plantadora no Caribe Britânico, 1763-1833*] e *Guide for the Study of British Caribbean History, 1763-1834* [*Guia para o Estudo da História do Caribe Britânico, 1763-1834*]²⁸. Respectivamente publicados em 1928 e 1932,

²⁷ As menções de Darity Jr. a historiografia sobre a abolição e emancipação nas colônias britânicas são especificamente sobre *Growth of English Industry and Trade in Modern Times* de William Cunningham. O argumento, e seus desdobramentos, sobre a crise econômica das Índias Ocidentais foi inserido somente na segunda edição dessa obra, publicada em 1892. William Lecky, o decano dos historiadores de Cambridge, incorporou em sua interpretação as ideias de Samuel Coleridge – um contemporâneo do Movimento Abolicionista – quando constatou que o antiescravismo do Primeiro-ministro William Pitt era meramente retórico, pois, entre 1797 e 1804, o Império Britânico adotou como política prioritária a conquista da ilha francesa de *Saint-Domingue* em detrimento de medidas legislativas que restringissem ou, até mesmo, proibissem o Tráfico de escravos. Ver em Darity Jr., William. *The Williams abolition thesis before Williams*. London: Slavery and Abolition, Vol. 9, No. 1, 1988, p. 32-38.

²⁸ Não tivemos acesso às duas obras de Lowell Ragatz citadas por Williams. A saída encontrada foi reconstruir os argumentos do autor de maneira indireta a partir de fontes como resenhas da época do lançamento dos livros e alguns comentários e citações feitos pelos demais autores consultados. Para elementos do pensamento de Ragatz ver Brandon, Pepijn. *From Williams's Thesis to Williams Thesis: an anti-colonial trajectory*. Cambridge UK: International Review of Social History (IRSH), Cambridge University Press, Vol. 62, 2017, p. 315; Pitman, Frank W. *A guide to the study of British Caribbean history, 1763–1834, including the Abolition and Emancipation Movements. Compiled by LOWELL JOSEPH RAGATZ, Ph.D.* Washington: American Historical Association; Chicago: University of Chicago Press; London: Oxford University Press; The American Historical Review, Vol.

esses dois livros reúnem uma quantidade considerável de dados estatísticos referentes à crise do Antigo Sistema Colonial que corroboram com a ideia de que as Índias Ocidentais estavam em declínio. Por isso, são citados exaustivamente ao longo de *The Economic Aspect* e *Capitalismo e Escravidão*.

Williams reconhece o argumento central de Ragatz não apenas como fonte de inspiração, mas também como um resumo de suas intenções e aspirações intelectuais. Define a obra do historiador estadunidense como “monumental” e “facilmente o melhor trabalho sobre o tema”, tecendo elogios nas descrições das referências que constam tanto na tese de doutorado de 1938 quanto no livro publicado em 1944²⁹ (WILLIAMS, 2012; 2014). Esse reconhecimento também está cravado na dedicatória de *Capitalismo e Escravidão* (2012, p. v): “Ao professor Lowell Joseph Ragatz, cujo trabalho monumental nesta área pode ser ampliado e desenvolvido, mas jamais superado”. Mesmo analisando uma grande seleção de dados a partir de uma robusta proposta teórica, a obra de Ragatz não teve a mesma reverberação ou influência nos meios acadêmicos e políticos se comparada aos clássicos de Williams e C.L.R. James (BECKLES, 1984). Apesar disso, *The Fall of the Planter Class in the British Caribbean, 1763-1833* ainda é considerado, junto a *Capitalismo e Escravidão* e *Os Jacobinos Negros*, uma das principais referências sobre a história colonial do Caribe (RYDEN, 2012).

A análise da documentação e dados estatísticos relativos à atividade econômica das Índias Ocidentais e ao tráfico de escravos no Atlântico permitiu Williams compreender de maneira mais ampla as causas que levaram ao fim da escravidão no Império Britânico. O cruzamento entre os dados selecionados nas fontes primárias foi condição necessária, mas não suficiente, para a construção da interpretação econômica da abolição. O que tornou, em certa medida, possível e pertinente a crítica de Williams às bases do humanitarismo foi a adoção do materialismo histórico. De uma só vez, o método de inspiração marxista definiu as diretrizes sobre o tratamento das fontes utilizadas ao mesmo tempo em que delimitou quais dados seriam mobilizados para estabelecer os “aspectos econômicos”, viabilizando a formulação de um contraponto original à narrativa humanitária reproduzida pelo *establishment* de Oxford que, nas décadas seguintes, se consolidaria como uma importante contribuição à historiografia.

39, No. 2 (January), p. 321-323, 1934; e Thompson, Edgar T. *The fall of the planter class in the British Caribbean, 1763-1833: a study in social and economic history*. Lowell Joseph Ragatz; *Great Britain and the slave trade, 1839-1865*. William Law Mathieson; *Life and labor in the Old South*. Ulrich Bonnell Phillips; *Human factors in cotton culture: a study in the social geography of the American South*. Rupert B. Vance. Chicago, IL: American Journal of Sociology, The University of Chicago Press, Vol. 36, No. 2 (September), p. 302-305, 1930.

²⁹ “Conta uma anedota que, nos círculos abolicionistas, sempre que havia alguma dúvida, alguém comentava: ‘Veja no Macaulay’. Não seria exagerado dizer ‘Veja no Ragatz’ para a história caribenha entre 1763 e 1833” (Williams, 2012, p. 356).

Em suas obras, Williams não entra em discussões metodológicas, da mesma maneira que Marx sequer é citado. No entanto, há indicativos da influência não reconhecida das ideias do filósofo alemão nas páginas de *The Economic Aspect* e *Capitalismo e Escravidão*. A principal delas refere-se à apropriação de categorias próprias ao materialismo histórico. Elocubrações sobre a “luta de classes” e da esfera de “valorização do capital” foram evocadas para demarcar o período histórico de transição do paradigma mercantil para o industrial que a Inglaterra experienciava. Na tese de doutorado, Williams constrói sua análise utilizando como fio condutor a luta dentro das frações da classe dominante britânica pelo domínio político e ideológico, cuja disputa se dava entre o emergente sistema industrial baseado no *laissez-faire* e o sistema mercantil monopolista em crise. Em *Capitalismo e Escravidão*, por sua vez, tem-se uma sofisticação da análise baseada no materialismo histórico a partir da formulação de que o capitalismo em seu estágio “maduro” – isto é, em sua fase industrial – destruiria o monopólio e a escravidão para poder desenvolver-se plenamente (BRANDON, 2017; WILLIAMS, 2012; 2014).

A ideia de que o mercantilismo seria uma barreira ao potencial de desenvolvimento produtivo da Grã-Bretanha ou à noção de incompatibilidade entre a escravidão e o sistema capitalista fizeram com que a associação entre *Capitalismo e Escravidão* e a obra de Karl Marx fosse praticamente automática (BRANDON, 2017). Porém, essa associação precisa ser feita com cautela para que possíveis equívocos sejam evitados. Assim, não interpretaríamos o argumento central de Williams a partir da total incompatibilidade entre a escravidão adotada nas colônias das Américas e a industrialização baseada no trabalho assalariado – este último ganhava força na Europa no século XIX. Se recuperarmos o Livro I d’*O Capital*, no qual estão registradas as reflexões de Marx sobre as relações entre o sistema colonial, a escravidão e a acumulação de capital, veremos que o sentido da argumentação é demonstrar que a compatibilidade ou incompatibilidade entre a escravidão e o capitalismo não são absolutas. Marx (2017) constrói sua análise considerando que a escravidão é um dentre os vários suportes à formação do capitalismo. Uma vez formado, o capitalismo industrial entra em conflito com a escravidão até destruí-la por completo³⁰. Em certa medida, Williams analisa o fim da escravidão no Império Britânico tal qual Marx a caracterizou nos quadros do processo de formação e consolidação do capitalismo.

³⁰ O seguinte excerto d’*O Capital* ilustra essa ideia: “(...) ao mesmo tempo que introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava o impulso para a transformação da economia escravista dos Estados Unidos, antes mais ou menos patriarcal, num sistema comercial de exploração. Em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* [sem floreios] do Novo Mundo” (Marx, 2017, p. 829).

Williams avaliou esse processo a partir da dinâmica comercial estabelecida no Atlântico entre a África, as Américas e a Europa durante os séculos XVII e XIX. Dentro do que ele denominou como “comércio marítimo triangular”, o tráfico de escravos é tratado como o principal mecanismo de acumulação de capital. Porém, uma outra possível leitura nos permite entender o argumento de Williams pela perspectiva da circulação de mercadorias. A principal delas, o negro africano violentamente sequestrado para servir de mão de obra forçada nas fazendas das Américas, foi a responsável por impulsionar as trocas comerciais entre as suas bordas do Atlântico. Ao operar em uma lógica relativamente próxima, com as devidas ressalvas, à descrita no ciclo de metamorfose do capital, todos os vértices do comércio marítimo triangular potencializavam a acumulação de capital³¹. Assim, a passagem do capitalismo mercantil para o capitalismo “maduro” – industrial e plenamente constituído – é explicada a partir da restrição característica da exploração da economia colonial que conseguia somente alavancar a riqueza para o capital, mas não pelo capital (MARX, 2017; 2018; WILLIAMS, 2012).

Entretanto, como notaram Brandon (2017) e Darity Jr. (1997), a influência mais provável, e que podemos considerar como precursora da crítica ao humanitarismo impressa na interpretação de Williams, não está nas reflexões de Marx sobre a escravidão, mas sim nos textos que o filósofo alemão escreveu com Friedrich Engels sobre a ascensão da burguesia industrial britânica e o triunfo ideológico e político do livre-comércio. Injustamente lembrado apenas como o “companheiro intelectual de Marx”, Engels era um industrial e teórico revolucionário que dedicou suas reflexões aos temas fundamentais da modernidade, como a origem da propriedade privada, as funções do Estado, a importância da ideologia e os caminhos da Revolução Socialista. É no último capítulo de *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (2010), cuja primeira publicação é de 1845, que Engels discorre pela primeira vez sobre as transformações na política econômica ocorridas na Inglaterra ao longo das primeiras décadas do século XIX. Tal qual Marx em *Discurso sobre o Problema do Livre-Câmbio* (1985)

³¹ Também podemos compreender o comércio marítimo triangular a partir do ciclo lógico de reprodução do capital (D-M-D'). Um dos objetivos do comerciante britânico à ampliação de suas atividades para além do continente europeu é conseguir mais dinheiro (D'). Um crescimento em D' confere uma mudança quantitativa que é metamorfoseada em capital para cobrir os custos da viagem entre a Europa a África e, também, à obtenção de mercadorias – no caso, a captura de negras e negros que seriam escravizados nas colônias das Américas. Por fim, a “mercadoria humana” é trocada nos portos por mais dinheiro e outros produtos produzidos nas colônias, retorna, finalmente, à Europa completando a triangulação comercial e pronta para iniciar o ciclo novamente. Nesses termos, a riqueza não está sendo alavancada *pelo* capital porque o aumento no D garante somente um aumento igualmente proporcional em D'. Assim, seja pela extração de mais-valor absoluto do trabalho forçado ou pela diferença dos preços de compra e venda de escravizados, o capital não aumenta a produtividade do traficante britânico. Ver em Marx, Karl. *A transformação do dinheiro em capital. IN: O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo, SP: Boitempo, 2017, p. 223-251.

– um breve comentário inserido como anexo em 1848 ao *Miséria da Filosofia* – a preocupação central de Engels está na campanha pela revogação das *Corn Laws* [Lei dos Cereais].

A Lei dos Cereais foi promulgada em 1815 com o objetivo de proteger a produção inglesa de trigo – e os interesses dos *landlords* [latifundiários] britânicos – sendo revogada em 1846 durante o governo de Robert Peel (MARX, 1985). Naquele contexto, a adoção de tarifas protecionistas supostamente serviria para garantir o funcionamento da indústria de grãos inglesa, fomentar o comércio interno do país e dissolver alguns poderes locais. Mas na prática o que se verificou foi o encarecimento dos grãos e de seus produtos derivados acompanhado do barateamento dos custos da mão de obra, mesmo sem reajustes de preço nos impostos. A bem-sucedida campanha dos *free-traders* contra a Lei dos Cereais sustentava em seu discurso que a adoção do livre-comércio melhoraria a condição da classe trabalhadora³². No entanto, o resultado foi a garantia dos interesses da classe industrial através da deterioração da situação econômica da classe trabalhadora (ENGELS, 2010; MARX, 1985).

Não era a primeira vez na história da Inglaterra que a benevolência seria evocada para, em nome dos explorados, servir estritamente aos interesses das classes dominantes. A denúncia que Marx e Engels fizeram relativas à hipocrisia do discurso humanitário em defesa do livre-comércio pode ser considerada uma influência significativa do marxismo – em sentido amplo – às formulações expressas em *The Economic Aspect* (2014) e *Capitalismo e Escravidão* (2014). A influência é perceptível quando notamos que nessas duas obras as reflexões partem do contexto geral sobre as causas das reformas econômicas e parlamentares britânicas em uma abordagem semelhante a utilizada por Marx (1985) e Engels (2010). Isso significa que Williams, tal qual os filósofos alemães, entendem as mudanças em política econômica experimentadas pela Inglaterra na primeira metade do século XIX como resultados do conflito entre o novo e cada vez mais poderoso interesse industrial contra o velho e decadente interesse ligado ao sistema mercantil (WILLIAMS, 2012; 2014). O pensamento de James segue essa mesma linha argumentativa. Sendo assim, é razoável concluir que Williams chegou aos escritos de Marx e Engels sobre a transformação ideológica e de valores que a Inglaterra atravessava desde a segunda metade do século XVIII por sugestão de seu mestre. A diferença entre eles está

³² “*Cheap food, high wages*” era o lema da burguesia industrial de Manchester – conhecidos como *free-traders* – que liderou a campanha pela revogação das Leis de Cerais. O argumento mais comum e aceito entendia que “tributar com as taxas protecionistas os cereais estrangeiros é uma infâmia, é especular com a fome dos outros”. Marx cita esse trecho em seu discurso, sem atribuir definitivamente a frase a nenhum autor, para demonstrar que o teor hipócrita impregnado pela “bondade dos sentimentos que estimulavam a sua ação” era prática comum adotada pela classe dominante. Ver em Marx, Karl. *Discurso sobre o problema do livre-câmbio*. IN: *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985, p. 183-184.

no acento político que suas respectivas obras possuem: James, ao contrário de Williams, deixa claro em seus textos a inspiração marxista.

Fica mais perceptível como a perspectiva marxista de James influenciou Williams desde o início quando analisamos o período em que suas trajetórias se cruzaram. Vimos que, na década de 1920, Williams e James estabeleceram uma relação de mentoria quando se conheceram no *Queen's Royal College*, ainda em *Port Spain*; agora vamos analisar, brevemente, como a vivência na Inglaterra ao longo das décadas de 1930 e 1940 estreitou esse laço de amizade. Por um período aproximadamente de quinze anos, a militância política caminhou lado a lado com a formação acadêmica. James teve a oportunidade de acompanhar a pesquisa que Williams fez no doutorado, sugerindo tópicos e revisando as versões manuscritas. Nessa mesma época, James preparava o que seria seu trabalho mais importante: *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution* [*Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos*], que era, de acordo com o próprio autor, um estudo sobre “a única revolta de escravos bem-sucedida da História” (JAMES, 2010, p. 15). Ele também participou ativamente da escrita de *Capitalismo e Escravidão*, convencendo Williams que a resistência dos escravizados deveria ser tratada como um tema fundamental à história da abolição do tráfico e da emancipação (BRANDON, 2017).

Publicado em 1938, no mesmo ano em que Williams defendeu sua tese de doutorado em Oxford, *Os Jacobinos Negros* apresentou um relato inovador sobre a Revolução Haitiana (1791-1804), alçando James à condição de prolífico historiador. No entanto, não há menção a James em *The Economic Aspect* e apenas uma pequena citação nos comentários sobre as referências bibliográficas em *Capitalismo e Escravidão*³³. De maneira geral, a narrativa que James reconstruiu tem como pressuposto a ideia de que os africanos, e seus descendentes, não eram apenas o objeto da exploração de outros povos, mas também agiam ativamente para moldar as demais sociedades de acordo com as suas próprias necessidades. A importância de se debruçar sobre um levante feito exclusivamente pela e para a população negra está no fato de que, a revolta na “Pérola das Antilhas”, liderada por Toussaint L'Ouverture, trouxe consigo não só a ruptura política com a França, extinguindo o *status* de colônia da ilha, como também colocou em pauta, de forma inédita, a possibilidade de supressão da escravidão (JAMES, 2010).

Resultado de uma revisão histórica sobre o papel da população negra escravizada no processo das lutas anticoloniais e antiescravistas, *Os Jacobinos Negros* (2010) traz uma lição

³³ “O segundo [estudo], e mais importante, é o de C.L.R. James, *The Black Jacobins Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution* (Londres, 1938). A tese desse livro é formulada com clareza e concisão (pp. 38-41) e, até onde sei, pela primeira vez em inglês” (Williams, 2012, p. 357).

importante: a população negra nunca aceitou passivamente o cativeiro imposto pelo homem branco. Portanto, estava colocada uma inflexão sobre a escrita da história: da mesma forma que a população negra também era agente ativa dos processos históricos, a história deveria ser reescrita a partir de sua perspectiva. O trecho a seguir exemplifica esse ponto:

(...) o livro [*Os Jacobinos Negros*] foi escrito tendo em mente a África e não o Caribe. Uma das suas grandes virtudes é o fato de estar solidamente baseado nas grandes transformações sociais que ocorreram no mundo entre 1789 e 1815. Além disso, a minha experiência nas Índias Ocidentais e os meus estudos sobre o marxismo me fizeram compreender o que havia escapado a vários escritores, ou seja: que foram os *próprios escravos* que fizeram a revolução (JAMES, 2010, p. 12, ênfase nossa).

A influência de James sobre Williams também se faz presente no estilo de escrita, marcado pelas críticas contundentes contra a interpretação humanitária. Tal influência é muito mais perceptível em *Capitalismo e Escravidão*, pois o estilo de escrita apresentado em *The Economic Aspect* ainda está limitado pelo rigor acadêmico, trazendo um tom mais ameno com argumentação ponderada. Assim como seu aluno, James também faz ataques frontais ao humanitarismo em diversas oportunidades. Talvez o trecho de *Os Jacobinos Negros* que melhor sintetize o desprezo pelos estandartes do humanitarismo burguês esteja no segundo capítulo. Nas palavras de James, a “escola imperial” era composta por

uma raça venal de eruditos, exploradores da vaidade nacional, [que] conspirou para obscurecer a verdade sobre a abolição. Até 1783, a burguesia britânica tinha como certo o comércio de escravos. (...) Pessoas bem-intencionadas conversavam sobre a iniquidade da escravidão e do comércio de escravos, assim como pessoas bem-intencionadas, em 1938, conversavam sobre os problemas dos nativos na África ou sobre a miséria do camponês na Índia. O dr. Johnson brindou a iminente insurreição de escravos nas Índias Ocidentais. Membros desgarrados do parlamento apresentaram projetos de leis para a abolição do comércio de escravos, os quais a Câmara rejeitou sem dar muita importância a eles. Em 1783, o lorde North rejeitou uma petição de comércio: a petição foi uma demonstração de sentimentos cristãos e de compaixão humana etc. etc., mas o comércio era necessário (JAMES, 2010, p. 61-62).

Nesse trecho, fica evidente que o sentimento antiescravista, enaltecido pelos humanitários como algo próprio do povo inglês, era um artifício retórico. Isso porque o real ponto de convergência entre os interesses das frações da classe dominante estava na manutenção do tráfico de escravos.

A proximidade entre as obras de Williams e James não se restringe à ideologia ou à retórica combativa contra a historiografia imperial e o humanitarismo. James também havia entendido as transformações no comércio colonial, em especial por causa da perda que o

Império Britânico teve com a Revolução Americana de 1776, como o ponto de inflexão fundamental à compreensão das causas objetivas que levaram ao declínio das Índias Ocidentais e, por extensão, à abolição do tráfico de escravos. O que, à primeira vista, poderia ser um duro golpe contra os interesses comerciais britânicos, com o tempo mostrou ser a emergência dos novos interesses econômicos e políticos os quais incrementaram o poder classe industrial britânica e, por extensão, do Império Britânico. Dados os desdobramentos da Revolução Americana iniciada em 1776, os comerciantes britânicos entenderam que a manutenção da hegemonia comercial do Império Britânico no Atlântico passava necessariamente pela supressão do monopólio das Índias Ocidentais. Entretanto, as vantagens do livre-comércio só eram absorvidas pela Grã-Bretanha. A disposição da então ascendente classe industrial na adoção do livre-comércio e na intensificação da exploração das Índias Orientais fez com que as Índias Ocidentais fossem negligenciadas e, até mesmo, esquecidas. O desinteresse pelas colônias do Caribe era total, tornando-se desimportantes política e comercialmente para o Império. Foi a soma desses fatores, portanto, que colocou as Índias Ocidentais em uma espiral de decadência econômica irreversível³⁴ (JAMES, 2010).

A influência teórica de James na obra de Williams fica clara quando nos atentamos às referências e o método que ambos utilizaram, mas torna-se ainda mais evidente quando lemos *The Economic Aspect*. Assim como seu mentor, Williams (2014) associou o declínio das Índias Ocidentais à rivalidade comercial britânica com as colônias francesas, bem como construiu seu argumento contra o humanitarismo e o Movimento Abolicionista britânico em torno dos impactos da Revolta de *Saint-Domingue*. Também relacionou a inflexão no tratamento dado pela classe dominante ao comércio de escravos com as transformações econômicas e políticas ocorridas na Grã-Bretanha e na França na passagem entre os séculos XVIII e XIX porque entendia que elas, juntas à profunda crise econômica e política que a Europa enfrentava, possibilitaram que o mercantilismo fosse varrido do Velho Mundo pelos ventos do *laissez-faire*. Dessa maneira, a abolição do tráfico de escravos, primeiro passo jurídico e político à extinção da escravidão, foi um momento vitorioso dos constantes ataques que os industriais britânicos empreendiam contra os monopólios comerciais. Os passos seguintes à consagração do livre-comércio foram a emancipação da população negra escravizada em 1833, seguido da revogação

³⁴ Segundo James (2010, p. 62), as Índias Ocidentais eram chamadas pelos contemporâneos de “rochas estéreis”, fazendo-os questionar se “o interesse e a independência da nação deveriam ser sacrificados por causa de 72 mil mestres e 400 mil escravos”. A citação precisa e completa pode ser conferida em Williams (2014, p. 44): “Como Chalmers disse sem rodeios, ‘não se pode inferir com certeza que 72.000 senhores com 400.000 escravos formam uma comunidade de volume suficiente para cujas gratificações o interesse e até a independência da nação devam ser sacrificados’”. Tradução livre.

das Leis dos Cereais em 1846. Portanto, a supressão da escravidão foi apenas um dos movimentos de consolidação da dominação da classe industrial britânica, sendo o sentimento humanitário uma ferramenta retórica fundamental para atender os interesses comerciais da nascente indústria na Grã-Bretanha (BRANDON, 2017; JAMES, 2010; WILLIAMS, 2012; 2014).

Reconstituímos as evidências de que o marxismo foi uma importante influência à construção da interpretação de Williams sobre o processo que culminou com o fim da escravidão nas colônias pertencentes ao Império Britânico. Isso não significa apenas a confirmação dos estreitos laços entre Williams e James, já muito explorados; significa, na verdade, que o marxismo foi apropriado como método para a crítica dos postulados da vertente humanitária da historiografia imperial e, em específico, ao *establishment* de Oxford. No caso de James e Williams, o materialismo histórico foi um fértil caminho para que o processo de “descolonização intelectual” pudesse ser iniciado. A reescrita da história da escravidão negra das Américas e do Caribe era mais do que identificar quais os interesses estavam efetivamente envolvidos na supressão do tráfico de escravos; tratava-se de descolonizar o pensamento a partir de uma interpretação feita sob a ótica da periferia do sistema, introduzindo a perspectiva da luta de classes na historiografia, com o objetivo último de construir um caminho que permitisse superar as amarras de um passado de exploração e submissão.

1.2 Contra o *establishment* de Oxford

O padrão hostil de sociabilidade que Williams experienciou na Inglaterra sob a condição de “estudante de origem colonial” certamente impactou a forma como ele enxergava o mundo metropolitano e a formação que obteve na Universidade de Oxford. O contato com a militância radical, anticolonial e antirracista, o estimulou a construir uma interpretação que fosse contrária à noção pretensamente científica de “Império Benevolente”, norteadora da tradição historiográfica sobre o Império Britânico, o colonialismo e a escravidão desde o século XIX (WILLIAMS, 1969). Como vimos, uma reflexão crítica radical só seria possível por intermédio de referências alternativas à historiografia imperial. Sobre esse ponto, Brandon (2017) sugeriu uma questão importante: a crítica de Williams ao *establishment* de Oxford era uma resposta à tomada de consciência relativa à sua inserção precária em um sistema elitista, majoritariamente branco e racista ou era um desejo de sublinhar sua independência intelectual? Não pretendemos construir uma resposta definitiva para essa pergunta ao longo dessa seção. Mas é importante considerá-la no horizonte para pensarmos sobre as possíveis motivações que levaram Williams

a se dedicar ao estudo sobre a extinção do tráfico e da escravidão no Império usando uma abordagem que desafiou a interpretação consolidada nos principais círculos acadêmicos britânicos.

Antes de iniciarmos a análise do contexto em que *The Economic Aspect* foi concebido e das suas contribuições, faz-se necessário pontuar as suas semelhanças e diferenças com *Capitalismo e Escravidão*. De maneira geral, a continuidade entre as duas obras está na interpretação econômica da abolição do tráfico de escravos: a tese apresentada no livro de 1944, de que o principal motivo que possibilitou o questionamento da escravidão e abriu espaço à promulgação do Ato de Abolição do Tráfico em 1807 foi o declínio das Índias Ocidentais, já tinha sido desenvolvida na primeira parte do doutorado de 1938. Mantendo a centralidade da análise nos fundamentos econômicos das reformas imperiais, as obras apresentam duas diferenças significativas: a primeira é que não há em *The Economic Aspect* uma formulação sistêmica da formação do capitalismo, isto é, não é feita uma sistematização sobre a relação entre a escravidão e do tráfico na criação de riqueza ou da industrialização da Grã-Bretanha; a segunda, refere-se à análise sobre o papel desempenhado pelo Movimento Abolicionista na “cruzada nacional” contra a escravidão e o tráfico, em especial sobre os aspectos humanitários desse processo, feita na segunda parte da tese de doutorado mas ausente em *Capitalismo e Escravidão* (TOMIC, 2014; WILLIAMS, 2012; 2014).

Há, também, diferenças nas duas obras com relação à estrutura. *The Economic Aspect* está organizado nos moldes de uma tese acadêmica em História, construindo uma narrativa em ordem cronológica fundamentada no domínio das fontes primárias utilizadas, enquanto *Capitalismo e Escravidão* está estruturado em um modelo esquemático que privilegia a abordagem a partir de temas e conceitos principais. A delimitação do objeto é diferente: enquanto a tese de doutorado tem seu arco de análise restrito ao período entre 1783-1833, compreendendo o primeiro pedido oficial de Abolição do Tráfico de Escravos no Parlamento (1783) até a promulgação do Ato de Emancipação (1833), o livro de 1944 expande esse período até a década de 1860 para explicar como o “capitalismo maduro” voltou suas forças para destruir o monopólio e a escravidão, isto é, o mercantilismo. E em terceiro, tem-se uma distinção na ênfase do tratamento analítico dada aos conflitos internacionais, passando de uma abordagem multilateral apresentada em *The Economic Aspect*, em que o Império Britânico está em disputa pela hegemonia comercial no Atlântico com a França, para um exame bilateral exposto em *Capitalismo e Escravidão*, centrado na relação entre a Grã-Bretanha e suas colônias no Caribe (BRANDON, 2017; RYDEN, 2012; TOMIC, 2014; WILLIAMS, 2012; 2014).

Há também uma justificativa metodológica à escolha de dedicar algumas páginas para analisar *The Economic Aspect*: nas palavras de Tomich³⁵,

a tese nos dá acesso à oficina de um mestre historiador à medida que ele aborda a relação entre abolição e emancipação dos escravos, desenvolvimento capitalista e política imperial. Usando as ferramentas de sua época, Williams faz perguntas e abre perspectivas ainda pertinentes e provocativas (TOMICH, 2014, p. XV-XVI).

É através da tese de doutorado, portanto, que se tem acesso à “oficina” de Williams. O intuito é compreender como ele analisou as complexas relações entre o papel da política imperial nos processos de abolição, emancipação e desenvolvimento do capitalismo. Entretanto, as perspectivas “pertinentes e provocadoras” apresentadas na tese de doutorado não foram bem recebidas pelos historiadores imperiais de Oxford. Esses intelectuais, em sua maioria identificados com a narrativa humanitária, receberam *The Economic Aspect* com reservas, pois consideraram-no como um ataque à força moral e ao valor das ideias que estão nas raízes da identidade do povo britânico. Eles defendiam que o Ato de Abolição aprovado em 1807 era o episódio que evidenciava a disposição do Império Britânico em fazer o autossacrifício econômico e político, sendo um exemplo concreto da imaculada pureza ética britânica (DARITY, Jr., 2014).

A interpretação de Williams (2014), por sua vez, já enquadrava a aprovação do Ato de Abolição como um dos resultados de um processo lastreado no interesse nacional britânico dentro da transição ideológica e de política econômica do mercantilismo para o livre-comércio. O questionamento aos postulados do humanitarismo fez-se a partir de um revisionismo histórico baseado na nascente – mas não ingênua – apropriação do materialismo histórico, tendo como objetivo corrigir essa “visão distorcida” construída pela historiografia imperial até então hegemônica³⁶. Isso significou uma série de obstáculos à defesa da tese. Veremos, a seguir, quais foram esses obstáculos e como Williams enfrentou essas resistências ideológicas ao longo da pesquisa e escrita de sua tese de doutorado. Em grande medida, esses empecilhos surgiram porque *The Economic Aspect* fez críticas contundentes à vertente humanitária da historiografia imperial, assim como foi, provavelmente, a primeira crítica interna ao *establishment* de Oxford.

³⁵ Tradução livre. No original, “(...) *the dissertation gives us access to the workshop of a master historian as he comes to grips with the relation between slave abolition and emancipation, capitalist development, and imperial politics. Using the tools of his day, he asks questions and opens perspectives that are still pertinent and provocative*” (Tomich, 2014, p. XV-XVI).

³⁶ Nas palavras de Williams (2014, p. 211), “(...) dando, assim, todo o crédito ao humanitarismo e nenhum à política concreta, foi apresentada uma visão distorcida [do processo de abolição] que é o propósito desta tese de corrigir”. Tradução livre.

Este era o mérito da interpretação econômica de Williams: questionar os alicerces da superioridade moral que estavam arraigados nos círculos acadêmicos convencionais e na opinião pública da Grã-Bretanha.

1.2.1 Obstáculos à defesa da tese de doutorado

A narrativa sobre a supressão da escravidão pelo Império Britânico proposta por Williams em *The Economic Aspect* tem dois pontos centrais: o primeiro deles refere-se à importância da decisão do então Primeiro-ministro William Pitt de tentar capturar da França a ilha de *Saint-Domingue*, que estava em colapso após a Insurreição iniciada em 1791, para ter o controle da maior e mais rentável produção de açúcar do Atlântico e reestabelecer o sistema mercantil sob liderança britânica; o segundo, parte da premissa de que o raio de ação do Movimento Abolicionista, e portanto dos “sentimentos humanitários”, também era demarcado pelos interesses econômicos. Isso significa que a capacidade dos abolicionistas de influenciar a opinião pública e o Parlamento Britânico era afetada, em última instância, pelos dissabores das circunstâncias econômicas (BRANDON, 2017). Em ambos, o pano de fundo é o mesmo: evidenciar que incorporar a dimensão econômica na análise ajuda a explicar de maneira mais ampla as causas das transformações sociais. A apropriação do materialismo histórico por Williams foi o ponto chave para que sua proposta interpretativa não fosse bem recebida pelo *establishment* de Oxford, colocando-o em discordância com seus professores – inclusive com seu orientador, Vincent Harlow (DARITY Jr., 2012; 2014).

Williams (1969, p. 49) descreveu seu orientador como um “verdadeiro erudito” que, mesmo sendo relativamente jovem, tinha feito contribuições substantivas à história das Índias Ocidentais do século XVII, e em especial sobre o papel da ilha de Barbados para o Império Britânico. Na década de 1930, Harlow era, na condição de Diretor da *Rhodes House*, unidade pertencente à Universidade de Oxford referência em pesquisa sobre história imperial e colonial, um dos principais estudiosos de história colonial na Inglaterra. No entanto, ele não tinha o prestígio e o reconhecimento à altura da obra já produzida ou do cargo que ocupava, sendo menos conhecido que Richard Pares, professor vinculado ao *All Souls College*, e Sir Reginald Coupland (WILLIAMS, 1969). Este último, como vimos, era o porta-voz do humanitarismo e, à época em que Williams estava fazendo seu doutorado, ocupava o cargo de principal professor de história colonial em Oxford – o *Beit Professor of Colonial History*.

Quando discutimos a formação de Williams, notamos que a crítica ao *establishment* de Oxford feita por ele também poderia ser considerada uma mensagem aos historiadores imperiais

que insistiam em desprezar a pesquisa em história colonial reduzindo-a à narrativa humanitária forjada sob a premissa do “Império Benevolente” e que as mais ácidas delas eram direcionadas à obra de Coupland. Em grande medida isso ocorria porque Williams reconhecia seu professor de história colonial como expoente do humanitarismo e a investida contra sua obra seria o equivalente a atacar a historiografia imperial. No entanto, é provável que a recíproca não fosse verdadeira. Mesmo discordando *a priori* da interpretação econômica apresentada por Williams, Coupland não tomou medidas para impedi-lo de continuar com a pesquisa. Pelo contrário: Garcia-Muñiz (2011) aponta evidências de que o então Governador Colonial em Trinidad e Tobago, Sir Claud Ellis, a pedido do próprio Coupland, interveio para que Williams tivesse acesso a uma bolsa da *Leatherseller’s Company* que possibilitou a dedicação integral à pesquisa e ao término do doutorado³⁷. Da mesma forma, Coupland reconheceu, após a arguição de defesa de *The Economic Aspect*, que, caso fosse reescrever *The British Anti-Slavery Movement*, precisaria rever os argumentos de sua interpretação sobre a supressão legal da escravidão no Império Britânico³⁸ (WILLIAMS, 1969).

Na verdade, veio de Vincent Harlow a pressão que Williams enfrentou para adotar a narrativa imperial e acomodar a perspectiva humanitária em sua pesquisa no doutorado (DARITY Jr., 2014; GARCÍA-MUÑIZ, 2011). Essas exigências, feitas com certo grau de gentileza e cordialidade, estão documentadas em cartas escritas por Harlow destinadas a Williams³⁹. Em uma carta datada de 21 de outubro de 1937, o orientador escreveu⁴⁰:

³⁷ Como escreveu Williams (2012, p. 26-27), “Minha pesquisa contou com subsídios de várias fontes: o governo de Trinidad, que concedeu a bolsa de estudos original; a Universidade de Oxford, que me forneceu duas bolsas de doutorado; o *Beit Fund for the Study of British Colonial History*, que me cedeu duas verbas; e a *Julius Rosenwald Foundation*, que me concedeu bolsas em 1940 e 1942”. García-Muñiz também notou que no prefácio de *Capitalismo e Escravidão* não há menção à bolsa da *Leatherseller’s Company* apesar de Williams mencionar e agradecer às instituições que financiaram sua pesquisa desde o doutorado em Oxford. Ver em García-Muñiz, Humberto. *Eric Williams and C. L. R. James: simbiosis intelectual y contrapunto ideológico*. IN: Williams, Eric. *El negro in the Caribbean y otros textos*. Habana, Cuba: Fondo Editorial Casa de las Américas (Colección Nuestros Países), 2011, p. 424, nota de rodapé 22.

³⁸ “O próprio Coupland, que foi um dos examinadores [da banca de defesa do doutorado], admitiu para mim que, faria mudanças fundamentais caso tivesse que revisar seu próprio trabalho” (Williams, 1969, p. 51). Tradução livre.

³⁹ As correspondências entre Vincent Harlow e Williams estão arquivadas na pasta 005 na *Eric Williams Memorial Collection* (EWMC), um acervo pertencente à Universidade das Índias Ocidentais, e foram recuperadas por Humberto García-Muñiz. Ver em García-Muñiz, Humberto. *Eric Williams and C. L. R. James: simbiosis intelectual y contrapunto ideológico*. IN: Williams, Eric. *El negro in the Caribbean y otros textos*. Habana, Cuba: Fondo Editorial Casa de las Américas (Colección Nuestros Países), p. 419-458, 2011. Boa parte dos documentos do EWMC não está disponível de forma digitalizada, como é o caso da pasta 005. Sendo assim, os três trechos transcritos no corpo do texto deste trabalho foram retirados de Darity Jr., William. *From the dissertation to Capitalism and Slavery: Did Williams’s Abolition Thesis Change?* IN: Williams, Eric. *The economic aspect of the abolition of the West Indian slave trade and slavery*. Lanham; Boulder; New York; Toronto; Plymouth, UK: Rowman and Littlefield, 2014, p. XXI-XXII.

⁴⁰ Tradução livre. No original, “*You must endeavor, even though you yourself may be out of sympathy with it, to understand the tremendous dynamic force of the Evangelical Revival, which dominated the minds and thoughts of such a large section of the Nation during this period. It will require a great effort of imagination and sympathy on*

Você deve esforçar-se, mesmo que você não simpatize com isso [visão humanitária], para compreender a tremenda força dinâmica do *Renascimento Evangélico*, que dominou as mentes e pensamentos de uma grande parcela da Nação durante este período. Isso exigirá um grande esforço de imaginação e empatia de sua parte. Não é apenas uma questão de aceitar sua sinceridade, *mas de entrar em suas peles*. Se você não fizer isso, seus fatos econômicos, por mais verdadeiros que sejam, não serão uma boa [tese de] história, e isso não lhe garantirá o título de Doutor (HARLOW *apud* DARITY Jr., 2014, p. XXI, ênfase no original).

É perceptível a predileção de Harlow pela abordagem humanitária. A intenção de centrar sua exigência na apreciação da “tremenda força” do cristianismo evangélico tinha como intenção persuadir Williams da importância de contemplar na pesquisa a relação entre o impacto cada vez mais crescente da fé cristã e do Movimento Abolicionista britânico no debate público. Outro fator mencionado era a importância de compreender – ou aceitar – a “sinceridade” das motivações morais e religiosas do antiescravismo. Na opinião de Harlow, incorporar esses elementos, fazendo-os dialogar com os “aspectos econômicos”, seria o que garantiria a aprovação da tese pela banca examinadora. Esse ponto era, talvez, mais importante do que o potencial de ineditismo que a proposta de Williams poderia ter.

Em outra carta, esta datada de 15 de novembro de 1937, Harlow reforçou a necessidade de Williams adequar a pesquisa à narrativa humanitária⁴¹:

Mas não se esqueça, como tenho avisado frequentemente, de que uma tese que apresente o aspecto econômico de forma isolada seria considerada inadequada pelos examinadores – e com razão, pois os fatores econômicos devem ser definidos em proporção e perspectiva na atuação de outros motivos para consistir uma verdadeira tese de história. Será uma resposta insuficiente ao seu Viva [defesa oral da dissertação] se você apontar que o título de sua tese é apenas ‘o aspecto econômico’. Você não é obrigado a fazer pesquisa original sobre o aspecto humanitário, mas espera-se que você tenha uma boa apreciação do caráter e da importância relativa desse movimento, e tenha levado isso em conta em sua Tese (HARLOW *apud* DARITY Jr., 2014, p. XXI-XXII).

your part. It is not merely a question of accepting their sincerity but of getting into their skins. If you fail to do that, your economic facts, however true to themselves, will not be sound history, and of that account will not secure for you the D.Phil. Degree” (Harlow *apud* Darity Jr., 2014, p. XXI).

⁴¹ Tradução livre. No original, “*But do not forget, as I have frequently warned you, that a thesis which presents the economic aspect in isolation would be deemed by the Examiners as inadequate – and rightly so, for the economic factors must be set in their proper proportion and perspective in relation to other actuating motives if the thesis is to be true history. It will be an insufficient answer at your Viva [oral defense of the dissertation] if you point out that the title of your thesis is ‘the economic aspect’ only. You are not called upon to do original research on the humanitarian side, but you will be expected to have a sound appreciation of the character and the relative importance of that movement, and to have taken it into account in your Thesis*” (Harlow *apud* Darity Jr., 2014, p. XXI-XXII).

Nesse segundo trecho, podemos perceber que Harlow mantém seu posicionamento de considerar insuficiente uma interpretação do processo de abolição do tráfico de escravos que esteja delimitada apenas ao “aspecto econômico de forma isolada”. Novamente, ele avisa que essa escolha poderia incorrer em reprovação, pois deixaria a pesquisa “incompleta” e não seria considerada pela banca examinadora uma tese original em História. Em síntese, ele queria que Williams incorporasse os aspectos econômicos na tentativa de enriquecer e fortalecer a narrativa humanitária. É possível afirmar, com algum grau de segurança, que Harlow entendia a importância da proposta de Williams, mas estava preocupado que a tese abstraísse por completo os elementos morais e religiosos que marcavam a sociedade britânica e compunham a campanha abolicionista. A preocupação de Harlow também pode ser entendida como um receio de que seu orientando apresentasse à banca uma reflexão permeada por um não desejado determinismo econômico.

Já na carta datada de 29 de janeiro de 1938, Harlow explicitou novamente a sua preferência pelos pressupostos humanitários para interpretar os processos de abolição do tráfico e a emancipação da população negra escravizada⁴²:

Os escravos foram emancipados principalmente porque a Nação se envergonhava de um *negócio nojento*. A ideia de que, a longo prazo, poderia existir um benefício econômico era compreendida vagamente por uma pequena parcela da população; e acho que essa evidência é conclusiva de que a escravidão teria terminado mesmo que não resultasse em benefício econômico. Se os Humanitários conseguiram o que queriam [a abolição] mesmo que a Nação como um todo estivesse convencida de que a economia nacional seria seriamente prejudicada é, claramente, uma outra questão (HARLOW *apud* DARITY Jr., 2014, p. XXII, ênfase nossa).

Aqui tem-se a síntese do argumento humanitário: o tráfico de escravos seria extinto independentemente do efeito econômico que poderia causar. A dimensão material não era uma questão para os abolicionistas da época. Na mesma medida em que eles não discutiam amplamente as consequências econômicas da abolição do tráfico, Harlow acreditava que Williams também não deveria fazê-lo. Portanto, como era a força das ideias e a motivação moral que movimentavam a opinião pública britânica contra um “negócio nojento”, esses seriam os objetos centrais de qualquer análise sobre a derrocada da escravidão e do tráfico. Era esse o

⁴² Tradução livre. No original, “*The slaves were emancipated primarily because the Nation was ashamed of a disgusting business. The idea that it might in the long run be an economic benefit was only dimly apprehended by a few; and I think that the evidence is conclusive that slavery would have been terminated even if the derivation of economic benefit had been an impossibility. Whether the Humanitarians could have got their way if the Nation as a whole had been convinced that the national economy would have been thereby seriously crippled is, of course, another matter*” (Harlow *apud* Darity Jr., 2014, p. XXII).

mote do trabalho que Harlow queria que Williams adotasse. Como veremos nas próximas páginas, tratar da “outra questão”, isto é, compreender as reformas imperiais também como resultado de fatores econômicos, foi a contribuição de *The Economic Aspect*.

Os trechos das cartas aqui analisados também podem ser compreendidos como manifestações concretas dos receios de Vincent Harlow com relação à sua carreira em Oxford. Dentre eles, podemos destacar a possibilidade de uma tese sob sua supervisão ser reprovada pela banca examinadora. Assim, as suas advertências eram uma forma de preparar Williams para as questões que poderiam ser feitas durante a arguição (DARITY Jr., 2014). Também havia o temor de forjar desafetos entre os seus colegas de departamento por orientar uma pesquisa que afrontasse diretamente o cânone interpretativo construído pelos historiadores humanitários. Da mesma maneira, é razoável pensar que Harlow, por fazer parte do *establishment* de Oxford, tinha um compromisso acadêmico e ideológico com a interpretação humanitária.

Apresentar uma tese de doutorado que pudesse colocar em questão a consolidada interpretação humanitária do processo de abolição e emancipação não era a originalidade e ousadia intelectual que o *establishment* de Oxford incentivava. Em geral, a perspectiva materialista não tinha prestígio entre os acadêmicos e intelectuais britânicos, pois eles consideravam um erro metodológico que culminava em uma análise histórica reducionista. Veremos nas seções seguintes deste capítulo que *The Economic Aspect* não pode ser considerado um trabalho economicista, em certa medida porque, como vimos, a apropriação do materialismo histórico feita por Williams já continha algum grau de sofisticação metodológica que o permitia relacionar a economia com as demais dimensões da reprodução social sem incorrer em economicismo – sobretudo quando acatou estrategicamente os pedidos de seu orientador e dedicou a segunda parte de sua tese à apreciação da campanha abolicionista (DARITY Jr., 2014). Isso significa que Williams não construiu a sua interpretação econômica das reformas imperiais considerando somente a esfera econômica ou submetendo as transformações dos valores morais e das ideias completamente ao padrão de reprodução material. Ao contrário disso, o que foi apresentado é uma interpretação em que a filantropia, e por extensão, a atuação do Movimento Abolicionista britânico, tiveram sua importância relativizada, se comparadas ao declínio econômico e político das Índias Ocidentais, para o processo de supressão do tráfico de escravos e da escravidão.

Permeada pelas tensões acima descritas, *The Economic Aspect* foi submetida a uma banca examinadora formada exclusivamente por estudiosos que rejeitavam *a priori* o que eles chamavam pejorativamente de “materialismo”, sendo Reginald Coupland o responsável pela arguição da tese de doutorado – à época, as regras de Oxford definiam que não era o orientador

que presidia a banca (DARITY, Jr. 1988; 2014). A tese foi aprovada, mostrando que Coupland não era um obstáculo intransponível, como poderia ser especulado. Essa especulação merece atenção: talvez as críticas direcionadas a Coupland também revelam que Williams não reconhecia – ou não estava disposto a reconhecer – na obra de seu professor, ou de qualquer outro historiador imperial – os subsídios para compor a sua interpretação econômica sobre o fim da escravidão no Império Britânico (DARITY, Jr., 1988).

Por fim, o resultado apresentado na versão final da tese de doutorado sugere que Williams não acatou completamente as sugestões de seu orientador. Para além da interpretação econômica das reformas imperiais, *The Economic Aspect* também demonstrou, mesmo que de forma lateral, que o tráfico de escravos seria a principal causa – mas não a única – da prosperidade e riqueza de várias cidades portuárias da Inglaterra⁴³. Manteve intacta a hipótese de que a extinção da escravidão nas colônias do Caribe atendia, em primeiro lugar, aos interesses econômicos e políticos dos estratos poderosos da sociedade britânica. Até mesmo o Ato de Emancipação de 1833, balizado pela intensa campanha de propaganda abolicionista, tinha uma fundamentação econômica. Sendo assim, as reformas imperiais não são tratadas como fenômenos cuja origem, supostamente em comum, estaria em uma revolução nos valores morais iniciada no final do século XVIII; da mesma forma, a emancipação não é considerada um desdobramento automático e natural da abolição do tráfico. Essas conclusões, somadas à estratégia de contemplar a exigência feita por Harlow de relacionar os aspectos econômicos aos fatores morais e religiosos, fizeram Williams estruturar a sua tese de doutorado em duas partes: uma dedicada à abolição do tráfico e outra, à emancipação geral.

1.2.2 As causas econômicas da Abolição do Tráfico de Escravos

Ao longo de *The Abolition of the Slave Trade* [*A Abolição do Tráfico de Escravos*], a primeira parte de *The Economic Aspect*, Williams apresenta o núcleo de sua interpretação econômica sobre a abolição do tráfico de escravos pelo Império Britânico em um texto permeado por breves passagens e citações que corroboram com o humanitarismo⁴⁴. Como visto

⁴³ “O século XVIII é notável na história comercial britânica pela rápida ascensão da cidade de Liverpool. Clarkson, combatendo a visão popular, sustentava que sua ascensão se devia a uma variedade de causas, entre as quais o comércio de sal, o aumento prodigioso da população de Lancashire e a extensão muito rápida e grande das manufaturas de Manchester. Quão correta é a explicação de Clarkson para o período da Revolução Industrial que todo estudante de história sabe, mas é certo que a grandeza inicial de Liverpool, como a de Nantes na França, resultou do tráfico de escravos” (Williams, 2014, p. 85). Tradução livre.

⁴⁴ Como exemplificado nos seguintes trechos: “(...) os abolicionistas lutavam contra poderosos interesses econômicos que fizeram seus investimentos apostando na continuidade do comércio de escravos e na perpetuação da escravidão. Esses interesses deveriam ser persuadidos, ou pelo menos neutralizados, por todos os argumentos possíveis, sejam eles, humanitários, religiosos ou econômicos; e muitas vezes acontecia, como teremos ampla

no item “*obstáculos à defesa da tese de doutorado*”, essa mediação foi feita estrategicamente para adequar a interpretação econômica aos cânones da historiografia imperial e atender as exigências da banca examinadora composta por Reginald Coupland e seus discípulos. Porém, as concessões à interpretação humanitária não enfraqueceram a argumentação central da tese de doutorado. Antes de ser apenas uma concessão, invocar o sentimento humanitário britânico parece ter sido um recurso retórico empregado por Williams para evidenciar, de maneira sutil, a hipocrisia do discurso de motivação moral e filantrópica e, assim, destacar a importância de seu argumento econômico⁴⁵.

Dessa maneira, Williams avança na crítica contra a narrativa humanitária, que ele taxava como “sentimental” e “anti-intelectual”, em quatro frentes: a primeira buscava relacionar o processo de independência das Treze Colônias Britânicas (Revolução Americana de 1776-1783) e da Revolta na ilha francesa de *Saint-Domingue* (Revolução Haitiana, 1791-1804) com a crise das Índias Ocidentais; a segunda, traz à tona os diversos questionamentos ao monopólio e à escravidão, analisando como a Grã-Bretanha reagiu a essa transformação ideológica e política ao mesmo tempo em que preservou seus interesses estratégicos; a terceira, mostra a inflexão política na porção oriental do Império, cujos produtores de açúcar da Índia e de Bengala queriam romper o monopólio das Índias Ocidentais para operarem de forma “justa” nos mercados europeus; por último, a quarta frente traz ao lume a evidência da derrocada da base mercantilista do comércio Atlântico, entendida como prelúdio à abolição do tráfico de escravos. Essas quatro frentes têm como pano de fundo a inflexão ideológica e política da “era das revoluções”⁴⁶ que marcou a transição do mercantilismo para o livre-comércio e forneceu os contornos do que Darity Jr. (2012;2014) denominou de “Tese da Abolição de Williams”.

oportunidade de ver, que os abolicionistas foram forçados a aceitar a ajuda de homens que eram movidos pelos mais sórdidos interesses pecuniários e individuais, cuja adesão à campanha abolicionista fez muito para manchar a ‘boa-fé’ do grupo humanitário” (Williams, 2014, p. 43); e “(...) nenhum homem envolvido nesse comércio [de escravizados] pode fingir ignorância da opressão e crueldade que o acompanha (...) Com o humanitarismo e os sentimentos de igualdade que surgiram com Rousseau, a Declaração de Independência, os Direitos do Homem e o Metodismo, foi possível a manifestação de uma nova atitude em relação ao comércio de escravos” (Williams, 2014, p. 48). Tradução livre.

⁴⁵ “Que escravidão pode resistir a esses preços?” (Williams, 2014, p. 136). Tradução livre. É com essa frase retirada de um discurso do “Santo” Thomas Clarkson, um dos pioneiros do Movimento Abolicionista, que Williams encerra o terceiro capítulo de *The Economic Aspect*. Proferido em 1840, a pergunta retórica de Clarkson refere-se ao baixo custo da mão de obra assalariada empregada nas plantações das Índias Orientais como uma “vantagem” e uma das causas para a extinção da escravidão. Ver em Williams, Eric. *The economic aspect of the abolition of the West Indian slave trade and slavery*. Lanham; Boulder; New York; Toronto; Plymouth, UK: Rowman and Littlefield, 2014.

⁴⁶ A análise mais completa sobre as revoluções dos séculos XVIII e XIX está em Hobsbawm, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2009a. É nessa obra que Hobsbawm mostra as origens do mundo moderno a partir do que ele chamou de “dupla revolução”: a econômica, realizada pela Revolução Industrial na Inglaterra, e a política, representada pela Revolução Francesa. Ambas foram determinantes à expansão e consolidação do liberalismo, marcadas como pontos centrais à formação do capitalismo industrial. Por uma questão cronológica, Williams não leu as reflexões de Hobsbawm sobre as transformações revolucionárias

Não é o objetivo de *The Economic Aspect* mensurar quantitativamente se as Índias Ocidentais estavam em declínio político e econômico, mas sim colocar em perspectiva seu atraso relativo frente ao crescimento das colônias francesas, em especial *Saint-Domingue* (DARITY Jr., 1988; 2012; 2014). De acordo com Williams (2014), o desfecho da Revolução Americana tornou as Índias Ocidentais insignificantes e desnecessárias ao Império Britânico, abrindo caminho à mudança na política comercial da Grã-Bretanha com relação às suas colônias. A partir do momento em que a parte continental da América do Norte não estava mais sob o domínio do Império Britânico, não havia espaço à continuidade do monopólio comercial estabelecido pelo pacto colonial. A desarticulação do monopólio foi inevitável, até mesmo porque a luta pela emancipação política tinha como uma das motivações a busca pela liberdade econômica. No entanto, os princípios do livre-comércio ficaram restritos às relações entre as antigas Treze Colônias (Estados Unidos) e a Grã-Bretanha.

Às Índias Ocidentais ficou relegado o papel de disputar o mercado interno dos Estados Unidos com as demais ilhas caribenhas pertencentes à Espanha e França, enquanto os fazendeiros britânicos tentavam sustentar politicamente a manutenção do monopólio e a escravidão, pois acreditavam que esse era o antídoto à bancarrota que se desenhava no horizonte. Em comparação com as colônias britânicas do Caribe, as ilhas francesas apresentavam uma maior produtividade e custos mais baixos fazendo com que o açúcar produzido nas fazendas de *Saint-Domingue* fosse mais competitivo nos mercados externos. A disputa pelo mercado interno estadunidense, por exemplo, tornou clara a discrepância entre as velhas colônias britânicas e as colônias francesas: de 1780 até a eclosão da Revolução Francesa, em 1789, o comércio dos Estados Unidos com as ilhas francesas experimentou um incremento – mesmo com a restrição mercantil por parte do governo da França – fazendo com que as Índias Ocidentais amargassem perdas significativas (WILLIAMS, 2014).

Enquanto as colônias do norte, as mais pujantes colônias das Américas, ainda pertencessem ao Império Britânico não haveria possibilidade do Parlamento ou do Primeiro-ministro atender qualquer pedido de supressão da escravidão, mesmo que viesse do mais organizado grupo antiescravista e fosse motivado pelo mais sincero sentimento humanitário⁴⁷.

pelas quais a Europa passou nos séculos XVIII e XIX, mas o paralelo continua válido: tanto em *The Economic Aspect* quanto em *Capitalismo e Escravidão*, o historiador caribenho buscou compreender as causas e os desdobramentos das reformas imperiais a partir do quadro de profunda inflexão que a Europa passava, ao mesmo tempo em que refletiu sobre o lugar do Império Britânico no mundo que emergia sob a constante tensão entre a a(s) ideia(s) de liberdade e a lógica de acumulação de capital.

⁴⁷ Como já visto, o pioneirismo do repúdio, no discurso e na ação, da escravidão coube à *Religious Society of Friends* [Sociedade Religiosa dos Amigos], também conhecida como “Sociedade dos Amigos”. Os membros dessa sociedade eram denominados comumente por “*Quakers*” ou “Amigos”. Segundo Coupland (1964, p. 41), “em 1774, foi promulgado um decreto de expulsão da Sociedade para qualquer ‘Amigo’ que persistisse em ter negócios

Ao revelar o quão ineficiente e atrasada era a produção das Índias Ocidentais, a independência dos Estados Unidos abriu caminho aos primeiros questionamentos oficiais contra a escravidão. Mas esse efeito tardou alguns anos para se concretizar: até 1783, a posição oficial do Império Britânico era pela manutenção do domínio político e econômico das Treze Colônias e continuidade da escravidão e do tráfico de escravos. A escravidão, além de ter suas práticas oficializadas pelo governo, também usufruía de amplo apoio de diversos setores da sociedade e a simpatia quase unânime da opinião pública britânica (WILLIAMS, 2014). Porém, a onda revolucionária iniciada em 1776 atingiu em cheio os interesses dos fazendeiros coloniais, então parte constituinte da classe dominante britânica, mudando sua percepção sobre a escravidão e o tráfico. Nesse ponto, fica latente como a tensão gerada a partir da relação entre os interesses econômicos e os sentimentos humanitários é central para o entendimento do funcionamento da sociedade britânica.

Sabendo que a causa abolicionista tinha ocupado de maneira irreversível o debate público na Grã-Bretanha, os líderes britânicos trataram de pautá-la nas negociações internacionais. As principais interlocutoras durante esse processo foram a Espanha, a Holanda e a França. Esta última tinha uma importância maior porque à época estava em ascensão e rivalizava com a Grã-Bretanha a liderança política na Europa e o domínio das colônias nas Américas e do comércio Atlântico. A reconstituição sobre as tentativas da Grã-Bretanha de compactuar com as demais potências uma “abolição internacional” remetem ao método e à escolha de fontes comumente encontradas na historiografia imperial, porém, com um objetivo diferente: ao contrário de reafirmar a importância da mudança legislativa como motor do avanço civilizatório, a análise das relações diplomáticas multilaterais feita em *The Economic Aspect* (2014) demonstra não só o fracasso de um acordo mútuo entre as potências sobre a abolição do tráfico, mas também como o a moral que norteava o sentimento antiescravista entra em conflito com os interesses pragmáticos⁴⁸.

no Comércio [de Escravos], e em 1776 a manumissão foi igualmente aplicada a qualquer ‘Amigo’ que ainda possuísse escravos” (Coupland, 1964, p. 41). Já Williams (2014, p. 46) afirma que “em 1774 e 1775 incipientes projetos de lei prevendo a abolição [do tráfico] foram rejeitados de imediato pelo Parlamento [britânico]. Em 1783, os *Quakers*, que já haviam libertado seus escravos, aproveitaram-se de um projeto de lei na Câmara dos Comuns que proibia os servidores do Comitê Africano de se envolverem no comércio de escravos para fazer uma petição contra o comércio em geral. Lord North elogiou os *Quakers* por sua humanidade, mas confessou que seria quase impossível abolir o comércio de escravos, que, em certa medida, se tornou necessário para quase todas as nações da Europa”. Tradução livre. O pioneirismo dos *Quakers* na luta antiescravista é analisado em Davis, David Brion. *The Quaker ethics and antislavery international*. IN: *The problem of slavery in the age of revolution, 1770-1823*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1975, p. 213-254.

⁴⁸ Para ilustrar essa tensão, Williams (2014, p. 145, grifos do original) ecoa a angústia do proeminente parlamentar e abolicionista William Wilberforce: “Havia grandes dúvidas na França de que a abolição não produziria a ruína total e repentina das ilhas francesas: ‘era um daqueles assuntos sobre os quais os *interesses* dos homens e seus *sentimentos* estavam tão em desacordo que era difícil entender qual deles norteava as decisões’”. Tradução livre.

O choque entre os valores morais e os interesses econômicos também permearam as relações entre a Grã-Bretanha e a França. No último quartel do século XVIII, a França mergulhou em uma instabilidade política e social que culminou com uma década de período revolucionário (1789-1799). Os ideais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” foram tão impactantes que, para além de redefinir os rumos políticos da Europa Ocidental, reverberaram até a outra borda do Atlântico. O resultado foi a insurreição de escravizados na ilha francesa de *Saint-Domingue*, iniciada em 1791 e que foi o estopim para a Revolução Haitiana (1791-1804). Se a Revolução Americana foi a primeira a provar que uma colônia poderia se tornar uma nação independente, a Revolução Haitiana mostrou que o cativo imposto pelos europeus às negras e negros de origem africana poderia – e deveria – ser destruído. Mas a transformação revolucionária que o mundo europeu passava não estava restrita aos aspectos políticos e sociais. Nesse mesmo período, a Inglaterra experienciava a Primeira Revolução Industrial, que com o passar dos anos se revelou o início de uma profunda mudança nos processos de produção. Assim, ao partir da Revolução Americana, incorporando e compreendendo a força da Revolução Industrial e da inflexão de valores ideológicos, Williams (2014) enquadró o fim da escravidão no Império Britânico no contexto da “era das revoluções”.

Esse enquadramento é feito considerando que o processo de industrialização ocorrido na Inglaterra durante passagem dos séculos XVIII para o XIX foi acelerado e exigia cada vez mais matérias-primas. Por causa da indústria têxtil e de refino, a demanda do mercado interno inglês por algodão e açúcar cresceu em um ponto que a produção das Índias Ocidentais não conseguia acompanhar. No caso do açúcar, eram as ilhas francesas do Caribe que atendiam essa crescente demanda, até a completa desorganização produtiva de *Saint-Domingue* ao longo do processo revolucionário iniciado em 1791. Foi com a eclosão da Revolta de *Saint-Domingue* que o Império Britânico reafirmou sua faceta pragmática. Em sintonia com os interesses políticos e comerciais da Grã-Bretanha, o então Primeiro-ministro William Pitt iniciou, em 1793, uma campanha militar França para conquistar a principal ilha francesa no Caribe. O objetivo era ter o controle da mais rentável produção açucareira do Atlântico para garantir que o mercado interno inglês fosse abastecido com matéria-prima barata.

Se a Grã-Bretanha tivesse sucesso, *Saint-Domingue* seria anexada como colônia ao Império, a escravidão e o tráfico continuariam indefinidamente e os britânicos liderariam o comércio no Atlântico, controlando os principais pontos de produção e circulação das principais mercadorias. Se a campanha britânica fosse derrotada e os franceses conseguissem sufocar a insurreição dos escravizados e reestabelecer o controle de sua colônia, a Grã-Bretanha poderia usar a abolição do tráfico como uma estratégia para impedir o crescimento econômico da França

e garantir a continuidade de sua hegemonia política e comercial (DARITY Jr., 2012; 2014; WILLIAMS, 2014). Porém, as forças revolucionárias comandadas por Toussaint L'Ouverture saíram vitoriosas, expulsando as tropas francesas e britânicas da ilha, dando prosseguimento ao processo revolucionário. Com o término do processo revolucionário, a estrutura produtiva do agora independente Haiti – que ostentou a produção de açúcar mais valiosa e cobiçada do Atlântico – estava dizimada e fora dos domínios das potências rivais. Os danos econômicos estavam minimizados, tornando a supressão do comércio de escravos uma opção viável. No limite, era impossível para o Império Britânico ter ao mesmo tempo o controle de *Saint-Domingue* e sustentar o compromisso com a abolição. Nesse caso, o sentimento humanitário seria apenas um “verniz retórico” para cobrir os verdadeiros interesses que estavam em disputa (WILLIAMS, 2014).

A Insurreição de *Saint-Domingue* quebrou a safra francesa de açúcar, da qual os mercados europeus eram dependentes, e o monopólio das Índias Ocidentais era visto como um mal desnecessário que causava efeitos deletérios na economia doméstica britânica. Manter um sistema de baixa produtividade e que encarecia as matérias-primas utilizadas na indústria metropolitana também passou a ser politicamente insustentável. Essa diminuição da importância relativa do Caribe para a balança comercial do Império Britânico abria espaço à produção das colônias da Ásia, pois era na porção oriental que os britânicos acreditavam que estava o caminho à recuperação da supremacia comercial perdida ao longo da década de 1780. Assim, as Índias Orientais estariam encarregadas de suprir os mercados europeus e recuperar um valioso comércio que estava quase que totalmente nas mãos dos franceses. A estratégia inicial dos britânicos era usar as suas colônias do oriente para complementar e, até mesmo, substituir a produção de açúcar das Índias Ocidentais, dada a instabilidade dos níveis de preço do açúcar no último quartel do século XVIII⁴⁹ (WILLIAMS, 2014).

Porém, essa alta não se mostrou sustentável no longo prazo. Provavelmente, o preço do açúcar foi alvo de especulação alimentada pelos receios de desabastecimento que poderiam ocorrer com a desarticulação produtiva das ilhas francesas, principalmente na *Saint-Domingue* tomada pela revolução. Esses temores arrefeceram em 1799, quando houve uma sensível queda nos preços do açúcar, mantendo-os em níveis baixos durante a primeira década do século XIX

⁴⁹ “Os preços [do açúcar] começaram a subir rapidamente. De um máximo de 60 em setembro de 1788, o preço subiu para 86 em setembro de 1792 e 90 em abril de 1793. Em uma petição ao Parlamento em 1792, os representantes da indústria do refino de açúcar culpavam os males do monopólio das Índias Ocidentais (...) como causa dos preços elevados. Apontando para ‘a decadência de sua antes próspera manufatura’, clamaram pela liberação do carregamento de açúcar estrangeiro em navios britânicos, desde que mantida uma tarifa preferencial em favor das Índias Ocidentais, e pela liberação do açúcar das Índias Orientais com os mesmos direitos e privilégios concedidos ao açúcar das Índias Ocidentais Britânicas” (Williams, 2014, p. 125). Tradução livre.

(RYDEN, 2012). Nesse período, foi a produção das Índias Orientais que garantiu o adequado abastecimento do mercado europeu. Mesmo com a queda do preço do açúcar e as elevadas tarifas impostas aos produtos que não eram oriundos das Índias Ocidentais, a introdução do açúcar e do algodão provenientes da Índia no mercado interno britânico retornaram taxas de lucro nada desprezíveis aos seus produtores. A partir disso, a expectativa nutrida pelos setores que tinham interesses comerciais nas Índias Orientais era de que pudessem fazer parte do monopólio junto às colônias caribenhas por meio da equiparação tarifária – cujo potencial para aumentar os lucros da Companhia das Índias Orientais era significativo (WILLIAMS, 2014). O discurso era de complementariedade entre as Índias Ocidentais e Orientais, como se fossem as “mãos direita e esquerda do Império” (WILLIAMS, 2014, p. 130).

Williams (2014) demonstra que a ideia de complementariedade entre as porções leste e oeste do Império era inviável porque tratava-se de colônias que produziam basicamente as mesmas matérias-primas para disputar rigorosamente os mesmos mercados. O que garantia a sobrevivência dos fazendeiros britânicos das Índias Ocidentais era a proteção tarifária prevista pelo monopólio. A Companhia das Índias Orientais, ciente da sua importância à retomada comercial do Império e interessada em aumentar seus ganhos, iniciou uma campanha em favor da quebra do monopólio das Índias Ocidentais. Virtualmente era uma campanha para que a produção das Índias Orientais complementassem as safras oriundas do Caribe britânico, mas, na prática, foi uma tentativa de construir um monopólio próprio que substituiria o pacto colonial vigente no Atlântico. Sendo assim, a motivação ao apoio das Índias Orientais à causa abolicionista era a abertura dos mercados europeus às matérias-primas vindas das colônias do Leste. O argumento referente à desumanidade do tráfico de escravos no Atlântico foi usado não somente para desqualificar a produção das Índias Ocidentais, mas também para desarticular o comércio Atlântico. Nenhum deles tinha relação direta com o antiescravismo, revelando, mais uma vez, que os sentimentos humanitários foram invocados para cobrir os reais interesses da Companhia das Índias Orientais.

No contexto em que a balança comercial superavitária era o principal objetivo em termos de política comercial, o comércio com as Índias Orientais apresentava desvantagens. Os pagamentos das importações vindas do Oriente eram feitos em ouro, prática que pressionava as reservas da Grã-Bretanha. Em contrapartida, o comércio com as Índias Ocidentais foi construído em torno da troca de mercadorias, ou seja, a Grã-Bretanha pagava as matérias-primas exportando produtos manufaturados. Essa dinâmica estimulou a geração de riquezas na metrópole, sendo a razão pela qual o açúcar produzido nas Índias Orientais foi preterido em relação ao açúcar caribenho, sem que o uso ou não da mão de obra negra escravizada fosse

colocado em questão. No entanto, a predileção pelas Índias Ocidentais e a manutenção do monopólio não significaram que os fazendeiros britânicos teriam garantida sua parcela no mercado interno britânico. As leis que impediam a entrada de matérias-primas provenientes de colônias rivais no mercado doméstico britânico continuaram a ser questionadas, inclusive de forma mais enérgica, no decorrer da primeira metade do século XIX. Foi quando o comércio com as Índias Ocidentais não conseguiu mais alavancar a acumulação de riqueza que os abolicionistas enxergaram a oportunidade de construir um discurso mais efetivo ao fundir a nascente racionalidade econômica liberal com os sentimentos humanitários. Esse discurso foi reverberar quase duas décadas depois da aprovação do Ato de Abolição do Tráfico de Escravos, quando começou a ser pautada nas Câmaras do Parlamento uma legislação que impusesse o fim da escravidão (RYDEN, 2012; WILLIAMS, 2014).

1.2.3 Os fundamentos econômicos da Emancipação do africano escravizado

Na segunda parte de *The Economic Aspect*, intitulada *The Abolition of Slavery* [*Abolição da Escravidão*], Williams (2014) reconstitui o processo que culminou com a aprovação do Ato de Emancipação da Escravidão nas colônias britânicas, em 1833, a partir de sua fundamentação econômica. O parágrafo introdutório dessa segunda parte ilustra de forma resumida a proposta de analisar a tensão entre os sentimentos humanitários e os interesses econômicos, introduzindo o Movimento Abolicionista como ator desse complexo processo de transformação ideológica e produtiva da sociedade britânica, que resultou em uma importante inflexão na política do Império com relação às suas colônias. Nas palavras de Williams⁵⁰:

Esta tese concentra-se no aspecto econômico da abolição e da emancipação. Seria, no entanto, um erro subestimar as forças humanitárias. O governo foi submetido à pressão de fortes interesses econômicos tendendo à emancipação, e daríamos uma *visão distorcida* se não considerássemos o papel poderoso desempenhado pelos humanitários, que nessa questão em particular assumiu a proporção de uma *cruzada nacional* (WILLIAMS, 2014, p. 219, ênfase nossa).

Esse trecho dialoga diretamente com os pedidos de Vincent Harlow expressos nas cartas que foram analisadas nas seções anteriores. Porém, como também foi assinalado, a concessão aos pressupostos do humanitarismo não foi total. Basicamente, a introdução das

⁵⁰ Tradução livre. No original, “*This thesis concentrates on the economic aspect of abolition and emancipation. It would, however, be a mistake to underestimate the humanitarian forces. The Government was subjected to the pressure of strong economic interests tending towards emancipation, but it would give a distorted view not to realise the powerful part played by the humanitarians, which in this particular question assumed the proportions of a nation-wide crusade*” (Williams, 2014, p. 219).

“forças humanitárias” serviu como contraponto para reforçar a importância dos fatores econômicos ao longo das negociações que selaram o destino da escravidão nas colônias que pertenciam ao Império Britânico. Dessa forma, Williams (2014), ao aprofundar a análise nas conexões entre o sentimento antiescravista com os interesses pragmáticos – em outras palavras, entre a moral e a economia – evidenciava, mais uma vez, uma basilar contradição da política britânica. É com esse fio condutor que, de forma geral, *The Economic Aspect* apresenta um diálogo crítico com vertente humanitária da historiografia imperial.

O ponto de partida da crítica é a compreensão de que a abolição do comércio de escravos não dissolveu as tensões políticas e econômicas que permeavam a sociedade britânica. De acordo com Williams (2014), a razão disso está na visão da maior parte dos abolicionistas de que a supressão do tráfico implicaria, automaticamente, no fim da escravidão. Vimos que os historiadores imperiais creditavam as causas da transformação social à “força da lei”, porém, o Ato de Abolição de 1807 não foi o suficiente para mudar a realidade das colônias ou diminuir os conflitos dentro da classe dominante britânica. Sequer conseguiu suprimir o fluxo comercial de africanos escravizados pelo Atlântico. Na verdade, a crença na emancipação gradual fez com que os abolicionistas rejeitassem qualquer ideia de liberdade para os escravizados, inclusive opondo-se ativamente que a discussão fosse levada ao Parlamento⁵¹. Essa crença ancorava-se em dois argumentos: primeiro, de que o trabalho assalariado era superior, moral e economicamente, ao trabalho forçado; e, segundo, havia o temor de que um compromisso legal pudesse acarretar a degeneração da propriedade privada cuja defesa era central dentro da tradição britânica (WILLIAMS, 2014).

Tanto a crença dos abolicionistas humanitários do século XIX, quanto a dos historiadores imperiais do século XX mostraram-se infundadas por um motivo relativamente simples: após 1807, surgiram novas e mais produtivas colônias que utilizavam largamente a mão de obra escravizada de origem africana e disputavam espaço dentro do comércio Atlântico

⁵¹ “Os abolicionistas não fizeram da emancipação seu programa até 1823. (...) Em um memorando sobre ‘assuntos de ação e deliberação para abolicionistas’ em 1810, Wilberforce, por exemplo, não fez qualquer referência à emancipação. Sua principal preocupação era tornar o ato de abolição mais eficaz e assegurar a abolição geral do comércio de escravos. (...) O principal objetivo era a abolição do comércio de escravos que, eles [os abolicionistas] esperavam que produziria, gradualmente, uma transição natural do trabalho escravo para o [trabalho] livre. Essa transição seria ‘mais segura pela alforria gradual, pela educação, pela melhoria da situação dos escravos, e encorajando casamentos entre eles’. (...) Em 1814, Wilberforce recebeu como sugestão que todos os negros importados ilegalmente para qualquer parte dos domínios britânicos deveriam ser imediatamente declarados livres. Wilberforce recusou, respondendo claramente: ‘nosso único objetivo era, e ainda é, produzir a partir da abolição as condições para que se possam criar [escravizados] ao invés de comprá-los. Esse é o grande princípio vital que atuaria em todas as direções e produziria reformas em todos os lugares’. (...) Eles buscavam ‘uma emancipação da qual os senhores, e não os escravos, deveriam ser os autores voluntários’” (Williams, 2014, p. 228-229). Tradução livre.

com as Índias Ocidentais. Bens primários produzidos nas fazendas do Brasil, de Cuba, do Sul dos Estados Unidos e das Ilhas Maurício – para citar alguns exemplos – pressionavam os preços nos mercados europeus, pois eram de melhor qualidade do que os produzidos nas colônias britânicas do Caribe. Só não eram mais baratos aos consumidores britânicos, sobretudo para os industriais, por causa das tarifas protecionistas. Também havia restrições legais de utilização do algodão e do melão de cana oriundas de outras regiões que não as Índias Ocidentais britânicas nas indústrias situadas na metrópole. No entanto, na primeira metade do século XIX, a prática dos monopólios, principalmente o das Índias Ocidentais, seria colocada em xeque em nome das liberdades individuais – ou em nome da liberdade de acumular riqueza. A “dupla revolução” foi a responsável, portanto, por pavimentar o caminho político e ideológico para que a crítica ao mercantilismo fosse feita em prol dos interesses econômicos da classe industrial em ascensão.

É nessa transição política e ideológica entre o mercantilismo e o livre-comércio que está o pano de fundo dos questionamentos sobre a moralidade e pertinência da escravidão no Império Britânico e do tráfico no Atlântico. Williams (2014) argumenta, em linhas gerais, que a aprovação do Ato de Emancipação deve ser entendida a partir da emergência dessa nova cultura política impulsionada pelo ideal do *laissez-faire*, defendido e difundido nos escritos de Adam Smith e Arthur Young – dois dos mais influentes pensadores liberais da época⁵². Marcada pela defesa do livre-comércio, os adeptos do *laissez-faire* acreditavam que a política mercantilista, com a imposição do monopólio e de proteções comerciais artificiais, impedia a Grã-Bretanha de explorar todo o potencial da nascente economia industrial. Assim, a ascensão da ideologia do livre-comércio, convenientemente apartada da ideia de “trabalho livre”, marcou o início de uma disputa entre as forças econômicas – os fazendeiros das colônias e os novos capitalistas industriais (RYDEN, 2012; WILLIAMS, 2014).

⁵² “Adam Smith havia muito antes levantado sua voz poderosa contra a loucura e a injustiça aos que haviam dirigido o projeto de estabelecer as colônias. Arthur Young também havia escrito com aspereza contra todas as espécies de domínios distantes, considerando as colônias um estorvo. ‘A lição da política moderna’, escreveu ele [Young], ‘era que a independência da América do Norte deveria ampliar o horizonte de nossa política comercial’, mas essa mesma argumentação falaciosa foi usada para referir-se tanto às colônias que produziam tabaco, quanto às colônias canavieiras. “Este raciocínio não pretende mostrar que as ilhas açucareiras não tinham importância; tinham uma importância que chegou a ser prejudicial: mas não tinham a importância que seus defensores falsamente alegam” (Williams, 2014, p. 365-366). Tradução livre. Williams também faz pontuações sobre Adam Smith e Young em *Capitalismo e Escravidão*, sendo que uma delas chama atenção pela semelhança com o trecho citado acima: “Formado na mesma escola de Adam Smith, Arthur Young, paladino da Revolução Agrícola na Inglaterra, extraiu lições importantes da revolta americana e qualificou as colônias como transtornos. ‘Aquele grande lição de política moderna’, escreveu rispidamente, ‘a independência da América do Norte deveria ampliar o horizonte de nossa política comercial’. Não que as ilhas canavieiras não fossem importantes; ‘tinham adquirido nocivamente grande importância: mas não têm a relevância que seus defensores falsamente alegam’” (Williams, 2012, p. 175). Os trechos de Arthur Young citados por Williams referem-se, de acordo com a bibliografia das duas obras, ao livro intitulado *Annals of Agriculture* publicado em 1788.

A extinção dos monopólios era a principal demanda dos industriais britânicos, já que as preocupações dessa ascendente fração da classe dominante à época não estava nos possíveis ganhos econômicos com a generalização do trabalho assalariado e, muito menos, na situação desumana em que os africanos escravizados eram submetidos nas fazendas do Novo Mundo. Seus interesses estavam circunscritos à ampliação dos mercados através da prática do livre-comércio. Mesmo que isso significasse – como de fato significou – atrelar o funcionamento da economia britânica à demanda por matérias-primas produzidas em regiões cujo mão de obra escravizada era massivamente empregada. Aparentemente, depender da produção feita por mão de obra escravizada não incomodava o espírito cristão filantropo dos capitalistas industriais. O que realmente incomodava eram as dificuldades legais e as tarifas impostas pelo considerado decadente e obsoleto mercantilismo, as quais impediam os industriais de comprarem açúcar e algodão mais baratos e, assim, aumentarem seus lucros (WILLIAMS, 2014).

Durante o processo de questionamento ideológico e político do mercantilismo, e do monopólio das Índias Ocidentais em particular, o pragmatismo dos industriais seguiu seu curso. Os seus investimentos nas Américas foram reorientados tendo como horizonte a nova arquitetura do comércio Atlântico que se desenhava, alicerçada na produção de matérias-primas no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos, porque as Índias Ocidentais já eram consideradas irrelevantes à economia do Império na década de 1830, abrindo caminho às negociações que possibilitaram a aprovação do Ato de Emancipação (RYDEN, 2012). Isso fez, segundo Williams (2014), com que, nas primeiras décadas do século XIX, fosse iniciada uma reorganização comercial no Atlântico, na qual a produção das economias escravistas nas Américas readequou-se para atender à crescente demanda da indústria europeia em expansão⁵³.

As linhas gerais descritas acima estão longe de apreender a complexidade da interpretação sobre a emancipação geral nas colônias britânicas desenvolvida em *The Economic Aspect*. As reformas imperiais tinham como ponto de partida o questionamento do Antigo Sistema Colonial, mas a base em que ocorreram seus respectivos debates e negociações era distinta: enquanto a problemática sobre a manutenção ou supressão do tráfico de escravos estava fundamentada nos marcos do mercantilismo, a emancipação já era discutida tendo como

⁵³ À reorganização do comércio Atlântico durante o século XIX norteadada pela industrialização na Europa e da intensificação do uso da mão de obra escravizada nas fazendas do Sul dos Estados Unidos, Vale do Paraíba no Brasil e em Cuba – respectivamente, produtoras de algodão, café e açúcar – foi denominada pelo historiador Dale Tomich de *segunda escravidão*. A contradição do século XIX está na manutenção da escravidão em um contexto de supremacia ideológica do liberalismo, incluso a defesa das liberdades individuais. Sobre o conceito de segunda escravidão ver, entre outros, Tomich, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2011 e Marquese, Rafael; Salles, Ricardo (organizadores). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

referência os ideais liberais (RYDEN, 2012). No entanto, não se tratava de todo o espectro do liberalismo, mas somente a parte capaz de animar a classe industrial: a agenda do livre-comércio. Enquanto ideologia e prática política, o livre-comércio gerou expectativas de que o Império Britânico pudesse, ao mesmo tempo, ser o maior fornecedor de manufaturas no comércio Atlântico e o maior mercado consumidor às demais matérias-primas produzidas no mundo todo (RYDEN, 2012; WILLIAMS, 2014). Tais expectativas, por sua vez, começaram a ganhar concretude durante a década de 1820, quando o mercantilismo, em ruínas, teve sua superação acelerada pelos processos de independência na América do Sul. Iniciava-se, assim, o processo decisivo à extinção do Antigo Sistema Colonial e à consolidação da política do livre-comércio.

Esse movimento em direção ao domínio da ideologia do *laissez-faire* permitiu que os comerciantes britânicos atuassem como intermediários no mercado mundial, fornecendo matérias-primas para a indústria britânica a preços competitivos e distribuindo produtos manufaturados para os países europeus, os Estados Unidos e às outras regiões pertencentes ao Império (RYDEN, 2012). Em termos econômicos, os resultados foram benéficos à Grã-Bretanha: os setores industriais aumentaram seus ganhos com acesso às matérias-primas de baixo custo e os fazendeiros coloniais obtiveram facilidades para comprar bens manufaturados. Williams (2014) centra a atenção para o dinamismo do setor manufatureiro, que cresceu em ritmo mais acelerado se comparado às outras atividades, consolidando, já na década de 1820, sua importância econômica e política para o Império Britânico. Assim, enquanto a indústria britânica crescia, as Índias Ocidentais viam seu prestígio político desmoronar junto à queda dos níveis de atividade econômica⁵⁴. O efeito disso foi tornar praticamente impossível a típica manobra política dos fazendeiros coloniais britânicos, que consistia em manter e pleitear mais proteção e subsídios do governo usando como argumento a importância econômica das Índias Ocidentais para o Império.

Contudo, às vésperas da libertação geral dos escravizados, ainda havia uma parcela dos britânicos que advogavam pela importância das Índias Ocidentais, geralmente em defesa dos interesses dos fazendeiros coloniais⁵⁵. A indústria da Grã-Bretanha tornou as plantações das

⁵⁴ “A formidável expansão da indústria e do comércio britânicos foi acompanhada pelo declínio da importância das colônias que um dia foram as joias do Império. As Índias Ocidentais estavam perdendo espaço nos mercados. ‘Julgadas pelos padrões do imperialismo econômico, as Colônias Britânicas das Índias Ocidentais, um sucesso considerável em meados de 1750, tornaram-se um fracasso oitenta anos depois’. As uvas que os industriais queriam não precisavam mais ser colhidas nos cardos das Índias Ocidentais, pois agora poderiam vir dos vinhedos brasileiros, cubanos e do oriente” (Williams, 2014, p. 364-365). Tradução livre.

⁵⁵ “Em 1832, Keith Douglas, um dos mais hábeis representantes dos interesses das Índias Ocidentais no Parlamento, tinha por objetivo mostrar como as manufaturas e o comércio da Grã-Bretanha dependiam do trabalho escravo. O material para toda a manufatura de algodão, de Manchester, Glasgow e todas as pequenas aldeias, era

Índias Ocidentais econômica e politicamente desnecessárias ao Império, mas esse ainda não era o fator determinante para o fim da escravidão. Enquanto as colônias caribenhas enfrentavam uma grave crise, a indústria e a escravidão estavam em ascensão. Como vimos, o crescimento industrial britânico aprofundou a dependência das matérias-primas produzidas por mão de obra escravizada. Isso, somado à incapacidade dos fazendeiros britânicos em atender as demandas dos industriais metropolitanos, abriu lacunas no mercado que foram preenchidas pelas mercadorias, produzidas com trabalho escravizado, oriundas do Brasil, Cuba e Estados Unidos (WILLIAMS, 2014). Fica claro que a escravidão não era o problema em si; o problema era que a produção das fazendas coloniais no Caribe não era mais lucrativa para o Império. O declínio das Índias Ocidentais foi, portanto, catalisado pela passagem do *laissez-faire* de ideologia e discurso para a prática, consolidando o livre-mercado como a política econômica dominante no Império. E assim se manteve por praticamente um século.

Foi esse contexto, segundo Williams (2014), que proporcionou as condições objetivas para que os abolicionistas pudessem se aliar aos industriais em uma frente que deu impulso à luta pelo fim da escravidão, moldando os debates parlamentares que resultaram na aprovação do Ato de Emancipação em 1833. Assim, ao contrário do que ocorreu nos debates sobre a abolição do tráfico de escravos, as negociações pela libertação definitiva tiveram a presença ativa dos humanitários que, representados pelo Movimento Abolicionista, pautaram as razões morais pelas quais a escravidão nas colônias britânicas deveria ser extinta. Em comum acordo com os fazendeiros coloniais, construiu-se um complexo arranjo “trilateral” – como sugeriu Ryden (2012, p. 129) – em que os três lados evocavam suas visões de liberdade de acordo com seus respectivos interesses. No final das contas, as pautas humanitárias foram neutralizadas ao entrarem em choque com o pragmatismo dos industriais e dos fazendeiros coloniais. A ação pragmática fez com que ambas as frações da classe dominante britânica fossem favoráveis ao fim da escravidão por razões diferentes, mas que atendiam aos seus respectivos interesses estratégicos: enquanto os industriais pleiteavam a extinção do trabalho escravizado em nome do livre-comércio, os fazendeiros queriam a aprovação da emancipação porque acreditavam que só assim impediriam o crescimento de seus rivais comerciais – em especial as ilhas dominadas pela França (RYDEN, 2012; WILLIAMS, 2014).

fornecido por trabalho escravo. A proporção produzida pelo trabalho livre era menos de um quinze avos da proporção produzida pelos escravos. Com relação ao açúcar, apenas um vigésimo do total das importações era de cultivo livre; com respeito ao café, não mais de um terço da quantidade usada na Grã-Bretanha era produto de mão de obra livre. A matéria-prima fornecida pela mão de obra escrava produziu mais da metade das exportações de manufaturados do país. Com isso, Douglas pretendia mostrar que as Índias Ocidentais ainda eram essenciais para a Grã-Bretanha” (Williams, 2014, p. 387-388). Tradução livre.

Como pontuado anteriormente, o discurso humanitário foi apropriado pelos fazendeiros e industriais com o objetivo de encobrir os respectivos interesses econômicos e estratégicos, algo que possivelmente está nas causas de sua longevidade, pois os argumentos morais foram amplamente aceitos por diversos estratos da sociedade britânica dominando o debate público até meados do século XX. É importante notar que o caráter trilateral das negociações pela libertação definitiva dos escravizados foi possível porque os argumentos humanitários eram funcionais aos interesses dos industriais britânicos e à ideologia do *laissez-faire*. Isso explica a razão pela qual as pautas estritamente humanitárias foram marginalizadas das negociações parlamentares que definiram o Ato de Emancipação. Mesmo assim, a atuação dos abolicionistas foi importante, pois funcionou como contrapeso efetivo aos interesses mais restritos dos fazendeiros e industriais britânicos (RYDEN, 2012; WILLIAMS, 2014). A aprovação do Ato de Emancipação pode ser entendida tanto como a vitória do Movimento Abolicionista, quanto a conquista de mercados altamente competitivos pelos industriais e comerciantes britânicos. Porém, para os africanos escravizados significou algo que não pode ser propriamente nomeado como “vitória”. Nas palavras de Williams (2014, p. 388): “(...) [a] emancipação nas Índias Ocidentais significou a desolação da África em uma escala nunca vista e toda a severidade da escravidão no Brasil e em Cuba. A redenção de alguns milhares significou a crucificação de milhões”⁵⁶.

Entretanto, a apreciação acima descrita sobre o processo de emancipação não está presente em *Capitalismo e Escravidão*. Há dois possíveis motivos que sugerem uma explicação à decisão de Williams em não incluir a segunda parte de sua tese de doutorado na versão final do livro publicado em 1944. A primeira delas é de caráter metodológico e formal: como visto, em *The Economic Aspect* o recorte da análise está restrito aos anos de 1783 a 1833, justamente para cobrir o período dos primeiros questionamentos formais à escravidão no Parlamento até a aprovação dos Atos de Abolição e Emancipação; já em *Capitalismo e Escravidão*, o escopo de análise é estendido para contemplar a segunda metade do século XIX, com a intenção de investigar as causas fundamentais à consolidação do capitalismo em sua fase industrial (BRANDON, 2017). O segundo motivo é um desdobramento do primeiro: Williams captou a continuidade e persistência da escravidão – e do tráfico de escravos – nas décadas que seguiram o ano de 1833 já em sua tese de doutorado, o que o motivou a adotar, em seu livro de 1944,

⁵⁶ Tradução livre. No original, “(...) emancipation in the West Indies meant the desolation of Africa on an unheard-of scale and all the rigours of slavery in Brazil and Cuba. The redemption of a few thousands meant the crucifixion of millions” (Williams, 2014, p. 388).

uma perspectiva sistêmica para analisar a escravidão dentro dos quadros da transição do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial.

Capítulo 2

A Transição do “Aspecto Econômico” para o “Capitalismo” (1939-1943)

Cerca de seis anos separam a defesa da tese *The Economic Aspect of the Abolition of the British West Indian Slave Trade and Slavery*, em 1938, da primeira publicação do livro *Capitalismo e Escravidão*, em 1944. Ainda em 1938, Williams teve que lidar com a frustração dupla de não conseguir publicar como livro sua tese de doutorado e, conseqüentemente, não ser aceito como professor no sistema universitário britânico. Ao contrário do que poderia parecer, esse revés não foi o sepultamento da carreira acadêmica de Williams, mas sim o ponto de partida para a reelaboração das conclusões da pesquisa desenvolvidas em Oxford. Porém, não uma reformulação no sentido de “corrigir” e “adequar” a interpretação econômica sobre a abolição do tráfico de escravos ao cânone interpretativo da historiografia imperial, mas sim para aprofundar a crítica. Como os títulos das duas obras nos sugerem, a interpretação proposta por Williams transitou da estruturação baseada no “aspecto econômico” para centrar-se no conceito de “capitalismo”, isto é, passou-se a considerar as causas do fim do tráfico e da escravidão no Império Britânico como um processo sistêmico relacionado à ascensão do capitalismo na Europa.

Esse movimento ocorreu a partir da mudança na periodização do objeto de estudo. Se, como já assinalado, em *The Economic Aspect* (2014) a análise estava delimitada à campanha abolicionista situada entre 1783 e 1833, os textos de Williams publicados na década de 1940 indicam uma tendência à ampliação do objeto de estudo. Isso se deu de duas maneiras: a primeira delas foi retroceder a análise ao período anterior a 1783 para incorporar a reflexão sobre o papel da escravidão negra nas Américas na formação do capitalismo na Europa; já a segunda, refere-se à extensão do objeto de estudo para contemplar o período posterior a 1833, introduzindo uma reflexão sobre as transformações ideológicas, políticas e econômicas decorrentes da constituição do capitalismo industrial na Europa. Williams passa a esboçar a relação entre essas transformações com a desarticulação do mercantilismo para além dos “aspectos econômicos”, porém frisando que a escravidão continuou a ser estimulada em regiões como o Brasil, Cuba e Sul dos Estados Unidos mesmo após a promulgação do Ato de Emancipação em 1833.

A expansão do objeto de estudo é o ponto que coloca luz a uma transição que passou despercebida, mas que parece ser central para o entendimento da concepção de Williams: enquanto em *The Economic Aspect* (2014) a noção de “acumulação de capital” e o conceito de

“capitalismo” são ausentes, em *Capitalismo e Escravidão* (2012) eles adquirem centralidade (BRANDON, 2017). Essa questão conceitual é uma explicação mais sólida frente à hipótese de que Williams não utilizou essas categorias abertamente em sua tese de doutorado por receio de ser associado ao “materialismo” ou ter sua interpretação reduzida ao economicismo, práticas metodológicas criticadas pelo *establishment* de Oxford e que poderiam resultar na reprovação da tese pela banca examinadora. Isso leva às compreensões como a de Brandon (2017, p. 310), cuja estrutura de *The Economic Aspect* supostamente “deixa clara” que a interpretação de Williams se deu em “termos sistêmicos”, mas que ele decidiu apresentar suas conclusões a respeito das causas econômicas para o fim da escravidão à banca presidida por Reginald Coupland em “termos mais modestos”⁵⁷.

O que Brandon não levou em consideração é que apresentar um trabalho sobre o fim da escravidão nas colônias britânicas do Novo Mundo restrito pela noção de “aspecto econômico” poderia ser uma crítica sutil, mas frontal, não somente ao *establishment* de Oxford, mas a toda tradição liberal britânica. Questionar a importância da “cruzada moral” na campanha abolicionista contra um “negócio nojento”, ou a elevada moral do “bom inglês”, era um ataque direto à interpretação que, mais do que cristalizada na historiografia imperial, estava sedimentada no imaginário do povo britânico. Caso Williams optasse por adotar no título de sua tese o termo “capitalismo” sua crítica perderia a força porque os historiadores imperiais associavam o sistema capitalista ao progresso liberal e o consideravam como parte da “missão civilizadora” que o Império Britânico liderava contra os povos “bárbaros” (*sic*) e “primitivos” (*sic*). Nesse sentido, quando Williams apresentou os “aspectos econômicos” da abolição do tráfico de escravos e da escravidão, ele queria deixar claro o argumento que repetiu insistentemente ao longo de sua obra: o sentimento humanitário foi apenas um elemento discurso, sendo lateral, e praticamente desnecessário, na luta pela libertação da população negra do trabalho forçado.

Desde *The Economic Aspect*, a análise feita por Williams combinava conceitos da economia política clássica – como produtividade, escassez da mão de obra e divisão internacional do trabalho – com elementos de política exterior e descrição das negociações diplomáticas entre as potências europeias. Um tratamento sofisticado do objeto de estudo em que transparecia a preocupação de entender o processo histórico de maneira sistêmica e total,

⁵⁷ No original, “Although the course of the argument makes it quite clear that Williams thought about his problem in broad systemic terms, he chose to present his findings in the more modest language of “economic aspects” that led to slavery becoming considered “impolitic” by leading sections of the British ruling class” (Brandon, 2017, p. 310).

ainda que as ideias não estejam articuladas em torno dos conceitos de “acumulação de capital” ou “capitalismo”. Mesmo assim, tem-se dois indícios razoáveis para afirmarmos que Williams já pensava seu objeto de estudo enquanto preparava sua tese de doutorado em Oxford tendo como horizonte a formação do capitalismo: o primeiro é a publicação, em 1940, do artigo *The Golden Age of the Slave System in Britain* [*A Era de Ouro do Sistema Escravista na Grã-Bretanha*] em que Williams formula pela primeira vez em sua obra, mas já com grau de complexidade semelhante à exposta em *Capitalismo e Escravidão* (2012), a relação direta entre escravidão nas Américas e formação da riqueza na Europa; o segundo, é que no mesmo ano de 1940, ele foi contemplado com uma bolsa de pesquisa por um projeto que propunha investigar o papel da escravidão negra na formação do capitalismo.

Nas páginas deste presente capítulo serão descritas e analisadas as rupturas e continuidades que marcaram a trajetória intelectual de Williams durante a primeira metade da década de 1940. Nesse período, ele se mudou para os Estados Unidos para assumir o posto de professor e pesquisador em uma universidade de alto nível dedicada à educação da população afro-americana. Veremos como o ambiente intelectualmente pujante da Universidade de Howard foi fundamental para que Williams desse continuidade à sua pesquisa que, ao estimular a revisão das conclusões apresentadas em *The Economic Aspect*, abriu os caminhos para uma carreira acadêmica produtiva cujo resultado é a publicação de mais de vinte obras – entre artigos, ensaios e livros – em um período de dez anos. Dentre eles, selecionamos, a partir da sugestão de Brandon (2017) e do próprio Williams (2012), três artigos e um livro publicados entre 1940 e 1943 que tratam dos mesmos temas desenvolvidos em *The Economic Aspect* e *Capitalismo e Escravidão*, que fornecem elementos à reflexão sobre o processo de pesquisa de Williams ao demonstrar sob quais termos ocorreu a ampliação e reelaboração de sua interpretação econômica do fim da escravidão⁵⁸.

Este presente capítulo está estruturado em duas partes. Na primeira delas, intitulada “Howard: a ‘Oxford Negra’”, será feita uma breve descrição do ambiente acadêmico que Williams encontrou nos Estados Unidos, em uma universidade – e um sistema universitário – diferentes do experienciado por ele em Oxford. A função dessa primeira parte é introduzir a

⁵⁸ Nos comentários detalhados sobre as fontes primárias e secundárias apresentados em *Capitalismo e Escravidão*, Williams (2012, p. 359) escreve: “Tratei mais extensamente de alguns temas levantados neste livro em três artigos: ‘The Golden Age of the Slave System in Britain’ (*The Journal of Negro History*, janeiro de 1940); ‘The Intercolonial Slave Trade after its Abolition in 1807’ (*The Journal of Negro History*, abril de 1942); ‘Protection, Laissez-faire and Sugar’ (*sic*) (*Political Science Quarterly*, março de 1943)”. Por sua vez, Brandon foi o primeiro, até onde sabemos, que considerou a análise de *The Negro in the Caribbean* para conectar a tese de doutorado de 1938 com o livro clássico de 1944. Ver em Brandon, Pepijn. *From Williams’s Thesis to Williams Thesis: an anti-colonial trajectory*. Cambridge, UK: *International Review of Social History (IRSH)*, Cambridge University Press, Vol. 62, 2017, p. 322-326.

análise das obras de Williams selecionadas que será feita na segunda parte. É no núcleo da reflexão deste presente capítulo, intitulado “As Obras Publicadas entre 1940 e 1943”, que serão apresentados, descritos e analisados os textos que consideramos centrais à trajetória intelectual de Williams com o objetivo de mostrar como foram definidos os contornos da interpretação econômica sobre a escravidão negra nas Américas consolidados em 1944 com a publicação de *Capitalismo e Escravidão* (2012). Veremos que o arcabouço interpretativo não se desenvolveu de maneira linear, mas sim a partir de uma revisão que exigiu uma ampliação cronológica e conceitual dos temas tratados em *The Economic Aspect* (2014) que implicou em uma transfiguração do objeto de estudo, pela qual as causas econômicas para o fim da escravidão cederam espaço ao papel da escravidão para a formação do capitalismo.

O primeiro desses textos selecionados é o já citado *The Golden Age of the Slave System in Britain*, um ensaio publicado em 1940 no *The Journal of Negro History*⁵⁹, além de apresentar a Tese I, é o primeiro texto em que se encontra uma crítica aberta ao humanitarismo e, especificamente à interpretação de Sir Reginald Coupland. O segundo, é um artigo publicado em 1942 intitulado *The British West Indian Slave Trade After Its Abolition in 1807* [*O Tráfico de Escravos nas Índias Ocidentais Britânicas após sua Abolição em 1807*], em que Williams discute a continuidade do tráfico de escravos após o Ato de Abolição promulgado em 1807 por meio do que ele chamou de “comércio intercolonial”, um tema de relativa importância em *The Economic Aspect* (2014), mas que foi progressivamente perdendo espaço nas obras seguintes até tornar-se ausente em *Capitalismo e Escravidão* (2012). A terceira obra é o livro *The Negro in The Caribbean* [*O Negro no Caribe*], publicado em 1942, uma análise de conjuntura das ilhas caribenhas a partir das heranças da colonização europeia e da escravidão da população negra. E, por fim, o quarto texto refere-se ao artigo intitulado *Laissez-faire, Sugar and Slavery* [*Laissez-faire, Açúcar e Escravidão*], publicado em 1943, em que é desenvolvida a relação entre as Teses I e II, como uma “prévia” do argumento principal estabelecido em *Capitalismo e Escravidão* (WILLIAMS, 1943, 1969).

⁵⁹ Fundado em 1916 pelo historiador e jornalista Carter Woodson, *The Journal of Negro History* foi um periódico acadêmico criado com o propósito de publicar artigos e ensaios de intelectuais negros sobre a história e a cultura afro-americana, assim como documentar e relatar as experiências de sociabilidade da população negra nos Estados Unidos. Pertencente à *Association for the Study of African American Life and History*, também fundada por Woodson, passou a ser denominada por *The Journal of African American History* em 2002. Para uma história concisa da fundação da revista ver em Goggin, Jacqueline. *Countering White Racist Scholarship: Carter G. Woodson and The Journal of Negro History*. Chicago, IL: *The Journal of Negro History*; Washington, DC: *Association for the Study of African American Life and History*, Vol. 68, No. 4 (Autumn), p. 355-375, 1983.

2.1 Howard: a “Oxford Negra”

Após obter o título de doutor pela Universidade de Oxford, Eric Williams planejava publicar sua tese de doutorado para iniciar sua carreira acadêmica nas universidades da Inglaterra. Porém, *The Economic Aspect* foi rejeitado por todas as editoras da Grã-Bretanha a que foi submetido, até mesmo pela mais radical delas, a *Secker and Warbug*. Responsável pelas publicações do livro de C.L.R. James, George Orwell e dos textos de Stalin e Trotsky em língua inglesa, Fredric Warbug alegou que não colocaria em circulação uma obra que atacasse a base da tradição britânica⁶⁰ (BRANDON, 2017; GASPAR, 2003; WILLIAMS, 1969). A recusa de Warbug sugere um elevado grau de aceitação da narrativa humanitária na sociedade britânica, cuja força pode ser atribuída ao nacionalismo e ao sentimento de supremacia racial criados e alimentados ao longo do século XIX. Warbug, assim como praticamente todos os britânicos que passaram pelo sistema oficial de ensino, desde os que tiveram acesso apenas aos níveis básicos até os formados em Oxford e Cambridge, estavam convencidos da importância da “missão civilizadora” liderada pelo “Império Benevolente”. Não foi tarefa fácil criticar os valores civilizatórios ocidentais ou propor uma narrativa que substituísse a história oficial, de defesa da superioridade moral do povo britânico como a responsável por expandir e consolidar valores virtuosos, pela ideia de que a nação britânica e sua riqueza foram erguidas com base na violência desenfreada da exploração colonial com mão de obra negra escravizada.

Certamente não era a falta de qualificação que impediu Williams de seguir a desejada carreira acadêmica em solo britânico. Da mesma forma, não era a fragilidade da ideia central apresentada na tese de doutorado que impossibilitou a publicação, visto que *The Economic Aspect* reflete em suas páginas a qualidade de um trabalho escrito por um dos melhores alunos de Oxford à época⁶¹. Mas também não se pode atribuir somente à radicalidade das ideias apresentadas por Williams o incômodo que os britânicos sentiam com a desmitificação dos sentimentos humanitários como o catalisador do fim da escravidão nas colônias das Índias

⁶⁰ “Cansei de tentar publicar a minha tese. Ninguém queria publicá-la. O editor mais revolucionário da Grã-Bretanha, Warbug, que publicou tudo de Stalin e Trotsky, me disse: ‘Sr. Williams, você está tentando me dizer que o comércio de escravos e a escravidão foram abolidos por razões econômicas e não humanitárias? Eu nunca publicaria tal livro, pois seria contrário à tradição britânica’” (Williams, 1969, p. 52-53). Tradução livre. Por causa da ruptura política e pessoal que Williams e C.L.R. James selaram na década de 1950, ao longo da autobiografia, Williams cita pouco o ex-amigo. Mas nesse episódio em específico o silêncio é ainda maior. Warbug publicou a primeira edição de *Os Jacobinos Negros* na Grã-Bretanha, o que indica que C.L.R. James foi quem sugeriu e apresentou a obra de Williams ao editor britânico. A sugestão do amigo, cujo trabalho possuía o mesmo enquadramento teórico, não foi o suficiente para suplantarmos o caráter crítico à tradição britânica que se mostrou inaceitável.

⁶¹ Na linha de tempo sobre a vida de Williams, publicada numa edição especial sobre o “Caribe pós-colonial”, a formação em Oxford está marcada com a distinção *First Class Honors*, conferida pela universidade aos melhores alunos de suas respectivas turmas. Ver em Eric Williams: *biographical data*. IN: *Eric Williams and the Postcolonial Caribbean: a special issue*. Baltimore, Maryland: *Callaloo*, Vol. 20, No 4, 1997, p. IX.

Ocidentais e motivador da luta antiescravista no restante do mundo. É na combinação entre nacionalismo britânico com a ideia de supremacia do povo europeu, portanto, que encontramos a causa da marginalização imposta a Williams e sua interpretação econômica do fim da escravidão nas colônias das Índias Ocidentais, dado que a crítica à tradição britânica foi feita por um historiador negro de origem colonial.

Com o fracasso em publicar a tese e a impossibilidade de ser contratado como professor e pesquisador por alguma universidade britânica, Williams decidiu estender sua estadia na Inglaterra. Enquanto presenciava a ascensão do nazifascismo e sentia o prelúdio de um novo conflito armado na Europa, visitava museus e arquivos com o objetivo de coletar material para dar continuidade à sua pesquisa iniciada no doutorado. Ao mesmo tempo, candidatou-se para uma série de empregos: tentou ser funcionário em uma representação diplomática do Sião (atual Tailândia) em um projeto que previa incrementar o comércio entre a colônia britânica e o Japão; pleiteou cargos de professor em universidades do Japão e da Índia, inclusive escrevendo diretamente a Mahatma Gandhi para justificar seu interesse pelo posto; também foi sondado pelo *Colonial Office* para ser professor no *Queen's Royal College*, a mesma escola de Trinidad em que completou os estudos secundários, mas não foi aceito porque era considerado muito qualificado para o cargo (WILLIAMS, 1969).

Em 1939, Williams aceitou o convite para ser professor assistente no departamento de Ciência Política da Universidade de Howard em Washington D.C., uma universidade fundada em 1867 e destinada a educar a população afro-americana que à época já era reconhecida como uma instituição internacionalizada e de alto nível (DARITY Jr., 1997; GASPAR, 2003). Nas décadas de 1930 e 1940, Howard passava por uma excelente fase com seus departamentos abrigando professores de destaque em diversas áreas do conhecimento. Entre eles estavam alguns dos mais proeminentes estudiosos dos Estados Unidos, como, por exemplo, o sociólogo E. Franklin Frazier, o poeta e crítico literário Sterling Brown, o historiador Rayford Logan, o filósofo Alain Locke, o economista Abram Harris e o diplomata Ralph Bunche⁶². Esses intelectuais eram titulados pelas mais importantes universidades dos Estados Unidos e da Europa, estavam na vanguarda de suas áreas atuação e exerciam papel ativo e influente na discussão sobre a questão racial nos Estados Unidos (DARITY Jr., 1997; GASPAR, 2003).

⁶² As listas com os nomes dos acadêmicos proeminentes contemporâneos de Williams na Universidade de Howard podem ser consultadas em Darity Jr., *William. Eric Williams and slavery: a West Indian viewpoint?* Baltimore, Maryland: *Callaloo*, Vol. 20, No 4, p. 800-816, 1997 e Gaspar, David B. *They 'could never have too much of my work': Eric Williams and The Journal of Negro History, 1940-1945*. Chicago, IL: *The Journal of African American History*; Washington, DC: *Association for the Study of African American Life and History*, Vol. 88, No. 3, p. 291-303, 2003. Os nomes citados no corpo do texto referem-se àqueles que são citados em ambos os artigos consultados.

Esse ambiente de pujança intelectual e de militância política que Williams encontrou na Universidade de Howard fez com que ele a denominasse como a “Oxford Negra”⁶³.

No entanto, Howard era diferente de Oxford. Para além da diferença entre os modelos universitários, Williams (1969) se surpreendeu com a ausência dos *colleges* autônomos e de toda a liturgia tradicional que marcava a universidade inglesa, a “Oxford Negra” foi estabelecida em outro contexto para atender outras demandas⁶⁴. Após o término da Guerra de Secessão (1861-1865), a instituição legal da segregação racial estimulou a criação das chamadas “faculdades e universidades historicamente negras”⁶⁵. Howard foi criada, portanto, para fornecer educação superior à população afro-americana, sendo uma instituição seletiva, mas não elitizada, cujo corpo docente, bastante diverso e de alto nível, era aberto à criação e incorporação de novos temas e debates. Certamente, esse ambiente foi estimulante e receptivo aos interesses intelectuais de Williams, ou, no mínimo, menos opressivo e racista do que a atmosfera experienciada por ele na “Oxford Branca”.

Há quatro motivos que indicam a experiência nos Estados Unidos, em especial enquanto professor na Universidade de Howard, como ponto de inflexão importante à trajetória intelectual de Williams: primeiro, o afastou do debate historiográfico britânico engessado pelas premissas da historiografia imperial; segundo, o aproximou dos debates travados por intelectuais radicais igualmente interessados em criticar e propor interpretações alternativas às formuladas pelo *mainstream*, sobretudo sobre temas relacionados à questão racial; terceiro, possibilitou o contato com novas ideias e debates sobre a segregação racial e a militância pela

⁶³ A alcunha foi dada por Williams no quinto capítulo de sua autobiografia ao descrever sua chegada nos Estados Unidos quando aceitou o convite para lecionar na “Oxford Negra”. Ver em Williams, Eric. “*Negro Oxford*”. IN: *Inward Hunger: the education of a prime minister*. London, UK: Andre Deutsch, 1969, p. 57-62. Uma descrição do ambiente de Howard pode ser conferida em Darity Jr., William. *Eric Williams and slavery: a West Indian viewpoint?* Baltimore, Maryland: *Callaloo*, Vol. 20, No 4, p. 800-816, 1997.

⁶⁴ “A novidade - para mim - de uma universidade que compreende diferentes faculdades em oposição a uma universidade constituída por *colleges*, virtualmente autônomos, definiu as diferenças visíveis entre a ‘Oxford Branca’ na Inglaterra nas margens do [Rio] Ísis e a ‘Oxford Negra’ na América, convenientemente segregada pelas leis de Jim Crow, às margens do [Rio] Potomac” (Williams, 1969, p. 57).

⁶⁵ São chamadas oficialmente de *Historically Black Colleges and Universities* (HBCUs) cuja principal missão é educar a população afro-americana e outras minorias. Suas origens remontam à ação filantrópica de brancos cristãos durante o século XIX para promover uma educação religiosa. A primeira instituição destinada exclusivamente à população negra foi a *Cheyney State University*, fundada na Pennsylvania em 1837, seguida da *Lincoln University of Pennsylvania*, de 1854, e da *Wilberforce University*, de Ohio, fundada em 1856. Ao final da Guerra da Civil Americana em 1865, o sistema de HBCUs foi oficialmente instituído e expandido com o objetivo de educar as negras e negros recém-libertos do cativeiro. Atualmente existem nos Estados Unidos mais de 100 HBCUs, entre elas, a própria *Howard University* (Washington D.C), *Fisk University* (Tennessee), *Florida A&M University* (Florida), *Dillard University* (Louisiana) e *Morehouse College* (Atlanta). Para as origens e os desafios contemporâneos das HBCUs ver em Allen, Walter R., et al. *Historically Black Colleges and Universities: Honoring the Past, Engaging the Present, Touching the Future*. Washington, D.C: *The Journal of Negro Education, Howard University*, Vol. 76, No. 3, p. 263-280, 2007 e Redd, Kenneth E. *Historically Black Colleges and Universities: making a comeback*. New York City, NY: *New Directions for Higher Education*, No. 102, p. 33-43, 1998.

conquista dos *Civil Rights* [Direitos Civis] nos Estados Unidos; e, por fim, o reaproximou da realidade política do Caribe e de intelectuais, políticos e artistas da região, permitindo-o estreitar laços com vários deles, como, por exemplo, o estudioso da cultura cubana Fernando Ortiz e o escritor Herminio Portell Vilá (BRANDON, 2017; TEMPERLEY, 1987; WILLIAMS, 1969). Esses quatro pontos permitiram que Williams arejasse suas ideias e contribuíssem para a reelaboração da interpretação econômica sobre o processo de abolição da escravidão apresentada em *The Economic Aspect*.

Williams descreve em sua autobiografia, *Inward Hunger* (1969), a experiência que teve ao lecionar na “Oxford Negra” sem detalhar o processo ou nomear pessoas da universidade que o influenciaram intelectualmente. O estabelecimento da conexão causal entre a experiência de Williams como professor nos Estados Unidos e a reformulação de suas ideias foi feito por Darity Jr. (1997) quando sugeriu a importância da influência do economista Abram Harris⁶⁶. Descrito como “(...) o primeiro economista acadêmico negro respeitado nos Estados Unidos” (DARITY Jr., 1997, p. 808), Harris era o professor em Howard dedicado à história econômica, cujo principal interesse era compreender como se deu a inserção da população afro-americana em uma sociedade capitalista racialmente segregada. Para isso, ele se dedicou a estudar a importância da escravidão da população negra de origem africana à formação do capitalismo, mesmo que, ainda de acordo com Darity Jr. (1997), nunca tenha publicado uma obra com a sistematização de suas conclusões sobre o tema. No entanto, orientou trabalhos de pós-graduação em Howard que se dedicaram a investigar essa relação, com os quais, provavelmente Williams teve contato⁶⁷.

Não foi somente o rico e arejado ambiente intelectual de Howard que estimulou a produção acadêmica de Williams. Ter acesso ao financiamento para pesquisa foi fundamental. Em 1940, ele foi contemplado com a bolsa de pesquisa *Julius Rosenwald*, com um projeto

⁶⁶ Como não foi possível ter acesso às obras de Abram Harris e de seus alunos de Howard para uma apreciação mais detalhada, o comentário do corpo do texto ficará restrito às informações expostas em Darity Jr., *William. Eric Williams and slavery: a West Indian viewpoint?* Baltimore, Maryland: *Callaloo*, Vol. 20, No 4, 1997, p. 807-812.

⁶⁷ Um desses trabalhos é a dissertação de mestrado desenvolvida por Wilson Williams, aluno de Abram Harris, intitulada *Africa and Rise of the Capitalism*. Darity Jr. (1997) sugere que há uma proximidade argumentativa entre a dissertação de Wilson Williams e o livro clássico de Eric Williams. Dentre algumas delas, pode-se citar uma análise baseada na relação entre o mercantilismo e a escravidão, a ideia marxiana de que o capitalismo plenamente constituído entraria em conflito contra a escravidão, o elo entre o comércio triangular e o desenvolvimento da indústria na Grã-Bretanha e a estimativa da taxa de lucro em torno de 30% dos comerciantes de Liverpool vinculados ao tráfico de escravos. Ver em Darity Jr., *William. Eric Williams and slavery: a West Indian viewpoint?* Baltimore, Maryland: *Callaloo*, Vol. 20, No 4, 1997, p. 809-812. Na descrição da bibliografia que Williams faz em *Capitalismo e Escravidão*, a dissertação de Wilson Williams é brevemente citada ao lado de *Os Jacobinos Negros* de C.L.R. James como uma “menção especial” às obras em língua inglesa que relacionaram a escravidão com o capitalismo. Ver em Williams, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012, p. 357.

intitulado *The Rise of Capitalism in Europe and America and the Institution of Slavery* que, segundo o próprio Williams (1969), ampliava o objeto de pesquisa de *The Economic Aspect* para englobar as colônias espanholas, francesas e portuguesas. O objetivo, portanto, era generalizar as conclusões sobre as causas econômicas do fim do tráfico de escravos e estabelecer a centralidade da escravidão na formação do capitalismo. A chegada de Williams a Howard em agosto de 1939 e a aprovação da bolsa em abril de 1940 pode ser um bom indício de que a relação entre a escravidão com o capitalismo já estava sendo pensada por Williams desde os tempos em Oxford, mas, ao mesmo tempo, não descarta a hipótese de Darity Jr. (1997) sobre a influência de Abram Harris. Seria razoável, nesse caso, concluir sobre a complementariedade de ambas ou que, pelo menos, a influência do economista de Howard forneceu os subsídios teóricos necessários à continuidade e expansão da pesquisa de Williams.

A bolsa financiou uma pesquisa de campo pelo Caribe com tempo hábil para a coleta de documentos e dados sobre a região, dando oportunidade para Williams trabalhar em seu projeto nos arquivos em Cuba, Haiti, República Dominicana e Porto Rico. Isso permitiu que as fontes sobre a história desses países nos séculos XVIII e XIX fossem incorporadas em seus trabalhos posteriores (DARITY, Jr., 1997; WILLIAMS, 1969). Em Cuba, após buscar por documentos no *Archivo Nacional* e a *Biblioteca Nacional*, Williams escreveu⁶⁸:

Coletei dados valiosos sobre a história de Cuba nos séculos XVIII e XIX (a escravidão foi finalmente abolida apenas em 1884). Havia três aspectos importantes nos dados que descobri e coletei: primeiro, as relações diplomáticas entre a Grã-Bretanha e a Espanha sobre a abolição do comércio de escravos, envolvendo a constante interferência britânica no governo cubano; em segundo, o interesse dos Estados Unidos na ilha, quer para adquiri-la por compra, quer para impedir a sua aquisição por outra potência europeia; e terceiro, o surpreendente desenvolvimento da indústria açucareira cubana após a adoção do livre comércio pela Grã-Bretanha em 1846 (WILLIAMS, 1969, p. 64).

No Haiti, na República Dominicana e em Porto Rico, Williams aguçou a percepção sobre as heranças danosas da colonização europeia e dos efeitos perversos da intervenção política e militar estadunidense. O reflexo disso era, em geral, a situação de debilidade material que marcava a economia desses países, e, em específico, a exclusão social que a população negra era sistematicamente submetida, chamando a atenção para a constituição do racismo

⁶⁸ Tradução livre. No original, “I collected valuable data on Cuba history in the eighteenth and nineteenth centuries (slavery having been finally abolished only 1884). There were three important aspects in the data I unearthed and collected: first, the diplomatic relations between Britain and Spain over the abolition of the slave trade, involving constant British interference with the Cuban government; second, United States interest in the island, either to acquire it by purchase or to prevent its acquisition by another European power; third, the astonishing development of the Cuban sugar industry after the adoption of free trade by Britain in 1846” (Williams, 1969, p. 64).

como elemento estruturante da sociabilidade caribenha (WILLIAMS, 1942b; 1969). Dos dados colhidos dessa pesquisa de campo no Caribe, resultaram, direta ou indiretamente, uma série de artigos, ensaios e um livro que ajudaram Williams a atingir os objetivos de seu projeto de pesquisa. No mais, essas obras permitem avaliar como se deu a passagem entre as conclusões apresentadas em *The Economic Aspect* e a redação final de *Capitalismo e Escravidão* cujo ponto central, como já assinalado, é a passagem entre o “aspecto econômico” ao “capitalismo” (BRANDON, 2017; DARITY, Jr., 1997; GASPAR, 2003).

2.2 As obras publicadas entre 1940 e 1943

A combinação entre ambiente intelectualmente favorável e financiamento adequado possibilitou Williams desenvolver uma carreira acadêmica profícua em Howard em que foi autor de cerca de vinte e dois trabalhos, entre artigos, ensaios e livros, no período relativamente curto compreendido entre os anos de 1939 e 1949⁶⁹. Esses trabalhos versavam sobre uma série de temas, como, por exemplo, propostas de política econômica para o Caribe, as interpretações sobre o colonialismo britânico, o modelo educacional nas Índias Ocidentais e a importância de se estabelecer um sistema educacional autônomo, sobretudo de universidades independentes do Parlamento Britânico. Dessas obras, cerca de treze foram publicadas entre 1940 e 1944 – inclusive *Capitalismo e Escravidão*. Nessa sessão, no entanto, iremos nos concentrar na análise de três artigos e um livro publicados entre 1940 e 1943 que, além de trazerem temas comuns e correlatos aos apresentados em *The Economic Aspect* e *Capitalismo e Escravidão*, possuem enquadramento teórico e o conteúdo argumentativo que podem fornecer indícios de como se deu a transição entre uma formulação baseada no “aspecto econômico” para uma estrutura interpretativa que forjada no conceito de “capitalismo”. Isso torna possível traçar uma linha de continuidade – proposta de Brandon (2017) – entre *The Economic Aspect* e *Capitalismo e Escravidão*.

Como dito anteriormente, as obras serão analisadas seguindo a ordem cronológica de suas publicações. Isso não tem como objetivo definir os marcos da trajetória intelectual de maneira linear, mas sim tentar captar o movimento metodológico que a concepção de Williams passou entre a defesa da tese de doutorado e a publicação do livro clássico. Esse é o ponto que norteará a análise das obras selecionadas para que seja discutido como Williams incorporou e

⁶⁹ A lista completa de textos publicados por Williams no período entre 1940-1949, seja como único autor ou em coautoria, pode ser conferida em Gaspar, David B. *They ‘could never have too much of my work’: Eric Williams and The Journal of Negro History, 1940-1945*. Chicago, IL: The Journal of African American History; Washington, DC: Association for the Study of African American Life and History, Vol. 88, No. 3, 2003, p. 295-296.

na sua interpretação a tese que afirmava o papel ativo da exploração das colônias com mão de obra negra escravizada na formação do capitalismo (Tese I) relacionando-a com o declínio das Índias Ocidentais (Tese II). Além disso, caberá também tentar compreender as razões pelas quais a reflexão sobre o “comércio intercolonial”, que fundamentava a Tese do Declínio em *The Economic Aspect*, foi posteriormente abandonada em *Capitalismo e Escravidão*, assim como descrever as causas que motivaram a mudança conceitual que se concretizou em uma inflexão no vocabulário utilizado – que passou a adotar os vocábulos “capitalismo” e “capitalistas”.

2.2.1 A “era de ouro” do tráfico e a riqueza do Império Britânico

Em *The Golden Age of the Slave System in Britain* (1940) Williams apresenta uma reflexão sobre o auge econômico e político do “sistema escravista britânico”, em que discute como a escravidão nas colônias britânicas do Novo Mundo e tráfico de escravos no Atlântico contribuíram significativamente para a formação da riqueza do Império Britânico ao longo dos séculos XVII e XVIII. Nesse ensaio, Williams analisa o período anterior a 1783 – como visto, o ponto de partida de *The Economic Aspect* – para elaborar, pela primeira vez em sua obra, como a riqueza dos britânicos foi alavancada e formada a partir da escravidão e do tráfico. Uma breve sistematização do que se convencionou chamar de Tese I pode ser encontrada logo nas primeiras páginas do ensaio. Nas palavras de Williams⁷⁰,

Os escravos negros significavam tanto para as colônias das Índias Ocidentais quanto motores a vapor e carvão para uma fábrica moderna. Do tráfico de escravos dependia todo o comércio das Índias Ocidentais em geral e, em última instância, uma grande parte da prosperidade britânica. (...) O aumento da importação de negros significava um incremento da navegação, que constituiu um berçário [termo utilizado para definir uma escola de formação não institucionalizada] para os marinheiros e contribuiu para a consolidação do poder naval da Grã-Bretanha. O comércio das Índias Ocidentais era ‘um comércio tão essencial à riqueza e ao poderio naval da Grã-Bretanha’ (...) [que] poderia ser considerado ‘o fundo inesgotável de riqueza e poder naval’ (WILLIAMS, 1940, p. 61-62).

⁷⁰ Tradução livre. No original, “*The Negro slaves meant as much to the West Indian colonies as steam engines and coal to a modern factory. On the slave trade depended the whole West Indian trade in general and ultimately a very large share of British prosperity. (...) Increased importation of Negroes meant increased shipping, which provided a nursery for seamen and contributed to the naval power of Britain. The West Indian trade was ‘a trade of such essential and allowed concernment to the wealth and naval power of Great Britain’ (...) could justly be deemed ‘an inexhaustible fund of wealth and naval power’*” (Williams, 1940, p. 61-62).

Pela sua importância à formação de riqueza, as Índias Ocidentais eram peças fundamentais no xadrez das potências europeias durante os séculos XVI ao XVIII. E essa importância não seria notada se a produção de açúcar não tivesse alcançado uma grande escala; da mesma forma, a produção em larga escala dependeu da ampla disponibilidade de mão de obra escravizada. Esse argumento poderia ser retirado das primeiras páginas de *Capitalismo e Escravidão* (2012), mas está presente, de forma bem trabalhada e fundamentada, em *The Golden Age of the Slave System in Britain* (1940), publicado quatro anos antes do livro clássico, mas cerca de um ano e meio depois da defesa da tese de doutorado. Esse longo ensaio, de mais de quarenta páginas, traz uma grande quantidade de declarações dos contemporâneos britânicos defendendo a importância da escravidão, do tráfico e da exploração das Índias Ocidentais para os interesses da Grã-Bretanha, evidenciando a estreita conexão entre as classes dominantes britânicas com os negócios coloniais. Para Williams (1940), Malachy Postlethwayt, um importante comerciante e escritor britânico do século XVIII, era o típico membro da classe dominante que enriqueceu com a exploração colonial e que não economizava tinta para defender as virtudes do comércio externo e da escravidão⁷¹.

Williams (1940) argumenta que o enriquecimento de Postlethwayt não era um caso isolado, pois a exploração das Índias Ocidentais com mão de obra escravizada das Índias Ocidentais foi o mecanismo crucial à constituição da riqueza da Grã-Bretanha. Os dados e os relatos apresentados no ensaio comprovam que o comércio exterior experimentou um incremento ao longo do século XVIII, além de já eram conhecidos pelos historiadores britânicos. Enquanto a historiografia imperial entendia o crescimento do comércio marítimo a partir da dinamização da economia britânica e do crescimento populacional, Williams deslocou essa análise para a escravidão⁷². Logo, era o tráfico de escravos o responsável pelo crescimento da economia da Grã-Bretanha. Como ele escreveu⁷³,

O mercado externo para os produtos de Lancashire era sinônimo de Índias Ocidentais e comércio de escravos. O comércio exterior aumentou de £ 14.000 em 1739 para £ 109.000 em 1759 e £ 303.000

⁷¹ “Para Postlethwayt, os negros eram o ‘suporte fundamental’ das colônias, as ‘pessoas valiosas’ cujo trabalho abastecia a Grã-Bretanha com os produtos vindos das fazendas coloniais” (Williams, 1940, p. 62). Tradução livre.

⁷² “Enquanto o abolicionista [Thomas] Clarkson atribuía o rápido crescimento de Liverpool a uma variedade de causas, seja o comércio de sal, o aumento prodigioso da população de Lancashire e o rápido crescimento das manufaturas de Manchester” (Williams, 1940, p. 68). Tradução livre.

⁷³ Tradução livre. No original, “*Lancashire’s foreign market meant chiefly the West Indian plantations and the slave trade. The export trade increased from £ 14,000 in 1739 to £ 109,000 in 1759 and £ 303,000 in 1779. Of this the slave trade absorbed about one-third until 1770, when Indian competition began to make itself felt, and the American and West Indian colonies about one-half. (...) Manchester, Birmingham, Sheffield and other centers of industry grew great on manufacturing the wares required for the purchase of slaves, cheap cotton goods, trinkets, and the more sinister necessities, firearms, chains, irons, etc. Truly was the trade to Africa ‘the first principle and foundation of all the rest, the mainspring of the machine which sets every wheel in motion’*” (Williams, 1940, p. 67).

em 1779. Deste montante, o tráfico de escravos representava cerca de 1/3, quando a concorrência contra as Índias Ocidentais começou a se fazer sentir, o tráfico passou a representar aproximadamente metade do comércio exterior. (...) Manchester, Birmingham, Sheffield e outros centro industriais aumentaram suas produções de artigos necessários para a compra de escravos, como produtos feitos de algodão baratos, bugigangas e outras demandas sinistras como armas de fogo, correntes, ferros, etc. O comércio com a África era ‘o princípio e fundamento de todo o resto, a mola mestra da máquina que põe todas as rodas em movimento’ (WILLIAMS, 1940, p. 67).

Lancashire sequer chega perto de Liverpool, cuja ascensão demonstrou claramente a importância da escravidão (WILLIAMS, 1940). Juntamente com Bristol e Londres, essas cidades oligopolizaram o tráfico de escravos. E o mecanismo para isso foi um tipo de organização comercial muito específico, só presente no espaço atlântico. É em *The Golden Age of the Slave System in Britain* (1940) que encontramos, pela primeira vez, a menção ao comércio triangular. A dinâmica comercial da cidade de Liverpool é ilustrativa desse tipo de comércio exterior⁷⁴:

O comércio era *triangular*. Liverpool despachou uma carga de têxteis de Lancashire para a África Ocidental, trocou-a por escravos, levou-os para as Índias Ocidentais e lá os transformou em uma carga de algodão, açúcar e tabaco para a Grã-Bretanha (WILLIAMS, 1940, p. 67-68, ênfase nossa).

Para Williams (1940, p. 68), portanto, foi o tráfico de escravos que transformou “Liverpool de um porto decadente para um dos centros comerciais mais ricos e prósperos do mundo” e a “principal cidade escravagista do Velho Mundo”⁷⁵.

A prosperidade de Bristol, Liverpool e Londres estendeu-se a outras regiões da Grã-Bretanha. Williams (1940) não tardou em reconhecer a origem da maior parte dessa riqueza: o comércio triangular gerado pela exploração das Índias Ocidentais com mão de obra escravizada. Nesses termos, o hábito britânico de dizer que a população negra era “ingrata” com relação às “bençãos conferidas a eles por uma pátria arrependida” estava invertida: na verdade, é a pátria mãe a ingrata por não reconhecer que sua grandeza e riqueza dependiam da população negra

⁷⁴ Tradução livre. No original, “*The trade was triangular. Liverpool shipped a cargo of Lancashire cottons to West Africa, exchanged it for slaves, took the slaves to the West Indies, and there turned them into a cargo of cotton, sugar and tobacco for Britain*” (Williams, 1940, p. 67-68).

⁷⁵ “Em 1752, dos 88 navios que desembarcaram dos portos da África, 87 estavam carregados com escravos, com sua capacidade, talvez superlotada, de 25.000 escravos, e doze anos depois, o comércio de escravos ocuparia mais de 1/4 das embarcações, representando metade do comércio do Império [Britânico] com o continente africano. Em 1771, de 190 navios carregados com escravos, 107 eram originários de Liverpool; durante o período entre 1750 e 1776, cerca de 588 navios navegaram de Bristol para a África, enquanto 1.868 navios desembarcaram dos portos de Liverpool [com o mesmo destino]” (Williams, 1940, p. 68-69). Tradução livre.

escravizada⁷⁶ (WILLIAMS, 1940, p. 77). Até mesmo porque a riqueza acumulada não seria usada somente à opulência e ostentação dos fazendeiros coloniais⁷⁷. Em mais um argumento para sustentar a Tese I, Williams (1940) afirmou que uma parcela dos lucros obtidos com a exploração das Índias Ocidentais foi usada para estabelecer o sistema bancário que financiou a Revolução Industrial na Grã-Bretanha⁷⁸. Essa era a conexão entre o comércio triangular e a economia doméstica britânica: o dinheiro vinha, em última análise, da produção feita com trabalho escravizado. Na “era de ouro” do tráfico essa conexão já estava definida: os comerciantes de Liverpool, por exemplo, investiram seu capital acumulado na produção têxtil e na infraestrutura de transporte em Lancashire (WILLIAMS, 1940).

O argumento de que as Índias Ocidentais foram fundamentais para os interesses da Grã-Bretanha é evocado por Williams desde *The Economic Aspect* (2014), mas é em *The Golden Age of the Slave System in Britain* (1940) que é possível detectar os esboços do argumento que estaria presente em *Capitalismo e Escravidão* (2012). Isto é, a importância das colônias caribenhas para o Império Britânico ainda era analisada pela sua importância em termos políticos, mas começava a ficar circunscrita ao fluxo de capital proveniente do comércio triangular. Sem elas, de acordo com Williams (1940), a Grã-Bretanha encontraria dificuldades para manter as colônias continentais da América do Norte e as demais ilhas pesqueiras do caribe, o que comprometeria o domínio inglês sobre o mar do caribe e possibilitaria que os franceses controlassem o comércio triangular. Porém, a ênfase da análise começou a migrar para as relações bilaterais entre colônia e metrópole, trazendo para o centro da discussão o

⁷⁶ Tradução livre. A citação completa, no original: “*A common accusation against Negroes is that they show insufficient gratitude for the blessings conferred on them by a mother country repentant. The boot is on the other foot. It is the mother country which is guilty of ingratitude to the descendants of those Negro slaves on whom depended the greatness and wealth of Britain*” (Williams, 1940, p. 77).

⁷⁷ Um dos relatos merece nota: “Os [fazendeiros das] Índias Ocidentais usaram suas riquezas para comprar propriedades rurais e construir casas luxuosas. A mansão *Beeston Long* na Rua Bishopsgate, que se tornaria parte da Taverna de Londres e a residência de Robert Hibbert nos arredores da cidade, vendida mais tarde quando as propriedades das Índias Ocidentais declinaram, foram duas das mais notáveis. Lord Farnborough, ele próprio pertencente à Família Long, construiu *Bromley Hill Place* em Kent, uma das mansões mais famosas da Inglaterra, conhecida por seus maravilhosos jardins ornamentais. Philip Miles, filho de William Miles, comprou *Leigh Court*, mas a velha casa [de arquitetura] elisabetana que escondera Carlos I após a batalha de Worcester revelou-se pequena demais para o comerciante cuja riqueza derivava do trabalho de escravos. Ele a substituiu por um prédio maior e, além disso, conseguiu comprar outras propriedades em Somersetshire” (Williams, 1940, p. 75-76). Tradução livre.

⁷⁸ “Os Barclays ficaram famosos sendo banqueiros. Os Heywoods aumentaram ainda mais seus lucros da importação de produtos cultivados por escravos quando se tornaram banqueiros. Arthur Heywood tornou-se banqueiro em 1774 e fundou o banco *Arthur Heywood, Sons and Company*. Seu irmão Benjamim Heywood, seguindo o exemplo, abriu em 1788 o banco *Bejamim Heywood, Sons and Company*. A empresa foi bem conhecida em Manchester por muitos anos. O interessante é que onze dos quatorze descendentes de Heywood tornaram-se, até 1815, comerciantes ou banqueiros. Da mesma forma, em 1801, William Miles comprou uma parte da sociedade na antiga casa bancária *Vaughan, Baker and Company*, que daí em diante foi um dos mais importantes bancos de Bristol” (Williams, 1940, p. 77-78). Tradução livre.

processo pelo qual os interesses dos fazendeiros coloniais foram amalgamados com os interesses do próprio Império ao longo das primeiras décadas do século XVIII.

A influência dos fazendeiros coloniais superava os limites do Parlamento Britânico: além de ocuparem as cadeiras nas duas Câmaras, dos Comuns e a dos Lordes, a aliança com os traficantes e com os burocratas que serviam nas colônias tornaram os “interesses das Índias Ocidentais” poderosos (WILLIAMS, 1940). Williams já apontava esse processo em *The Economic Aspect* (2014), quando argumentou que os “interesses das Índias Ocidentais” formaram a resistência contra o fim da escravidão e do tráfico. O argumento foi mantido em *Capitalismo e Escravidão* (2012), em que esses mesmos interesses foram caracterizados como uma resistência baseada na defesa de uma ideologia retrógrada. Em *The Golden Age of the Slave System in Britain* (1940), por sua vez, não há uma discussão sobre como os fundamentos de um comércio lucrativo passaram a ser considerados retrógrados porque Williams estava preocupado em estabelecer como as colônias caribenhas desempenharam o papel de plataforma para a acumulação de riqueza da Grã-Bretanha. Esse entendimento, no entanto, estava limitado pelo marco conceitual da riqueza acumulada pelos grupos e cidades britânicas, não sendo formulado nos termos mais gerais da formação do capitalismo.

Nesse quadro analítico, qual era a importância da moralidade? Pela primeira vez, Williams tratou a questão moral e religiosa de maneira abertamente crítica, considerando-a um movimento, no mínimo, incoerente. Sobre esse ponto, ele foi enfático⁷⁹:

A escravidão aparentemente não era incompatível com os direitos inalienáveis e imprescritíveis; os mais altos gritos de liberdade foram proferidos por proprietários de escravos. A liberdade, a igualdade e os direitos do homem não eram artigos de exportação para as colônias, eram monopólio da Europa e dos brancos. Horace Walpole escreveu em 1750, com desdém e indignação, que o ‘Senado britânico, aquele templo da liberdade e baluarte do Cristianismo Protestante ... ponderava métodos para tornar mais eficaz aquela horrível prática de vender negros’ (WILLIAMS, 1940, p. 91-92).

O diagnóstico que Williams (1940) faz para explicar essa incoerência é igualmente enfático: a lógica dos governantes está atrelada aos interesses econômicos e não à moral ou religião. Na “era de ouro” do “comércio africano” – como era chamado “educadamente” o tráfico pelos seus contemporâneos (WILLIAMS, 1940, p. 91) – não havia espaço para questionar um negócio que

⁷⁹ Tradução livre. No original, “*Slavery was apparently not incompatible with inalienable and imprescriptible rights; the loudest yelps for liberty were uttered by slave owners. Liberty, equality and the rights of man were not articles for export to the colonies, they were the monopoly of Europe and of whites, and Horace Walpole wrote in 1750 with scornful indignation of ‘the British Senate, that temple of liberty, and bulwark of Protestant Christianity ... pondering methods to make more effectual that horrid traffic of selling negroes’*” (Williams, p. 1940, p. 91-92).

gerava riqueza à Grã-Bretanha e engrandecia o Império. De maneira geral, a opinião pública sobre a escravidão, em especial a das sociedades religiosas, era de apoio ou de complacência⁸⁰.

Os historiadores imperiais, principalmente Coupland (1964), esforçaram-se para demonstrar que um dos pilares da moralidade cristã responsável pela vitória virtuosa da Grã-Bretanha contra a escravidão era a *Society of Friends*, os *Quakers*. A prerrogativa se dava por ser a primeira organização social – e seita religiosa – a se opor à escravidão antes do início da campanha abolicionista em 1787. Os *Quakers* entraram com petições contra a escravidão e o tráfico no Parlamento em 1783, marco temporal que Williams utilizou para delimitar o início da análise em *The Economic Aspect* (2014). Contudo, em *The Golden Age of the Slave System in Britain* (1940), Williams inflexionou o argumento para demonstrar que tanto os *Quakers* na Grã-Bretanha quanto os que viviam nas colônias das Américas aderiram à escravidão e ao tráfico de escravos, estando mais interessados em defender a manutenção dos seus lucrativos negócios⁸¹. Como resumiu Williams (1940, p. 96), “(...) os líderes *Quakers* fecharam os olhos para a incompatibilidade da escravidão com sua doutrina da fraternidade entre os homens”⁸².

Williams (1940) não hesitou em afirmar que foi a economia, e não a religião, que determinou a conversão da *Society of Friends* contra a escravidão. A oposição começou com os pequenos agricultores do Norte dos Estados Unidos que não podiam concorrer no mercado com a produção feita nas *plantations* do Sul e das Índias Ocidentais. A utilização de mão de obra escravizada nas pequenas propriedades do Norte colocava a produção em um ciclo vicioso de

⁸⁰ “O bispo Baxter chamava os caçadores de escravos de inimigos comuns da humanidade, enquanto Godwin considerava o comércio de escravos uma crueldade sem atenuantes. Era magnífico, mas não era a abolição, muito menos a emancipação. Por outro lado, Jonathan Edwards, um dos mais importantes teólogos nascidos nos Estados Unidos, deixou, entre outras propriedades, um menino negro. O Bispo Berkeley, embora protestasse contra o desprezo irracional pelos negros, possuía escravos em Rhode Island. Um dos principais clérigos do século XIX, o Cardeal Manning, era filho de um conhecido comerciante das Índias Ocidentais. A própria Sociedade para a Propagação do Evangelho era proprietária de muitos escravos em Barbados. E nem mesmo convertia os negros ao cristianismo. Em 1783, o Bispo Porteus exortou fortemente os administradores da Sociedade o dever de, pelo menos, oferecer instrução cristã aos escravos; após um ciclo de debates, a recomendação foi rejeitada. Os Morávios não hesitavam em manter escravos” (Williams, 1940, p. 94). Tradução livre.

⁸¹ “O Dr. Gary encontrou uma lista com nomes de oitenta e quatro *Quakers* que foram membros da *Royal African Company* até 1756, incluindo David e Alexander Barclay. ‘O tráfico de escravos era um dos ramos mais lucrativos do comércio inglês e sua proibição teria prejudicado seriamente a prosperidade de pelo menos uma fortaleza *Quaker*, Bristol’. Quando, em 1712, uma Epístola foi enviada pelos *Quakers* na Pensilvânia no *London Yearly Meeting* opondo-se à propriedade de escravos sem planejar sua eventual libertação, os Amigos ingleses responderam de forma evasiva que a importação de Negros pelos Amigos ‘não era uma prática recomendável nem permitida’. Na América, os *Quakers* estavam profundamente envolvidos no sistema escravista. Havia os mercadores de escravos das cidades costeiras como Rhode Island, onde as principais famílias não tinham escrúpulos em se envolver no comércio de escravos. O comércio gerou carga para 150 navios; trouxe para Rhode Island £ 40.000 por ano, o que permitiu aos colonos comprar produtos britânicos; e o nome de um escravagista, ‘*The Willing Quaker*’, citado de Boston a Serra Leoa em 1793, é um amplo testemunho da aprovação que o tráfico tinha nos círculos *Quakers* americanos” (Williams, 1940, p. 96). Tradução livre.

⁸² Tradução livre. No original, “*Here again leading Quakers closed their eyes to the incompatibility of slavery with their doctrine of the brotherhood of man*” (Williams, 1940, p. 96).

exaustão dos solos e diminuição da rentabilidade. Eram os mesmos problemas que a produção das ilhas caribenhas enfrentava na crise iniciada no último quartel do século XVIII. Mas, diferentemente dos fazendeiros britânicos, os *Quakers* decidiram lutar pelo fim da escravidão para manter sua produção economicamente viável e poder concorrer nos mercados de exportação. Assim, Williams ponderou e relativizou a motivação humanitária até da mais radical seita cristã⁸³:

Se em 1783 os *Quakers* puderam ser elogiados por sua humanidade, deve-se enfatizar que levaram mais de um século para perceber a desumanidade e a natureza anticristã de um tráfico que deveria ter ficado clara desde o início (WILLIAMS, 1940, p. 97).

A crítica ao pilar do humanitarismo baseado na moral cristã era uma mensagem clara contra o *establishment* de Oxford e uma ponte que Williams construiu para escrever, pela primeira vez, contra seu professor Sir. Reginald Coupland. Assinalamos que em *The British Anti-Slavery Movement* (1964), a obra epítome da historiografia imperial, Coupland referiu-se à militância dos *Quakers* como a origem da filantropia cristã orientada ao combate da escravidão. A fé até poderia ser o instrumento dessa mudança, mas a efetiva condução da humanidade ao progresso ocorreria pela mudança nas leis, isto é, o processo que significou o fim da escravidão no Império Britânico teve início com os primeiros casos que declararam legalmente a liberdade de escravizados nos tribunais da Inglaterra. Mas, para Williams (1940), a afirmação de Coupland (1964) de que “todo julgamento legal trazia consigo um julgamento moral” era somente mais um sinal da hipocrisia de um povo orgulhoso de si mesmo e confiante na autoproclamada virtude de seus tribunais que libertava um negro da escravidão enquanto leis que promoviam o tráfico de escravos eram aprovadas⁸⁴.

Por fim, devemos atentar que *The Golden Age of the Slave System in Britain* (1940), na condição de primeiro trabalho de Williams publicado, é a vazão de dois pontos de sua interpretação que possivelmente foram represados pelo *establishment* de Oxford e, por isso, não foram desenvolvidos em *The Economic Aspect* (2014). O primeiro deles é provar a importância das colônias das Índias Ocidentais e da mão de obra africana escravizada à constituição da riqueza do Império Britânico, cujo crescimento que a economia da Grã-Bretanha experimentou na segunda metade do século XVIII era o produto direto dos fluxos de capital oriundos da relação entre a metrópole e a colônia estabelecida pelo comércio triangular. Já o segundo ponto

⁸³ Tradução livre. No original, “If in 1783 the *Quakers* could be complimented on their humanity, it must be emphasized that it had taken them over a century to realize the inhumanity and unchristian nature of a traffic which must have been clear from the very beginning” (Williams, 1940, p. 97).

⁸⁴ “Onde estava o julgamento moral sobre o comércio de escravos quando os Atos da Jamaica foram proibidos ou quando o Lord North rejeitou a petição feita pelos *Quakers*?” (Williams, 1940, p. 103). Tradução livre.

refere-se à crítica ao Movimento Abolicionista britânico que, diferentemente da tese de doutorado de 1938, deixou de ser uma importante campanha contra a escravidão e abriu caminho à crítica aberta e direta à vertente humanitária da historiografia imperial. Dessa forma, *The Golden Age of the Slave System in Britain* (1940) apresenta a interpretação de Williams que saía das amarras impostas pelo *establishment* de Oxford para sistematizar novos argumentos em uma versão mais próxima da que seria exposta em *Capitalismo e Escravidão* (2012).

2.2.2 O “comércio intercolonial” e o declínio das Índias Ocidentais

O segundo texto analisado é o artigo publicado em 1942, também pelo *The Journal of Negro History*, intitulado *The British West Indian Slave Trade After Its Abolition in 1807*. Nele, Williams retoma a discussão sobre um tipo específico de comércio, o “comércio intercolonial de escravos”, que teria se intensificado no período imediatamente após a promulgação do Ato de Abolição, em 1807, e ficou vigente até a aprovação do Ato de Emancipação em 1833 – um tema de relativa importância em *The Economic Aspect* (2014). Diferentemente da tese de doutorado, no artigo Williams (1942a) constrói a argumentação a partir de um ataque frontal à interpretação humanitária, com o acentuado tom crítico que se faria notável em textos posteriores. Williams (1942a, p. 175) passa a afirmar categoricamente que os reais motivos que culminaram na abolição do tráfico de escravos foram “ignorados” ou “deliberadamente deturpados” pela historiografia imperial em nome do “patriotismo” e da “filantropia”⁸⁵.

De maneira intencional, historiografia imperial ignorou a existência dos mecanismos legais criados pelos britânicos para que o tráfico de escravos continuasse em funcionamento mesmo após a sua proibição. Williams (1942a) resgata o papel da legislação e demonstra que, na prática, o objetivo dos fazendeiros e comerciantes britânicos era manter o fornecimento de mão de obra escravizada às colônias das Índias Ocidentais. O interesse não estava restrito em garantir as condições para que a produção nas fazendas coloniais continuasse. Através do “comércio intercolonial” os fazendeiros britânicos conseguiam aumentar suas margens de lucro ao revender e “reexportar” escravizados para as demais colônias do Caribe, sejam elas pertencentes às potências estrangeiras ou colônias que foram incorporadas ao Império Britânico, após as Guerras Napoleônicas (1803-1815). Do ponto de vista prático, o “comércio

⁸⁵ “Os verdadeiros motivos pelos quais a Grã-Bretanha aboliu o comércio de escravos foram ignorados ou deliberadamente deturpados por historiadores britânicos que sacrificaram a erudição e a integridade pelo patriotismo e a filantropia. Temos agora que tratar de um aspecto do comércio de escravos britânico que recebeu reconhecimento de historiadores posteriores e pouco reconhecimento dos humanitários contemporâneos. Esse aspecto é o *comércio intercolonial de escravos* ocorrido entre 1807 e 1833” (Williams, 1942a, p. 175, ênfase nossa). Tradução livre.

intercolonial”, ao fornecer mão de obra para as demais colônias da região em ritmo acelerado, resultou no enriquecimento – ou na postergação do declínio político e econômico – dos fazendeiros coloniais britânicos.

Segundo Williams (2014), uma combinação de fatores tornou vantajosa a prática do “comércio intercolonial” para os fazendeiros e comerciantes britânicos: eles detinham o controle da oferta de escravizados em um momento crucial em que a demanda por esse tipo de mão de obra era crescente na ilha francesa de *Saint-Domingue*; os preços cobrados pela “mercadoria humana” nas colônias francesas eram cerca de 30% a 50% maiores do que os praticados nas ilhas britânicas e, somado à falta de capital crônica dos fazendeiros franceses, abriu caminho à demanda por crédito que os comerciantes britânicos, cujo capital acumulado através do controle do tráfico de escravos sobrava, puderam ofertar aos seus clientes. Assim, os britânicos passaram a fornecer crédito aos fazendeiros franceses em troca de uma remuneração de £ 40 libras por tonelada de produtos vendidos ou de £ 160 a £ 230 libras por escravo vendido às colônias francesas⁸⁶.

Em nome desse poderoso interesse econômico, Williams (1942a) aponta que os humanitários e abolicionistas britânicos argumentavam que a prática do “comércio intercolonial” não consistia em uma contravenção ao Ato de Abolição de 1807 porque se tratava do transporte de “empregados domésticos” e não de “escravos”. Esses “empregados domésticos” eram levados às colônias, onde trabalhavam nos campos e nas fazendas em regime forçado, fazendo exatamente o mesmo serviço dos escravizados⁸⁷. Claramente, era um eufemismo, pois mudar a rubrica da “mercadoria humana” era o suficiente para que a legalidade fosse estabelecida. Logo, as fraudes, que se tornaram constantes, foram as responsáveis por dar continuidade à violência do tráfico: Williams (1942a) nota que, após a abolição do tráfico de escravos, tornou-se cada vez mais comum um britânico viajar com dois ou três “empregados domésticos”.

Isso resultou numa inflexão do posicionamento dos fazendeiros coloniais com relação ao tráfico de escravos. Até 1807, eles eram favoráveis à manutenção do “comércio de gentes”

⁸⁶ Os dados foram consultados por Williams a partir do *Colonial Office Papers*. As cifras citadas podem ser conferidas em Williams, Eric. *The economic aspect of the abolition of the West Indian slave trade and slavery*. Lanham; Boulder; New York; Toronto; Plymouth, UK: Rowman and Littlefield, 2014, p. 71-72.

⁸⁷ “Na verdade, muitos desses ‘empregados domésticos’ foram colocados para trabalhar no campo, quando chegavam em Trinidad ou Guiana. Dos 266 empregados domésticos importados de Barbados para Trinidad durante o ano de 1827, 204 haviam mudado de proprietário até o final do ano e 81 deixaram de ser domésticos. ‘Na minha opinião’, escreveu Stephen, funcionário do *Colonial Office*, um abolicionista que dedicou seu mandato em fiscalizar os direitos dos negros, ‘parece haver fortes indícios para suspeitar que o elevado valor dos escravos em Trinidad estimulou importações fraudulentas de Barbados, atribuindo o caráter de doméstico para algum deles que sequer seriam empregados nessa função’” (Williams, 1942a, p. 181). Tradução livre.

e sumariamente contrários à venda de escravizados para as colônias estrangeiras. Mas, a partir da promulgação do Ato de Abolição, inverteram de posicionamento aparentemente sem nenhuma reserva ou pudor: passaram a apoiar o fim do tráfico pois, assim, podiam promover a reexportação de seu excedente de mão de obra às colônias vizinhas, porque, além de lucrarem com a venda, independentemente de qual país seria o destino da mercadoria, conseguiam potencializar seus lucros a partir do fornecimento de crédito aos compradores (WILLIAMS, 1942a; 2014). Os fazendeiros coloniais não hesitaram em mudar o discurso para considerar o tráfico “imoral” e “desumano” quando perceberam que o desenvolvimento do “comércio intercolonial” foi possibilitado pela aprovação do Ato de Abolição. A reação dos fazendeiros coloniais era um indício de que essa prática comercial continuava lucrativa e que se constituiu como importante fonte de renda que compensava as perdas do declínio das taxas de lucros da produção de culturas tropicais (WILLIAMS, 1942a).

Porém, *The British West Indian Slave Trade After Its Abolition in 1807* não se restringiu à crítica do humanitarismo e da historiografia imperial no nível discursivo ou da volatilidade do posicionamento político de uma classe em decadência. Nesse artigo, Williams (1942a) faz uma crítica aberta a uma das principais premissas usadas pelos historiadores imperiais: a conexão entre o progresso da humanidade, ou do progresso civilizatório, com as mudanças legislativas. Só pelo fato do comércio de escravizados ter continuado após a promulgação do Ato de Abolição do Tráfico já seria um argumento contra tal premissa. Mas Williams (1942a) vai além ao demonstrar que os fazendeiros coloniais costumavam ser resistentes com relação às leis promulgadas no Parlamento, principalmente àquelas que versavam sobre a escravidão e o tráfico. Essa resistência deveu-se, em grande medida, aos interesses econômicos dos fazendeiros que, ao mesmo tempo em que buscavam garantir a rentabilidade de seus negócios, tentavam evitar a escassez de mão de obra escravizada nas Índias Ocidentais. O posicionamento político e ideológico dos fazendeiros coloniais oscilava ao sabor da política adotada ou da lei aprovada, sendo convenientemente contrários ou favoráveis à extinção do tráfico de escravos, desde que fosse para eles controlarem o mercado de escravizados no mar do Caribe.

Nesse caso, a hipocrisia não era uma prerrogativa apenas dos fazendeiros coloniais. Os abolicionistas britânicos também negligenciaram o “comércio intercolonial” de sua agenda de militância humanitária, sendo que pouco, ou nada, fizeram para condenar, denunciar e combater esse tipo de sistema de comércio que, por intermédio da fraude, perpetuava os maus-tratos e a mortes de negras e negros escravizados (WILLIAMS, 1942a). Mesmo considerando válida a hipótese de que os setores abolicionistas foram capazes de fazer uma forte campanha de pressão contra a escravidão, o sistema judiciário britânico era conservador demais para aprovar uma lei

definitiva sobre o fim da escravidão. Isso explica, por exemplo, o porquê da promulgação de um conjunto de leis que apenas contornavam a polêmica sobre a abolição. De acordo com Williams (1942a; 2012; 2014), o Ato de Abolição de 1807 era um deles, porque as décadas seguintes provaram que a extinção do tráfico não trouxe consigo o fim da escravidão, demonstrando ser necessária uma lei definitiva de supressão geral da escravidão para equacionar a questão, como de fato só aconteceu em 1833 com a aprovação do Ato de Emancipação.

Também é possível e pertinente entender o “comércio intercolonial de escravos” como um argumento auxiliar desenvolvido por Williams para explicar o declínio das Índias Ocidentais, nos moldes do que foi apresentado em *The Economic Aspect* (2014), mas que seria suplantado com a incorporação do argumento desenvolvido em *The Golden Age of the Slave System in Britain* (1940) sobre o comércio triangular que estabeleceu um nexos mais amplo entre a exploração das Índias Ocidentais com o uso massivo da mão de obra escravizada e a formação do capitalismo na Grã-Bretanha. Ao estender a dinâmica comercial do tráfico de escravos do mar do Caribe para o oceano Atlântico, a análise do “comércio intercolonial de escravos” tornou-se tão lateral à concepção de Williams que ficou de fora da redação final de *Capitalismo e Escravidão* (2012). Esse movimento pode ter corroborado para a simplificação da Tese do Declínio, mas também significou a abertura à crítica sobre a hipocrisia dos humanitários abolicionistas.

2.2.3 O Caribe contemporâneo e a crítica ao colonialismo

O produto direto da série de dados⁸⁸ compilados pela documentação consolidada através da pesquisa de campo nas ilhas caribenhas financiada pela bolsa de pesquisa *Julius Rosenwald* foi a publicação, também em 1942, do primeiro livro de Williams, *The Negro in the Caribbean* [*O Negro no Caribe*]. Foi também um pedido de seu amigo e professor da Universidade de Howard, Alain Locke, para compor a coletânea “*Negro in America*” que ele organizou⁸⁹ (WILLIAMS, 1969, p. 68). Nas páginas de *The Negro in the Caribbean* é possível encontrar o tom ácido e a crítica ao colonialismo, mais próximos da linguagem vista em *Capitalismo e*

⁸⁸ Estão resumidamente elencados no apêndice do livro. Ver em Williams, Eric. *Conseptus table: statistics of the Caribbean*. IN: *The Negro in the Caribbean*. Washington, D.C.: The Associates in Negro Folk Education; Albany, NY: The Williams Press Inc., 1942b, p. 118-119.

⁸⁹ A série oficialmente denominada de “*The Bronze Booklet Series*” tinha como proposta divulgar estudos sobre a população negra nos Estados Unidos. Entre 1936 e 1942 cerca de nove livros foram publicados, dentre eles *Negro Art: Past and Present*, de Alain Locke, *A World View of Race*, de Ralph Bunche e *The Negro in the American Fiction*, de Sterling Brown. Ver em Williams, Eric. *The Negro in the Caribbean*. Washington, D.C.: The Associates in Negro Folk Education; Albany, NY: The Williams Press Inc., 1942b.

Escravidão (2012), e alguns outros indícios da transição entre o “aspecto econômico” e o “capitalismo”. É nessa obra que Williams (1942b) sistematizou a relação entre a exploração colonial com mão de obra escravizada entre os séculos XVII e XIX e a pobreza enfrentada pela população negra habitante das ilhas caribenhas no século XX. Para isso, ele incorporou e expandiu a ideia de que estas mesmas colônias tiveram papel fundamental à acumulação de capital e formação de riqueza das metrópoles, a Tese I desenvolvida e apresentada em *The Golden Age of the Slave System in Britain* (1940), e definiu a escravidão como a causa principal do racismo – primeiro passo à formulação da Tese III.

Em linhas gerais, *The Negro in the Caribbean* (1942b) apresenta a Tese I como a causa e a consequência da exploração colonial e a Tese III como uma “herança da colonização”, enraizada na estrutura produtiva das sociedades caribenhas, sejam elas politicamente independentes ou não. Nesses termos, para os europeus a colonização com mão de obra negra escravizada resultou na acumulação de riqueza que financiou uma série de novas atividades produtivas nas cidades metropolitanas, enquanto as ilhas do Caribe herdaram uma estrutura econômica que as tornou incapaz de diversificar a produção e incorporar a massa da população à modernização do padrão de consumo que manteve a reprodução material da população negra no nível da subsistência. Assim, a “herança da colonização” manifestava-se concretamente em dois pontos: primeiro, na perpetuação da dependência externa resultante da economia monocultora, cuja consequência é a constituição de uma estrutura social organizada em torno da *plantation* que, ao mesmo tempo em que está impregnada pela lógica mercantil, é marcada pela ausência de capitalistas; e, segundo, na formação de um sistema político racista, no qual os estratos médios e altos da sociedade constantemente voltam seus interesses contra a classe trabalhadora negra⁹⁰ (BRANDON, 2017; WILLIAMS, 1942b).

Esse é o primeiro passo de Williams à construção de uma análise abertamente anticolonial e antirracista. Em *The Economic Aspect* (2014), esses dois elementos estavam latentes na medida em que o anticolonialismo emergia como um desafio à historiografia imperial e ao *establishment* de Oxford e a questão racial era uma discussão contida e velada. Em *The Negro in the Caribbean*, Williams (1942b) colocou no debate como o preconceito racial contra a negra e o negro, que mesmo sendo uma prática não oficial, isto é, não institucionalizada

⁹⁰ “A atitude da maioria da classe média negra em relação aos trabalhadores negros é de franco desprezo. O que um observador inglês escreveu sobre a Jamaica aplica-se a todas as ilhas: ‘a burguesia jamaicana sabe muito pouco sobre seu proletariado’. Eles são inflexíveis em sua recusa de aceitar qualquer ampliação de direitos ao ‘homem descalço’ que, dizem sabiamente, ainda não está pronto para tal benefício. Ninguém nas Índias Ocidentais britânicas fala tão levemente do negro ‘preguiçoso’ quanto seu irmão de cor” (Williams, 1942b, p. 61). Tradução livre.

pela legislação, condicionou radicalmente o padrão de sociabilidade nas Índias Ocidentais. É nessa obra, portanto, a primeira vez em que Williams tratou a escravidão como uma instituição cuja origem e a repercussão são econômicas. Nas palavras do intelectual caribenho⁹¹,

O comércio de escravos introduziu o negro africano no Caribe. Essa grande desumanidade do homem contra o homem teve sua origem não no desprezo pelos negros ou em qualquer crença de que o negro estava destinado à escravidão. Essas foram racionalizações posteriores inventadas para justificar o que era em sua origem uma questão basicamente econômica, sobre a qual pode ser expressa em uma palavra – Açúcar (WILLIAMS, 1942b, p. 11).

É interessante notar que no segundo capítulo de *The Negro in the Caribbean* (1942b) encontra-se a primeira formulação do argumento sobre a origem econômica da escravidão que seria apresentado em *Capitalismo e Escravidão* (2012)⁹². Inclusive, é apresentado de forma muito próxima nas duas obras, em que o ponto de partida está no estabelecimento do complexo açucareiro nas Índias Ocidentais como o criador da alta demanda por mão de obra nas fazendas coloniais. No livro clássico de 1944, o argumento apresentado como fator decisivo à adoção da mão de obra do negro africano foi a considerável vantagem em termos econômicos que apresentava, dado que “(...) o dinheiro por dez anos de serviço de um branco comprava a vida inteira de um negro (...) [além do que] os fazendeiros locais descobriram pela experiência que três pretos trabalham melhor e mais barato que um branco” (WILLIAMS, 2012, p. 50). Em *The Negro in the Caribbean*, por sua vez, esse mesmo argumento é apresentado da seguinte maneira⁹³:

Essa demanda constante por mão de obra barata, negra ou branca, tinha ênfase em seu baixo custo e não na cor do trabalhador. Acontece que, nos séculos XV e XVI, a mão de obra mais barata era

⁹¹ Tradução livre. No original, “*The slave trade introduced the African Negro to the Caribbean stage. This great inhumanity of man to man had this origin not in contempt for the blacks or in any belief that the black man was destined for slavery. These were the later rationalizations invented to justify what was in its origin basically an economic question, on which can be expressed in one word – Sugar*” (Williams, 1942b, p. 11). Em *Capitalismo e Escravidão* há um trecho que expressa o mesmo argumento: “Suas feições, o cabelo, a cor e a dentição, suas características ‘sub-humanas’ [da população negra] tão amplamente invocadas, não passaram de uma racionalização posterior para justificar um fato econômico simples: as colônias precisavam de mão de obra e recorreram ao trabalho negro porque era melhor e mais barato” (Williams, 2012, p. 50-51).

⁹² Ver em Williams, Eric. *The slavery background. IN: The Negro in the Caribbean*. Washington, D.C.: The Associates in Negro Folk Education; Albany, NY: The Williams Press Inc., 1942b, p. 11-16.

⁹³ Tradução livre. No original, “*That demand was for a constant supply of cheap labor, black, brown or white, with emphasis on the cheapness of the labor rather than color of the laborer. It happened that in the fifteenth and sixteenth centuries the cheapest labor was black labor. The Spanish planters discovered that one Negro was worth four Indians; the British planters, in their turn, realized that the money it would take to buy the services of a white indentured servant for ten years would buy a Negro life. There was, in fact, in the Caribbean not only black slavery, but white and brown as well. But neither the white nor the brown men were forthcoming in sufficient quantities to supply the demand; Africa had inexhaustible human resources. (...) The transported Negro, on the other hand, in a strange environment, handicapped by his ignorance of the white man’s language, was pre-eminently fitted for continuous exploitation as he could be kept completely divorced from the land*” (Williams, 1942b, p. 11-12).

a negra. Os proprietários espanhóis descobriram que um negro valia quatro índios; os proprietários britânicos, por sua vez, perceberam que *o dinheiro necessário para comprar os serviços de um servo branco contratado por dez anos compraria a vida de um negro*. De fato, havia no Caribe não apenas escravidão negra, mas também branca e parda. Mas nem os brancos nem os pardos estavam chegando em quantidades suficientes para atender à demanda; a África tinha recursos humanos inesgotáveis. (...) Por outro lado, o negro transportado para um ambiente estranho, prejudicado por sua ignorância da língua do homem branco, estava preeminentemente apto à exploração contínua, pois poderia ser mantido completamente divorciado da terra (WILLIAMS, 1942b, p. 11-12, ênfase nossa).

O argumento foi resumido em uma sentença: “sem açúcar, sem negros; sem negros, sem açúcar”⁹⁴ (WILLIAMS, 1942b, p. 12). E sem negros e sem açúcar não haveria acumulação de riqueza, simplesmente porque não seriam estabelecidas as bases da escravidão e do tráfico. Nesse ponto, Williams retoma a Tese I conectando-a com a Tese III, em que a escravidão, além de ser parte crucial constituinte da exploração colonial nas ilhas do caribe e que justificou a reprodução do tráfico de escravos – mecanismo responsável em grande parte pela prosperidade de cidades como Liverpool (Inglaterra), Nantes (França) e Rhode Island (Estados Unidos) – é entendida como a causa do racismo. Dessa forma, a formulação da Tese III em *The Negro in the Caribbean* (1942b) não traz apenas uma mensagem antirracista, como também faz uma crítica aberta à vertente humanitária da historiografia imperial, denunciando o anacronismo da interpretação edificada na ideia de supremacia branca. A relação entre as Teses I e III foram recuperadas em *Capitalismo e Escravidão* (2012), servindo como argumento inicial para Williams em seu livro clássico⁹⁵.

Se a crítica ao humanitarismo aparece como elemento de contornos claros e definidos em *Capitalismo e Escravidão* (2012) isso se deve, em certa medida, pela maneira como foi construída em *The Negro in the Caribbean* (1942b). Williams elabora seu argumento a partir da retomada de suas conclusões sobre as causas que determinaram a abolição do tráfico de escravos presente em *The Economic Aspect* (2014), o declínio das Índias Ocidentais, combinada à crítica ao humanitarismo. Como escreveu Williams⁹⁶,

⁹⁴ No original, “*No sugar, no Negroes; but equally true, no Negroes, no sugar*” (Williams, 1942b, p. 12).

⁹⁵ Ver em Williams, Eric. *A Origem da Escravidão Negra*. IN: *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012, p. 29-62.

⁹⁶ Tradução livre. No original, “*Kind treatment and Christianity might mitigate slavery, they alone would not abolish it. If the Negro slave eventually became, at various times in the nineteenth century, a free man, the reason is to be found not only in the belated recognition of morality and Christian precepts but also in the fact that slavery, as an economic institution, had ceased to be profitable. That is why slavery in the British islands was abolished fifteen years earlier than in the French and fifty years earlier than in the Spanish islands. Emancipation of the Negro was a juridical, a social, and political change. In the eyes of the law the slave, formerly the property of his master, a human beast of burden completely in the power and at the discretion of his owner, became free, with all*

O tratamento gentil e o cristianismo até podem mitigar a escravidão, mas por si só não a aboliu. Se o escravo negro acabou se tornando, em várias épocas do século XIX, um homem livre, a razão deve ser encontrada não apenas no reconhecimento tardio da moralidade e dos preceitos cristãos, mas também no fato de que a escravidão, como instituição econômica, *deixou de ser lucrativa*. É por isso que a escravidão nas ilhas britânicas foi abolida quinze anos antes do que nas francesas e cinquenta anos antes do que nas ilhas espanholas. A emancipação do Negro foi uma mudança jurídica, social e política. Aos olhos da lei, o escravo, outrora propriedade de seu senhor, uma besta humana de carga inteiramente à disposição de seu dono, tornou-se livre, com todos os direitos, privilégios e regalias a ele pertinentes. Mas a emancipação não trouxe mudança econômica, deixando o novo homem livre tão dependente e à mercê de seu rei açúcar quanto o fora como escravo (WILLIAMS, 1942b, p. 16, ênfase nossa).

O trecho acima é uma das mostras do ataque frontal não apenas à historiografia imperial, mas ao próprio colonialismo praticado pelo Império Britânico sob o desígnio da “missão civilizadora”. A crítica desdobra-se quando Williams (1942b) argumenta que, após a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado nas ilhas caribenhas, toda a estrutura econômica erguida para atender os mercados das metrópoles foi mantida intacta. Sendo assim, o fim da escravidão significou, na verdade, a continuidade e o aprofundamento do processo de segregação social e exploração da população negra. O complexo açucareiro que ao longo de mais de dois séculos foi mantido com mão de obra negra escravizada para atender aos interesses econômicos da Grã-Bretanha, chegou ao século XX utilizando mão de obra negra assalariada “livre” e sendo administrado por empresas privadas estadunidenses. Ao manter a sua lógica essencial, o ciclo de exploração se perpetuava. De acordo com Williams (1942b), o cristianismo não podia mais permitir a desumanidade da escravidão, mas, supostamente, seus escritos sagrados mantiveram-se fiéis à continuidade da exploração da mão de obra feita pela indústria do açúcar que se modernizava e adquiria contornos capitalistas.

À população negra, por sua vez, restou o mesmo papel de ser explorada como mão de obra disciplinada. Na escravidão legalmente instituída, a disciplina era dada pelo chicote; já no modelo do “negro assalariado livre”, em que o padrão era a baixíssima remuneração, a disciplina vinha pela fome⁹⁷ (WILLIAMS, 1942b). A Emancipação elevou a condição da

the rights, privileges and perquisites pertaining thereto. But emancipation was not an economic change. It left the new freeman as much dependent on and at the mercy of his king sugar as he had been as a slave” (Williams, 1942b, p. 16).

⁹⁷ “Nas Índias Ocidentais britânicas, o trabalhador ganha em média US\$ 0,25 por dia, sendo menor o salário para as mulheres. O salário médio dos trabalhadores homens nas plantações de cana-de-açúcar em Porto Rico em 1933 era de US\$ 3,5 por semana, considerando uma jornada de 23 horas semanais. Um estudo recente [de 1939] feito pela *School of Tropical Medicine*, encomendado pela *Puerto Rico Reconstruction Administration*, sobre as condições da produção de cana-de-açúcar feita predominantemente com mão de obra negra constatou que a renda

população negra de “escravizada” para “trabalhadora sem acesso à terra”, apenas alterando a maneira pela qual a produção do açúcar ocorria. Para Williams (1942b, p. 16), esse é o ponto essencial à compreensão da situação do negro no Caribe: “(...) O negro, emancipado de cima pela legislação ou de baixo pela revolução, continua hoje [década de 1940] escravo do açúcar”. Na crítica amarga ao humanitarismo, Williams (1942b) afirma que a única recompensa que as negras e negros emancipados receberam dos abolicionistas britânicos foi o sentimento cristão com ares de condescendência⁹⁸.

A chamada “estrutura econômica” nada mais era do que a manutenção do complexo industrial açucareiro criado no século XVII que, na primeira metade do século XX, continuava obtendo alta rentabilidade, porém com o emprego mão de obra negra “livre”. O açúcar continuou regendo as leis da reprodução material da sociedade, mas agora sendo comandada pelos interesses da nova potência em ascensão, os Estados Unidos. Para manter a produção de açúcar em níveis que garantiam a alta rentabilidade também manteve-se os níveis de demanda por mão de obra em um fluxo incessante e cada vez maior. Segundo Williams (1942b, p. 21-22), entre o período imediatamente após o fim da escravidão, em 1833, passando pelas primeiras décadas do século XX, cerca de 600 mil trabalhadores negros transitaram entre Cuba, Haiti, Jamaica, República Dominicana e Trinidad em busca de trabalho nas fazendas de cana-de-açúcar⁹⁹. O “comércio intercolonial” reciclado e revisitado era um reflexo do agravamento

média dos trabalhadores agrícolas era menos de US\$ 120 por ano. O menor salário de um trabalhador do campo na indústria açucareira de Cuba é de US\$ 0,80 por dia. Um estudo social e econômico das ilhas das Índias Ocidentais (...) é necessariamente um estudo sobre a pobreza. O relatório da *Puerto Rico Reconstruction Administration* afirma: ‘a indústria açucareira não atende à vida econômica da ilha e deve ser ajustada para satisfazer às necessidades do povo’. Não se pode presumir que a indústria açucareira, embora seja a maior infratora, seja a única. Os salários são igualmente baixos em outras ocupações, com a diferença de que o capital exigido no cultivo de café, frutas e tabaco é inferior ao exigido na indústria açucareira, em que a participação de empresas estrangeiras é menor e o número de pequenos proprietários é maior. Um estudo de quase 6.000 famílias com mais de 34.000 membros de várias regiões produtoras de café, frutas e tabaco em Porto Rico revela uma taxa média de salário diário para todas as áreas de US\$ 0,60 e uma renda anual por trabalhador de menos de US\$ 100 para três quintos dos trabalhadores rurais, sendo que os dois quintos restantes ganhavam menos US\$ 150. O salário médio diário para trabalho não qualificado nos campos petrolíferos de Trinidad é de US\$ 0,72, enquanto em 1935-1936 as empresas petrolíferas declaravam dividendos de 30% a 45% e lucros quatro vezes maiores que os salários” (Williams, 1942b, p. 22-23). Tradução livre.

⁹⁸ Nas palavras do próprio autor, “*The only compensation the British abolitionists could think of making to the emancipated Negro was the Bible*” (Williams, 1942b, p. 46-47).

⁹⁹ “A abolição da escravidão nas Índias Ocidentais britânicas gerou uma demanda incessante dos fazendeiros por mão de obra oriunda das Índias [Ocidentais] e, entre 1842 e 1917, um fluxo interminável de trabalhadores contratados fluiu para as colônias açucareiras britânicas, principalmente Trinidad e Guiana, para atender às necessidades de mão de obra e competir contra o negro ‘preguiçoso’. Entre 1833 e 1917, quando o sistema [a escravidão] foi abolido, Trinidad recebia 145.000 índios e a Guiana Inglesa, 238.000. Até recentemente [década de 1940], a demanda por mão de obra nas plantações de açúcar cubanas dominadas por capitalistas americanos era responsável pela introdução em larga escala de trabalhadores negros do Haiti e da Jamaica até que os trabalhadores cubanos nativos, negros e brancos, bem organizados e contrários à ‘africanização’ da ilha, forçaram o governo a suprimir esse comércio de mão de obra e repatriar os estrangeiros. Entre 1913 e 1924, Cuba obteve 217.000 trabalhadores do Haiti, da Jamaica e de Porto Rico; em um único ano da década de 1920, até 63.000 trabalhadores foram recrutados do Haiti e da Jamaica. De acordo com o censo de 1931, havia quase 80.000 haitianos residentes

da questão da mão de obra na indústria açucareira e um claro sinal de que a economia das ilhas caribenhas continuava dependente da tutela das potências ocidentais sendo incapaz de atender as necessidades materiais básicas de sua população.

Essa incapacidade tinha uma causa central: a monocultura. A exploração colonial com mão de obra escravizada forjou um tipo de economia sofisticadamente apartada das demandas do mercado interno, cujo único propósito era produzir safras de produtos tropicais que serviriam de matérias-primas para abastecerem exclusivamente os mercados da Europa e da América do Norte. Isso impedia que as terras fossem destinadas à diversificação da produção com o objetivo de atender a demanda interna. O fim oficial da escravidão nas colônias britânicas não alterou essa situação porque a maioria da população experimentou apenas uma mudança de *status* jurídico, de “escravo” para “trabalhadores livres”, com remuneração ao nível da subsistência. Isso tornava relativamente difícil a constituição efetiva de um mercado interno que fosse minimamente dinâmico e rentável. Quando o controle da economia das ilhas caribenhas passou às mãos do “Rei Açúcar”, foi introduzida uma lógica “despótica” na produção: para garantir safras anuais crescentes, a produção de açúcar foi estendida até ocupar praticamente todas as porções de terra disponíveis¹⁰⁰. Como escreveu Williams¹⁰¹,

Onde a monarquia absoluta do açúcar foi destruída, foi substituída não pela democracia liberal de uma economia diversificada, mas por outra ditadura agrícola. Assim, o cacau foi por muitos anos sinônimo de Trinidad; a banana significava para a Jamaica no século XX o que a cana-de-açúcar significou no século XIX. Representava três quintos das exportações da ilha e cerca de um quinto de toda a produção mundial, empregando dois quintos dos trabalhadores da ilha. O limão monopolizou a atenção dos grandes e pequenos

em Cuba. Destes, 30.000 foram repatriados entre 1936 e 1937. O êxodo anual médio da Jamaica, com destino principalmente a Cuba, foi de 10.000 trabalhadores durante o meio século antes de 1935; nos cinco anos que terminaram em 1935, aproximadamente 31.000 deles foram repatriados, principalmente para Cuba. A República Dominicana lidou de forma mais drástica com os trabalhadores importados: um massacre de haitianos ocorreu em 1937. A estimativa oficial contabiliza cerca de 5.000 trabalhadores massacrados, embora as estimativas não oficiais sejam muito maiores. Outros 5.000 foram repatriados, mas em 1937 ainda havia 60.000 haitianos residentes na República Dominicana, que, desde então, exige que 70% de todos os funcionários devam ser dominicanos. O cultivo do açúcar ainda é uma questão de trabalho; o trabalho identificado, antes como o branco, depois com o amarelo ou com o pardo, agora é negro” (Williams, 1942b, p. 21-22). Tradução livre.

¹⁰⁰ O resultado foi que “o algodão e o café logo desapareceram da lista de produtos de exportação mais importantes para as ilhas britânicas. A conquista de Porto Rico pelos estadunidenses reverteu a importância relativa do café e do açúcar sob o domínio espanhol e americano; reduziu as exportações de café de 20% em 1901 para 1% em 1938, ao mesmo tempo que as exportações de tabaco também mostravam um declínio. Em 1902, o açúcar constituía quase metade das exportações de Cuba, o tabaco quase 40% e as demais colheitas cerca de 12,5%. Já em 1939, as cifras eram 80% de açúcar, 10% de tabaco e 9% de outros produtos” (Williams, 1942b, p. 27). Tradução livre.

¹⁰¹ Tradução livre. No original, “*Where the absolute monarchy of sugar has been destroyed, it has been replaced not by liberal democracy of a diversified economy but by another crop dictatorship. Thus cocoa was for many years synonymous with Trinidad; the banana is to Jamaica in the twentieth century what sugar cane was in the nineteenth. It represents three-fifths of the island's exports and about one-fifth of total world production, and employs two-fifths of the laborers in the island. Limes monopolized the attention of planters, large and small, in Dominica, until the appearance of a fungus disease; coffee representend nearly three-fourths of Haitis's exports on an average of the decade 1916-1926 and one-half in 1938*” (Williams, 1942b, p. 27).

fazendeiros na Dominica até o aparecimento de uma doença fúngica; o café representou quase três quartos das exportações do Haiti em uma média do período entre 1916 e 1926, passando à metade em 1938 (Williams, 1942b, p. 27).

O que se pode apreender do trecho acima é que o discurso em defesa da monocultura não poderia ser subestimado. A força dele na década de 1940 estava na combinação entre a dependência externa que as economias do Caribe foram – e são – submetidas há pelo menos dois séculos com a fase monopolista do capitalismo. Para os defensores da monocultura, a política econômica mais adequada e benéfica às ilhas caribenhas seria a que tivesse por objetivo o incremento do volume total da produção agrícola. Logo, desenvolver o mercado interno e diversificar a produção para, com isso, se inserir no comércio internacional com o mínimo de autonomia não era uma ideia difundida entre as autoridades caribenhas, provavelmente porque seria inconveniente aos interesses econômicos dos empresários estadunidenses. Williams (1942b) argumenta que os Estados Unidos, na condição de potência ocidental que emergia como hegemônica no sistema internacional, adotou a política de transformar as porções central e sul das Américas em zonas de influência, forçando a continuidade a dependência externa das ilhas. Dessa maneira, que a força motriz das economias das ilhas caribenhas estava nos interesses das classes dominantes pertencentes às potências ocidentais.

Se não bastasse a “estrutura econômica” erguida para explorar os recursos naturais e a população afro-caribenha, a produção das ilhas ainda enfrentava outras adversidades e intempéries. Algumas delas inevitáveis, como a temporada de furações que, entre os meses de julho e setembro, destruíam as plantações, mas outras eram causadas pelo modelo monocultor imposto pela “oligarquia açucareira”. Elas ficavam evidentes no período de entressafra, algo característico do ciclo de produção agrícola, que paralisava a produção e obrigava a maioria dos trabalhadores negros a ficar sem ocupação e renda por boa parte do ano¹⁰² (JAMES, 1996; WILLIAMS, 1942b). Porém, o período entreguerras reservava uma outra adversidade: em outubro de 1929, a Bolsa de Nova York sofreu uma “quebra” que iniciou um período de depressão da economia capitalista. Williams (1942b) acreditava que a crise de superprodução da década de 1930 abria os caminhos para a desarticulação da cadeia de produção monocultora controlada pelo oligopólio de empresas estrangeiras. Essa seria, portanto, a janela histórica à ruptura com o passado colonial que possibilitaria o início de um ciclo de reformas democráticas

¹⁰² “À mercê da oligarquia capitalista, o trabalhador negro trabalha às vezes por apenas vinte e cinco centavos por dia, três dias por semana” (James, 1996, p. 120). Tradução livre.

que colocava no horizonte a construção de uma federação das nações caribenhas livres e independentes.

É em *The Negro in the Caribbean* (1942b) que Williams apresenta, pela primeira vez, a sua leitura da conjuntura política a partir de uma análise historicamente embasada. Ele percebeu que os Estados Unidos não tardariam em substituir a Grã-Bretanha como *hegemon* do sistema internacional e que o processo de transformar o Caribe em zona de influência de seus interesses econômicos e políticos já estava em curso. Orientar a produção das ilhas caribenhas de acordo com os interesses da classe capitalista estadunidense era estratégico para que as elas pudessem servir de entreposto comercial e militar, além de possibilitar o controle do Canal do Panamá (JAMES, 1996). Essa articulação dos Estados Unidos para formar o que Williams (1942b, p. 8) chamou de “Mediterrâneo Americano” mostrou-se ser um obstáculo considerável à tarefa de emancipação política e econômica e à transformação social das nações caribenhas que almejavam a independência porque intensificou de maneira vertiginosa o ritmo da exploração predatória das ilhas¹⁰³.

O contexto do nascente “imperialismo ianque” evidenciou o início da cisão entre Williams e C.L.R. James. Ao contrário de James, que era abertamente anticapitalista e defendia a ruptura revolucionária, Williams defendeu que a transformação econômica e social poderia ser realizada sob a égide da Nova Ordem Mundial que emergiria com o pós-guerra. Com *The Negro in the Caribbean* (1942b) tem-se o primeiro sinal do otimismo que Williams passou a cultivar em relação ao futuro do Caribe. A conclusão em *The Economic Aspect* (2014), por exemplo, era uma mensagem de teor pessimista baseada na percepção de que o controle do destino da população negra recém-liberta do cativo estava nas mãos dos brancos europeus, que na segunda metade do século XIX se mostraram mais interessados em ditar os rumos do livre-comércio do que incorporar efetivamente as Índias Ocidentais aos progressos civilizacionais experimentados pela Grã-Bretanha. O otimismo era oriundo, portanto, do diagnóstico da conjuntura das ilhas caribenhas que, a partir do resgate histórico de sua formação

¹⁰³ “Com o desenvolvimento do imperialismo, os trabalhadores das Índias Ocidentais receberam a mais cruel de todas as explorações. Em poucos anos, o capital financeiro americano realizou em Porto Rico uma devastação que levou séculos nas outras ilhas. Dez milhões de dólares americanos foram investidos no Haiti, quarenta e um milhões na República Dominicana (três quartos disso na agricultura), seiscentos e sessenta e seis milhões em empresas cubanas. [Na década de 1940] Algumas dessas ilhas são autônomas, como Cuba; outras são colônias simples, como Porto Rico, Martinica e Trinidad. Em algumas delas como, por exemplo, na Jamaica, novas indústrias agrícolas, como a indústria da banana, desenvolveram-se. O Haiti produz café. Mas sobre todas as ilhas, tomadas como um todo, paira a mortalha da indústria açucareira, agora em estágio avançado daquela doença mundial – o capitalismo monopolista (...) Basta dizer que cerca de quinze anos depois que a América assumiu o controle das minúsculas Ilhas Virgens, 951 sepultamentos realizados em um ano foram de pessoas consideradas indigentes” (James, 1996, p. 120). Tradução livre.

econômica e social, afirmava que as condições objetivas à ruptura da tutela das potências ocidentais estavam dadas.

Essa foi a abertura para o início de uma série de críticas feitas pela ala radical de líderes políticos e intelectuais caribenhos. James encampou as críticas, chegando a afirmar em uma resenha de *The Negro in the Caribbean*¹⁰⁴, assinada sob o pseudônimo W.F. Carlton¹⁰⁵, que Williams

(...) não é marxista. Porém, abordou os fatos do ponto de vista do Negro, ou seja, do ponto de vista da classe trabalhadora (...) Ele tem domínio sobre o passado, assim como tem conhecimento sobre o presente, mas o futuro exige mais do que Williams pode oferecer. Exige uma teoria consciente. Ele é um nacionalista e um democrata sincero, mas, mesmo dotado de uma vasta compreensão de quatro séculos de desenvolvimento histórico, exibe uma ingenuidade extrema em suas previsões do futuro (...) (JAMES, 1996, p. 118).

A crítica de James nesse trecho permeia todo o conteúdo de sua resenha sobre *The Negro in the Caribbean* em que o argumento central orbita sobre a ideia de que Williams foi comedido em seu ataque ao imperialismo apresentando conclusões que contrariavam as evidências e argumentos desenvolvidos ao longo da obra. Em suma, James esperava que seu pupilo rompesse com as amarras do pensamento burguês, delimitado pela democracia liberal e o nacionalismo, e tratasse a questão do “Negro no Caribe” nos termos da revolução socialista e do pan-africanismo.

Mas esse não é a única limitação do livro de Williams apontada por James. Para além do tipo de posicionamento político e ideológico, James (1996) sugere que a interpretação de Williams (1942b) sobre as heranças danosas do processo de colonização das ilhas caribenhas é imprecisa – ou incorreta – pois aborda de maneira dúbia o complexo açucareiro comandado

¹⁰⁴ Resenha originalmente publicada em junho de 1943 pela revista *The New Internationalist* assinado por W.F. Carlton, um dos pseudônimos adotados por James. Esse mesmo texto foi republicado com o título *On The Negro in the Caribbean by Eric Williams* que compõe a coletânea intitulada *C.L.R. James on the “Negro Question”* editada por Scott Meclmee. Neste presente trabalho, optamos por referenciar o artigo reeditado porque as citações tornam-se mais precisas com a paginação oficial e a autoria oficialmente reconhecida por James. Ver em James, C.L.R. *C.L.R. James on the “Negro Question”*. Editado por Scott MacLemee. Jackson, Miss: University of Mississippi Press, 1996. O texto original assinado por W.F. Carlton está disponível em marxists.org/archive/james-clr/Works/1943/06/westindies.htm.

¹⁰⁵ Tradução livre. O parágrafo completo, no original: “*The evidence is all the more valuable because Williams is no Marxist. But approaching the facts from the point of view of the Negro, i.e., from the point of view of labor, his mastery of his material forces upon him an inevitable pattern, economic necessity, class struggle, etc. He is sure of the past, clear as to the present, but the future demands more than Williams has. It needs a conscious theory. He is a sincere nationalist and a sincere democrat, but after so sure a grasp of historical development as he shows in this history of four centuries, he displays an extreme naivety in his forecasts of the future. He seems to think that the economic forces which have worked in a certain way for four hundred years will somehow cease to work in that way because of the Atlantic Charter and the warblings of Willkie and Wallace. What makes the sudden slide downward so striking is that the whole book is a refutation of just such expectations*” (James, 1996, p. 118).

pelo Império Britânico, por vezes dando a entender que não se tratava de uma estrutura de produção com características capitalistas¹⁰⁶. Se a produção das Índias Ocidentais já era essencialmente capitalista, posto que era em larga escala e voltada para abastecer o mercado externo, a liberdade da classe trabalhadora afro-caribenha das amarras do “Rei Açúcar” só poderia ser realizada a partir de uma ruptura radical com o capitalismo. No entanto, Williams defendeu em *The Negro in the Caribbean* (1942b) um outro projeto de emancipação das ilhas do Caribe que, dentro dos limites impostos pelo capitalismo, a “estrutura econômica” herdada da colonização europeia deveria ser transformada a partir de um governo independente que atendesse os anseios e desejos da população caribenha.

Nesse caso, o argumento de Williams esbarra no fato de que o açúcar produzido nas Índias Ocidentais dependia necessariamente do mercado mundial, cuja lógica de reprodução seguia imutável há pelo menos três séculos. Basicamente, para atender aos interesses estratégicos das potências ocidentais, a massa de trabalhadores caribenhos – que anteriormente formavam os contingentes de escravizados – era sistematicamente massacrada nas fazendas produtoras de açúcar. James (1996) notou que a construção do argumento histórico apresentada em *The Negro in the Caribbean* (1942b) retoma e reafirma essa conclusão factual, mas que Williams enveredou pela defesa de um projeto de emancipação nos limites da razão burguesa sem apresentar nenhuma evidência que apontava para uma mudança do padrão de acumulação do capital ou do funcionamento dos mercados que possibilitasse a superação do passado colonial pela via pacífica da transição nacionalista e democrática. Pelo menos, ambos concordavam que a população negra poderia – e deveria – ser a protagonista desse processo de transformação das Índias Ocidentais.

A resenha de James sobre *The Negro in the Caribbean* era, em primeiro lugar, uma crítica aos caminhos ideológicos que seu pupilo apontava seguir – e que efetivamente seguiu nas décadas seguintes. Se do ponto de vista metodológico as obras de Williams e James têm

¹⁰⁶ Como escreveu James (1996, p. 119), “Williams não compreende bem o significado econômico total desse fenômeno [o caráter capitalista e moderno da produção açucareira nas ilhas caribenhas]. Desprezando uma série de qualificações, ele corajosamente baseia toda sua tese no fato indiscutível de que: ‘O homem negro, emancipado de cima pela legislação ou de baixo pela revolução, continua hoje escravo do açúcar’. Mas ele perde o argumento quando diz: ‘Para libertar o negro não era necessário alterar o método de produção da própria indústria açucareira’. Alterar o método de produção! Mas em 1833, não se podia alterar o método de produção porque era capitalista em sua essência, com produção em larga escala orientada ao mercado mundial. E só poderia ser alterado em uma direção: o socialismo. O camponês francês em 1789 poderia obter terra e melhorar a agricultura feudal. O camponês russo poderia obter a terra e produzir de maneira mais ou menos coletivizada. Quando o escravo das Índias Ocidentais foi emancipado, ele se viu livre em uma indústria agrícola altamente capitalizada. O que fazer com ele? Tanto o humanitarismo quanto Williams se debruçaram nessa questão. Nenhuma industrialização, de qualquer magnitude, conseguiria compensar, ainda que por algum tempo, esse domínio do açúcar. O problema do açúcar deve ser resolvido nos termos do açúcar”. Tradução Livre.

estreita proximidade, a visão sobre o futuro do Caribe era muito diferente. Enquanto Williams adotou um discurso pragmático em torno da democracia liberal e do nacionalismo caribenho, James manteve-se associado ao internacionalismo da revolução socialista em sua vertente trotskista. Essa cisão ideológica inaugurou um distanciamento entre os dois intelectuais caribenhos, pois a ideia de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo defendida por James era incompatível com o projeto de independência política e econômica defendido por Williams. Com o passar dos anos, essa distância política aprofundou-se até se tornar um abismo pessoal que os separou definitivamente. Já em 1943, a resenha do então W.F. Carlton mostrava sinais da fratura ideológica e política entre James e Williams. No último parágrafo, por exemplo, o reconhecimento da importância de *The Negro in the Caribbean* e do brilhantismo de Williams vem acompanhado de uma crítica frontal à razão burguesa. Como James escreveu¹⁰⁷,

As demandas imediatas de Williams por federação, independência nacional e democracia política são admiráveis, mas ele comete um grave erro ao pensar, como obviamente pensa, que elas acabarão ou mesmo melhorarão consideravelmente a pobreza da massa e a decadência das Índias Ocidentais. Mesmo por esse lapso, seu livro é um pequeno triunfo, admiravelmente planejado e muito bem escrito. Deve ser lido não apenas por aqueles especialmente interessados no problema do Negro ou nas Índias Ocidentais. É, à sua maneira burguesa, um estudo curto, mas instrutivo dos primórdios, maturidade, declínio capitalistas; e, o que é mais importante hoje, da maneira como gera, de seu próprio seio, as forças que vão destruí-lo (JAMES, 1996, p. 125).

The Negro in the Caribbean (1942b) é uma obra que chama atenção pela análise conjuntural sobre a situação da população afro-caribenha nos anos 1940 feita a partir da combinação entre o referencial histórico de longo prazo com uma série de dados sobre as ilhas caribenhas. Essa mescla de métodos permitiu que Williams relacionasse diretamente a análise do Caribe contemporâneo a partir da sua formação econômica e social em perspectiva histórica. Em termos concretos, Williams conectou a situação de miséria e insalubridade que a classe trabalhadora afro-caribenha estava submetida – em grande parte pela indústria açucareira controlada pelos interesses dos empresários estadunidenses – com os três séculos anteriores de

¹⁰⁷ Tradução livre. No original, “*Williams's immediate demands federation, national independence, political democracy are admirable, but he commits a grave error in thinking, as he obviously does, that these will end or even seriously improve West Indian mass poverty and decay. But for this lapse, his book is a little triumph, admirably planned and very well written. It should be read not only by those specially interested in the Negro problem or the West Indies. It is in its bourgeois way a short but instructive study of capitalist beginnings, maturity, decline; and, most important today, of the way in which it generates, out of its own bosom, the forces which are to destroy it*” (James, 1996, p. 125).

exploração colonial empreendida pela Grã-Bretanha, França, Espanha e Holanda baseada no uso de mão de obra escravizada. *The Negro in the Caribbean* (1942b) também foi a primeira obra de Williams em que o sentimento anticolonial deixou de ser um tema lateral para ser tratado de forma central. O anticolonialismo é uma característica muito presente em trabalhos posteriores, sobretudo em *Capitalismo e Escravidão*, mas é compreensível que *The Economic Aspect*, feita sob a supervisão do *establishment* de Oxford, o anticolonialismo fosse sequer tratado, apesar de estar latente em suas premissas.

O livro foi muito bem recebido e elogiado pela crítica à época de sua publicação, alçando Williams à condição de acadêmico reconhecido que o incentivou a revisitar *The Economic Aspect* (WILLIAMS, 1969). Mas há outro indicativo que pode explicar a motivação em revisar suas conclusões apresentadas na tese de doutorado de 1938. No período em que Williams viveu em Washington D.C, a *realpolitik* começou a tomar conta de sua vida pessoal e profissional, estimulando o distanciamento da carreira acadêmica e a aproximação com a vida pública, sobretudo com relação às questões políticas das ilhas caribenhas, em especial Trinidad e Tobago. A partir de 1942, simultaneamente às atividades na Universidade de Howard, ele aceitou o cargo de consultor na Secretaria de Serviços Estratégicos dos Estados Unidos [*Office of Strategic Services*] e entre 1943 e 1944 foi o consultor responsável pela seção britânica da Comissão Anglo-Americana para o Caribe [*Anglo-American Caribbean Commission*]. Durante esse período Williams subiu o tom de sua crítica, deixando de desafiar somente a historiografia britânica para se opor abertamente contra o Império Britânico.

2.2.4 Do mercantilismo ao livre-comércio

O último texto que contempla o que consideramos a transição entre o “aspecto econômico” e o “capitalismo” é *Laissez-faire, Sugar and Slavery*, publicado em 1943 no *Political Science Quarterly*. De acordo com o próprio Williams (1969), esse artigo é uma “prévia” das ideias que foram desenvolvidas no oitavo capítulo de *Capitalismo e Escravidão*¹⁰⁸. Assim como o livro publicado anteriormente, *The Negro in the Caribbean* (1942b), o artigo também apresentou conclusões baseadas nos dados coletados durante a viagem de campo pelo

¹⁰⁸ “O *Political Science Quarterly*, associado à Columbia University, publicou em março de 1943 (...) um ensaio meu intitulado ‘*Laissez-faire, Sugar and Slavery*’, uma prévia do décimo primeiro capítulo de *Capitalismo e Escravidão*” (Williams, 1969, p. 72). Tradução livre. Williams se refere ao “eleventh chapter”, mas, na edição de brasileira de 2012, a discussão sobre o *laissez-faire* é feita no oitavo capítulo. Ver em Williams, Eric. *A nova ordem industrial*. IN: *Capitalismo e escravidão*. São Paulo, SP: Companhia das letras, 2012, p. 192-214.

Caribe financiada pela bolsa de pesquisa *Julius Rosenwald*¹⁰⁹ (WILLIAMS, 1943). A importância desse artigo está em ser a primeira vez que Williams estabeleceu a relação entre as Teses I e II, formulada nos mesmos contornos da apresentada em *Capitalismo e Escravidão* (2012). Isso significa que a exploração das colônias das Índias Ocidentais com mão de obra negra escravizada foi a responsável pelo impulso à industrialização e a formação do capitalismo na Grã-Bretanha; as forças do capitalismo plenamente constituído, por meio dos interesses da classe dominante industrial, voltaram-se contra a escravidão para destruí-la.

E o reflexo desse processo foi o declínio das Índias Ocidentais, a tese original de Williams apresentada em *The Economic Aspect* (2014) que, a partir da apreciação do período de constituição do capitalismo industrial – isto é, entre 1760 e 1783 – permitiu que em *Laissez-faire, Sugar and Slavery* (1943) a Tese do Declínio fosse tratada como o resultado dos interesses políticos e econômicos da classe industrial britânica. Isso era uma maneira de corrigir o que Williams (1943; 2012) considerava uma inadequação da historiografia imperial: a fraqueza das Índias Ocidentais não estava no fato da escravidão ser imoral, mas sim de que a produção nas colônias caribenhas deixasse de ser lucrativa. Assim, a ofensiva da classe industrial britânica contra as Índias Ocidentais pode ser entendida como um ataque ao monopólio, o que caracterizou a transição da economia britânica do mercantilismo para o livre-comércio. Como escreveu Williams (1943, p. 67), “a ascensão e queda da escravidão foi uma fase da ascensão e queda do mercantilismo”¹¹⁰. Nos quadros da transição de política econômica que a Grã-Bretanha experimentava, Williams passa a utilizar os termos “capitalismo” e “capitalistas” tanto para se referir à produção monocultora das Índias Ocidentais iniciada no século XVII quanto à produção industrial que avançava pelo século XIX.

A análise de *Laissez-faire, Sugar and Slavery* (1943) procurou iluminar as causas econômicas responsáveis pelo declínio da produção que as Índias Ocidentais experimentaram na passagem do século XVIII para o XIX. Nesse ponto, Williams começa a simplificar a Tese do Declínio, deixando de lado a análise sofisticada presente em *The Economic Aspect* (2014) para delimitar o tema à esfera econômica. Sendo assim, a discussão sobre o fim da “era de ouro” da escravidão e das colônias britânicas no Caribe restringiu-se aos termos da concorrência. Foi nesse mesmo período que se iniciou o movimento de expansão do cultivo de cana-de-açúcar para outras regiões do mundo, como, por exemplo, Brasil, Cuba, *Saint-Domingue* e Índias

¹⁰⁹ “Este ensaio é parte de uma tese geral, a ser publicada em breve, intitulado ‘Capitalismo e Escravidão’. Boa parte dessa pesquisa foi possível graças à bolsa de estudos Julius Rosenwald, 1940-1941” (Williams, 1943, p. 67). Tradução livre.

¹¹⁰ Tradução livre. No original, “*The rise and fall of slavery was a phase of the rise and fall of mercantilism*” (Williams, 1943, p. 67).

Orientais. A Índias Ocidentais britânicas não suportaram a concorrência com o açúcar de maior qualidade e menor preço produzido nessas regiões e que já alcançavam os mercados da Grã-Bretanha. O resultado foi, como Williams já havia demonstrado em sua tese de doutorado, que o comércio da Grã-Bretanha com esses países aumentou significativamente¹¹¹.

Com a expansão das relações comerciais da Grã-Bretanha para outras regiões, o monopólio das Índias Ocidentais passou a ser sistematicamente questionado. Williams tratou exaustivamente desse tema em *The Economic Aspect* (2014), que foi analisado nesta presente dissertação no tópico “As Causas Econômicas da Abolição do Tráfico de Escravos”. Ali, demonstramos que a preocupação de Williams em sua tese de doutorado era entender como a luta encampada pelos industriais britânicos contra o monopólio das Índias Ocidentais se apropriou do discurso humanitário do abolicionismo. O argumento foi mantido, porém, em *Laissez-faire, Sugar and Slavery* (1943), o centro da análise desenvolveu-se no sentido de entender o monopólio como um obstáculo à produção agrícola das Índias Ocidentais – agora considerada por Williams como capitalista. Nas palavras de Williams¹¹²,

Em ambos os casos [Índia e Brasil], o obstáculo era o monopólio do comércio de açúcar das Índias Ocidentais britânicas. Os interesses do *capitalismo* britânico exigiam inexoravelmente o fim do monopólio das Índias Ocidentais. E quanto aos interesses do humanitarismo britânico? Eles exigiam inexoravelmente a perpetuação desse monopólio. Pois, após 1833, o estigma da escravidão foi removido da produção britânica das Índias Ocidentais. Brasil e Cuba eram claramente sociedades escravistas que, além de empregar mão de obra escrava, ainda conduziam o comércio de escravos. Qualquer equalização dos impostos sobre o açúcar seria, portanto, um estímulo à escravidão nesses países (WILLIAMS, 1943, p. 69, ênfase nossa).

Dado que a resenha de *The Negro in the Caribbean* e o artigo *Laissez-faire, Sugar and Slavery* foram publicados em março de 1943, cogitar a incorporação do termo “capitalismo” como resultado da crítica de James (1996) seria, no máximo, uma especulação, mesmo considerando alta a possibilidade de James ter feito críticas e sugestões diretamente a Williams

¹¹¹ Segundo Williams, o comércio da Grã-Bretanha com as Índias Ocidentais passou de 1/6 em 1814 para 1/14 em 1833, enquanto o comércio da Grã-Bretanha com as Índias Orientais e China quadruplicou nesse mesmo período. Já o comércio com o Brasil, triplicou no período de 1821 a 1833 e dobrou entre 1835 e 1854. Para conferir esses dados ver Williams, Eric. *Laissez-faire, sugar and slavery*. New York, NY: *Political Science Quarterly*, The Academy of Political Science, Vol. 58, No. 1 (March), 1943, p. 68.

¹¹² Tradução livre. No original, “*In both cases the obstacle was the British West Indian monopoly of the British sugar market. The interests of British capitalism inexorably demanded the abolition of the West Indian monopoly. What of the interests of British humanitarianism? They just as inexorably demanded the perpetuation of that monopoly. For, after 1833, the stigma of slavery had been removed from British West Indian production. Brazil and Cuba were clearly slave communities which, in addition to employing slave labor, still conducted the slave trade. Any equalization of the sugar duties would therefore be a stimulus to slavery in those countries*” (Williams, 1943, p. 69).

nesse sentido. As evidências conclusivas sobre a influência direta de James nesse caso específico são escassas. O mais seguro é afirmar que Williams, ao analisar a produção açucareira comandada pelo capital estadunidense da primeira metade do século XX, encontrou paralelos na organização produtiva nas colônias das Índias Ocidentais controlada pelos britânicos, passando a considerá-la “capitalista”. Os primeiros traços dessa percepção, portanto, foram apresentados nesse ensaio que sintetizava os principais argumentos desenvolvidos em *Capitalismo e Escravidão*.

A assimilação do termo “capitalismo” trouxe a necessidade de definir o que seria “capitalistas” e quais seriam as características específicas dos capitalistas britânicos. A partir da leitura de *Laissez-faire, Sugar and Slavery* (1943) é possível inferir que Williams entende por “capitalistas” a classe dos industriais que, adepta à ideologia do *laissez-faire*, utilizou o discurso de apologia ao livre-comércio e ao trabalho “livre” para perseguir os interesses da expansão da indústria britânica a partir do acesso às matérias-primas baratas – estas últimas não precisavam necessariamente ser produzidas por trabalhadores assalariados. Aqui apresenta-se uma limitação do conceito que também aparece nas formulações encontradas em *Capitalismo e Escravidão* (2012): “capitalismo” refere-se exclusivamente às economias metropolitanas, enquanto “capitalistas”, em contraposição aos fazendeiros coloniais, designa somente os empresários e as empresas. Essa concepção ou definição dos conceitos é válida tanto para mencionar os industriais europeus do século XIX, quanto para fazer alusão às grandes empresas estadunidenses do século XX.

A intenção de Williams (1943) era historicizar o surgimento da classe industrial, considerando-a capitalista quando incorporou à análise a ideia de que o capitalismo era um sistema efetivamente constituído. Isso o permitiu aprofundar a compreensão sobre a tensão entre o discurso oficial dos industriais britânicos contra a escravidão e o tráfico de escravos e seus interesses econômicos. Assim, por detrás dos seus argumentos contra a escravidão, havia um posicionamento claro relativo às questões comerciais, cuja extinção do monopólio comercial das Índias Ocidentais era o ponto central. Os industriais britânicos queriam, entre outras coisas, que o açúcar produzido no Brasil entrasse no mercado doméstico da Grã-Bretanha para que pudessem refiná-lo e exportá-lo¹¹³. Além de argumentarem que o protecionismo obrigava os trabalhadores ingleses a pagar preços mais altos pelo açúcar, diminuindo assim seu poder de compra, a classe industrial insistiu que o monopólio era um “imposto detestável”,

¹¹³ “(...) [os industriais britânicos] estavam interessados em açúcar barato e não em açúcar produzido com mão de obra livre” (Williams, 1943, p. 70). Tradução livre.

disfuncional, ineficaz e desnecessário que atentava contra os interesses do Império Britânico (WILLIAMS, 1943).

Os capitalistas britânicos argumentavam que não era dever do Parlamento – isto é, do Estado – fazer com que o cultivo de açúcar nas colônias fosse lucrativo¹¹⁴. Isso significou que as Índias Ocidentais, outrora consideradas as colônias mais importantes e valiosas do Império Britânico, começaram a ser vistas pelos industriais capitalistas como algo incômodo, um estorvo, que impediam a acumulação de capital seguir seu curso de maneira adequada. Como Williams registrou de uma de suas fontes (1943, p. 74), “(...) se as colônias fossem apagadas da face da terra, a Grã-Bretanha não perderia um *joule* de sua força, nem um centavo de sua riqueza”¹¹⁵. Na era do *laissez-faire*, os capitalistas passaram a considerar as colônias britânicas das Índias Ocidentais meros apêndices que, além de custar caro aos cofres do Império, não davam mais lucro aos seus proprietários. E o monopólio, por sua vez, era um atavismo que precisava ser extinto para dar espaço aos interesses econômicos da classe industrial, cada vez mais adepta da economia política liberal e da lógica do livre-mercado¹¹⁶.

Nesse conflito aberto no seio da classe dominante britânica, os abolicionistas ficaram no fogo cruzado entre os fazendeiros coloniais e os industriais britânicos. Williams (1943) notou, assim como já havia notado em *The Economic Aspect* (2014), a importância da “cruzada humanitária” promovida pelo Movimento Abolicionista. Porém, o avanço com relação à tese de doutorado de 1938 está em evidenciar a hipocrisia desse discurso, que oscilava entre as “velhas práticas” do mercantilismo e o frescor das ideias concebidas pela economia política clássica. Williams (1943) argumentou que a preocupação dos abolicionistas britânicos estava restrita às Índias Ocidentais porque, aparentemente, a “culpa cristã” só recaía sobre a escravidão nas ilhas do Caribe que estavam sob posse do Império Britânico, algo que não se fazia presente quando os abolicionistas

(...) sentavam-se em cadeira de mogno cubano, diante de escrivatinhas de jacarandá brasileiro, para escrever em papel feito em parte por algodão usando tinteiro de ébano cultivado por escravos; porém, ‘não era de bom tom questionar sobre a origem de cada cadeira e mesa’. Como os abolicionistas de Newcastle

¹¹⁴ A seguinte passagem fornece uma síntese do argumento dos contemporâneos: “O monopólio era doentio, custoso para todos e destruiu os grandes impérios do passado. O protecionismo era como um opiáceo que enervava e paralisava os fazendeiros, tornando-os resmungões eternos, tal qual um *Oliver Twist*, sempre pedindo mais” (Williams, 1943, p. 72). Tradução livre.

¹¹⁵ Tradução livre. No original, “*These ‘barren’ colonies had ever been ‘the most fatal appendages’ of the Empire, and if they were to be blotted out from the face of the earth Britain would lose not ‘one jot of her strength, one penny of her wealth, one instrument of her power’*” (Williams, 1943, p. 74).

¹¹⁶ “As Leis de Navegação, consideradas na era mercantilista como a pedra angular do arco imperial, estavam agora, na era do *laissez-faire*, sendo varridas pela maré de sentimento anticolonial (...) [David] Ricardo aconselhou os defensores da ‘longa viagem’ que praticassem a navegação dando três voltas ao redor das Ilhas Britânicas” (Williams, 1943, p. 75). Tradução livre.

argumentaram, apenas ‘a compra desnecessária de um quantidade muito pequena de produtos feitos por escravos envolve o comprador na culpa do proprietário de escravos’¹¹⁷ (WILLIAMS, 1943, p. 77).

Esse comportamento hipócrita dos boicotadores do açúcar produzido nas Índias Ocidentais era motivado pelos interesses comerciais nas Índias Orientais que alguns deles alimentavam (WILLIAMS, 1943). É em *Laissez-faire, Sugar and Slavery* (1943), portanto, que Williams afasta sua análise do pedido feito pelo seu orientador de tese, Vincent Harlow, de contemplar a importância do sentimento humanitário e do Movimento Abolicionista na campanha pelo fim da escravidão no Império Britânico. Esse talvez tenha sido o primeiro movimento de Williams que culminou no tratamento abertamente crítico conferido ao abolicionismo britânico em *Capitalismo e Escravidão* (2012)¹¹⁸. Isso abriu espaço para que Williams fizesse a primeira crítica nominal à sua *alma mater*¹¹⁹:

A comunidade acadêmica da Universidade de Oxford se opôs ao tráfico de escravos e se preparou para a guerra, caso fosse necessária, para suprimi-lo, mas seus membros nunca aceitaram a ideia de que a propriedade de um homem por outro homem fosse considerada ilegal (WILLIAMS, 1943, p. 79).

A influência dos fazendeiros das Índias Ocidentais no Parlamento enfraqueceu em meio aos ataques dos capitalistas e dos abolicionistas britânicos. Operando de forma fisiológica dentro das estruturas de poder do Império, a posição dos fazendeiros coloniais oscilou significativamente. Na análise de *The British West Indian Slave Trade After Its Abolition in 1807* (1940), foi assinalado como Williams entendeu a mudança ideológica dos fazendeiros coloniais no período imediatamente posterior à promulgação do Ato de Abolição do Tráfico de Escravos. Entre 1807 e 1833, na posição de proprietários de escravizados, os fazendeiros britânicos produtores de açúcar nas Índias Ocidentais fizeram campanha pela manutenção do monopólio e para expandir a proteção contra o açúcar produzido com mão de obra assalariada proveniente das Índias Orientais.

¹¹⁷ Tradução livre. No original, “*The boycotters of West Indian sugar sat upon chairs of Cuban mahogany, before desks of Brazilian rosewood, used inkstands of slave-grown ebony, and wrote on paper partly made of slave-grown cotton; but ‘it would do no good to go round and inquire into the pedigree of every chair and table.’ As the Newcastle abolitionists argued, only ‘the unnecessary purchase of one iota of slave produce involves the purchaser in the guilt of the slaveholder’*” (Williams, 1943, p. 77).

¹¹⁸ O Movimento Abolicionista é tratado no décimo primeiro capítulo. Ver em Williams, Eric. *Os “Santos” e a escravidão*. IN: *Capitalismo e escravidão*. São Paulo, SP: Companhia das letras, 2012, p. 245-268.

¹¹⁹ Tradução livre. No original, “*The member for Oxford University opposed the slave trade and was prepared for war, if necessary, to suppress it, but he had never accepted the view that property in man was illegal*” (Williams, 1943, p. 79).

A oscilação ideológica também ocorreu após a aprovação do Ato de Emancipação. A partir de 1833, Williams (1943) pontua que a classe dos fazendeiros coloniais passou a exigir proteção contra o açúcar produzido com mão de obra escravizada das colônias estrangeiras, como o Brasil, e a imediata abolição do tráfico de escravos em nível internacional. Invocaram o humanitarismo para exigir a continuidade da produção de açúcar das Índias Ocidentais, o que acreditavam ser uma questão de “justiça e de dever do Império”. Mais uma vez, os interesses comerciais estão no cerne da mudança ideológica, pois não havia possibilidade de concorrer contra o açúcar de melhor qualidade produzido com mão de obra escravizada. A partir daí, passaram a rezar a cartilha que combinava o humanitarismo cristão e o *laissez-faire*, com a defesa aberta do regime de trabalho “livre” e o ataque direto aos monopólios comerciais, principalmente o da Grã-Bretanha com as suas colônias das Índias Ocidentais. Nos anos seguintes à promulgação do Ato de Abolição, a escravidão passou de “pedra angular da prosperidade britânica” para ser algo “degradante para todos os envolvidos no tráfico e hostil aos interesses morais e espirituais dos escravos”¹²⁰ (WILLIAMS, 1943, p. 81).

O mercantilismo estava com seus dias contados porque a sociedade britânica em frente ampla contra o monopólio convenceu a opinião pública de que acabar com a proteção comercial seria importante para forçar outros países a também extinguirem a escravidão. Williams (1943) demonstrou que essa “conversão” foi também um produto da riqueza formada pela exploração colonial com braços africanos escravizados. Acumulada na forma de capital, essa riqueza financiou as novas atividades econômicas na Grã-Bretanha, o que possibilitou a migração dos negócios das fazendas coloniais para as indústrias nas cidades metropolitanas. Dessa maneira, é possível captar em *Laissez-faire, Sugar and Slavery* (1943) o primeiro traço da articulação entre as Teses I e II, considerada a peça de originalidade de *Capitalismo e Escravidão* (2012). Williams (1943; 2012) observa que, ao mesmo tempo em que a produção das Índias Ocidentais deixava de ser lucrativa, seja pela exaustão dos solos ou pela perda de interesse político das classes dominantes em manter as colônias britânicas funcionando, os empresários capitalistas decidiram retirar seus investimentos das atividades agrícolas coloniais – aí incluso os próprios fazendeiros – e direcioná-los às atividades produtivas nas regiões urbanas das metrópoles.

¹²⁰ O trecho completo: “Todas as classes, cores, partidos e seitas formaram uma frente unida; leigos e religiosos, fazendeiros e trabalhadores, ex-proprietários de escravos e escravos emancipados, brancos e negros uniram-se no grito de justiça à África, que ‘o odioso termo ‘escravo’ [fosse] expurgado do vocabulário do universo’. Em 1807, o agente da Jamaica na Inglaterra profetizou de forma lúgubre que a abolição do comércio britânico de escravos ‘ocasionaria diminuição do comércio, da receita e das navegações; e no final enfraqueceria e removeria totalmente a grande pedra angular da prosperidade britânica’. Em 1849, o comércio de escravos e a escravidão de africanos foram denunciados na Jamaica como ‘opostos à humanidade – produzindo os piores males para a África – degradantes para todos os envolvidos no tráfico e hostis aos interesses morais e espirituais dos escravos’” (Williams, 1943, p. 81). Tradução livre.

Nas últimas linhas do ensaio, Williams fornece uma prévia de uma de suas mais importantes conclusões presentes no livro clássico publicado em 1944¹²¹:

Em 1857, o *London Times* escreveu sobre o comércio de algodão nos estados do Sul: ‘é o nosso comércio. É o mais importante produto da indústria britânica’. (...) A roda deu uma volta completa. O capitalismo britânico fomentou e destruiu a escravidão nas Índias Ocidentais seguindo os interesses do mesmo capitalismo britânico. Porém, continuou a prosperar com a escravidão no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos (WILLIAMS, 1943, p. 43).

2.3 As rupturas e continuidades

O movimento descrito acima possibilita apreender as rupturas e continuidades entre as conclusões apresentadas em *The Economic Aspect* e a interpretação desenvolvida em *Capitalismo e Escravidão*. A metamorfose pela qual a “Tese da Abolição de Williams” passou até desembocar no que denominamos como “As Teses de Williams” ilustra o processo de amadurecimento e fortalecimento da percepção de que a História – e o “ofício do historiador” – são poderosas ferramentas à promoção de valores que extrapolam os círculos acadêmicos. Williams entendeu que essa era a função da narrativa humanitária e que o sistema universitário britânico cumpria um papel fundamental em sua reprodução. Afinal, por mais de um século o mito do “bom inglês” e noção do “Império Benevolente” foram articulados para promover e legitimar o “progresso civilizador” que só era usufruído pelos brancos europeus. Às colônias, por sua vez, estava reservada a disciplina da violência. Ir contra a “tradição britânica” significava, portanto, romper com uma interpretação da história que tinha sido edificada em torno da autoproclamada superioridade dos valores morais, políticos e racial.

É nesse sentido que a passagem pela Universidade de Howard, a “Oxford Negra”, pode ser entendida como um ponto inflexão crucial na trajetória intelectual de Williams porque foi esse ambiente envolto de intelectuais negros destacados – exemplos que não existiam em Oxford – que acolheu as suas novas ideias e o estimulou a desenvolver sua interpretação econômica sobre o fim da escravidão no Império Britânico. Esse desenvolvimento foi no sentido de ampliar e aprofundar as conclusões apresentadas na tese inicial de que a crise econômica e política irreversível das Índias Ocidentais motivou a desarticulação de sua estrutura produtiva e, conseqüentemente, a extinção da escravidão. Sendo assim, as Índias Ocidentais passaram pelo século XIX sem exercerem o papel estratégico fundamental para o

¹²¹ Tradução livre. No original “In 1857 the *London Times* wrote with reference to the cotton trade of the Southern states: ‘it is our trade. It is the great staple of British industry’. (...) The wheel had come full circle. British capitalism had fostered West Indian slavery and destroyed West Indian slavery—all in the interests of British capitalism. But it continued to thrive on Brazilian, Cuban and American slavery” (Williams, 1943, p. 85).

Império Britânico que desempenhavam nos séculos XVII e XVIII. No entanto, a questão para Williams era compreender como essas colônias do caribe adquiriram tamanha centralidade política e econômica para a Grã-Bretanha. Para tentar responder essa questão, ele se debruçou na análise do período anterior ao último quartel do século XVIII e percebeu que a função das Índias Ocidentais ia além de ser uma fornecedora de produtos primários para as Treze Colônias do Norte e Grã-Bretanha, sendo o principal canal à construção e consolidação da riqueza dos britânicos e do poder do Império Britânico.

A suposta adesão à narrativa humanitária presente em *The Economic Aspect* (2014) não tirou a força de sua interpretação econômica do fim da escravidão nas colônias britânicas. Pelo contrário: Williams construiu sua narrativa em torno do aparentemente genérico termo – ou conceito – “aspecto econômico” para marcar o afastamento das premissas humanitárias presentes na historiografia imperial e defendidas pelo *establishment* de Oxford, tratando de maneira lateral a influência dos aspectos morais, as ideias, a religião e o Movimento Abolicionista no processo que culminou nas reformas imperiais de 1807 e 1833. Isso não significa que a análise era economicista. Os fundamentos econômicos apresentados na tese de doutorado estavam em diálogo com uma sofisticada análise política do declínio das Índias Ocidentais e das relações multilaterais entre a Grã-Bretanha e as potências europeias rivais, cujo objetivo primordial do Império era consolidar o poder e a influência britânica no comércio mundial a partir do controle da produção feita nas ilhas do Caribe. Os textos publicados entre 1940 e 1943 mostram a tendência de reafirmar essas proposições que já tinham sido feitas ao longo da tese de doutorado.

Em *The Golden Age of the Slave System in Britain* (1940), a interpretação de Williams começou uma transição para o espaço Atlântico, relacionando a exploração das Índias Ocidentais com mão de obra escravizada e a formação da riqueza na Grã-Bretanha a partir do que ele denominou inicialmente de “comércio triangular”. A triangulação comercial apareceu em contornos claros no ensaio de 1940, mas, como veremos, só seria apresentada em sua forma definitiva, denominada “Comércio Marítimo Triangular”, em *Capitalismo e Escravidão* (2012). O deslocamento geográfico da análise do mar do Caribe em direção ao oceano Atlântico, por sua vez, iniciou um movimento que restringiu e simplificou a apreciação dos fatores políticos às relações bilaterais entre a Grã-Bretanha e as suas colônias das Índias Ocidentais. Essa tendência seguiu nos trabalhos seguintes, fazendo com que a análise da dinâmica do “comércio intercolonial de escravos”, presente em *The Economic Aspect* (2014) e explorada em seus meandros jurídicos em *The British West Indian Slave Trade After Its Abolition in 1807* (1942a), não estivesse presente em textos posteriores, em grande medida, por causa da incorporação dos

desdobramentos econômicos provenientes do comércio triangular. A tese que propõe a exploração colonial e o tráfico de escravos como meios de financiamento da atividade industrial na Grã-Bretanha acabou por suplantando o argumento do “comércio intercolonial de escravos”.

Mais próximo da publicação de *Capitalismo e Escravidão*, Williams passou a investigar a estrutura social vigente nas Índias Ocidentais nas primeiras décadas do século XX e começou a incorporar os termos “capitalismo” e “capitalista” em suas obras. Concluiu que havia uma linha contínua entre a reprodução material e social das ilhas caribenhas e os quase três séculos de colonização britânica com uso de mão de obra escravizada negra. O termo “capitalismo” apareceu pela primeira vez em *The Negro in the Caribbean* (1942b), porém, como visto, era um livro de análise do Caribe contemporâneo norteado pela crítica ao colonialismo. Como seu objeto de análise não era o abolicionismo britânico ou a importância direta da escravidão negra para o surgimento do capitalismo, o primeiro texto que deu continuidade às reflexões sobre o tema e aquele em que Williams introduziu a noção de “capitalismo” foi *Laissez-faire, Sugar and Slavery* (1943). Na tensão do conflito ideológico entre o mercantilismo e o *laissez-faire* dentro da Grã-Bretanha estava contida a luta da classe industrial, enriquecida pelo Comércio Marítimo Triangular, pela supressão do monopólio comercial com um discurso de apologia ao trabalho assalariado “livre”. Esse estabelecimento da relação entre a escravidão e o mercantilismo, em que simultaneamente ascenderam e declinaram, era o ponto central do nexo entre a crise irreversível das colônias britânicas nas Índias Ocidentais e a formação do capitalismo industrial na Grã-Bretanha.

A passagem entre o “aspecto econômico” e o “capitalismo” que norteou a mudança na concepção de Williams durante a primeira metade da década de 1940 comprova a conexão direta entre a *The Economic Aspect* e *Capitalismo e Escravidão*. Ao mesmo tempo demonstra que essas duas obras não são as mesmas, pois as mudanças incorporadas no processo de reescrita da tese de doutorado para ser publicado em livro são substantivas: a ampliação temporal do objeto de estudo possibilitou o desdobramento da “Tese da Abolição de Williams” em mais outras duas, todas elas direcionadas à sustentação da ideia de que a extinção da escravidão nas colônias britânicas no Novo Mundo foi motivada, principalmente, por interesses econômicos. Isso significa que a crítica ao *establishment* de Oxford, característica comumente associada a *Capitalismo e Escravidão*, já estava presente em *The Economic Aspect* (2014). Dessa forma, a tese de doutorado não era uma versão mais “amena”, “menos economicista” ou “mais sofisticada” das ideias de Williams, mas sim um ataque, contido no tom acadêmico, aos fundamentos da historiografia imperial e da tradição britânica.

Por fim, vale notar que “aspecto econômico” foi um termo muito bem colocado por Williams para deixar claro que o objetivo de sua tese de doutorado era questionar a validade histórica da narrativa humanitária sedimentada no imaginário britânico. Porém, nas obras analisadas nesse capítulo, os termos “capitalismo” e “capitalistas” não vieram acompanhados de suas respectivas definições ou como conceitos que demonstrariam a relação social que esse tipo de análise necessariamente implica. Nesse sentido, apesar da ampliação e aprofundamento do temas tratados, a base analítica da concepção de Williams apresenta um estreitamento: “capitalismo” parece estar reduzido à “economia metropolitana”, enquanto “capitalistas” passa a ser sinônimo de “comerciantes” ou “empresários”.

Por esse prisma, a adoção do termo “capitalismo” não confere automaticamente um caráter sistêmico às “Teses de Williams”, como sugerido por Brandon (2017), da mesma forma que não corrobora com a ideia de que a abordagem a partir dos “aspectos econômicos” seja uma interpretação simplificada sobre o fim da escravidão porque permitiu Williams construir em sua estrutura narrativa os fundamentos econômicos das reformas imperiais. Significa, na verdade, que a transição entre o “aspecto econômico” para o “capitalismo” exigiu de Williams uma reelaboração de suas ideias para adequar o desdobramento de sua tese sobre o declínio das Índias Ocidentais em mais outras duas, referentes ao papel crucial do comércio triangular e da escravidão à economia doméstica da Grã-Bretanha.

Capítulo 3

As Teses de Williams (1944)

Vimos nos dois capítulos anteriores que Eric Williams elaborou ao longo de sua curta – mas produtiva – carreira acadêmica uma contribuição substantiva à historiografia da escravidão negra nas Américas. Aproveitando o material acumulado de sua ampla pesquisa documental feita como doutorando na Universidade de Oxford e incluindo as ideias desenvolvidas entre os anos de 1940 e 1943, ele reelaborou os argumentos presentes em *The Economic Aspect* para publicá-lo nos Estados Unidos. Revisar as páginas da tese de doutorado não seria o suficiente, impondo a escrita de um novo trabalho. Porém, a proposta e o objetivo desse novo livro seriam diferentes, até mesmo porque não seria dirigido apenas aos círculos intelectuais e acadêmicos. Williams, na condição de importante figura intelectual do Caribe, desejava que suas ideias reverberassem e fossem difundidas pela região, principalmente entre a população negra, para embasar com argumentos históricos o então emergente sentimento anticolonial e antirracista. A publicação de *Capitalismo e Escravidão* tinha como horizonte a construção de um discurso que despertasse a consciência histórica do povo caribenho e estimulasse a mobilização e organização da luta pela independência política para, assim, poder superar a estrutura econômica forjada pela exploração colonial, entendido como o embrião da pobreza, da exclusão social e do racismo.

Com essa proposta em mente, Williams adotou um estilo de texto diferente do visto em *The Economic Aspect*: abandonou o tom acadêmico para apresentar as suas teses de maneira mais concisa, permeada por críticas ácidas e com um acentuado tom político. Ao reorganizar a apresentação das ideias, substituiu a rígida estruturação presente em sua tese de doutorado, dividida em duas partes seguindo uma linha de tempo em ordem cronológica, para rearranjá-la em eixos temáticos e conceituais: os seis primeiros capítulos analisam o período até 1783, da formação do capitalismo “maduro”, sendo o primeiro deles dedicado às origens da escravidão negra e o sexto, à Revolução Americana de 1776-1783; do sétimo ao décimo capítulos estão as reflexões sobre o declínio econômico das Índias Ocidentais e a ascensão da ideologia do *laissez-faire* com a consolidação do poder da classe industrial; já no capítulo onze, tem-se a crítica frontal ao humanitarismo direcionado ao Sir. Reginald Coupland e os “Santos”; por último, o

décimo segundo capítulo versa sobre o papel ativo da população negra escravizada nas revoltas que eclodiram nas colônias britânicas na primeira metade do século XIX¹²².

Mesmo com essa sensível mudança, o núcleo da interpretação econômica das reformas imperiais defendida seis anos antes em Oxford manteve-se no livro publicado em 1944 que se tornaria um clássico nas décadas seguintes. Em certo sentido, a mudança na estrutura e do teor das teses apresentadas foram resultados da flexibilização da noção de tempo empregada por Williams em sua análise. Enquanto *The Economic Aspect* está organizado a partir de uma abordagem estritamente diacrônica, a análise presente em *Capitalismo e Escravidão* privilegia a noção de tempo sincrônica (DRESCHER, 1987). Porém, a abordagem sincrônica, própria do método em ciências sociais, não suplantou a noção diacrônica. Em *Capitalismo e Escravidão*, cuja estrutura é elaborada com a intenção de analisar os conceitos tratados em ordem cronológica: primeiro a acumulação do capital, seguida da ruptura promovida pela Revolução Americana (1776-1783) que iniciou a crise das colônias britânicas das Índias Ocidentais e, por fim, a consolidação da indústria, da doutrina do *laissez-faire* na Europa com a manutenção da escravidão nas Américas.

Há dois pontos que compõe o pano de fundo da mudança metodológica que resultou na redação final de *Capitalismo e Escravidão*. O primeiro deles refere-se à classificação do livro como um trabalho de interpretação mais próximo das ciências sociais do que da história porque a reflexão proposta estaria predominantemente norteadada pelos conceitos e não pela marcação do tempo em ordem cronológica. Aparentemente, essa era uma forma que os críticos, em especial Drescher, encontraram para desqualificar Williams como historiador. O segundo ponto, por sua vez, está em atentar como o movimento feito por Williams em direção à ampliação do objeto de estudo segue no sentido de favorecer uma análise histórica e estrutural, o que torna mais evidente a percepção dele de que a história é um processo em aberto e,

¹²² As revoltas escravas ocorridas nas colônias britânicas: Guiana Inglesa em 1808 e 1823; Barbados, em 1816; Antígua, em 1831; Jamaica, em 1831-1832. “A docilidade do escravo negro é um mito. Os quilombolas da Jamaica e os ‘negros do mato’ da Guiana Inglesa era escravos fugidos que tinham arrancado ao governo britânico um acordo formal e viviam em seus redutos fortificados nas montanhas ou em refúgios na selva. Para os escravos das Índias Ocidentais britânicas, eles eram exemplos vivos de uma rota possível de liberdade. A revolta escrava em São Domingos, com sua vitória, foi um marco na história da escravidão no Novo Mundo, e depois de 1804, quando foi criada a república independente do Haiti, todo branco dono de escravos – na Jamaica, em Cuba, no Texas – vivia o pavor de um novo Toussaint L’Ouverture. É inconcebível por princípio que as mudanças econômicas e as enormes agitações que afetaram milhões de pessoas na Inglaterra pudessem passar em branco, sem exercer algum efeito nos próprios escravos e na relação dos fazendeiros com eles. A pressão dos capitalistas britânicos sobre os fazendeiros de cana-de-açúcar era agravada pela pressão dos escravos nas colônias. Em comunidades como a de Barbados, ‘o espírito público está sempre temerosamente atento aos perigos da insurreição’” (Williams, 2012, p. 275).

portanto, passível de intervenção. Revisitar o passado de maneira crítica era o primeiro passo para disputar o projeto de futuro das Índias Ocidentais.

De acordo com Hobsbawm (2000), ao longo do século XIX, a política externa moldada à imagem e semelhança dos valores liberais promovida pelo Império Britânico uniformizou o funcionamento do sistema internacional e das economias domésticas a partir de princípios fundamentados na liberdade individual, no livre-comércio e na autorregulação dos mercados. Isso em teoria, pois, na prática, o movimento era inverso: a economia doméstica britânica tendeu à concentração e à formação de monopólios¹²³ ao mesmo tempo em que a economia mundial dependia essencialmente do controle político exercido pela Grã-Bretanha. Esse mundo conectado e unificado através dos fluxos comerciais coordenado pelos britânicos desmoronava no período do entreguerras (1918-1939), abrindo espaço à contestação da hegemonia britânica pelas demais potências industriais retardatárias. O livro clássico de Eric Williams, assim como *The Economic Aspect*, foi concebido e publicado nesse período particularmente turbulento da história do mundo ocidental, sobretudo para a Grã-Bretanha. Williams testemunhou, em seus tempos de formação em Oxford, a crise de subconsumo que assolava as economias capitalistas e que, conseqüentemente, solapou a Ordem Liberal construída sob os desígnios da hegemonia britânica.

Provavelmente o golpe mais duro contra o domínio imperial britânico se deu durante a Grande Depressão ocorrida entre 1929 e 1933. No final da década de 1930, a economia liberal estava desacreditada enquanto ideologia e a prática do livre-comércio enfraquecida ao ponto de ser considerada superada e quase que totalmente abandonada¹²⁴. Porém, os sinais de que a Grã-Bretanha começava a ruir vinham desde, pelo menos, o último terço do século XIX. No período

¹²³ “Antes de 1914 já havia alguns produtos monopolistas: linhas de coser, cimento Portland, papel de parede, vidro plano e alguns outros; mas em 1935, no mínimo mais de 170 produtos eram fabricados substancialmente por uma, duas ou três firmas. Em 1914 havia 139 empresas ferroviárias; depois de 1921 passou a haver quatro gigantescos monopólios não-concorrentes. Em 1914 existiam 38 bancos em sociedade anônima; em 1924 havia 13, dos quais os ‘Cinco Grandes’ (Mindland, National Provincial, Lloyds, Barclays e Westminster) dominavam completamente o setor. Em 1914 havia talvez 50 associações industriais, principalmente no campo do ferro e do aço. Em 1925 somente a Federação das Indústrias Britânicas (fundada, como Associação Nacional dos Manufatureiros, nos últimos anos da guerra) possuía 250 associações filiadas; depois da II Guerra Mundial, é possível que esse número tenha crescido para mil. Em 1907, um arguto pesquisador ainda podia escrever: ‘Por grande que seja a medida a que a indústria passou às mãos de grandes associações, maior ainda é o domínio ainda sujeito ao comerciante individual.’ Em 1939, um observador capacitado tinha de registrar que ‘Como característica de organização industrial e comercial, a livre concorrência quase desapareceu do cenário britânico’” (Hobsbawm, 2000, p. 200).

¹²⁴ “Numa única frase: a Grande Depressão destruiu o liberalismo econômico por meio século. Em 1931-2, a Grã-Bretanha, Canadá, toda a Escandinávia e os EUA abandonaram o padrão-ouro, sempre encarado como base de trocas internacionais estáveis, e em 1936 haviam-se juntado a ele os fiéis apaixonados pelos lingotes, os belgas e holandeses, e finalmente até mesmo os franceses. Quase simbolicamente, a Grã-Bretanha em 1931 abandonou o Livre Comércio, que fora tão fundamental para a identidade econômica britânica desde a década de 1840 quanto a Constituição americana para a identidade política dos EUA” (Hobsbawm, 2009b, p. 99).

compreendido entre 1860 até as vésperas da “Grande Guerra”, em 1914, a economia britânica passou, em termos de produtividade e inovação tecnológica, de pujante e pioneira para obsoleta e ineficiente¹²⁵. O resultado prático da acomodação das estruturas sociais arcaicas da sociedade britânica e do marasmo dos *gentlemen* nos negócios foi significativo:

De 1912 a 1938, a quantidade de tecido e algodão fabricados na Grã-Bretanha cai de aproximadamente 8 bilhões de jardas quadradas para pouco mais de 3 bilhões. O volume exportado caiu de 7 bilhões para 1,5 jardas quadradas. (...) Entre 1854 e 1913 a produção britânica de carvão cresceu de 65 para 287 milhões de toneladas. Em 1938, a produção achava-se na casa dos 227 milhões e continuava a cair. Em 1913 a frota mercante britânica alcançava 12 milhões de toneladas, ao passo que em 1938 atingia pouco menos de 11 milhões. (...) Em termos humanos a ruína das atividades tradicionais da Grã-Bretanha representou a ruína de milhões de homens e mulheres, através do desemprego em massa, e foi isso que no período entre as duas guerras mundiais deixou uma marca indelével de amargura e miséria. (...) Entre 1921 e 1938 pelo menos 1 entre 10 cidadãos em idade de trabalhar estava desempregado. Nesses dezoito anos, houve sete em que pelo menos três entre 20 estavam desempregados, e nos piores anos essa proporção aumentava para um entre cinco (HOBSBAWM, 2000, p. 192-194).

Não tardou para o mundo colonial sentir os efeitos da Grande Depressão. A instabilidade que as colônias experimentaram foi potencializada pela queda acentuada no nível de preço de seus produtos no mercado mundial e pela adoção por parte dos países europeus de políticas voltadas à proteção de suas economias domésticas. A Grã-Bretanha passou a focar sua política econômica em questões internas, na tentativa de controlar a inflação e reestabelecer a produção industrial, exportação e emprego em níveis próximos aos do período anterior a 1929. A política de dominação colonial, por sua vez, ficou em segundo plano e, dada a diversidade e complexidade dos interesses dos produtores coloniais, tornou-se insustentável no longo prazo (HOBSBAWM, 2009b). Foi nesse contexto que as populações pertencentes ao mundo colonial canalizaram seu descontentamento político local contra suas respectivas metrópoles. Esse processo desdobrou-se no questionamento da hegemonia britânica no sistema internacional,

¹²⁵ “A Grã-Bretanha, podemos dizer, estava-se tornando uma economia mais parasitária do que competitiva, vivendo do que sobrava do monopólio, do mundo subdesenvolvido, de suas acumulações de riqueza do passado e do progresso de seus rivais. (...) Sobretudo durante o breve e feliz interregno eduardiano [reinado de Eduardo VII entre 1901 e 1910], o contraste entre a necessidade de modernização e a complacência cada vez mais próspera dos ricos tornou-se gritante. Quando a Inglaterra deixou de ser a ‘única oficina mecânica do mundo’, ela se tornou (...) o melhor país do mundo onde ser rico e desfrutar de lazer; um lugar onde milionários estrangeiros adquiriam propriedades suntuárias para si (...) Já prediziam os profetas – e não erradamente – o declínio e a queda de uma economia agora simbolizada pela casa de campo de Surrey e Sussex e não mais por homens de traços rudes em cidades provincianas enegrecidas pela fuligem (Hobsbawm, 2000, p. 178).

fazendo com que a influência da Grã-Bretanha sobre os rumos do mundo ocidental diminuísse sensivelmente e abalasse a legitimidade da manutenção dos seus domínios coloniais¹²⁶.

Aqueles impérios que no século XIX eram considerados insuperáveis e perenes entraram em colapso a partir da Grande Depressão. O esfacelamento da Ordem Liberal, embora tenha colocado em xeque o sistema de comércio multilateral sob o qual a prosperidade estava ancorada, abriu espaço para que as economias industriais retardatárias postulassem o exercício do poder hegemônico mundial que fizesse frente ao modelo comunista liderado pela então União Soviética. Na década de 1940, com o sucesso do *New Deal* – o plano de recuperação da economia destroçada pela Grande Depressão baseado no crescimento do investimento público e no estímulo ao consumo – os Estados Unidos consolidaram sua posição de maior potência industrial e, assim, puderam articular com as outras as potências europeias a repactuação dos mecanismos de funcionamento do sistema interacional em função de seus interesses. A refundação do sistema internacional, ou pelo menos da parte capitalista ocidental, foi decidida em 1944 no que ficou conhecido como “Acordos de Bretton Woods”, um dos marcos iniciais da passagem do mundo unipolar sob hegemonia britânica para a ordem bipolar em que os Estados Unidos e a União Soviética protagonizavam o antagonismo entre capitalismo e socialismo.

Dentro dessa disputa entre modelos de organização econômica e social em nível global, os Estados Unidos redirecionaram sua política externa à construção de sua liderança no mundo ocidental, transformando algumas regiões do planeta, como a América Latina e o Caribe, em zonas de influência comercial, política e militar. Mesmo que a maior parte das ilhas caribenhas ainda pertencesse oficialmente aos decadentes impérios europeus, elas desempenharam função importante na dinamização de economia doméstica dos Estados Unidos, pois permitiram a ampliação do mercado consumidor aos seus produtos industrializados, o acesso à matéria-prima barata e, também, o uso estratégico dos portos situados no mar do Caribe. Isso é um indicativo de que, no segundo quartel do século XX, os interesses britânicos na região já estavam praticamente suplantados. Na década de 1940, a resistência da Grã-Bretanha à descolonização era baixa, pois havia o entendimento de que a manutenção de sua hegemonia mundial era politicamente insustentável e que processo de independência formal das colônias não significava necessariamente o rompimento delas com o mundo capitalista (HOBSBAWM, 2009b).

¹²⁶ Sobre a instabilidade política e econômica das primeiras décadas do século XX ou a “era da catástrofe” ver Hobsbawm, Eric J. *Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009b, p. 29-143.

Williams compreendeu essa transição de *hegemon* no sistema internacional como um período em que as condições objetivas à concretização do projeto político de independência das colônias britânicas no Caribe poderiam ser criadas. Ele acreditava que esse movimento deveria se basear na noção de que o povo caribenho teria as condições para decidir seu próprio destino e construir sua independência com autonomia econômica e política sem a necessidade de ser guiado ou tutelado por qualquer potência. No entanto, a ruptura com o passado colonial exigiu a associação com o mundo capitalista, o que não significou a aceitação do discurso de ajuda humanitária internacional que promovia valores como liberdade, justiça e desenvolvimento. Em geral, esses eram os valores que justificaram e nortearam a “missão civilizadora” promovida pelo Império Britânico no século XIX. O resultado, como vimos, foram as atrocidades contra as populações originárias da África e das Américas. Nas Índias Ocidentais, a preocupação histórica e política de Williams, esse tipo de discurso abriu as portas à dominação e exploração colonial, deixando como legado aos povos afro-caribenhos a condição de miséria material e isolamento internacional em que se encontravam nos anos 1940.

O entendimento de Williams sobre os processos históricos e os dilemas contemporâneos das sociedades de origem colonial não era um mero exercício de erudição, mas sim uma ferramenta de luta política e transformação social que se mostrou fundamental. A construção de um sistema interpretativo pensado a partir da ótica colonial e periférica tinha como objetivo algo desafiador em termos práticos e políticos: tornar a população afro-caribenha consciente de que a condição de completa exclusão a que estava submetida tinha como causa principal a exploração colonial europeia. A sistematização do sentimento anticolonial, portanto, forneceria os subsídios à ruptura com os legados atribuídos à escravidão. Isso seria feito partir de um novo pacto social que combinaria a busca pela autonomia externa, a diversificação da economia e o combate ao racismo, libertando definitivamente o povo caribenho da dominação das potências imperialistas (WILLIAMS, 1942b, 1969; 2012).

Tem-se, então, a janela histórica para a construção da identidade caribenha. Para isso, era necessário argumentar contra a visão comum que considerava a Grã-Bretanha um exemplo de sociedade civilizada – liberal e industrial – que conduziria o restante do mundo à civilização. Os baluartes do humanitarismo, aí incluso o *establishment* de Oxford, eram patriotas que se dedicaram a construir narrativas autocongratatórias descrevendo a Grã-Bretanha como uma nação próspera fundada sob os princípios da fé cristã, da justiça e da liberdade. Na contramão desses apologetas do Império, Williams decidiu registrar o outro lado da história, afirmando que a prosperidade e a pretensa virtude dos britânicos estavam lastreadas em um processo violento e bárbaro centrado na destruição das formas de organização social dos povos

originários ameríndios e africanos – para produzir bens de consumo e matérias-primas para sua indústria. Nesse ponto, *Capitalismo e Escravidão* foi um ataque direto aos fundamentos do liberalismo, ao retratar a Grã-Bretanha como uma típica metrópole europeia que orientava suas decisões políticas à realização de seus próprios interesses. Um exemplo concreto está na conduta dos britânicos que, após lucrarem com o estabelecimento e exploração das colônias, decidiram abandonar suas atividades mercantis no Novo Mundo quando perceberam que a riqueza já estava sendo produzida pela indústria doméstica¹²⁷ (NEPTUNE, 2019; WILLIAMS, 2012).

Neptune (2019) afirma que foi a iconoclastia da narrativa construída por Williams que, ao fazer uso das premissas metodológicas do materialismo histórico para desmistificar o(s) liberalismo(s) de Adam Smith, Arthur Young, Herman Merivale e Reginald Coupland, incomodou os britânicos. Não à toa, esses nomes, também citados em *The Economic Aspect*, aparecem constantemente nas páginas de *Capitalismo e Escravidão*. Smith e Merivale, por exemplo, são evocados logo nas primeiras páginas do livro como ponto de partida à desmistificação da abordagem abstrata que a economia política clássica imprimia à escravidão¹²⁸. Williams (2012) argumentou que Smith e Merivale, em um primeiro momento, atribuíam a capacidade das colônias em gerar riqueza para as suas respectivas metrópoles à disponibilidade de terras férteis. A abundância de terras configuraria uma situação em que a adoção do trabalho “livre” seria mais rentável em comparação com o trabalho forçado, seja ele servil ou escravizado. Nem mesmo esse truísmo resistiu à retórica dos defensores da liberdade quando eles passaram a argumentar que seria mais vantajoso cultivar solos novos com a cara mão de obra escravizada do que produzir em solos esgotados usando mão de obra assalariada¹²⁹.

Da mesma forma que Williams tratou Coupland como a personificação da historiografia imperial e principal responsável em Oxford por reproduzir a narrativa humanitária, ele considerou Smith a autoridade responsável por criar o discurso ideologicamente dominante sobre o desenvolvimento histórico do Império Britânico. Na contramão da economia política, braço pretensamente científico da ideologia liberal e da tradição britânica, que excluía a

¹²⁷ Nas palavras de Williams (2012, p. 234), “Os capitalistas inicialmente encorajaram a escravidão nas Índias Ocidentais e depois ajudaram a destruí-la. Enquanto o capitalismo britânico dependeu das Índias Ocidentais, eles ignoraram ou defenderam a escravidão. Quando o capitalismo britânico passou a considerar o monopólio das Índias Ocidentais um entrave, destruíram a escravidão naquelas colônias como primeiro passo para destruir o monopólio das Índias Ocidentais”.

¹²⁸ Ver em Williams, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012, p. 30-34.

¹²⁹ “Pode-se contrabalancear e retardar essa grande desvantagem da escravidão [baixa produtividade] por algum tempo, caso haja uma disponibilidade quase ilimitada de solo fértil. A expansão é uma necessidade das sociedades escravas; o poder escravista requer constantes novos avanços. ‘É mais rentável’, escreveu Merivale, ‘cultivar um solo novo com o caro trabalho de escravos do que um solo esgotado com o trabalho barato dos homens livres’” (Williams, 2012, p. 34).

dimensão política na sua formulação, Williams edificou as origens da prosperidade do Império levando em conta a disputa e o conflito político e social. Nesses termos, a luta de classes ou entre as frações de classe e a pilhagem e exploração de outras regiões e povos, em suma, da violência, constituíam parte significativa do processo de acumulação do capital. Assim, a prosperidade experimentada pelo Império Britânico a partir do século XVIII não seria fruto do comportamento virtuoso do povo inglês, o qual, dentro de um mundo harmonioso, poupou recursos suficientes para alavancar qualitativa e quantitativamente a reprodução material de sua sociedade, mas sim de um processo conflituoso e globalmente violento.

Essa perspectiva norteou a passagem entre a chamada “Tese da Abolição de Williams” para o que chamamos de “Teses de Williams”, em que mais duas novas teses foram adicionadas à tese principal presente em *The Economic Aspect*. No entanto, a classificação e organização das teses elaboradas por Williams não é um consenso: Darity Jr. (1988; 2012; 2014) considera que há apenas uma tese central que articula e amalgama a constituição do capitalismo britânico com o declínio das Índias Ocidentais, como se fosse uma “dupla tese”, cujo centro está na disputa entre Grã-Bretanha e França pelo controle da ilha de *Saint-Domingue*; já Ryden (2012) considera como “ensinamentos” do livro clássico de 1944 a importância da escravidão e do tráfico de escravos, pois sem ambos não haveria Revolução Industrial, assim como o declínio econômico das Índias Ocidentais e o desejo de liberdade foram elementos fundantes às condições objetivas que possibilitaram as reformas imperiais ocorridas no século XIX; Marquese (2012), por sua vez, considera que as teses centrais podem ser resumidas em três pontos, desde as origens econômicas da escravidão e seu desdobramento no preconceito racial contra a população negra, passando pelo papel fundamental da escravidão negra e da economia colonial no impulso à industrialização britânica, encerrando na emergência de uma nova força política e ideológica associada à classe industrial decisiva na luta pela desarticulação da escravidão e do tráfico.

Brandon (2017) avançou na classificação das “Teses de Williams” ao apontar que as contribuições de *Capitalismo e Escravidão* estão nas duas “teses principais” e em uma “tese lateral”. As duas teses principais seguem na mesma linha exposta acima: a Tese I refere-se ao vínculo entre a escravidão negra nas colônias britânicas e a formação do capitalismo industrial na Grã-Bretanha e a Tese II, por sua vez, versa sobre a perda de importância econômica da produção açucareira das Índias Ocidentais. A tese auxiliar, denominada de Tese III, estabelece que o racismo contra a população negra originou-se da escravidão. É interessante notar que um historiador holandês como Brandon, mesmo avançando ao considerar a reflexão de Williams sobre as origens do racismo, ainda faz uma mediação para classificá-la como lateral ou auxiliar

às teses principais. Nesse ponto, Marquese (2012) é o único, dentre os estudiosos da obra de Williams consultados, que atribuiu centralidade à questão do racismo.

Dito isso, nomeamos e definimos as três “Teses de Williams” a partir das contribuições feitas por Brandon (2017) e Marquese (2012, sendo organizadas da seguinte maneira: a primeira delas, a *Tese I*, estabelece o nexos estrutural entre a formação da riqueza do Império Britânico, sobretudo o surgimento da indústria na Grã-Bretanha, com a escravidão e o tráfico de escravos, definindo os termos da exploração colonial em que as colônias atuavam como plataforma de acumulação de capital para as suas respectivas metrópoles; a *Tese II*, ou “Tese do Declínio”, afirma que a motivação principal para o fim da escravidão no Império Britânico pode estar no declínio da importância política e econômica das Índias Ocidentais face à ascensão da ideologia do *laissez-faire*, marcada pela apologia ao livre-comércio e ao trabalho “livre”, alimentadas pelo sentimento de hostilidade contra o mercantilismo, colocando em conflito aberto os interesses dos fazendeiros coloniais e dos industriais metropolitanos; por fim, a *Tese III* recupera as origens econômicas da escravidão e do racismo, consideradas os pilares da dominação colonial, invertendo a relação histórica construída pela historiografia imperial ao demonstrar o racismo como produto da escravidão – e não o contrário.

As Teses I, II e III articulam-se a partir de quatro eixos elementares: 1) a produção nas fazendas coloniais baseadas na exploração, até a exaustão, da terra e da mão de obra negra escravizada; 2) o relativo atraso técnico e a crise política e econômica irreversível das Índias Ocidentais como resultado de mudanças conjunturais no comércio internacional forçadas pela Revolução Americana (1776-1783) e pela Insurreição em *Saint-Domingue*, que deu início à Revolução Haitiana (1791-1804); 3) a disputa ideológica entre o protecionismo e o *laissez-faire*, manifestando-se no conflito entre os interesses políticos e comerciais dos industriais e dos fazendeiros coloniais; e 4) a ascensão do sentimento hostil ao mercantilismo impulsionado pelas ideias da nascente economia política, em especial a apologia do trabalho “livre” (BRANDON, 2017, p. 309). São esses quatro eixos, portanto, que moldam as relações entre as três Teses, permitindo Williams vincular de maneira original o desenvolvimento econômico das colônias caribenhas com as transformações políticas das metrópoles europeias (RYDEN, 2012).

Esses quatro pontos também estão presentes em *The Economic Aspect* (2014), porém em níveis de determinação diferentes. A razão para isso é que a análise da tese doutorado focou-se em mostrar o declínio das Índias Ocidentais como a manifestação concreta da crise terminal do sistema mercantil que, através da luta política no seio da classe dominante britânica, culminou com a desarticulação dos monopólios comerciais e na supressão legal da escravidão

nos territórios britânicos situados no Novo Mundo. Em *Capitalismo e Escravidão* (2012), por sua vez, tem-se a expansão temporal desse processo, mostrando que a crise da produção de bens primários nas colônias significou a ascensão da produção industrial nas metrópoles e do trabalho assalariado, mas não a queda do trabalho escravizado. Significou, na verdade, a formação do capitalismo industrial, que seria sua expressão “amadurecida”. Nos termos de Williams, “capitalismo maduro” ou “amadurecido” não é entendido como “fase superior” da reprodução do capital, mas sim como o estabelecimento das condições objetivas que permitiram a sua consolidação e generalização. A escravidão negra nas Américas, portanto, desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo europeu desde sua consolidação até a expansão em nível mundial.

Diferentemente de *The Economic Aspect* (2014), cuja ênfase da análise estava nos fundamentos econômicos que motivaram a supressão legal da escravidão no Império, Williams decidiu em *Capitalismo e Escravidão* (2012) centralizar seus argumentos no papel das colônias nas Índias Ocidentais para o desenvolvimento do capitalismo industrial na Grã-Bretanha. Como assinalado no início do capítulo anterior, o uso do termo “aspecto econômico” foi uma escolha deliberada de Williams porque se configurava como uma crítica frontal, mesmo que sutil, ao *establishment* de Oxford. Porém, quando a análise retoma o período da formação do capitalismo através do nexo causal entre a acumulação de capital através da violenta exploração das colônias com mão de obra negra escravizada, o emprego de “capitalismo” passa a ser pertinente na construção da narrativa crítica à tradição liberal britânica – especialmente à vertente humanitária da historiografia imperial.

Talvez seja por essa razão que a Tese I foi reconhecida como a mais importante contribuição de *Capitalismo e Escravidão* à historiografia da escravidão negra nas Américas, pois atrelou o movimento histórico da exploração em massa dos diversos povos africanos com a formação do capitalismo, a partir das origens econômicas da escravidão e do racismo tal qual como definidas na Tese III. Da mesma forma, entrelaçou a Tese I com a “Tese do Declínio” ao demonstrar o fim da escravidão – ou o começo da crise do mercantilismo – como resultado do processo de constituição plena do capitalismo. No entanto, como veremos, essa abordagem apresentou algumas limitações metodológicas porque, dada a maneira como os argumentos se desenvolvem no modelo esquemático desenvolvido no livro clássico de 1944, revelam que Williams não rompeu totalmente com o liberalismo clássico. Portanto, a despeito das críticas aos fundamentos do liberalismo, o método presente nas duas principais obras do intelectual caribenho aproxima-se da economia política clássica porque utiliza as mesmas categorias de análise, como ineficiência da mão de obra escravizada e oscilação das taxas de lucros, e no

estabelecimento de uma relação de identidade entre a economia da nação com a empresa privada. O resultado mais visível dessa escolha metodológica refere-se à redução dos interesses estratégicos do Império Britânico igualando-os aos interesses dos fazendeiros coloniais e dos industriais metropolitanos.

A análise das “Teses de Williams”, presente nas páginas seguintes, tem como ponto de partida essas questões apresentadas acima. Buscaremos recuperar os principais pontos de cada uma das três teses elaboradas por Williams a partir da leitura de *Capitalismo e Escravidão*, apresentando-as na ordem em que foram expostas e desenvolvidas na obra. Essa escolha se justifica pela intenção de destacar a estrutura esquemática a partir da qual um corpo argumentativo que combinava interpretação histórica com tensões políticas contemporâneas foi concebido. À leitura sobre as “Teses de Williams”, estruturamos o presente capítulo em três tópicos. O primeiro deles, intitulado “As origens econômicas da escravidão negra e do racismo”, versa sobre a Tese III e seu conteúdo abertamente antirracista, cujo epicentro é a ideia do racismo como um produto perverso da escravidão negra que está diretamente relacionado com o surgimento do tráfico de escravos e à manutenção do regime de trabalho forçado nas colônias até meados da década de 1830. Diante disso, veremos também como Williams entendeu o racismo como um instrumento retórico forjado no século XIX para sustentar a perpetuação da exploração das colônias com mão de obra escravizada, prática que continuou a existir e ser amplamente difundida no contexto marcado pelo predomínio da ideologia do *laissez-faire*, a ascensão do livre-comércio e a generalização da mão de obra assalariada na Grã-Bretanha – a chamada “era da indústria”.

O segundo tópico, intitulado “O ‘doce comércio’ e a acumulação do capital”, apresenta uma reflexão sobre o papel do tráfico de escravos na formação de um mercado comum no Atlântico, pois foi através das trocas comerciais entre a África, Américas e Europa, possibilitadas pelo comércio marítimo triangular, que os nexos estabelecidos pelo pacto colonial tornaram-se mais complexos e adquiriram sentido econômico. Por meio da dominação política e militar, as colônias foram designadas a atender os interesses de seus colonizadores, desempenhando a função de plataforma de acumulação de capital às suas respectivas metrópoles. Esse capital acumulado proveniente do fluxo do comércio triangular, especialmente do comércio de gentes, possibilitou o financiamento da atividade industrial – e sua infraestrutura de funcionamento – na Grã-Bretanha. Essa seria, em síntese, a formulação central presente na Tese I. Por fim, o terceiro tópico, denominado “O declínio das Índias Ocidentais”, abordará a Tese II por meio do contexto de crise e declínio total das colônias britânicas no Caribe – econômico e político, tal qual foi apresentado originalmente em *The*

Economic Aspect. Como é a única das “Teses de Williams” presente tanto no doutorado de 1938 quanto no livro clássico de 1944, a análise será feita em perspectiva comparada, tendo como fio condutor a simplificação e estreitamento de suas conclusões, que, em *Capitalismo e Escravidão*, prioriza a esfera econômica.

3.1 As origens econômicas da escravidão negra e do racismo

A questão inicial presente em *Capitalismo e Escravidão* (2012) refere-se às motivações que possibilitaram com a introdução do trabalho forçado nas colônias britânicas das Índias Ocidentais. A princípio, a mão de obra utilizada na produção não estava atrelada ou restrita a algum tipo origem racial ou geográfica, admitindo nas fileiras das *plantations* povos originários e brancos pobres. Essa característica fez com que Williams (2012) reorientasse as reflexões sobre a origem da escravidão e a generalização de seu uso para a dimensão econômica, argumentando que no século XVII, quando a colonização dava os seus primeiros passos, a disponibilidade de mão de obra, os níveis de produtividade e o custo do trabalhador nos territórios que compunham o Caribe britânico não eram atrativos aos investimentos produtivos. Porém, a expectativa de lucros elevados, dada a demanda dos mercados europeus por matérias-primas, justificava o estabelecimento da produção colonial. A escassez dos fatores de produção impossibilitou a utilização da mão de obra “livre” assalariada, opção preferível frente à falta de qualificação e de versatilidade do trabalho forçado. Diante da falta de alternativa, os colonizadores britânicos recorreram ao trabalho forçado.

Antes da instituição da escravidão do negro africano, no entanto, os colonizadores britânicos tentaram implementar o trabalho forçado usando como mão de obra, primeiro, o ameríndio e, depois, o branco europeu “engajado”¹³⁰. Ambas as tentativas fracassaram pelos mesmos motivos: a escassez e o baixo nível de produtividade da mão de obra. Essa combinação impedia que as fazendas coloniais pudessem produzir em larga escala, tornando-as inviáveis economicamente e inaptas a atender adequadamente a crescente demanda do mercado externo. No entanto, os britânicos souberam tirar lições importantes do fracasso dessas experiências. A principal delas foi a compreensão de que, para a produção nas fazendas coloniais alcançar a

¹³⁰ No original, *indentured servants*. Não há uma tradução precisa para o termo em português, mas na tradução em língua portuguesa o termo utilizado é “engajado” e “engajamento”. Trata-se de um termo equivocado, pois o engajamento foi um regime de trabalho amplamente adotado na região – como, por exemplo, na Guina Inglesa – para substituir a escravidão negra. Já *indentured* ou *indentured servants* podem ser melhor traduzidos como “servidão por dívida” ou “servidão”, caracterizado por ser um tipo de trabalho estabelecido a partir de uma relação contratual reconhecida por lei que permitia a prestação de serviço por tempo determinado em troca de moradia e sustento. Ver em Williams, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012, p. 37.

rentabilidade desejada, seria necessário criar mecanismos que garantissem a formação de estoque ilimitado de mão de obra, o que geraria um fluxo de abastecimento perene e em níveis suficientes para aumentar a escala da produção e diminuir as perdas e a ineficiência próprias do trabalho forçado.

A experiência com a servidão por dívida, por exemplo, mostrou que era viável, e até mesmo lucrativo, transportar uma grande quantidade de pessoas da Europa com destino às colônias das Américas com periodicidade relativamente regular. Essa infraestrutura foi mantida e ampliada quando as fazendas coloniais passaram a demandar de maneira em ritmo crescente mão de obra para viabilizar suas respectivas produções de matérias-primas. Com o tempo, o que era o transporte intermitente de brancos servos transformou-se em um dinâmico e ininterrupto comércio de negros escravizados, consolidando-se como peça fundamental à solução do problema da escassez de mão de obra nas *plantations*¹³¹. Assim, os africanos e africanas trazidos à força para trabalharem nas fazendas das Índias Ocidentais foram inseridos num sistema de exploração com critérios e regras definidos que já estavam consolidados. As lições institucionais, econômicas e financeiras aprendidas com as tentativas fracassadas de implementação do trabalho do ameríndio e do servo branco foram fundamentais para pavimentar a generalização do negro africano escravizado como mão de obra nas fazendas coloniais (WILLIAMS, 2012).

Foi durante a transição da produção de tabaco e algodão para a monocultura açucareira que se estabeleceu o uso generalizado da mão de obra escravizada negra nas colônias britânicas das Índias Ocidentais (GREEN, 1987; WILLIAMS, 2012). Da mesma forma que a demanda por matérias-primas estimulou o início da produção nas colônias, a instalação do complexo açucareiro, por sua vez, criou a demanda por mão de obra. A análise feita por Williams foca-se no lado da demanda porque a oferta desempenhou um papel passivo ao absorver e incorporar, mas não estimular, as transformações na produção açucareira (GREEN, 1987). O resultado dessas transformações foi a necessidade cada vez maior do complexo açucareiro das Índias Ocidentais de assegurar o abastecimento de mão de obra escravizada, algo que os comerciantes europeus podiam garantir, pois a costa ocidental da África era uma fonte inesgotável de negras

¹³¹ “O transporte de engajados e degredados gerou um poderoso sistema de interesses econômicos na Inglaterra. Quando foi criado o Departamento Colonial em 1661, uma de suas funções mais importantes era o controle do trânsito de engajados. Em 1664, foi nomeada uma comissão, presidida pelo irmão do rei, para examinar e elaborar um relatório sobre a exploração desses trabalhadores. Em 1670, foi rejeitado um projeto de lei proibindo a deportação de prisioneiros ingleses para o ultramar; outro projeto de lei contra o sequestro de crianças não resultou em nada. No sistema de deportação dos criminosos, uma hierarquia inteira, desde os secretários palacianos e os imponentes juizes até os encarregados das prisões e carcereiros, insistia em receber sua parte nos espólios” (Williams, 2012, p. 43-44).

e negros que poderiam ser desembarcados nos portos do Novo Mundo de maneira perene e abundante.

Por essas razões, a introdução da escravidão negra equacionou o problema de escassez de mão de obra nas colônias e propiciou ganhos de escala às economias das Índias Ocidentais, possibilitando o estabelecimento delas como zonas de exportação mercantil de culturas tropicais de tabaco, café, algodão e, principalmente, açúcar (NEPTUNE, 2019; WILLIAMS, 2012). A decisão estava baseada tanto na vantajosa relação custo-benefício que o uso de mão de obra escravizada proporcionava, quanto na prudência dos fazendeiros coloniais em manter as suas unidades produtivas abastecidas em níveis adequados para evitar qualquer tipo de diminuição ou, até mesmo, paralisação da produção (GREEN, 1987; WILLIAMS, 2012). Dessa forma, a adoção da mão de obra escravizada negra não foi uma escolha deliberada e racional em detrimento do trabalho livre, mas sim motivada pelos imperativos da produção, sem ter relação direta com questões raciais, geográficas ou climáticas (GREEN, 1987; WILLIAMS, 2012).

O argumento baseia-se no resgate histórico que mostrava o trabalho forçado – seja ele branco, ameríndio ou africano – como elemento fundante das culturas de algodão, tabaco e cana-de-açúcar anteriores à colonização do Novo Mundo, em um esforço retórico para estabelecer a origem da escravidão em bases econômicas (SOLOW, 1985; WILLIAMS, 2012). No entanto, a narrativa reproduzida pelos historiadores imperiais generalizou outra concepção, em que a especificidade da escravidão nas Américas foi interpretada como uma característica geral do trabalho forçado. Isso significou o enraizamento da ideia de que a escravidão era feita quase que exclusivamente com mão de obra dos negros e negras de origem africana. Provavelmente não foi um erro ou engano dos historiadores imperiais, mas sim uma construção posterior que deliberadamente colocava a raça – e, portanto, o racismo – como a principal causa para que sucessivas gerações de povos africanos fossem submetidas ao trabalho forçado nas *plantations* coloniais. Uma vez que essa relação estava estabelecida, seria possível combater a escravidão com um discurso humanitário permeado por traços supostamente antirracistas.

Ao apresentar a origem econômica da escravidão, Williams (2012) tinha como objetivo demonstrar como a compreensão dominante era permeada pelo sentimento de supremacia racial. O primeiro argumento usado nesse sentido foi o de estabelecer a origem do racismo a partir da genealogia da escravidão. A conclusão foi a inversa da propagada pelos humanitários e demais apologetas do Império: o racismo era a consequência, e não a causa, da escravidão.

Esse é o ponto central da Tese III formulada em *Capitalismo e Escravidão*¹³². O segundo argumento parte da decisão metodológica de Williams de separar conceitualmente a escravidão do racismo. Enquanto a “escravidão” era entendida nos termos restritos das vantagens econômicas, “racismo” estava relacionado com o sentimento de desprezo que os brancos nutriam pelos negros. E foi esse desprezo que revelou o racismo como o produto mais “brutal” e “cruel” da escravidão, porque permitiu construir uma narrativa edificada na supremacia branca que, ao justificar a exploração colonial mediante o uso do trabalho do negro escravizado, legitimou a “missão civilizadora” liderada pela Grã-Bretanha (GREEN, 1987; NEPTUNE, 2019; WILLIAMS, 2012).

Nesse sentido, a escravidão e o racismo se reforçavam mutuamente. O discurso racista foi racionalizado ao longo do século XIX com o objetivo de justificar a escolha do negro como mão de obra escravizada a partir de argumentos que evocavam características físicas e biológicas. Os adeptos da supremacia racial consideravam os negros fisicamente fortes e resistentes ao trabalho exaustivo nas *plantations*, mas inaptos intelectualmente para exercer plenamente sua autonomia. A argumentação aparenta ser contraditória, mas a sua essência é permeada pela lógica discursiva da dominação europeia que lhe conferia, ao mesmo tempo, coerência e legitimidade. Não escapou à análise de Williams a construção desse discurso em torno das relações de poder, cuja intenção era manter intactas as estruturas de dominação que atendiam aos interesses das classes dominantes europeias. Porém, Williams (2012) reiterou o argumento de que o negro não constituía uma raça biologicamente distinta das demais, e que o interesse em manter a exploração colonial e a escravidão no século XIX eram os mesmos daqueles apontados na segunda metade do século XVII: obtenção de taxas cada vez maiores de lucro. Portanto, os negros foram escravizados simplesmente porque sequestrá-los na África, vendê-los nos portos das Américas e colocá-los para trabalharem nas colheitas se tratava de uma cadeia de negócios rentável que estava em consonância com os interesses políticos e econômicos das potências europeias (NEPTUNE, 2019).

A reprodução das narrativas construídas em torno da supremacia racial mais de um século depois da implementação da escravidão negra nas Américas prova o ponto de Williams, afinal seria ilógico e cronologicamente incorreto acreditar que o racismo poderia gerar algo sem ao menos existir primeiro. Tais racionalizações *a posteriori* foram erguidas para “(...) justificar

¹³² A Tese III nas palavras de Williams (2012, p. 34): “A escravidão no Caribe tem sido identificada com o negro de uma forma demasiado estreita. Com isso deu-se uma feição racial ao que é basicamente um fenômeno econômico. A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão. O trabalho forçado no Novo Mundo foi vermelho, branco, preto e amarelo; católico, protestante e pagão”.

um fato econômico simples: as colônias precisavam de mão de obra e recorreram ao trabalho negro porque ele era melhor e mais barato” (WILLIAMS, 2012, p. 50-51). Fica claro nesse trecho o importante papel da racionalidade econômica no contexto em que os fazendeiros coloniais adotaram o regime de trabalho forçado, assim como nos processos que acarretaram a substituição do trabalho forçado do ameríndio e do branco europeu servo pela mão de obra do africano escravizado¹³³.

Recuperar a importância da dimensão econômica no processo histórico que formou as bases da escravidão moderna possibilitou Williams desenvolver uma tese pertinente sobre as origens concretas do racismo contra a população negra. A partir disso, também pôde denunciar o tom supremacista europeu presente na narrativa humanitária que, a partir da apologia do Império e sua “missão civilizadora”, forjou e consolidou uma interpretação do passado britânico que, mais do que autocongratulatória, era hipócrita e anacrônica. A Tese III apresentada em *Capitalismo e Escravidão* (2012), portanto, articula a crítica radical contra o humanitarismo e o colonialismo com o sentimento antirracista, carregando uma mensagem de transformação política através do resgate histórico que é fundamental às sociedades de passado colonial e escravista. E isso não pode ser subestimado porque Williams entendia que a luta contra o colonialismo e racismo precisaria de uma fundamentação histórica e teórica rigorosa, que, além de fazer a crítica contundente, deveria superar os valores e sentimentos abstratos emanados pela boa vontade e filantropia de homens “moralmente superiores” ou da justiça e da liberdade irradiados pela “missão civilizatória”.

3.2 O “doce comércio” e a acumulação do capital

O “*doux commerce*” [“doce comércio”], como denominado por Marx (2017, p. 822), talvez seja a alusão crítica mais irônica ao comércio Atlântico dos séculos XVII e XVIII. Fundado nos preceitos do mercantilismo, as trocas comerciais entre a África, as Américas e a Europa tinham nas negras e negros africanos e no açúcar produzido nas *plantations* das Américas os seus produtos mais valiosos. A relação entre eles era de complementariedade quase harmônica: o trabalho forçado dos africanos escravizados, explorados à exaustão nas fazendas coloniais, produziam o mascavo da cana que, após passar pelas refinarias instaladas nas cidades da Grã-Bretanha, seria utilizado para adoçar as xícaras de chá e cafés servidas em boa parte da Europa ocidental. Em linhas gerais, essa era a dinâmica do comércio exterior estabelecido pelo

¹³³ Sobre essa questão, Williams (2012, p. 50) escreveu: “A razão foi econômica, não racial; não teve nada a ver com a cor da pele do trabalhador, e sim com o baixo custo da mão de obra. Comparada ao trabalho indígena e branco, a escravidão negra era muito superior”.

pacto colonial. Mas antes do açúcar estar disponível nas mesas dos europeus, era necessário que o negro africano chegasse até as fazendas coloniais do Novo Mundo e, sob a condição de escravizado, cumprir sua função como a mão de obra que plantaria e colheria o café, o chá e a cana-de-açúcar.

Essa função era desempenhada pelas expedições dos comerciantes europeus às regiões da costa ocidental do continente africano. Com o fluxo de mercadorias garantido pelo sistema mercantil, entre a segunda metade do século XVII e o terceiro quartel do século XVIII, os comerciantes britânicos não precisavam de altas quantias de capital para realizar o processo de mercantilização das negras e negros, desde a captura na África até a entrega nas colônias nas Américas. Esse capital era orientado, principalmente, para a manutenção dos navios e para garantir o seu abastecimento com produtos de baixo valor – como por exemplo, bebidas, tecidos e adereços de metal – saídos dos portos ingleses em direção à costa ocidental do continente africano. A negras e negros, violentamente retirados das terras e das tribos as quais pertenciam, eram negociados nos portos para servirem como mão de obra escravizada nas fazendas das colônias do Novo Mundo. De volta à costa europeia, os navios dos traficantes britânicos estavam abastecidos com novos produtos que seriam utilizados na costa africana para o sequestrar mais negras e negros e, assim, continuar a reprodução do rentável ciclo comercial.

A questão-chave é entender como as negras e negros foram transformados em mercadoria e comercializados ao nível de preço que, ao mesmo tempo, garantia lucro ao traficante e não impossibilitasse a compra pelo fazendeiro colonial. A lógica de reprodução do capitalismo pode fornecer caminhos para iluminar essa questão. Para se expandir, o capital prescinde da exploração dos povos e pilhagens de territórios, atrelando-os forçosamente aos circuitos mercantis existentes. Quando esse passo se estabelece, as formas de organização social tradicionais e elementares são invadidas e impregnadas pela lógica de funcionamento do mercado. Em outras palavras, o capital teria as condições de se apropriar das formas “não-capitalistas” de organização social para inserir sua lógica de reprodução. Em perspectiva histórica, esse movimento de imposição da lógica de reprodução do capital em todas as dimensões da existência humana concretiza-se através do uso constante das mais variadas formas de violência (LUXEMBURGO, 1970; MARIUTTI, 2019).

No caso do sistema colonial, a “mercadorização da vida”¹³⁴ também se manifestava concretamente pela transformação de seres humanos – especificamente aqueles que pertenciam

¹³⁴ “(...) *mercadorização* de todas as dimensões da vida, isto é, de subordinar todas as relações e formas sociais ao processo de autovalorização do capital. É essa sua luta eterna contra as ‘economias naturais’ e princípios de sociabilidade alternativos que [o capitalismo] revela a sua natureza *totalitária*. O quadro se agrava pela sua

aos diversos povos africanos – em mercadorias, sendo o passo fundamental ao desenvolvimento da triangulação comercial no Atlântico. A escravidão, por sua vez, foi o mecanismo pelo qual a lógica do capital pôde penetrar pelos territórios da África e das Américas desarticulando suas respectivas organizações sociais originárias e incorporando esses territórios ao circuito mercantil. Essa é a dinâmica de funcionamento da colonização europeia, aquela mesma que os historiadores imperiais chamaram de “missão civilizatória” que promovia a “justiça” e a “paz” movidas pelo senso de responsabilidade baseado na benevolência e na filantropia cristã. Sendo assim, a escravidão foi o elemento norteador da construção do comércio externo, ao mesmo tempo em que era uma força constitutiva interna do capital, porque incorporou à dinâmica de acumulação e de reprodução ampliada do capital regiões que estavam desconectadas dos circuitos mercantis¹³⁵.

Considerar a escravidão e o capitalismo modos de produção relativamente compatíveis entre si abre espaço para pensar como os comerciantes europeus tomaram a decisão de fazer expedições com destino a costa ocidental da África. Talvez o cálculo econômico feito não fosse dos mais sofisticados, mas é possível sugerir duas coisas: eles estavam em busca de renda e a atividade compensava porque era lucrativa. O investimento inicial necessário para capturar negros e negras era relativamente baixo frente à rentabilidade que poderia proporcionar. Os traficantes britânicos potencializavam seus ganhos nas três pontas do Atlântico: primeiro, na costa do continente africano, bastavam alguns produtos relativamente simples e baratos para que os navios ingleses voltassem literalmente lotados de “mercadoria humana”, cada vez mais demandada pelos fazendeiros coloniais; depois, as negras e negros africanos abasteciam os porões dos navios em direção às colônias das Américas para, em seguida, serem vendidos aos fazendeiros coloniais; e, por último, os navios retornavam aos portos europeus carregados de

habilidade em *incorporar* e subsumir os mecanismos de exploração herdados de outros modos de produção, que, por conta disto, tendem a ser redefinidos e intensificados. Antes do século XIX, o seu assédio à arena externa oscilava entre a conquista militar para pilhar recursos e mão de obra – destruindo de um só golpe as formas de sociabilidade ali reinantes – e uma forma indireta, que envolvia a cooptação das Elites ‘pré-capitalistas’ locais, que se serviam de suas formas peculiaridades de extorsão para canalizar recursos para o mercado mundial. Mas este processo não se desenrola no âmbito da economia (e da política) em sua acepção formal: ele se nutre e ao mesmo tempo exige a transformação radical das estruturas do cotidiano das sociedades que invade. É neste trágico sentido que devemos entender a expressão ‘História Universal’: a tendência à imposição da mercadorização de todas as dimensões da vida social. Logo, Progresso, Democracia, Modernidade e Civilização são elementos estranhos e incompatíveis com o capitalismo” (Mariutti, 2014, p. 9, ênfase do autor).

¹³⁵ Rosa Luxemburgo fez uma contribuição importante ao debate quando introduziu as noções de *interno* e *externo* na análise do sistema capitalista. A partir delas foi possível apreender que a lógica e a dinâmica da reprodução ampliada do capital ocorre por meio da expansão geográfica, da destruição das formas não-capitalistas de produção e da apropriação das demais esferas de existência pelo mercado. Tal perspectiva de análise pode auxiliar a esclarecer os mecanismos pelos quais ocorrem a conexão entre a escravidão e o tráfico de escravos, assim como elucidar o papel deles na conformação do padrão de acumulação de capital. Ver em Luxemburgo, Rosa. *A acumulação de capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1970.

matérias-primas e demais produtos tropicais para serem comercializados no continente. Após completar o ciclo, os traficantes britânicos, em posse dos lucros obtidos, estavam aptos a recomencá-lo, colocando o comércio triangular em rota de constante e sustentado crescimento financeiro.

Era a retroalimentação entre as atividades comerciais descritas acima que, embaladas pelo controle das rotas marítimas pela Grã-Bretanha e o monopólio comercial legitimado pelo pacto-colonial, possibilitava ao traficante britânico cobrar barato pelo negro africano que seria escravizado e, ainda assim, obter lucros significativos. Dessa forma, o tráfico de escravos funcionava como a engrenagem principal do sistema comercial que conectava os três continentes banhados pelo oceano Atlântico – África, América e Europa – proporcionando escala à uma série de atividades econômicas, todas elas atendendo aos interesses comerciais da Grã-Bretanha. Do ponto de vista conceitual, “comércio marítimo triangular” reverbera a intenção de Williams em sintetizar a relação entre as partes que compunham esse fluxo comercial pelo Atlântico e que pautou a inflexão na delimitação do objeto, privilegiando as relações entre a Grã-Bretanha e as Índias Ocidentais. A partir disso, a dinâmica da triangulação comercial, como foi definida em *The Golden Age of the Slave System in Britain* (1940) e consolidada em *Capitalismo e Escravidão* (2012), restringiu-se ao espaço geográfico do Atlântico Norte. No entanto, essa não era a única configuração comercial possível dentro dos marcos do mercado comum no Atlântico balizada pelo tráfico e que atendia aos interesses econômicos europeus¹³⁶.

A centralidade do tráfico de escravos foi responsável por criar uma relação de interdependência entre os vértices que compunham a triangulação comercial. Assim como os comerciantes britânicos conseguiam atuar nas três pontas do Atlântico, Williams (2012) argumentou que o comércio marítimo triangular ofereceu um “triplo estímulo” à economia doméstica britânica: a mão de obra escravizada era comprada com artigos britânicos e estes, por sua vez, eram transportados para as colônias do Novo Mundo; nas fazendas coloniais, os escravizados produziam açúcar, algodão e outros bens primários tropicais, cujo processamento

¹³⁶ Portugal, França, Espanha e Países Baixos (Holanda) também estabeleceram relações comerciais entre suas colônias cujas rotas envolviam, invariavelmente, a costa ocidental do continente africano a partir de diversas rotas pelo Atlântico. Inclusive, Portugal foi o pioneiro dessas “grandes navegações” pelo Atlântico que, ao longo dos séculos XVII até o XIX, permitiu estabelecer um tipo de relação entre metrópole e colônia mediada pelo monopólio comercial. Assim, as relações entre Portugal e América Portuguesa (Brasil) possuía objetivos e lógica de reprodução, além de enfrentarem uma crise econômica e política, muito próximas do que foi descrito por Williams (2012) com relação às Índias Ocidentais e a Grã-Bretanha. A colonização do Novo Mundo era, portanto, um sistema imbricado por relações políticas e econômicas que mutuamente se estabeleciam através do comércio marítimo pelo Atlântico. Esse argumento foi desenvolvido por Novais (1989), em especial no segundo capítulo, *A crise do Antigo Sistema Colonial*. Ver em Novais, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial: 1777-1808*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989, p. 57-116.

estimulava a criação de novas indústrias na Grã-Bretanha; e, por fim, a manutenção das fazendas e a demanda dos colonos criavam mais mercados à indústria britânica. Isso mostra a dimensão que o tráfico de escravos adquiriu, sendo fundamental para a sustentação do comércio triangular, na mesma medida em que era importante à economia de uma metrópole como a Grã-Bretanha. Além da produção e circulação de mercadorias em larga escala e do estímulo para a criação de novos mercados nos dois lados do Atlântico, o comércio triangular também possibilitou à Grã-Bretanha acumular capital em níveis suficientes que possibilitou o financiamento de novos empreendimentos e inovações técnicas produtivas em sua economia doméstica (INIKORI, 1987; SOLOW, 1985, 1987; WILLIAMS, 2012).

Da perspectiva do comerciante africano, o tráfico de escravos também era uma prática economicamente vantajosa. O aprisionamento de grupos rivais para serem trocados por mercadorias com os comerciantes europeus foi possível por causa da convergência de uma série de fatores presentes à época nas regiões que compõem a África Ocidental. Nos séculos XVII e XVIII, essa região era marcada pela fragmentação política, possuía uma população relativamente numerosa e em sua organização social a divisão do trabalho era algo incipiente (INIKORI, 1987). Soma-se a esses fatores a situação nas colônias do Novo Mundo que apresentavam extensas porções de terras, abundância de recursos naturais e escassez de mão de obra decorrente do extermínio dos povos ameríndios, a demanda por africanos escravizados era alta e crescente. Essa conjunção fazia com que as negras e negros fossem demandados e ofertados de maneira praticamente ininterrupta a um nível de preço que possibilitou os comerciantes africanos obterem ganhos privados que os incentivaram a continuar estritamente no mercado de exportação de escravizados, desestimulando o investimento na atividade produtiva orientada ao abastecimento do mercado interno e que também pudesse competir no mercado externo (INIKORI, 1987).

O resultado da constituição do mercado comum no Atlântico foi algo próximo à Divisão Internacional do Trabalho: a borda da África foi responsável por “produzir” a mão de obra que serviria nas fazendas coloniais do Novo Mundo; a borda americana ficou encarregada de fornecer matérias-primas e culturas tropicais aos mercados metropolitanos; e, por fim, a borda europeia, cuja função era produzir manufaturados que abasteceriam os mercados de praticamente todas as regiões. Ao reconstituir a formação econômica do espaço Atlântico, Williams (2012) pôde apreender um importante impulso à acumulação de riqueza e, com isso, colocar na perspectiva de análise a relação entre a escravidão e o desenvolvimento do capitalismo. O estabelecimento dessa relação de elementos aparentemente díspares foi possível porque Williams entendeu o tráfico de escravos como a espinha dorsal do comércio triangular

que articulou o nexu entre as metr6poles e as col6nias nos termos da domina76o pol6tica e explora76o econ6mica. No caso espec6fico do Imp6rio Brit6nico, a produ76o das fazendas coloniais com m6o de obra escravizada constituiu a parte crucial para a consolida76o e o progresso da ind6stria na Gr6-Bretanha, acirrando o conflito de interesses entre as fra76es da classe dominante brit6nica.

Manter um sistema de com6rcio dessas propor76es em funcionamento para atender os interesses da classe dominante exigia um padr6o de articula76o e de organiza76o que s3 seria alcan76ado a partir de um s3lido aparato pol6tico e burocr6tico. Por essa raz6o, durante os s3culos XVII e XVIII, o tr6fico de escravos era uma pol6tica de primeira ordem dentro do Imp6rio Brit6nico¹³⁷. O governo brit6nico mantinha uma pol6tica coesa de promo76o do tr6fico com mecanismos de fomento 6 produ76o nas fazendas das 6ndias Ocidentais que garantiria o acesso ao cr6dito barato, isen76o de tributos e 6s manuten76o de tarifas protecionistas. Tais benef6cios foram poss6veis porque os comerciantes e fazendeiros brit6nicos, al6m de controlarem as institui76es burocr6ticas do Imp6rio Brit6nico, exerciam significativa influ6ncia no Parlamento. A pol6tica de incentivo ao tr6fico de escravos tamb6m tinha como objetivo atender ativamente os interesses da pol6tica externa brit6nica, definindo os rumos e os meandros do com6rcio exterior. Essa era uma forma eficaz da Gr6-Bretanha assumir o controle sobre os fluxos de capital e de mercadorias, garantindo o escoamento de seus bens manufaturados e o abastecimento de sua economia dom6stica com mat6rias-primas baratas.

A pol6tica comercial do Imp6rio passou a trabalhar em fun76o dos interesses da classe industrial na medida em que auxiliou o crescimento e consolida76o da ind6stria manufatureira que se instalava a passos largos na metr6pole. 6 esse ponto, que a Tese I 6 apresentada. Ao tratar sobre as rela76es estabelecidas pelo com6rcio mar6timo triangular, Williams (2012) buscou mostrar os efeitos do ciclo virtuoso provenientes do “triplo est6mulo” 6 economia brit6nica. O primeiro deles foi a brusca transforma76o que a economia dom6stica brit6nica experimentou a partir da segunda metade do s3culo XVIII, um reflexo do arranque industrial que estimularia e consolidaria o capitalismo industrial no s3culo seguinte¹³⁸. Por6m, o mais importante deles refere-se ao resultado material da rela76o entre o com6rcio no Atl6ntico e a explora76o econ6mica das col6nias no Caribe brit6nico: “os lucros obtidos [a partir do com6rcio mar6timo triangular] forneceram um dos principais fluxos da acumula76o de capital que, na

¹³⁷ “A preserva76o e o aperfei76amento do tr6fico de m6o de obra escrava eram uma quest6o priorit6ria para o Imp6rio Brit6nico e 6s fazendas pertencentes a ele. Manteve-se como objetivo central da pol6tica externa brit6nica at6 1783” (Williams, 2012, p. 63).

¹³⁸ “Em 1750, praticamente n6o existia nenhuma cidade mercantil ou manufatureira na Inglaterra que n6o estivesse ligada de alguma maneira ao com6rcio colonial triangular ou direto” (Williams, 2012, p. 90).

Inglaterra, financiou a Revolução Industrial” (WILLIAMS, 2012, p. 90). De forma geral, a Tese I pode ser entendida como a demonstração de que há umnexo direto, orgânico e causal entre o comércio marítimo triangular, balizado pela escravidão e pelo tráfico, e o surgimento e expansão das atividades manufatureiras na Europa.

No entanto, a acumulação de capital por si só não levaria automaticamente à industrialização ou à eclosão da Revolução Industrial. Esse processo exigiu a mediação de um mecanismo de financiamento que acompanhasse o ritmo de expansão comercial e canalizasse os recursos ao desenvolvimento da capacidade produtiva industrial da Grã-Bretanha. Até a década de 1780, eram os traficantes britânicos de escravizados e uns poucos bem-sucedidos fazendeiros coloniais que dispunham de capital suficiente para financiar a criação e expansão de novas atividades econômicas, inclusive a industrial. Foram os interesses econômicos desses dois grupos, portanto, que definiram quais setores seriam irrigados com os capitais acumulados a partir do tráfico de escravos e da exploração das colônias nas Américas. Mas isso até meados da década de 1780, em um contexto no qual, de acordo com Williams (2012; 20014), o tráfico de escravos era um segmento comercial de alta rentabilidade e as terras nas Índias Ocidentais eram as mais valiosas do Império Britânico.

Na passagem do século XVIII para o XIX, a influência política e econômica dos fazendeiros coloniais e dos traficantes de escravizados estava em questão. A ascensão da ideologia do livre-comércio, estimuladas pelas ideias de Adam Smith e Arthur Young e pelos desdobramentos políticos gerados pela Revolução Americana iniciada em 1776, colocou o liberalismo na ponta da política britânica¹³⁹. A Tese I formulada por Williams também mostra que a alteração na política econômica da Grã-Bretanha veio na esteira da profunda transformação das estruturas produtivas, forjando, por sua vez, uma nova classe dominante que ditaria os rumos políticos do Império Britânico de acordo com sua complexa visão de mundo – mas que também estava definida pelos seus interesses econômicos. Só que a força motriz do desenvolvimento do capitalismo industrial continuou sendo a mesma, pois as inovações técnicas que resultaram na consolidação da indústria na Grã-Bretanha foram possíveis porque a arquitetura comercial no Atlântico tornou, ao mesmo tempo, o mercado externo apto ao consumo dos produtos manufaturados e dinamizou o mercado interno britânico. Os lucros

¹³⁹ “A importância da escravidão nas colônias caribenhas para o crescimento [econômico] britânico dependia de circunstâncias particulares restritas a um determinado período histórico. O Antigo Sistema Colonial beneficiou a Grã-Bretanha quando o investimento era rudimentar, o progresso técnico era moroso, o crescimento da demanda interna por manufaturas era menor do que a da demanda externa e quando as colônias da América do Norte ainda dependiam das manufaturas da Grã-Bretanha assim como dos mercados internos das Índias Ocidentais. Nenhuma dessas condições foi obtida após as Guerras Napoleônicas (ou pelo menos nos anos 1820)” (Solow, 1987, p. 735). Tradução livre.

obtidos a partir da ampliação dos mercados externos tornaram-se uma das fontes de financiamento à implementação de novas manufaturas britânicas, com infraestrutura necessária à sua expansão e inovação (SOLOW, 1985; 1987; WILLIAMS, 2012).

Como já assinalado, a maneira como a temática da origem econômica da escravidão é desenvolvida em *Capitalismo e Escravidão* (2012) sustenta a interpretação da relação entre o comércio marítimo triangular e a industrialização da Grã-Bretanha como um desdobramento de uma prática comercial articulada para ser vantajosa do ponto de vista econômico ao comerciante britânico. Nesse ponto, o mecanismo de acumulação do capital oriundo da exploração colonial com mão de obra negra escravizada e potencializado pela dinâmica comercial estabelecida no Atlântico ilustra como Williams entendia a lógica de reprodução do capital. Sendo assim, o nexos estabelecido entre a escravidão e a formação do capitalismo não é circunstancial ou, até mesmo, acidental. Caso fosse, a escravidão simplesmente deixaria de existir porque, na esteira da Revolução Industrial, formou-se um novo sistema – o capitalismo – e a coexistência entre eles é impossibilitada por força de alguma “lei natural” que rege a economia. Essa seria uma conclusão de teor abstrato e fatalista totalmente incompatível com a interpretação proposta por Williams. Como visto até aqui, a Tese I – assim como a concepção de Williams em geral – é uma análise histórica construída a partir de categorias da economia política clássica e do materialismo histórico.

Porém, de maneira geral, as principais críticas à Tese I abstraíram a perspectiva metodológica empregada por Williams e o debate proposto em *Capitalismo e Escravidão* (2012) para se concentrarem majoritariamente em fatores econômicos quantitativos, cujo foco esteve em temas como, por exemplo, o incremento na renda, o nível de lucratividade do tráfico de escravos e qual a parcela desses lucros efetivamente compôs o capital utilizado para financiar o nascimento da indústria britânica. Nesse terreno, a argumentação mais contundente contra a Tese I foi sintetizada no artigo *The slave trade and British capital formation in the eighteenth century: a comment on the Williams Thesis* [O Tráfico de Escravos e a Formação de Capital na Grã-Bretanha no Século XVIII: um comentário sobre a Tese de Williams] escrito pelo economista estadunidense Stanley L. Engerman e publicado em 1972. Engerman (1972) reduziu as contribuições de *Capitalismo e Escravidão* a um único ponto, que ele chamou de “Tese de Williams”, restrito ao vínculo entre o tráfico de escravos e a Revolução Industrial na Grã-Bretanha. Isolar o tráfico de escravos na análise é uma escolha metodológica justificada pela impossibilidade de mensuração quantitativa de outras afirmações feitas por Williams, como a que atribuiu às forças do capitalismo “maduro” a destruição das economias escravistas

das colônias nas Índias Ocidentais, cuja abordagem está mais próxima da história do que da análise econômica.

Após definir a “Tese de Williams”, Engerman (1972) estimou dados sobre o trabalho escravo e o fluxo comercial no Atlântico com a finalidade de testar a hipótese de que os lucros provenientes do comércio de escravos forneceram o capital suficiente para financiar a Revolução Industrial na Grã-Bretanha. Para Williams (2012), o tráfico era uma atividade de alto risco, mas com elevada rentabilidade, apresentando lucros anuais médios acima de 30%, que seriam responsáveis pela grande contribuição do comércio triangular para o financiamento da indústria britânica¹⁴⁰. Nesse ponto, ele presume, pela análise dos relatórios de um grupo de comerciantes de Liverpool, que os lucros obtidos no tráfico foram invertidos diretamente em atividades industriais. No entanto, Engerman (1972) credita essa taxa de lucro ao exagero de quem produziu os dados citados em *Capitalismo e Escravidão* (2012), além de pontuar que, ao longo da argumentação, não está demarcada de maneira precisa se os lucros que foram canalizados para a atividade industrial são oriundos exclusivamente do tráfico ou provenientes de todo o comércio marítimo triangular – do qual a exploração das colônias com mão de obra escravizada é também um elemento importante.

Logo, a lucratividade do comércio vinculado à exploração colonial não é posta em questão. O argumento central está em determinar qual foi aproximadamente a quantidade de lucro líquido proveniente do tráfico de escravos que efetivamente compôs o capital que financiou novas atividades econômicas na Grã-Bretanha para, assim, avaliar se esse montante seria o suficiente para alavancar a industrialização. Para isso, Engerman (1972) analisou quatro dados agregados relativos à escravidão e seu comércio: o número de escravos transportados pelos britânicos até as fazendas coloniais entre 1627-1807; o lucro obtido com a venda de cada unidade de escravo entre 1650-1807; o nível de renda nacional da Grã-Bretanha; e a relação entre a receita obtida com o tráfico de escravos e o investimento na indústria. O primeiro dado citado corrobora com a interpretação de Williams de que o tráfico se estabeleceu e adquiriu importância comercial durante o século XIX, já que houve um aumento substantivo na média

¹⁴⁰ “Um autor setentista [E. Donnan] calculou o valor dos 303 737 escravos transportados em 878 navios de Liverpool, entre 1783 e 1793, em mais de 15 milhões de libras esterlinas. Deduzindo as comissões e outras taxas, além do custo do aparelhamento dos navios e do sustento dos escravos, ele chegou à conclusão de que o lucro médio anual fora acima dos 30%. (...) Calcula-se que o tráfico escravo, em seu conjunto, tenha gerado só para Liverpool, nos anos 1780, um lucro líquido de 300 mil libras anuais; e, em relação ao comércio muito menos lucrativo das Índias Ocidentais, costumava-se dizer na cidade que, se um a cada três navios rendesse, não seria prejuízo, e se dois deles rendessem já seria bom negócio. Na média, apenas um navio em cinco ficava no vermelho” (Williams, 2012, p. 71).

anual de exportações, que passou de 17.000 no período de 1626-1650 para 359.000 negras e negros comercializados para as fazendas do Novo Mundo entre 1781-1807¹⁴¹.

Com relação aos lucros obtidos pela venda da unidade de escravo, há controvérsia. Engerman (1972) critica a forma como Williams constrói o argumento baseado em comparações incompletas ou insuficientes, geralmente excluindo os custos de frete e as perdas com a mortalidade durante a viagem pelo Atlântico. Assim, a comparação entre os custos de produção de bens que são trocados por escravizados ou para sequestrar negras e negros escravos na borda do continente africano com os preços desses mesmos escravizados praticados nos portos das Américas, induz à conclusão de que o tráfico de escravos era uma atividade rentável. Quando se incorpora os custos e externalidades, as taxas de lucro diminuem consideravelmente, aproximando-se das taxas de lucro obtidas em outras atividades econômicas. Dessa forma, a comercialização de escravizados que, entre 1651 e 1675 fornecia, em média, um lucro unitário estimado em £ 14,66, rendeu apenas £ 3,16 no período compreendido entre 1741-1760, e passou a ser deficitária entre 1781-1807, quando uma unidade de escravo dava prejuízo de £ 2,88 aos traficantes¹⁴². Portanto, de acordo com os dados apresentados por Engerman (1972), o tráfico de escravos não gerou lucros extraordinários como Williams argumentou em *Capitalismo e Escravidão* (2012).

A partir da análise desses dados, o impacto dos lucros obtidos com o tráfico de escravos foi redimensionado, representando uma contribuição diminuta ao crescimento da renda nacional da Grã-Bretanha que não ultrapassou 0,54% entre 1688 e 1800¹⁴³. Para mensurar a contribuição do tráfico à formação de capital, Engerman (1972) propõe uma hipótese não-realista: considerar que os lucros fossem destinados totalmente no investimento da atividade industrial, excluindo consumo e outros setores – tais quais nas fazendas das Índias Ocidentais e no próprio comércio de escravos. Nesse caso, a uma taxa de investimento constante estimada em 5% da renda nacional, os lucros obtidos com o tráfico contribuíram com cerca de 2,9% a 10,8% do financiamento utilizado para criar e expandir a indústria britânica entre 1688 e 1770 – período que engloba os antecedentes da Revolução Industrial. Assim sendo, Engerman (1972) demonstrou quantitativamente que os lucros provenientes do tráfico de escravos foram

¹⁴¹ Dados presentes na Tabela I – O Tráfico Britânico de Escravos, 1627-1807. Ver em Engerman, Stanley L. *The slave trade and British capital formation in the eighteenth century: a comment on the Williams Thesis*. Cambridge, MA: *The Business History Review*, Vol. 46, No. 4, 1972, p. 436.

¹⁴² Dados presentes na Tabela II – Lucro Estimado por Escravo, Tráfico Britânico de Escravos, 1650-1807. Ver em Engerman, Stanley L. *The slave trade and British capital formation in the eighteenth century: a comment on the Williams Thesis*. Cambridge, MA: *The Business History Review*, Vol. 46, No. 4, 1972, p. 438.

¹⁴³ Dados presentes na Tabela III – A Contribuição dos Lucros do Tráfico de Escravos para a Renda Nacional Britânica. Ver em Engerman, Stanley L. *The slave trade and British capital formation in the eighteenth century: a comment on the Williams Thesis*. Cambridge, MA: *The Business History Review*, Vol. 46, No. 4, 1972, p. 440.

responsáveis somente por uma pequena parcela da composição do capital na Grã-Bretanha, com impacto relativamente menor no financiamento da atividade industrial do que o defendido por Williams (2012)¹⁴⁴. Tal conclusão nos impõe duas questões: primeiro, os teares que formavam a indústria têxtil britânica, setor pioneiro da Revolução Industrial, necessitaram de altas somas de capital? E segundo, mesmo que o capital acumulado representasse uma parcela pequena em proporção ao total da riqueza produzida pelo Império Britânico, não poderia ser uma quantidade suficiente para alavancar os investimentos que possibilitariam o estabelecimento e expansão da atividade industrial?

O cerne da questão, no entanto, não está em determinar a quantidade de capital acumulado, mas sim para quais atividades ele foi direcionado. Segundo Eltis e Engerman (2000), há três possíveis interpretações qualitativas relativas à contribuição da escravidão negra nas Américas para o desenvolvimento da indústria na Grã-Bretanha: a primeira afirma que a Grã-Bretanha não seria capaz de se industrializar sem a escravidão e o tráfico; já a segunda, entende que, até o final do século XVIII, o ritmo de industrialização da Grã-Bretanha seria o mesmo, independentemente da existência da escravidão; e a terceira argumenta que a escravidão não foi fundamental à industrialização, mas foi importante à economia britânica entre 1750 e 1830 mais do que qualquer outro setor da economia, seja ele pertencente ao mercado doméstico ou externo. As duas primeiras interpretações formam os polos opostos, marcado por afirmações extremas: ou a escravidão exerceu papel fundamental à industrialização da Grã-Bretanha ou sua existência não teve impacto significativo. Já a terceira interpretação refere-se à proposta feita por Williams em *Capitalismo e Escravidão* (2012). Não se trata da comprovação conclusiva sobre a hipótese de que a escravidão no Novo Mundo produziu o capitalismo na Europa, mas sim uma reflexão sobre como ela ajudou a economia britânica a avançar em direção à industrialização¹⁴⁵. A importância do comércio marítimo triangular, portanto, não está apenas em seu estímulo ao crescimento econômico da Grã-Bretanha, mas também no papel ativo que desempenhou à aceleração do processo que desembocou na Revolução Industrial (SOLOW, 1985; 1987).

¹⁴⁴ Para uma revisão da literatura sobre os debates pormenorizados sobre as “Teses de Williams”, inclusive sobre a relação entre o comércio triangular, o tráfico de escravos e a Revolução Industrial ver Beckles, Hilary. *Capitalism and Slavery: the debate over Eric Williams. Social and Economic Studies*, Sir Arthur Lewis Institute of Social and Economic Studies, University of the West Indies, Vol. 33, No. 4, p. 171-189, 1984.

¹⁴⁵ Nas palavras de Eltis e Engerman (2000, p. 125): “(...) a literatura apresenta três maneiras pelas quais os sistemas escravistas do Atlântico poderiam ter sido de maior importância para o avanço industrial da Grã-Bretanha do que outras atividades econômicas. A primeira foi fornecendo mercados para produtos britânicos, a segunda foi gerar lucros para fornecer o estoque de capital que iniciaria a economia industrial e a terceira foi fornecer matérias-primas baratas às indústrias em crescimento (ou alimentos e bebidas mais baratos para os trabalhadores dessas indústrias)”. Tradução livre.

Esse papel ativo é consequência da economia produtora de matérias-primas em larga escala e direcionada aos mercados externos das colônias do Novo Mundo possibilitada pela generalização do uso da mão de obra negra escravizada. A lógica de funcionamento do comércio marítimo triangular permitiu que os lucros obtidos com a exploração das colônias fossem utilizados para financiar outros setores da economia doméstica da Grã-Bretanha, notadamente a manufatura têxtil e a indústria de refino de açúcar, que no último terço do século XVIII já se mostravam produtivas e rentáveis. Solow (1985; 1987) argumenta que a escravidão introduziu no sistema colonial, através do tráfico de escravos, a elasticidade na oferta de trabalho que neutralizou a tendência decrescente das taxas de lucros, aumentando a taxa de retorno dos investimentos nas fazendas coloniais. Como já assinalado, Williams (2012) afirmou que, com o passar do tempo, o trabalho do africano escravizado mostrou-se mais produtivo e rentável do que a servidão do branco europeu. Isso fez com que o retorno do investimento na produção agrícola das fazendas coloniais nas Américas crescesse ainda mais. Em síntese, a escravidão nas colônias, mas sobretudo o tráfico de escravos, ajudaram a aumentar a taxa de retorno dos investimentos feitos pelos britânicos, incrementando a produtividade nas fazendas das colônias, a produção da economia britânica e, conseqüentemente, a riqueza do Império¹⁴⁶. Como escreveu Solow (1987, p. 732), “o investimento de capital nas colônias, totalizando £ 37 milhões em 1773, foi grande o suficiente para torná-la uma força [econômica] significativa”¹⁴⁷.

É esse o ponto central da Tese I de Williams: argumentar que a escravidão foi importante para o crescimento econômico da Grã-Bretanha não significa dizer que ela causou necessariamente a Revolução Industrial. Significa afirmar que, ao longo do século XVIII, a expansão e consolidação da escravidão foi crucial para o incremento na renda da Grã-Bretanha, pois viabilizou o aumento da produção agrícola nas fazendas coloniais no qual, acompanhado pelo crescimento populacional na metrópole, estimulou a demanda por mercadorias manufaturadas e a oferta de trabalho para produzir esses bens¹⁴⁸ (INIKORI, 1987; SOLOW,

¹⁴⁶ Essa seria uma possível síntese do argumento geral sobre a validade da “hipótese de Williams” apresentado em Solow, Barbara. *Caribbean slavery and British growth: the Eric Williams hypothesis*. North Holland: Journal of Development Economics, Vol. 17, p. 99-115, 1985.

¹⁴⁷ Tradução livre. No original, “*Capital investment in the colonies, amounting to £ 37 million in 1773, was large enough to make this a significant force*” (Solow, 1987, p. 732). Valor não atualizado.

¹⁴⁸ “A partir da segunda metade do século XVI, quando a indústria da lã enfrentou dificuldades para exportar que continuaram até o século XVII, o crescimento populacional proporcionou estímulo suficiente para sustentar o processo contínuo de transformação capitalista. Mas, em meados do século XVII, as densidades populacionais em toda a Inglaterra chegaram a um ponto em que, sob a estrutura agrária prevalecente, o crescimento da população dependia estritamente do crescimento das oportunidades de emprego fora da agricultura. Como a crise do século XVII continuou em toda a Europa Ocidental, havia toda a possibilidade de que o processo de transformação capitalista na Inglaterra fosse revertido, como aconteceu em algumas outras economias importantes da Europa Ocidental, particularmente na Itália. No entanto, o crescimento do comércio ultramarino inglês nos séculos XVII

1987). Especificamente na Grã-Bretanha, a demanda do mercado doméstico por açúcar refinado crescia e pressionava o aumento da oferta de trabalho escravizado em suas colônias. Essa retroalimentação formou as condições necessárias e suficientes que impulsionavam o funcionamento do comércio triangular¹⁴⁹. Todo esse processo preparou o caminho para a mudança técnica que começou nos últimos anos do século XVIII e adquiriu importância quantitativa já nas primeiras décadas do século XIX (SOLOW, 1985; 1987).

Antes mesmo da generalização do uso da mão de obra escravizada nas Américas já havia um fluxo de comércio entre as colônias e a metrópole. Porém, as trocas comerciais entre as matérias-primas produzidas nas Índias Ocidentais pelas manufaturas britânicas não poderiam ter ocorrido nos elevados níveis alcançados ao longo do século XVIII sem a constituição de um mercado comum no Atlântico. O tráfico de escravos foi o meio pelo qual esse mercado comum tornou-se possível e dinâmico, aumentando seu alcance geográfico e, conseqüentemente, sua escala econômica. A amplitude do comércio marítimo triangular teria sido diferente, talvez menos favorável à Grã-Bretanha em um estágio importante de seu desenvolvimento econômico, se a emigração da África, assim como a da Europa, não tivesse sido deliberadamente forçada (SOLOW, 1985). Essa afirmação reforça o argumento apresentado por Williams em *Capitalismo e Escravidão* (2012) de que, com a escravidão e o tráfico, a decisão de investimento na produção de matérias-primas nas Índias Ocidentais teve uma taxa de retorno maior do que se esse mesmo capital fosse aplicado em alguma atividade comercial restrita ao mercado interno britânico.

Os lucros provenientes das atividades econômicas vinculadas à produção das colônias e ao comércio triangular permitiu o acúmulo de capital que financiou o aperfeiçoamento técnico e inovação em uma série de outras atividades, estimulando também o surgimento de novos setores na economia (SOLOW, 1985; WILLIAMS, 2012). Sem a escravização da população negra de origem africana, o tráfico de escravos e a produção das Índias Ocidentais – em síntese, sem o comércio marítimo triangular – o montante estimado em £ 37 milhões investidos na economia doméstica da Grã-Bretanha, em especial das regiões urbanas inglesas, teriam um impacto econômico restrito aos aspectos quantitativos, como, por exemplo, a diminuição da taxa de juros a partir do aumento de oferta de moeda em circulação (SOLOW, 1985). Porém,

e XVIII impediu essa possibilidade e proporcionou as condições para a conclusão do processo de transformação capitalista” (Inikori, 1987, p. 778). Tradução livre.

¹⁴⁹ “Há uma conexão sólida entre a produção escravista nas Américas e a produção britânica de bens industriais. ‘Nas últimas duas décadas do século XVIII (o início, e não a fase decisiva da revolução industrial), quase sessenta por cento da produção industrial adicional foi exportada.’ As exportações industriais lideraram o crescimento industrial, e o crescimento industrial significou mudança estrutural e crescimento geral. A escravidão nas Américas contribuiu substancialmente para essas exportações” (Solow, 1987, p. 733). Tradução livre.

com a constituição do mercado comum Atlântico através da triangulação comercial, esses investimentos foram potencializados e possibilitaram um salto qualitativo da atividade econômica. Para demonstrar como ocorreu essa transformação na economia britânica, Williams (1940; 2012; 2014) privilegia a análise de método igualmente qualitativo. Especificamente em *Capitalismo e Escravidão* (2012),

Williams ofereceu como evidência uma coleção de citações diversas de economistas ingleses do século XVIII. Sir Josiah Child estimou que um branco e dez negros dariam emprego para quatro homens na Inglaterra. Davenant disse que um inglês nas Índias Ocidentais, com escravos, obteve tanto lucro quanto sete homens na Inglaterra. Outro autor afirmou que toda uma família britânica conseguiu lucros vinte vezes maiores nas Índias Ocidentais do que teria conseguido na metrópole. E assim por diante. O sentido dessas observações é que Williams acreditava que o investimento doméstico estava sujeito a retornos decrescentes, mas não nas colônias, por conta da escravidão¹⁵⁰ (SOLOW, 1985, p. 108).

A Tese I de Williams também foi validada a partir de um modelo de desenvolvimento econômico formulado pelo economista Joseph Inikori no artigo *Slavery and the development of industrial capitalism in England* (1987). Esse modelo prevê que um país hipotético precisa criar e sustentar as condições necessárias para o processo de transformação da produção liderada pelo crescimento do mercado interno que estimularia o dinamismo do mercado interno. Para que esse processo seja concluído com êxito, seis condições devem ser atendidas: a primeira delas refere-se à consolidação de uma unidade política centralizada – o Estado – em que o poder político esteja comprometido em apoiar e estimular o processo de transformação da produção; a segunda condição diz respeito ao tamanho do comércio exterior, que deve ser suficientemente grande a ponto de suplantar o mercado interno; a terceira condição é que uma quantidade substancial das receitas geradas pelo mercado externo deve ser internalizado e canalizado para financiar a atividade produtiva doméstica; a quarta condição é que essas receitas devem ser distribuídas uniformemente pelo mercado interno; a quinta, por sua vez, é que a receita deve ser gasta majoritariamente com bens produzidos internamente para diminuir o consumo de

¹⁵⁰ Tradução livre. No original, “Williams offered as evidence a collection of miscellaneous quotes from English eighteenth century economists. Sir Josiah Child estimated that one white and ten blacks would bring employment for four men in England. Davenant said that one Englishman in the West Indies, with slaves, brought in as much profit as seven men in England. Another author asserted that every British West Indian family brought in twenty times the profit they would have made at home. And so on. The sense of these remarks is that Williams believed that investment at home was subject to diminishing returns, but not in the colonies, on account of slavery” (Solow, 1985, p. 108).

bens importados; por fim, esse processo tem que ocorrer por um longo tempo e de maneira ininterrupta¹⁵¹.

O desenvolvimento econômico britânico da Grã-Bretanha entre os séculos XVI e XIX atendem ao seis requisitos descritos acima e de uma maneira ou de outra estão contemplados na análise de *Capitalismo e Escravidão* (2012): praticamente todos os setores influentes da sociedade britânica eram favoráveis ao tráfico de escravos até, pelo menos, o último quartel do século XVIII; o setor de exportação da economia britânica teve como espinha dorsal a exploração das colônias nas Índias Ocidentais com mão de obra escravizada, mediado e impulsionado pelo comércio triangular; os lucros obtidos pelos setores vinculados ao comércio exterior – principalmente pelos traficantes de escravos – foram internalizados e, em alguma medida, compuseram o capital que financiou a incipiente atividade industrial, ao estimular o mercado interno com a construção de infraestrutura e organizando o sistema financeiro; a renda gerada com a dinamização da economia doméstica possibilitou aos britânicos consumir, por exemplo, tecidos e açúcar refinado que eram produzidos pelas indústrias estabelecidas nas regiões urbanas da metrópole; e, por fim, como já mencionado, no caso da Grã-Bretanha esse processo se desenrolou por mais de dois séculos – com saltos qualitativos e quantitativos, como a Revolução Industrial – sem sofrer interrupções significativas. As transformações ocorridas no século XIX, por sua vez, consolidaram a posição de liderança econômica e política da Grã-Bretanha.

Os argumentos descritos nas páginas anteriores dessa seção procuraram mostrar, por diferentes perspectivas, a validade da Tese I, porém sem esquecer de pontuar seus limites e contradições. É importante manter no horizonte da nossa análise que Williams não tinha como objeto propor e nem seguir uma teoria geral da industrialização, do desenvolvimento econômico ou uma modelagem para quantificar o impacto comércio marítimo triangular na economia britânica e ilustrar a função central que a escravidão e o tráfico tinham como os pontos de conexão entre a Grã-Bretanha e as suas colônias no Caribe. A partir disso, podemos afirmar que o cerne das formulações apresentadas no que denominamos de Tese I está restrita na compreensão qualitativa da função desempenhada pelas Índias Ocidentais na construção da riqueza e do deslanche da industrialização na Grã-Bretanha. No entanto, apesar de colocar a o tráfico de escravos e o desenvolvimento da indústria em termos gerais, a reflexão apresentada em *Capitalismo e Escravidão* (2012) estruturou-se, majoritariamente, no exame das relações bilaterais entre a Grã-Bretanha e as colônias britânicas nas Américas.

¹⁵¹ Ver em Inikori, Joseph E. *Slavery and the Development of Industrial Capitalism in England*. Cambridge, MA: The Journal of Interdisciplinary History, Vol. 17, No. 4, 1987, p. 776.

Isso significa que o entendimento sobre a escravidão nas colônias britânicas do Novo Mundo como propulsora da industrialização na Grã-Bretanha poderia ser estendido a uma formulação histórica geral? Para Williams, a resposta a essa pergunta seria “sim”. Na conclusão de *Capitalismo e Escravidão* (2012, p. 283), ele escreve que o título “Capitalismo britânico e escravidão” seria mais preciso, mas “genericamente falso”, porque as conclusões relativas ao desenvolvimento histórico da Grã-Bretanha apresentadas valeriam também para outros países. Nas palavras do autor,

A Inglaterra, muito à frente das outras nações do mundo, e a França foram os países que inauguraram o mundo moderno do desenvolvimento industrial e da democracia parlamentar com suas respectivas liberdades. A outra corrente estrangeira que alimentou a acumulação de capital na Inglaterra, a saber, o comércio com a Índia, teve papel secundário no período aqui tratado (WILLIAMS, 2012, p. 283-284).

Nesses termos, a validade geral da Tese I estaria respaldada por critérios metodológicos qualitativos, em que as “forças decisivas” do processo histórico estavam imbricadas com o desenvolvimento do capitalismo (WILLIAMS, 2012).

Todavia, o caráter geral da formulação presente na Tese I não é unanimidade. Para Eltis e Engerman (2000), a experiência histórica da Grã-Bretanha com relação à escravidão e o capitalismo não ocorreu em outros países. Não da mesma forma ou com as mesmas consequências. A inexistência de estudos correlatos que condicionam, por exemplo, o desenvolvimento econômico da Espanha, França ou de Portugal com a exploração do trabalho forçado nas fazendas de suas respectivas colônias nas Américas seria um indicativo dessa impossibilidade¹⁵². Esse argumento não reconhece que, diante das altas receitas provenientes com a exportação de matérias-primas e da possibilidade de importação de bens manufaturados, as colônias espanholas e portuguesas perpetuaram uma lógica de reprodução econômica voltada a atender majoritariamente os mercados externos; ao mesmo tempo, suas respectivas metrópoles, cujas classes dominantes não sofriam pressões para desenvolver suas estruturas produtivas, importavam grandes quantidades de manufaturas para consumo interno e para a reexportação (INIKORI, 1987). Isso é um ponto importante e que muitas vezes é abstraído ou

¹⁵² Isso não é totalmente verdade. As obras clássicas de C.L.R. James e Fernando Novais, já mencionadas nessa presente dissertação, relacionaram o desenvolvimento político e econômico das metrópoles europeias com a exploração de suas respectivas colônias nas Américas, evidenciando os nexos entre a economia monocultora escravista e o desenvolvimento do capitalismo. Ver Novais, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial: 1777-1808*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989 e James, C.L.R. *Os jacobinos negros. Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.

tratado de forma lateral nas análises e críticas sobre a relação, estabelecida por Williams na Tese I, entre o comércio marítimo triangular e a emergência da indústria na Grã-Bretanha.

Por fim, cabe notar que a interpretação de Williams não se restringe apenas à economia, mas sim faz referência a todo o conjunto das relações entre a Grã-Bretanha e as Índias Ocidentais. Considerar a característica totalizante da Tese I ajuda, em certa medida, a entender por que em *Capitalismo e Escravidão* não foram analisados os registros de contemporâneos favoráveis à abolição da escravidão e do tráfico, que geralmente traziam dados financeiros e contábeis mais detalhados (ELTIS e ENGERMAN, 2000). Os relatos contrários à manutenção do tráfico e à existência das colônias poderiam até fornecer dados pertinentes à análise quantitativa, mas não contemplavam o objetivo de Williams de captar, na súplica dos que defendiam a escravidão, as razões pelas quais ela atendia os interesses de uma parcela influente e enriquecida da sociedade britânica. Assim, ao contrário de ser um fator limitante da análise, essas fontes eram o produto da escolha deliberada de um historiador para provar que o nexo entre a exploração das Índias Ocidentais e a formação da riqueza da Grã-Bretanha tinha nuances para além dos fundamentais aspectos econômicos.

Em seguida, veremos que a consolidação do capitalismo industrial na Grã-Bretanha exigiu, além de acumulação e concentração do capital, uma luta política entre as frações da classe dominante para a superação do mercantilismo. Enquanto os fazendeiros coloniais viam a defesa da escravidão e do tráfico como a única chance de sobrevivência de sua influência política e econômica em uma Grã-Bretanha que se transformava a passos largos, a classe industrial em ascensão entendia o monopólio comercial como um atavismo que bloqueava as potencialidades da nascente “era da indústria”. Sob os desígnios do *laissez-faire*, a transição para a política do livre-comércio, não necessariamente acompanhada da generalização da mão de obra “livre”, ocorreu sob forte instabilidade externa, com tensões no mundo colonial que definiriam os rumos da Europa Ocidental e redesenhariam o comércio marítimo triangular. O “doce comércio” resistiu às intempéries do século XIX, continuando a adoçar os cafés, os chás e os bolsos da classe industrial britânica, porém, esse açúcar não precisava mais vir somente das colônias britânicas das Índias Ocidentais.

3.3 O declínio das Índias Ocidentais

A chave para a compreensão da guinada ideológica que conduziu a política do Império Britânico no final do século XVIII e início do XIX está na outra borda do Atlântico, mais precisamente na profunda crise que resultou na decadência irreversível das colônias britânicas

no Caribe. A Tese II, comumente referida como “Tese do Declínio”, é a única das “Teses de Williams” que está presente tanto em *The Economic Aspect* (2014) quanto em *Capitalismo e Escravidão* (2012). O argumento, como já notado, resume-se a um ponto basilar: foi a debacle das Índias Ocidentais que abriu as portas aos ataques da opinião pública contra a escravidão, o monopólio e o tráfico, pressionando o Parlamento Britânico a debater a questão até a aprovação das leis que previam a abolição do tráfico de escravos (1807) e a emancipação dos escravizados de origem africana (1833). Entre 1763 e 1775, a produção das colônias britânicas no Novo Mundo forneceu matérias-primas à Grã-Bretanha e lucros razoáveis aos comerciantes britânicos, o que garantiu a centralidade e a importância estratégica do comércio marítimo triangular dentro da política imperial. A partir de 1776 essa situação começou a se modificar e desconfigurou o delicado equilíbrio comercial no mar do Caribe, colocando as Índias Ocidentais em uma espiral de decadência econômica que se mostrou irreversível.

Tanto em *The Economic Aspect* (2014) quanto em *Capitalismo e Escravidão* (2012), Williams explora as diferentes camadas da crise da economia escravista para construir uma interpretação que revelava como as estruturas produtiva e social das Índias Ocidentais estavam mergulhadas em um atraso técnico com relação às colônias francesas da região e as possessões britânicas no Oriente. Assim, ele argumenta que há uma multiplicidade de fatores, alguns deles fora do alcance e controle dos fazendeiros coloniais, que explicam a incapacidade crônica das colônias britânicas no Caribe em competir no mercado internacional. A principal delas seria o baixo nível de produtividade que, aliado ao aumento do custo de produção, principalmente do preço unitário do escravo e da carga tributária a partir de 1780, ajudaram a consolidar a tendência de declínio econômico das Índias Ocidentais. O atraso técnico, sobretudo quando comparadas ao dinamismo das novas áreas produtoras de açúcar e café pertencentes à França, explicam a ineficiência produtiva das Índias Ocidentais e a sua consequente perda de importância política e econômica para o Império Britânico (CARRINGTON, 1989; RYDEN, 2012).

Em *The Economic Aspect* (2014), Williams desenvolve o argumento de que, com a crescente industrialização da Grã-Bretanha, as Índias Ocidentais perderam não somente a importância econômica para o Império Britânico, como também sua relevância política. O desprestígio político, como já mostrado, tinha raízes ideológicas: na “era da indústria” que emergia, as Índias Ocidentais eram vistas pela nova classe dominante como algo pertencente ao passado mercantil que a industrialização e o livre-comércio deveriam superar. Portanto, a “Tese do Declínio” apresentada em *The Economic Aspect* (2014) não tratava apenas da crise das Índias Ocidentais em sua dimensão econômica, mas sim do colapso total de um complexo

sistema de dominação cultural e política balizado pelo comércio no Atlântico. No entanto, a causa para o crescente sentimento de hostilidade contra as Índias Ocidentais por parte da opinião pública britânica está na dimensão material, dada a percepção generalizada de que economia colonial escravista desperdiçava capital e sobrecarregava o consumidor europeu, abrindo espaço à ideologia do *laissez-faire* e à adoção da política econômica liberal. Nesses termos, o declínio das Índias Ocidentais pode ser compreendido como a manifestação concreta da crise geral do Antigo Sistema Colonial (RYDEN, 2012; WILLIAMS, 2014).

Vimos no primeiro capítulo, precisamente nos itens “As causas econômicas da abolição do tráfico de escravos” e “Os fundamentos econômicos da emancipação do africano escravizado”, como em *The Economic Aspect* (2014) Williams estabeleceu a relação entre o declínio das Índias Ocidentais e a ascensão política do abolicionismo e do *laissez-faire* a partir de uma análise das negociações políticas entre os fazendeiros coloniais, os industriais e os abolicionistas. Essa forma de tratar o declínio das Índias Ocidentais deixava clara que, enquanto os interesses comerciais do Império Britânico estivessem voltados às colônias, o triunfo dos abolicionistas humanitários seria praticamente impossível. A apreciação da complexa rede de interesses no interior da sociedade britânica somada a uma apreciação sobre as relações externas da Grã-Bretanha com as demais potências rivais, é um indicativo de que a “Tese do Declínio” presente na tese de doutorado de 1938 é mais detalhada e sofisticada do que a apresentada em *Capitalismo e Escravidão* não sendo, portanto, apenas um “esboço” do livro clássico de 1944 (RYDEN, 2012; TOMICH, 2014).

Uma primeira razão à simplificação da “Tese do Declínio” em *Capitalismo e Escravidão* (2012) está na redução da crise que tomou conta das Índias Ocidentais a partir do último terço do século XVIII à dimensão econômica. A argumentação parece estar baseada, predominantemente, na premissa de que as economias coloniais comportavam-se de forma previsível, seguindo uma lei natural. Essa “lei de produção da economia escravista” descrevia o desenvolvimento da economia das Índias Ocidentais cujo caminho inexoravelmente levava à “superprodução” de matérias-primas. Sua reprodução seguia um padrão específico, passando por quatro fases: na primeira, tem-se a instalação; na segunda, verifica-se um exponencial crescimento; na terceira, a reprodução alcança níveis elevados e entra em *plateau*; e, por fim, apresenta uma queda acentuada por causa da exaustão dos solos (RYDEN, 2012). Esse perfil efêmero caracterizado por sucessivas “ondas” ou “ciclos” de reprodução da economia colonial foi o responsável por introjetar nos fazendeiros coloniais uma racionalidade que preconizava a obtenção de lucros cada vez mais elevados através da exploração máxima dos solos em um

curto período de tempo, resultando no aumento dos custos de operação e, conseqüentemente, em taxas de lucro decrescente (RYDEN, 2012; WILLIAMS, 2012; 2014).

A lógica de dilapidação dos recursos físicos e humanos que norteava a economia escravista mostrou-se ser uma condição importante e necessária para deflagrar a crise econômica, porém não foi a condição suficiente. No caso, as condições que podem ser consideradas suficientes encontram-se no turbulento período revolucionário que marcou a segunda metade do século XVIII, especificamente a conjunção entre a Primeira Revolução Industrial (a partir da década de 1760) e a Revolução Americana (1776-1783). Elas, juntamente com a Insurreição de *Saint-Domingue* (Revolução Haitiana, 1791-1804), formavam o conjunto de manifestações concretas contra as limitações impostas pelo sistema mercantil ao desenvolvimento da capacidade produtiva da Grã-Bretanha e constituíam os marcos centrais para a construção argumentativa da “Tese do Declínio”, pois demonstraram como a instabilidade econômica e política geradas nesse contexto foram dramáticas para os fazendeiros coloniais, a então classe dominante britânica, cuja sustentação de seu poder, prestígio e influência estavam ancoradas no pacto colonial e no comércio marítimo triangular (DARITY Jr., 1988; 2014; RYDEN, 2012; TOMICH, 2014; WILLIAMS, 2012; 2014).

A segunda razão à simplificação da análise sobre as Índias Ocidentais em *Capitalismo e Escravidão* (2012) foi a inflexão na ênfase do objeto de estudo que resultou na significativa diminuição das passagens que narravam os conflitos e negociações com as outras potências europeias para privilegiar a relação bilateral entre Grã-Bretanha e suas colônias no Caribe. Por isso, as considerações sobre a campanha militar britânica contra a França para conquistar *Saint-Domingue*, centrais em *The Economic Aspect* (2014), foram diluídas ao longo dos capítulos do livro de 1944 para dar espaço à Revolução Americana (1776-1783), que se tornou o ponto central da “Tese do Declínio” e articulou as dimensões econômica e ideológica da interpretação de Williams. A parte econômica referia-se a perda do mercado interno das Treze Colônias que fazendeiros das ilhas caribenhas enfrentaram por causa da extinção dos monopólios comerciais, e a parte ideológica, alude o *laissez-faire* como uma força discursiva poderosa contrária à manutenção do monopólio e da escravidão. A Revolução Americana inaugurou, assim, um ciclo de rupturas políticas que se estenderia até as primeiras décadas do século XIX e seria determinante na reconfiguração comercial no Atlântico¹⁵³.

¹⁵³ Sobre esse ponto, Williams (2012, p. 159) faz uma aproximação entre o pensamento econômico de Adam Smith e a ação militar de George Washington: “*A riqueza das nações* foi o antecedente filosófico da Revolução Americana.(...) O papel de Adam Smith foi repreender intelectualmente ‘os expedientes mesquinhos e perniciosos’ de um sistema que George Washington, com seus exércitos, feriu de morte nos campos de batalha da América”.

As Treze Colônias do Norte executavam um papel de destaque na economia do Império Britânico, sendo uma importante engrenagem do comércio marítimo triangular, ao fornecer os gêneros necessários aos fazendeiros e aos escravizados nas colônias caribenhas. Assim, o sentido econômico das colônias continentais estava diretamente relacionado à reprodução material da Grã-Bretanha e das suas colônias no Caribe. Essa relação mutuamente determinada entre a policultura da América do Norte e a monocultura das ilhas caribenhas continuou ao longo do século XIX, pois as Índias Ocidentais e as colônias francesas e espanholas no Caribe alimentavam a mão de obra escravizada que trabalhava nas plantações de arroz e algodão do Sul dos Estados Unidos. Nas palavras de Williams,

elas [monocultura de arroz e algodão] se tornaram ‘a chave para as Índias’, sem a qual as ilhas seriam incapazes de sobreviver, a não ser que desviassem áreas rentáveis de cana para o plantio de alimentos, em prejuízo não só aos agricultores da Nova Inglaterra, mas da navegação comercial britânica, do refino de açúcar e de suas receitas aduaneiras (WILLIAMS, 2012, p. 164).

Esse nexos era tão intrincado que uma disfunção na organização produtiva de qualquer uma das colônias poderia resultar, invariavelmente, em um grave revés para as outras economias coloniais. E isso aconteceu em 1776: a partir do momento em que as colônias da América do Norte formaram uma nação politicamente independente – os Estados Unidos – as Índias Ocidentais entraram na primeira etapa de sua crise econômica terminal, fazendo com que os contemporâneos à época declarassem que “o governo britânico tinha perdido não só treze colônias, mas também oito ilhas” (WILLIAMS, 2012, p. 175). O sistema de comércio construído ao longo de um século perdia um dos seus principais pilares de sustentação. Isso fez com que a Revolução Americana fosse, também, o ponto de inflexão da política colonial do Império Britânico, mesmo que o primeiro impacto concreto ficasse restrito às ilhas britânicas do Caribe. A desorganização produtiva e a considerável diminuição de sua população escravizada¹⁵⁴, somadas ao aumento nível de produtividade da economia escravista do Sul dos Estados Unidos resultante da introdução da descaroçadora de algodão, foram, portanto, elementos cruciais para que as Índias Ocidentais entrassem definitivamente na rota do declínio econômico.

Como assinalado anteriormente, as colônias britânicas eram inferiores em termos técnicos e produtivos se comparadas às fazendas das colônias britânicas. A manutenção e o constante incentivo dado à produção de matérias-primas e culturas tropicais nas Índias

¹⁵⁴ “Entre 1780 e 1787, 15 mil escravos morreram de inanição na Jamaica (...)” (Williams, 2012, p. 175).

Ocidentais justificava-se, em certa medida, porque essas mercadorias atendiam à demanda dos produtores e consumidores que viviam nas colônias da América do Norte. Isso consolidou a posição oficial da política comercial da Grã-Bretanha, favorável à manutenção do tráfico de escravos e dos monopólios comerciais. Mas, após a eclosão da Revolução Americana, as relações comerciais estabelecidas em torno do pacto colonial começaram a ser questionadas e desfeitas. A principal delas, que sustentava uma divisão do trabalho no interior do Império, obrigou os fazendeiros coloniais britânicos a competir com seus rivais franceses pelo mercado interno dos Estados Unidos. O posicionamento das classes dirigentes britânicas entrava em um período de inflexão: a lição sobre liberdade política e econômica dada pela Revolução Americana foi rapidamente aprendida pela fração industrial da classe dominante britânica, sendo crucial para que o Império Britânico construísse sua hegemonia comercial através da adoção do livre-comércio¹⁵⁵. Foi a ascensão dessa classe industrial vinculada à ideologia do *laissez-faire* que fez crescer a percepção de que a política comercial baseada no monopólio apresentava sinais de esgotamento e seria prejudicial aos interesses econômicos da Grã-Bretanha¹⁵⁶.

Se para os industriais britânicos o mercantilismo já não era mais desejável como norte político e ideológico, a dispendiosa manutenção das Índias Ocidentais também não atendia mais às suas ambições políticas e econômicas. Não tardou para que os interesses lastreados nos ideais do *laissez-faire* influenciassem concretamente as decisões tomadas no Parlamento Britânico. Em julho de 1783, o Parlamento sancionou a adoção do livre-comércio entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, cujo resultado foi um expressivo aumento das importações britânicas de produtos de suas ex-colônia até 1790¹⁵⁷. Com a ampliação e diversificação do intercâmbio comercial internacional instituído pelas relações de igualdade preconizada pelo livre-comércio,

¹⁵⁵ Isso evidencia que, para Williams, o papel da Revolução Americana não ficou restrito à derrubada do sistema comercial baseado no pacto colonial, como também foi instrutivo à classe dominante britânica: “A expansão do comércio entre a nova república e a Grã-Bretanha forneceu aos defensores do livre-comércio evidências materiais para desacreditar o velho regime de comércio” (Neptune, 2019, p. 322). Tradução livre.

¹⁵⁶ “Os capitalistas, interessadíssimos em reduzir os salários, defendiam a política do ‘café da manhã livre’. Era uma injustiça e uma tolice impor tarifas protetoras nos alimentos. O monopólio era falho, caro para todos, e tinha destruído os grandes impérios coloniais do passado. O setor econômico das Índias Ocidentais estava condenado. ‘Esta casa [o Parlamento] não pode admitir prosperidade para as colônias das Índias Ocidentais baseada na manipulação ou malabarismos tributários. Aqui nenhuma maioria dará prosperidade às Índias Ocidentais; e nenhuma insistência obsequiosa junto ao Departamento Colonial atingirá um objetivo desses’. Numa das comparações, o sistema protecionista era como uma sucessão de macacos em diversas jaulas, cada um roubando do prato do vizinho e perdendo o mesmo tanto em seu próprio prato” (Williams, 2012, p. 197).

¹⁵⁷ De acordo com o relatório citado por Williams, *Miscellaneous Papers Relating to France, 1784-1795* escrito por James Chalmers ao Primeiro-ministro William Pitt, as importações britânicas de produtos feitos nos Estados Unidos aumentaram 50% no período de 1784-1790. Já na década seguinte (1790-1801), passaram de US\$ 9 milhões para US\$ 31 milhões de dólares. Ver em Williams, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012, p. 180.

em detrimento das relações de sujeição que balizavam os respectivos monopólios entre metrópole e colônia expressos nos “pactos coloniais”, o capital acumulado através das novas práticas comerciais possibilitou à Grã-Bretanha entrar em uma nova e decisiva fase do processo de constituição do capitalismo industrial. A independência das Treze Colônias também permitiu o florescimento do livre-comércio como política comercial, o que, por sua vez, abriu caminho à consolidação dos industriais como classe dominante britânica. Esse contexto ajudou a formar as condições necessárias para que os debates sobre a abolição do tráfico e a emancipação dos escravizados se tornasse factível e sua aprovação, desejável.

Quando Williams (2012; 2014) avalia como a reação da Europa ocidental frente às Revoluções Americana e Haitiana, podemos perceber um padrão: apesar da centralidade das antigas colônias caribenhas à formação e consolidação do poder e riqueza da Grã-Bretanha, as políticas externa e econômica do Império invariavelmente excluía as Índias Ocidentais, drenando e internalizando todos os eventuais dividendos políticos e econômicos. As transformações decorrentes das profundas transformações que permearam a passagem do século XVIII para o XIX, sobretudo o fortalecimento da apologia do livre-comércio e do trabalho assalariado “livre”, diminuíram o interesse da classe industrial em investir na produção das colônias caribenhas ainda organizadas em torno do monopólio e no uso da mão de obra escravizada. Assim, o declínio das Índias Ocidentais também causou em um redirecionamento de parte dos fluxos comerciais realizados pelo Império Britânico para as Índias Orientais. Interessados em aumentar sua participação no mercado europeu – e suas taxas de lucros – os comerciantes das Índias Orientais apoiaram abertamente a adoção do livre-comércio e o fim do tráfico de escravos. Nesse caso, como discutido no primeiro capítulo desta dissertação, a crítica à escravidão também tinha no pragmatismo econômico a sua motivação: os mercadores das Índias Orientais sabiam que o tráfico era a espinha dorsal do comércio Atlântico e que se a comercialização de negras e negros destinados à escravidão nas fazendas do Novo Mundo fosse proibida, as Índias Ocidentais seriam arruinadas, pois não teriam condições de disputar o mercado europeu de matérias-primas dada sua produção, em geral, mais cara e de menor qualidade.

Darity Jr. (1988; 2014) referia-se à tentativa fracassada em conquistar a ilha de *Saint-Domingue* quando afirmou que a Tese II pode ser sustentada independentemente da confirmação ou rejeição quantitativa do declínio das Índias Ocidentais. No entanto, há outros argumentos na narrativa construída por Williams (2012; 2014) sobre a crise das Índias Ocidentais que comprovam essa afirmação como, por exemplo, a diminuição da importância das colônias caribenhas à economia da Grã-Bretanha como consequência do crescimento da

produção manufatureira. No último quarto do século XVIII, desenhava-se a tendência de que a indústria tornaria a produção de matérias-primas das Índias Ocidentais irrelevante. De acordo com Ryden (2012), Williams, desconsiderando as causas do crescimento econômico, argumenta que, ao longo de quase oito décadas, contadas a partir da Revolução Americana, a estrutura produtiva da Grã-Bretanha mudou radicalmente ao ponto que o comércio com as Índias Ocidentais não era mais tido como o centro econômico do Império Britânico. Nesse período, a indústria estava em expansão e a produção das ilhas britânicas no Caribe não conseguia acompanhar o crescimento da demanda por matérias-primas. Sendo assim, a tendência de irrelevância das Índias Ocidentais notada na década de 1780, consolidou-se enquanto fato, e, na década de 1820, elas se tornaram descartáveis ao projeto imperial britânico¹⁵⁸.

As primeiras décadas do século XIX podem ser definidas como aquelas em que o império baseado na ideologia do mercantilismo chegaria definitivamente ao fim, abrindo espaço à doutrina liberal, forjada, em medida significativa, dentro da sociedade britânica para responder os anseios dos britânicos¹⁵⁹. No entanto, nesse mundo movido pela apologia do trabalho assalariado e pelo livre-comércio, o Império Britânico, apesar de não precisar mais das Índias Ocidentais, ainda conectava a sua reprodução material às regiões onde o velho mercantilismo ainda era praticado. O resultado prático verificado por Williams (2012) é que os homens vinculados aos setores produtivos da Grã-Bretanha – a quem o autor caribenho chamou de “capitalistas” – que defenderam e financiaram a exploração das Índias Ocidentais com mão de obra escravizada por mais de um século, entraram no século XIX redirecionando suas forças políticas para destruí-las. Em outras palavras, enquanto a economia da Grã-Bretanha dependia de suas colônias no mar do Caribe, os mesmos “capitalistas” ignoraram ou defenderam a escravidão, mas, quando a produção industrial doméstica começou a alavancar a riqueza do Império, eles passaram a considerar o monopólio comercial com as Índias Ocidentais um entrave, usando os ataques contra a escravidão com o objetivo de elevar seus lucros através da implementação de um regime de livre-comércio.

A esse comportamento hipócrita da classe industrial com relação à escravidão, em que a adesão ou não ao abolicionismo dependida da localização geográfica e dos interesses

¹⁵⁸ “(...) Os membros do Parlamento estavam dispostos a ceder as Índias Ocidentais aos Estados Unidos em troca de uma pequena remuneração. ‘A Jamaica que se afunde’, trovejava Roebuck, ‘e todas as Antilhas atrás dela’. Aquelas ‘colônias estéreis’ só tinham trazido despesas e guerras. Sempre foram os ‘apêndices mais fatais’ do Império Britânico, e, se fossem apagadas da face da terra, a Inglaterra não perderia ‘um pingo de sua força, um vintém de sua riqueza, um fiapo de seu poderio’” (Williams, 2012, p. 203-204).

¹⁵⁹ “(...) a era do império terminaria; sucedia-se a era dos livre-cambistas, dos economistas e dos contabilistas; a glória das Índias Ocidentais se extinguiria para sempre” (Williams, 2012, p. 214).

econômicos, Williams (2012) chamou de “humanitarismo do lucro”. A partir de 1833, com a aprovação do Ato de Emancipação, o “humanitarismo do lucro” tornou-se prática evidente e o princípio norteador, mesmo que de maneira paralela, da política imperial britânica. O fim do monopólio comercial com as Índias Ocidentais cumpriu sua função ao atender as ambições dos industriais britânicos de ter acesso a mercados de outras regiões para exportar seus produtos manufaturados e para importar as matérias-primas necessárias à sua indústria, independentemente de serem produzidas com uso ou não da mão de obra escravizada, desde que supram a demanda do mercado doméstico britânico e possam ser compradas por um preço menor do que os praticados à época da vigência do monopólio. O seguinte trecho ilustra esse movimento:

Depois de 1833, os capitalistas [britânicos] ainda continuavam envolvidos no próprio tráfico de escravos. Os artigos britânicos (tecidos, correntes e grilhões), de Manchester e Liverpool, eram enviados diretamente à costa da África ou indiretamente ao Rio de Janeiro e Havana, onde eram usados pelos consignatários cubanos e brasileiros com a finalidade de comprar escravos. Dizia-se que 70% dos artigos usados pelo Brasil para comprar escravos eram manufaturas britânicas, e murmurava-se que os britânicos relutavam em destruir os barracões de escravos na costa africana, pois com isso destruiriam os morins britânicos (WILLIAMS, 2012, p. 237-238).

O discurso humanitário teve papel fundamental em encobrir os reais interesses que estavam em disputa: a abertura do mercado mundial para a manufatura britânica. Isso permitiu com que a classe industrial britânica destruísse definitivamente o monopólio com as Índias Ocidentais em nome da abolição do tráfico e da emancipação dos escravizados, ao mesmo tempo em que continuou enriquecendo com a escravidão no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos (WILLIAMS, 1943; 2012). No entanto, também é preciso apontar que a Tese II desenvolvida por Williams, quando interpretada levando em conta os argumentos presentes em *The Economic Aspect* (2014), não se restringiu somente à queda nos lucros das atividades vinculadas às economias coloniais – principalmente aquelas que produziam açúcar. Ao aspecto econômico, podemos agora compreender que à construção da Tese II é importante incorporar a decadência da importância política das Índias Ocidentais para o Império Britânico e a crescente hostilidade da opinião pública contra as práticas mercantilistas. Essa “tempestade perfeita” – para usar o termo de Ryden (2012) – atingiu as colônias britânicas no Caribe e, posteriormente, irradiou para o sistema escravista como um todo. Nesse contexto, era provável que nem mesmo um elevado grau de prosperidade das Índias Ocidentais pudesse reestabelecer sua importância para a economia doméstica da Grã-Bretanha ou para o Império Britânico.

Por fim, cabe uma breve reflexão sobre a natureza da economia escravista e da função das colônias na construção do mundo moderno. A leitura sobre a “Tese do Declínio” apresentada em *Capitalismo e Escravidão* (2012), descrita nesta seção a partir dos argumentos desenvolvidos em *The Economic Aspect* (2014), iluminou algo crucial: Williams considerava as Índias Ocidentais como parte constituinte do sistema capitalista. Como Neptune (2019) apontou, não há nada na obra de Williams que afirme o caráter “retrógrado”, “arcaico” ou “atrasado” da produção baseada na *plantation*, da mesma forma que não há menção de que apenas o desenvolvimento do capitalismo, mundial desde seu início, significou a condenação imediata da escravidão. As economias escravistas do Novo Mundo podem até ser anomalias dentro do desenvolvimento do capitalismo, mas se mostraram adequadas à promoção da acumulação de capital e, por isso, foram essenciais à formação do capitalismo industrial. A questão da abolição do tráfico foi, portanto, um episódio que se beneficiou da conjuntura, marcada pela derrota do mercantilismo para o livre-comércio e pela ascensão dos industriais britânicos no poder, possibilitando que a economia escravista das Índias Ocidentais sofresse ataques, principalmente, por ser considerada impertinente e disfuncional à “nova ordem industrial” que emergia.

Da mesma forma, tal qual Neptune (2019) afirma, não há argumentos em *Capitalismo e Escravidão* que afirmem a existência de uma tensão entre os sistemas escravista e capitalista. Na verdade, assim como no livro clássico de 1944, a “Tese do Declínio” desenvolvida em *The Economic Aspect* (2014) não remete a nenhum tipo de contradição histórica entre a escravidão e o capitalismo. Mas, mesmo assim, a controvérsia sobre o processo de destruição da economia escravista pelas forças do capitalismo em formação girou – em falso – em torno de uma suposta incompatibilidade entre ambas, fazendo com que, invariavelmente, o ponto de partida das análises fosse a classificação da produção das colônias nas Américas em “capitalistas” ou “não-capitalistas”. A escolha entre esses dois polos, por sua vez, muda de forma significativa o entendimento sobre o papel das Índias Ocidentais na construção da riqueza da Grã-Bretanha e do poder, posteriormente hegemônico, do Império Britânico; ou de forma mais geral, define como o fio condutor da reflexão sobre como as colônias no Novo Mundo ajudaram a moldar o mundo moderno que emergiu a partir do século XIX. Isso também desviou o debate do importante argumento de Williams (2012; 2014) referente à reconfiguração do comércio no Atlântico a partir da década de 1830.

Sendo assim, ao formular a “Tese do Declínio”, Williams considerava o Caribe como uma região moderna – e, portanto, parte do sistema capitalista – cuja estrutura produtiva não era organizada em termos tradicionais ou estava atrasada em relação à Europa ocidental. Em

Capitalismo e Escravidão (2012), por exemplo, isso fica claro quando tanto os fazendeiros coloniais quanto os industriais britânicos são referidos como “capitalistas”. A partir disso, é possível definir a centralidade do argumento no movimento histórico das Índias Ocidentais que passou de importante centro articulador do comércio no Atlântico para ser abandonado assim que a classe industrial britânica, com seus interesses econômicos mutáveis e predatórios, julgasse impraticável para o Império a manutenção das colônias e da escravidão. A esse conflito aberto entre as frações da classe dominante britânica até que uma delas fosse destruída, que Drescher (2010b) denominou de “suicídio econômico”, poderíamos chamá-lo de “matricídio” ou “parricídio”. No entanto, essa conclusão seguiria uma leitura equivocada da obra de Williams, pois partiria da classificação de que o modo de produção escravista, além de não pertencer à modernidade, seria incompatível com o sistema capitalista.

Como Neptune (2019) especulou, se fosse responder os seus críticos, em especial à formulação sobre o “suicídio econômico”, Williams provavelmente argumentaria que a destruição da economia escravista das Índias Ocidentais pelas forças do capitalismo industrial “maduro” foi uma luta entre duas frações da classe dominante “filhas” da modernidade e da racionalidade capitalista, classificando o conflito que marcou o fim da escravidão no Império Britânico como um “fratricídio”. Deste modo,

para Williams, a força efetiva da campanha contra a escravidão veio no decorrer de uma luta fatal entre facções *capitalistas rivais*, em que os industriais e seus líderes inovadores, como [Adam] Smith, derrotaram os interesses das Índias Ocidentais e sua velha racionalidade mercantilista¹⁶⁰ (NEPTUNE, 2019, p. 321, ênfase nossa).

Porém, essas diferentes abordagens com relação à economia escravista que levam à diferentes interpretações sobre o seu processo de superação ou extinção tem um elemento em comum que se faz necessário apontar: a escravidão forneceu as bases objetivas – as forças materiais – para que o capitalismo pudesse “amadurecer” e, a partir de condições subjetivas forjadas pela ideologia do *laissez-faire*, voltar suas forças para destruí-la e seguir seu curso de desenvolvimento sem os freios impostos pelo mercantilismo.

¹⁶⁰ Tradução livre. “For Williams, the effective force of the campaign against slavery came in the course of a fatal struggle between rival capitalist factions, one in which industrialists and their innovative thought leaders like Smith vanquished the West Indian interest and their old mercantilist rationalizations” (Neptune, 2019, p. 321).

Considerações Finais

No decorrer desta dissertação discutimos sobre as contraditórias relações entre a escravidão negra nas Américas e a constituição plena do capitalismo na Europa a partir da trajetória intelectual do historiador e político caribenho Eric Williams. Através de sua profícua obra, percorremos os caminhos das transformações, em suas rupturas e continuidades, das principais ideias e teses formuladas desde sua formação como historiador pela Universidade de Oxford no final da década de 1930 e reformuladas durante a primeira metade da década de 1940 até que fossem publicadas no clássico *Capitalismo e Escravidão*. Esse processo teve como espinha dorsal um movimento que, na busca pela “descolonização intelectual”, fez uma crítica na raiz da tradição britânica liberal e do humanitarismo, impondo um sério desafio à historiografia imperial. Junto com seu tutor e amigo C.L.R. James, foi o pioneiro da perspectiva Atlântica ao associar a escravidão dos negros africanos nas colônias das Américas com o desenvolvimento da indústria europeia, sendo que as suas respectivas obras clássicas colocaram as Índias Ocidentais como peça-chave da política imperial britânica e, portanto, da formação do capitalismo.

O esforço de compreender a obra de Williams a partir de sua trajetória intelectual foi empreendido, de maneira geral, com a intenção de estabelecer quais foram as suas contribuições fundamentais e, também, aquelas que nos permitem reafirmar a sua atualidade. Iniciando pela leitura de *The Economic Aspect*, passando pela expansão e reelaboração da interpretação até a análise do que definimos como “Teses de Williams”, presentes em *Capitalismo e Escravidão*, foi possível discutir alguns elementos que consideramos importantes dentro da concepção sobre o fim da escravidão no Império Britânico desenvolvida nessas obras. Percebemos que o ponto inicial – e central – é a tentativa de colocar as Índias Ocidentais na História, mostrando sua importância estratégica à consolidação da riqueza e do poder do Império. Para isso, Williams introduziu na narrativa a noção de luta de classes em dois níveis: primeiro, no nível doméstico, apresentando o conflito entre os fazendeiros coloniais e os industriais; e segundo, no nível internacional, evidenciando os nexos estabelecidos entre as Índias Ocidentais e a Grã-Bretanha pelo comércio marítimo triangular. Tais nexos devem ser avaliados em termos qualitativos, porque é através dessa abordagem que se identificam os desdobramentos históricos realmente significativos sobre o papel que a escravidão e tráfico desempenharam à emergência e consolidação do capitalismo.

A argumentação edificada por Williams em *The Economic Aspect* (2014) já apontava para a transformação que a economia escravista das Índias Ocidentais atravessaria a partir do último quartel do século XVIII. Nas primeiras décadas do século XIX, que entrou para a história como o século da liberdade e da “nova ordem industrial”, a aguda decadência das colônias caribenhas – inclusive de seu papel à Grã-Bretanha e para o Império como um todo – fez com que elas passassem a ser percebidas como um anátema custoso que emperrava o potencial de desenvolvimento da indústria britânica. Ao avançar pela leitura das obras de Williams, notamos uma defesa incisiva na ideia de que a indústria britânica atrelou seu funcionamento às matérias-primas – como, por exemplo, açúcar, algodão e café – produzidas com mão de obra escravizada em outras regiões, evidenciando um entendimento de que a relação entre a escravidão e o capitalismo era, além de compatível, funcional. Por isso, o tráfico de escravos continuou a existir por décadas até ser encerrado em definitivo no último terço do século XIX. Mesmo assim, houve uma insistência na leitura pautada em como as forças capitalistas se voltaram contra a escravidão para destruí-la, denotando uma “incompatibilidade total” entre esses dois modos de produção. Essa leitura também colocou a concepção de Williams dentro de um “determinismo econômico” que não condiz com as suas principais contribuições.

A crítica frontal de Williams à tradição britânica também trouxe à tona como o processo de construção da riqueza da Grã-Bretanha – e, por extensão, do capitalismo – era permeado pela violência, baseado em uma noção restrita de liberdade e pouco atento às questões morais basilares. Essas eram características contrárias e incompatíveis com o “progresso civilizatório” capitaneado pelo liberalismo, difundido pelo Império Britânico e propagado pela historiografia imperial. Williams solapou a narrativa liberal de que o desenvolvimento do capitalismo se deu “naturalmente” e sem conflitos ao afirmar que os comerciantes e industriais britânicos não enriqueceram porque eram os poupadores virtuosos, mas sim porque eram homens de negócios ambiciosos que, ao se consolidarem como classe dominante, utilizaram as estruturas do Estado em prol de seus interesses políticos e econômicos. Em outras palavras, o discurso em defesa da liberdade individual encobria o interesse de explorar e conquistar novos mercados para obter taxas maiores de lucros e dominar novas regiões do planeta. Essa interpretação crítica que Williams começou a construir ainda como estudante de doutorado em Oxford e desenvolveu ao longo dos anos seguintes até sistematizá-las em *Capitalismo e Escravidão* foi, no mínimo, incômoda para os adeptos da narrativa humanitária.

Isso fez com que a obra magna do intelectual caribenho, mesmo atualmente classificada como um clássico da historiografia moderna, teve a receptividade marcada por um misto entre crítica e ostracismo – ou uma crítica com objetivo de colocar o livro no ostracismo. Contudo,

agora podemos afirmar que as críticas em torno da interpretação desenvolvida por Williams ocorreram em termos relativamente distintos do que os propostos pelo autor em *Capitalismo e Escravidão*. Basicamente, as primeiras respostas à obra *magna* de Williams, sejam elas diretas ou indiretas, viriam majoritariamente quase duas décadas após a publicação do livro, estando restritas a dois polos diferentes, mas complementares. O primeiro deles considera o método empregado por Williams reducionista, que, ao contaminar a análise história com um indesejado “determinismo econômico”, supostamente impossibilitou a formulação de uma interpretação adequada da sociedade escravista e das transformações que as sociedades europeias atravessavam entre o século XVIII e o século XIX. O segundo polo, por sua vez, insiste em balizar a crítica na contradição histórica entre os modos de produção escravista e capitalista e em deslocar a discussão para os termos quantitativos, na tentativa de determinar através de dados contábeis e estatísticos a validade – ou não – das Teses I e II.

Um exemplo da argumentação que considera a leitura econômica da história empobrecedora está no já mencionado *The problem of slavery in the age of revolution, 1770-1823*. Em seu estudo sobre as relações entre a escravidão e o capitalismo, Davis (1975) reconstituiu uma narrativa sobre a formação do Movimento Abolicionista na Grã-Bretanha que serviria, em última instância, para atacar qualquer tipo de materialismo reducionista e reafirmar a importância de incorporar os fatores ideológicos, morais e religiosos na análise dos processos históricos. Isso o fez entender o sentimento antiescravista, que emergiu do conflito entre as frações da classe dominante britânica durante a era da revolução, como uma força ideológica que pode ser considerada, ao mesmo tempo, um ataque da tradição contra o capitalismo e um ataque capitalista contra as formas arcaicas de autoridade. Assim, o Movimento Abolicionista britânico se constituiu como um importante instrumento de legitimação da ideologia da classe industrial dominante pautada no “*free labor*” [trabalho livre], ajudando a estabilizar a sociedade britânica que passava por profundas mudanças políticas e econômicas durante a transição entre o mercantilismo e o livre-comércio.

Já o segundo polo tratou das relações entre a escravidão e o capitalismo de maneira mais estreita do que a sugerida por Williams em seu livro clássico. Nos anos 1970, Drescher (1976; 2010b) esforçou-se em produzir novos dados quantitativos para comprovar que as Índias Ocidentais britânicas não estavam em crise econômica, mas sim passavam por um período de expansão e prosperidade. Essa revisão de dados teve por objetivo provar que Williams estava errado quando associou a bem sucedida campanha pela supressão do tráfico de escravos à queda incontornável das taxas de lucro das Índias Ocidentais. Drescher (1976; 2010b) acreditava que, como o tráfico continuou a ser uma atividade lucrativa, as motivações que encamparam a luta

pela abolição podiam ser sintetizadas em uma decisão altruísta feita pelas elites britânicas em aceitar o fim definitivo do comércio triangular, mesmo sabendo do potencial destrutivo dessa decisão à economia britânica. Esse ato de “suicídio econômico” fez com que Drescher ignorasse as nuances e sutilezas do argumento histórico qualitativo de Williams que, como já assinalado, não estava preocupado em determinar precisamente o quanto de lucro as Índias Ocidentais ou o tráfico de escravos auferiram, mas sim em como as frações das classes dominantes britânicas influentes imaginavam – se imaginavam – a importância das colônias no Caribe e da escravidão.

Essas críticas não alcançaram o cerne da interpretação de Williams que, tanto em *The Economic Aspect* (2014) quanto em *Capitalismo e Escravidão* (2012), tinha por objetivo demonstrar como o crescimento da ideologia do *laissez-faire* e a intensificação do processo de industrialização da Grã-Bretanha, esta última estimulada pelo tráfico de escravos e a exploração das colônias no Caribe, significaram o fim do poder político e econômico dos fazendeiros coloniais. No livro de 1944, Williams (2012) deixa clara a ideia de que o sucesso das economias escravistas produtoras de matérias-primas também foi um motivo importante para o declínio das Índias Ocidentais. Nesses termos, a inovação apresentada por Williams em sua obra também está em incluir no processo histórico que resultou na supressão definitiva da escravidão a importante inflexão ideológica que reverberou sobre o pensamento em economia política e redefiniu a noção de liberdade em suas várias facetas, deslocando-a para o centro da política imperial britânica. O resultado disso foi um movimento conjuntural de luta entre as frações da classe dominante britânica, colocando em campos opostos os fazendeiros coloniais que defendiam a manutenção do monopólio comercial com as Índias Ocidentais e os industriais adeptos do livre-comércio, que objetivamente selou o destino do tráfico de escravos.

Nesse sentido, *Capitalismo e Escravidão* (2012) foi bem-sucedido em atacar as bases da tradição britânica liberal e do *establishment* de Oxford. Como pontuou Neptune (2019), Williams comprovou como os historiadores humanitários foram incapazes de relacionar adequadamente a ascensão do sentimento antiescravista e do ativismo abolicionista com a guinada liberal na política econômica adotada pelo Império Britânico no século XIX. Isso fez com que os “Santos” fossem dessacralizados, mostrando que, embora eles tivessem êxito em introjetar o apelo religioso na luta contra a escravidão, Wilberforce e os outros abolicionistas tinham interesses políticos e econômicos que dependiam diretamente da supressão do tráfico de escravos. O Movimento Abolicionista podia até ser coerente em sua argumentação moral e religiosa, mas sua ação prática fortaleceu de maneira indireta a campanha contra os monopólios comerciais e os demais interesses dos fazendeiros coloniais. A partir dessa constatação, Williams questionou a suposta radicalidade dos “Santos” e pôde mostrá-los como homens de

postura política reacionária que formavam um movimento decididamente conservador, mesmo ancorados por um discurso que pregava a mudança e a ruptura.

Foi esse desencontro entre o discurso e a prática promovido pelos abolicionistas britânicos identificado por Williams em *Capitalismo e Escravidão* (2012) que o fez explorar a questão sobre o não posicionamento dos “Santos” com relação ao papel da Grã-Bretanha na expansão do escravismo nas outras regiões do planeta ao longo do século XIX, seja na porção oriental do Império ou em lugares que não pertenciam aos domínios britânicos. Williams deixou claro, assim, o posicionamento dúbio e hipócrita do abolicionismo baseado exclusivamente na elevada moral do povo britânico e no sentimento de filantropia oriundo do Reavivamento Evangélico. Mesmo que as reflexões feitas nessa presente dissertação não tragam os elementos suficientes para podemos afirmar que os líderes do Movimento Abolicionista britânico se beneficiaram economicamente com a implementação do livre-comércio e com o fim da escravidão, é possível concluir, com certa margem de segurança, que *Capitalismo e Escravidão* contribuiu para que as principais ideias propagadas – e propagandeadas – pela historiografia imperial e sua narrativa humanitária fossem questionadas e reformuladas nas décadas seguintes¹⁶¹.

A principal retomada das contribuições de Williams em termos próximos – na verdade, mais avançados – do que procuramos demonstrar ao longo desta presente dissertação pode ser vista na obra do historiador estadunidense Dale Tomich. No final dos anos 1980, ao retomar o estudo sobre as relações entre a escravidão e o capitalismo a partir das contribuições de Williams e C.L.R. James, Tomich (2011) evidenciou como a Revolução Industrial na Europa impôs transformações substantivas na configuração comercial no Atlântico e produtiva nas Américas. Ele pontuou que a descontinuidade temporal, cuja crise na virada do século XVIII para o XIX era um sintoma da transição da política mercantilista em direção ao livre-comércio, foi marcada pela continuidade da escravidão negra e do tráfico. Nesse contexto, a rearticulação comercial e a reafirmação da produção escravista foram feitas para atender à crescente demanda por matérias-primas usadas na confecção de manufaturados, principalmente algodão. Ao

¹⁶¹ Como notou Neptune (2019, p. 324), “(...) a integridade dos abolicionistas era, na melhor das hipóteses, duvidosa”. Na mesma página, Neptune segue a reflexão ao citar o historiador Christopher Brown para discutir sobre o “estigma” ainda não superado que a obra de Williams deixou na narrativa humanitária. De acordo com Brown (2006, p. 16), “*Capitalismo e Escravidão* estigmatizou para sempre a narrativa humanitária. Na década de 1970, poucos historiadores acadêmicos se importavam em escrever sobre homens ‘altruístas’ engajados em uma ‘cruzada virtuosa’. Após a luta pela descolonização, à medida que se desacreditava na moralidade do império, poucos desejavam reviver uma tradição interpretativa associada diretamente ao domínio colonial. Portanto, ao invés de resgatar a narrativa humanitária, os estudiosos buscaram novas formas de relacionar a história da abolição com a dinâmica da mudança econômica. Dessa forma, *Capitalismo e Escravidão* continuou a influenciar a maneira como os investigadores formulavam questões sobre o movimento antiescravista, mesmo quando a tese do declínio não era mais bem recebida”. Tradução livre.

mesmo tempo, a população europeia que migrava das áreas rurais em direção às cidades para trabalharem nas fábricas também se inseriram em um regime de trabalho cuja intensidade não tinha precedentes na história. Por essa razão, a classe trabalhadora foi obrigada a incluir em sua dieta fontes de energia calórica que estimulassem a produtividade, como, por exemplo, o açúcar e o café.

Isso resultou em uma nova divisão global do trabalho em que três regiões das Américas mantiveram a produção de matérias-primas com mão de obra escravizada para atender às necessidades de produção e de consumo das economias europeias ocidentais. A produção de café concentrou-se no Brasil, na região do Vale do Paraíba Paulista; a produção de açúcar foi feita em Cuba, à época colônia espanhola; e o algodão era produzido no Sul dos Estados Unidos. A essa refundação da escravidão nos quadros do capitalismo industrial sob hegemonia britânica, Tomich (2011) denominou de “segunda escravidão”. Assim, enquanto o desenvolvimento das forças produtivas e do capitalismo colocaram algumas economias escravistas em queda livre, como as Índias Ocidentais britânicas, outras – como o Brasil, Cuba e Estados Unidos – entraram em ascensão. Como visto, Williams já assinalava essa tendência desde *The Economic Aspect* (2014), sendo o argumento mantido e ampliado em *Capitalismo e Escravidão* (2012) para marcar a hipocrisia dos humanitários que discursavam pelo fim da escravidão nas colônias britânicas, mas que não condenaram a sua continuidade em outras partes do mundo. A “segunda escravidão” foi, portanto, estimulada pelas forças capitalistas porque era funcional e beneficiava o desenvolvimento do capitalismo.

Revisitar as contribuições de Eric Williams à historiografia da escravidão é tomar contato com uma das mais ricas críticas ao liberalismo feitas no século XX. A narrativa iniciada em *The Economic Aspect* e consolidada em *Capitalismo e Escravidão*, forjada, primeiramente, para desnudar os reais interesses relativos ao fim da escravidão no Império Britânico e, posteriormente, para denunciar a ideia de supremacia racial do branco europeu, mostrou que, mesmo após décadas de sua publicação, o livro se reafirma como um clássico porque ainda contém argumentos capazes de alimentar a imaginação histórica e estimular o espírito crítico daqueles que se propõem a compreender as origens do nosso tempo. Essa também é uma razão pela qual podemos justificar a importância do resgate das contribuições das “Teses de Williams”, que, durante os anos 1960 e 1970, enfrentaram sucessivas críticas e eram constantemente declaradas como superadas, mas que invariavelmente eram – a ainda são – recuperadas e rediscutidas em novos termos. Em outras palavras, a tensão entre os fazendeiros coloniais conservadores e os industriais reformistas combinada com a resistência das negras e

negros escravizados detectada por Williams em suas obras continua sendo, até o momento, pertinente e profícua.

Um bom exemplo dessa pertinência está na historiografia produzida a partir da década de 2010 por historiadores anglo-saxões – especificamente os estadunidenses – que buscaram, ao analisar as relações entre o Sul escravista e o Norte industrial dos Estados Unidos no decorrer do século XIX, distanciar-se da noção de agência para aproximar-se de aspectos estruturais¹⁶² (NEPTUNE, 2019). Nesse sentido, possivelmente é um reforço para o argumento que defende a atualidade das contribuições de Williams. Porém, ainda é necessário estudar, o que não foi possível ser feito nessa dissertação por causa da delimitação do objeto, as obras recentes que compõem essa nova historiografia com o intuito de descobrir quais as teses desenvolvidas por Williams foram efetivamente resgatadas e incorporadas. Há também um outro movimento, adotado neste presente trabalho, que propõe uma reabilitação das ideias de Williams apoiada na leitura de *The Economic Aspect*, com o objetivo de construir uma análise comparativa entre a tese de doutorado de 1938 e o livro clássico de 1944 para, assim, avançar na compreensão das “Teses de Williams”. Lançar luz sobre essas teses talvez seja um caminho proveitoso para reestabelecer e atualizar os termos em que serão feitos os futuros debates sobre as relações entre a escravidão e o capitalismo.

Por fim, devemos ressaltar que o caminho metodológico seguido nesta dissertação, próximo do movimento de resgate ou reabilitação da obra de Williams citado acima, apresenta uma limitação que não foi possível contornar: uma apreciação sobre a “Tese do Declínio” feita a partir da leitura de *The Economic Aspect*, assim como uma análise comparativa, pontuando as semelhanças e as diferenças, da interpretação sobre o declínio das Índias Ocidentais presente na tese de doutorado de 1938 e em *Capitalismo e Escravidão*. São dois caminhos exploráveis em trabalhos futuros, da mesma maneira que pode ser oportuno empreender um esforço de síntese da “Tese do Declínio” a partir da combinação de elementos presentes nas duas obras. Revisitar as contribuições de Williams a partir disso pode aprofundar nossa compreensão sobre os termos do debate empreendido até agora e proporcionar um progresso historiográfico substantivo sobre as relações entre a escravidão negra e a formação do capitalismo. Assim

¹⁶² Sobre a conexão entre as “Teses de Williams” apresentadas em *Capitalismo e Escravidão* e a historiografia iniciada na década de 2010 nos Estados Unidos ver em Brandon, Pepijn. *Rethinking Capitalism and Slavery: new perspectives from American debates*. Amsterdam, NL: TSEG – The Low Countries Journal of Social and Economic History, International Institute of Social History, Vol. 12, No. 4, p. 117-137, 2015. Também há uma apreciação crítica com relação a essa mesma historiografia em Neptune, H. Reuben. *Throwin’ scholarly shade: Eric Williams in the new histories of Capitalism and Slavery*. Pennsylvania, USA: *Journal of the Early Republic*, Vol. 39, No. 2, 2019, p. 303-307.

sendo, talvez seja o momento de *Capitalismo e Escravidão* voltar às nossas escrivatinhas, mas agora acompanhado das demais obras de Williams, principalmente de *The Economic Aspect*. Se esta dissertação aguçar a curiosidade sobre as “Teses de Williams” e estimular o aprofundamento da revisitação crítica ou outras facetas presentes na discussão sobre a escravidão e o capitalismo, consideramos que ela cumpriu o seu objetivo.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Walter R., et al. Historically black colleges and universities: honoring the past, engaging the present, touching the future. Washington, D.C: **The Journal of Negro Education**, Howard University, Vol. 76, No. 3, p. 263-280, 2007.

BECKLES, Hilary. Capitalism and Slavery: the debate over Eric Williams. **Social and Economic Studies**, Sir Arthur Lewis Institute of Social and Economic Studies, University of the West Indies, Vol. 33, No. 4, p. 171-189, 1984.

BUTTERFIELD, Herbert. **A Whig interpretation of History**. New York, NY: W.W. Norton & Company, 1965.

BRANDON, Pepijn. From Williams's thesis to Williams thesis: an anti-colonial trajectory. Cambridge, UK: **International Review of Social History (IRSH)**, Cambridge University Press, Vol. 62, p. 305-327, 2017.

BRANDON, Pepijn. Rethinking Capitalism and Slavery: new perspectives from American debates. Amsterdam, NL: **TSEG – The Low Countries Journal of Social and Economic History**, International Institute of Social History, Vol. 12, No. 4, p. 117-137, 2015.

BROGAN, Denis W. Introdução. *IN*: WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Americana (Coleção América: Economia & Sociedade), p. 3-6, 1975.

BROWN, Christopher Leslie. **Moral Capital: foundations of British abolitionism**. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARRINGTON, Selwyn H. H. British West Indian decline and abolition, 1775-1807: revisiting Econocide. Kelowna, BC: **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, University of British Columbia, Vol. 14, No. 27, p. 33-59, 1989.

COUPLAND, Reginald. **The British anti-slavery movement**. London, UK: Frank Cass & Co., 1964.

DAVIS, David Brion. **The problem of slavery in the age of revolution, 1770-1823**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1975.

DARITY Jr., William. Disposal of an old orthodoxy: reading Eric Williams' dissertation. Binghamton, NY: **Review (Fernand Braudel Center)**, The State University of New York, Vol. 35, No. 2, p. 169-175, 2012.

DARITY Jr., William. Eric Williams and slavery: a West Indian viewpoint? Baltimore, Maryland: **Callaloo**, Vol. 20, No 4, p. 800-816, 1997.

DARITY Jr., William. From the dissertation to Capitalism and Slavery: Did Williams's Abolition Thesis Change? *IN*: WILLIAMS, Eric. **The economic aspect of the abolition of the West Indian slave trade and slavery**. Lanham; Boulder; New York; Toronto; Plymouth, UK: Rowman and Littlefield, 2014, p. XIX-XXXIX.

DARITY Jr., William. The Williams abolition thesis before Williams. London, UK: **Slavery and Abolition**, Vol. 9, No. 1, p. 29-41, 1988.

DRESCHER, Seymour. **Abolição**: uma história da escravidão e do antiescravismo. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2010a.

DRESCHER, Seymour. **Econocide**: British slavery in the era of abolition. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010b.

DRESCHER, Seymour. Eric Williams: British capitalism and British slavery [A Review of Reviews]. Middletown, CT: **History and Theory**, Vol. 26, No. 2, p. 180-196, 1987.

DRESCHER, Seymour. Le "Déclin" du Système Esclavagiste Britannique et l'Abolition de la Traite. Paris, France: **Annales. Histoire, Science Sociales**, Vol. 31, No. 2 (Avril), p. 414-435, 1976.

ELTIS, David; ENGERMAN, Stanley L. The importance of slavery and the slave trade to industrializing Britain. Cambridge, UK: **The Journal of Economic History**, Vol. 60, No. 1, p. 123-144, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo, SP: Boitempo (Coleção Mundo do Trabalho; Coleção Marx-Engels), 2010.

ENGERMAN, Stanley L. The slave trade and British capital formation in the eighteenth century: a comment on the Williams Thesis. Cambridge, MA: **The Business History Review**, Vol. 46, No. 4, p. 430-443, 1972.

ERIC WILLIAMS: biographical data. *IN*: Eric Williams and the postcolonial Caribbean: a special issue. Baltimore, Maryland: **Callaloo**, Vol. 20, No 4, 1997, p. IX.

FAGE, John Donnelly. **Introduction to the second edition**. *IN*: COUPLAND, Reginald. **The British anti-slavery movement**. London, UK: Frank Cass & Co., 1964, p. IX-XXI.

FERNANDES, Florestan. **Marx e Engels: história**. São Paulo, SP: Editora Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1989.

FOGEL, Robert William; ENGERMAN, Stanley. **Time on the cross: the economics of american negro slavery**. Boston, MA; Toronto: Little, Brown, 1974.

FOLARIN, F.O. British historians and Capitalism and Slavery. Bloomington, IU: **Transition: the magazine of Africa and diaspora**, No. 50, p. 100-102, 1975.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GARCÍA-MUÑÍZ, Humberto. Eric Williams y C. L. R. James: simbiosis intelectual y contrapunto ideológico. *IN*: WILLIAMS, Eric. **El negro in the Caribbean y otros textos**. Habana, Cuba: Fondo Editorial Casa de las Américas (Colección Nuestros Países), p. 419-458, 2011.

GASPAR, David B. *They 'could never have too much of my work': Eric Williams and The Journal of Negro History, 1940-1945*. Chicago, IL: **The Journal of African American History**; Washington, DC: **Association for the Study of African American Life and History**, Vol. 88, No. 3, p. 291-303, 2003.

GOGGIN, Jacqueline. Countering white racist scholarship: Carter G. Woodson and The Journal of Negro History. Chicago, IL: **The Journal of Negro History**; Washington, DC: **Association for the Study of African American Life and History**, Vol. 68, No. 4 (Autumn), p. 355-375, 1983.

GREEN, William A. Race and slavery: considerations on the Williams thesis *IN*: SOLOW, Barbara L.; ENGERMAN, Stanley L. **British capitalism and Caribbean slavery: the legacy of Eric Williams**. New York; New Rochelle; Melbourne; Sidney: Cambridge University Press, p. 25-50, 1987.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 2009a.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos**. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2009b.

HOBBSAWM, Eric J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

INIKORI, Joseph E. Slavery and the development of industrial capitalism in England. Cambridge, MA: **The Journal of Interdisciplinary History**, Vol. 17, No. 4, p. 771-793, 1987.

JAMES, C.L.R. **C.L.R. James on the "Negro Question"**. Editado por Scott MacLemee. Jackson, Miss: University of Mississippi Press, 1996.

JAMES, C.L.R. **Os jacobinos negros**. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.

LOUIS, Roger Wm. **Introduction**. *IN*: WINKS, Robin W (org.). **The Oxford History of the British Empire: historiography**. Oxford, UK: The Oxford University Press, Vol. 5, p. 1-42, 1999.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1970.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Para além do economicismo: a acumulação de capital na perspectiva de Rosa Luxemburgo. Marília, SP: **Revista Novos Mundos**, Vol. 56, No. 1, p. 1-23, 2019.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Violência, capitalismo e mercadorização da vida. Campinas, SP: **Texto para Discussão IE/UNICAMP**, No. 240 (Junho), p. 1-22, 2014.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Capitalismo & Escravidão e a historiografia sobre a escravidão negra nas Américas. São Paulo, SP: **Revista de Estudos Avançados**, Vol. 26, No.75 (maio/agosto), p. 341-354, 2012.

MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo (organizadores). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**: Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 2016.

MARQUESE, Rafael de Bivar; PIMENTA, João Paulo. Tradições de história global na América Latina e Caribe. Ouro Preto, MG: **História da Historiografia**, No. 17 (abril), p. 30-49, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo, SP: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.

MARX, Karl. **Discurso sobre o problema do livre-câmbio**. *IN: A miséria da filosofia*. São Paulo, SP: Global, 1985.

NEPTUNE, H. Reuben. Throwin' scholarly shade: Eric Williams in the new histories of Capitalism and Slavery. Pennsylvania, USA: **Journal of the Early Republic**, Vol. 39, No. 2, p. 299-326, 2019.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial: 1777-1808**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

OXAAL, Ivar. **Black intellectuals come to power: the rise of creole nationalism in Trinidad and Tobago**. Cambridge, MA: Schenkman Publ. Co., 1968.

PALMER, Colin A. **Eric Williams and the making of the modern Caribbean**. Chapel Hill, N.C: The University of North Carolina Press, 2006.

PARES, Richard. The economic factors in the history of the Empire. Glasgow, UK: **The Economic History Review**, Vol. 7, No. 2, p. 119-144, 1938.

PITMAN, Frank W. A guide to the study of British Caribbean history, 1763–1834, including the Abolition and Emancipation Movements. Compiled by LOWELL JOSEPH RAGATZ, Ph.D. Washington: American Historical Association; Chicago: University of Chicago Press; London: Oxford University Press; **The American Historical Review**, Vol. 39, No. 2 (January), p. 321-323, 1934.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

REDD, Kenneth E. Historically Black Colleges and Universities: making a comeback. New York City, NY: **New Directions for Higher Education**, No. 102, p. 33-43, 1998.

ROCHA, Antônio Penalves. Apresentação à edição brasileira. *IN: Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo*. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2010a, p. IX-XII.

RYDEN, David Beck. Eric Williams' three faces of West Indian decline. Binghamton, NY: **Review (Fernand Braudel Center)**, The State University of New York, Vol. 35, No. 2, p. 117-133, 2012.

SOLOW, Barbara L.; ENGERMAN, Stanley L. **British capitalism and Caribbean slavery: the legacy of Eric Williams**. New York; New Rochelle; Melbourne; Sidney: Cambridge University Press, 1987.

SOLOW, Barbara. Capitalism and Slavery in Exceedingly Long Run. Cambridge, MA: **The Journal of Interdisciplinary History**, Vol. 17, No. 4, p. 711-737, 1987.

SOLOW, Barbara. Caribbean slavery and British growth: the Eric Williams hypothesis. North Holland: **Journal of Development Economics**, Vol. 17, p. 99-115, 1985.

TANNENBAUM, Frank. A Note on the economic interpretation of history. New York, NY: **Political Science Quarterly**, Vol. 61, No. 2, p. 247-253, 1946.

TEMPERLEY, Howard. Eric Williams and Abolition: the birth of a new orthodoxy. *IN*: SOLOW, Barbara L.; ENGERMAN, Stanley L. **British capitalism and Caribbean slavery: the legacy of Eric Williams**. New York; New Rochelle; Melbourne; Sidney: Cambridge University Press, p. 229-258, 1987.

TOMIC, Dale W. Preface. *IN*: WILLIAMS, Eric. **The economic aspect of the abolition of the West Indian slave trade and slavery**. Lanham; Boulder; New York; Toronto; Plymouth, UK: Rowman and Littlefield, 2014, p. XIII-XIX.

TOMIC, Dale W. **Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2011.

THOMPSON, Edgar T. The fall of the planter class in the British Caribbean, 1763-1833: a study in social and economic history. Lowell Joseph Ragatz; Great Britain and the slave trade, 1839-1865. William Law Mathieson; Life and labor in the Old South. Ulrich Bonnell Phillips; Human factors in cotton culture: a study in the social geography of the American South. Rupert B. Vance. Chicago, IL: **American Journal of Sociology**, The University of Chicago Press, Vol. 36, No. 2 (September), p. 302-305, 1930.

WILLIAMS, Eric. The British West Indian slave trade after Its abolition in 1807. Chicago, IL: **The Journal of Negro History**; Washington, DC: Association for the Study of African American Life and History, Vol. 27, No. 2 (April), p. 175-191, 1942a.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012.

WILLIAMS, Eric. **The economic aspect of the abolition of the West Indian slave trade and slavery**. Lanham; Boulder; New York; Toronto; Plymouth, UK: Rowman and Littlefield, 2014.

WILLIAMS, Eric. The golden age of the slave system in Britain. Chicago, IL: **The Journal of Negro History**; Washington, DC: Association for the Study of African American Life and History, Vol. 25, No. 1 (January), p. 60-106, 1940.

WILLIAMS, Eric. **Inward hunger**: the education of a prime minister. London, UK: Andre Deutsch, 1969.

WILLIAMS, Eric. Laissez-faire, sugar and slavery. New York, NY: **Political Science Quarterly**, The Academy of Political Science, Vol. 58, No. 1 (March), p. 67-85, 1943.

WILLIAMS, Eric. **The Negro in the Caribbean**. Washington, D.C.: The Associates in Negro Folk Education; Albany, NY: The Williams Press Inc., 1942b.